



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Doutorado em Saúde Pública

Do medo de *morrer* ao medo no *viver*:
Um estudo sobre o *sequestro relâmpago* e suas vítimas

Letícia Rodrigues de Azevedo

Salvador – Bahia
2015

LETÍCIA RODRIGUES DE AZEVEDO

**Do medo de *morrer* ao medo no *viver*:
Um estudo sobre o *sequestro relâmpago* e suas vítimas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para o título de Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Orientador: Professor Dr. Eduardo Paes-Machado

Salvador – Bahia

2015

Ficha Catalográfica

Elaboração: Programação de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

A994m Azevedo, Leticia Rodrigues de.

Do medo de *morrer* ao medo no *viver*: um estudo sobre o seqüestro relâmpago e suas vítimas / Leticia Rodrigues de Azevedo. -- Salvador: L.R. de Azevedo, 2015.

292f.

Orientador: Profº. Drº. Eduardo Paes-Machado.

Tese (doutorado) - Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

1. Seqüestro Relâmpago. 2. Interação Coercitiva. 3. Vítimas. 4. Vitimização Secundária. 5. Vitimização Indireta. 6. Enfrentamento. I. Título.

CDU 364

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Do medo de *morrer* ao medo no *viver*:
Um estudo sobre o *sequestro relâmpago* e suas vítimas**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Paes-Machado (Orientador)
Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA)

Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha
Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal da Bahia
(ISC/UFBA)

Prof. Dra. Odilza Lines de Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Prof. Dr. Rafael Andrés Patiño Orozco
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Prof. Dr. Mahesh Nalla
Michigan State University – MSU

Salvador – Bahia

2015

Dedico a vocês:

Mãe, Pai, Dani e Binho.

Hernani.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela Luz e pelo Bem.

A Barbara, minha admirável mãe, pelo colo sempre amoroso e esperançoso que tantas vezes me acolheu. Por ser meu maior e mais dedicado exemplo de ética com as pessoas e respeito ao ser humano em sofrimento. Obrigada pelo companheirismo fiel, pela paciência e encorajamento incessante. Que honra eu tenho em ser sua filha. A Renato, meu querido pai, por sempre incentivar e apoiar as minhas escolhas e torcer pelas minhas conquistas, pelo grande exemplo de vigor e de busca pelos próprios sonhos. Aos meus amados irmãos Daniel e Fábio, a Nadine, Naíra, Lua, Maya e toda minha família: obrigada pelo Amor inesgotável, pela certeza de pertencer, por serem meus portos seguros, de onde eu parto e para quem sempre retorno.

Ao Hernani, meu Amor: por ser meu cúmplice de sonhos e realizações, por alargar meus sorrisos, por me doar sua força e sua paz, por ser meu Doce lar.

Ao Mestre Professor Eduardo Paes-Machado: por incentivar, acreditar e ser parceiro neste projeto, por exercer com maestria seu papel de mentor e crítico, por me ensinar muito e me impulsionar sempre.

Ao Professor Mahesh Nalla, pelos novos olhares e entusiasmo dedicados a esta pesquisa; e a sua família, pela calorosa recepção.

Aos Grandes Professores Ceci Vilar Noronha, Carlos Linhares, Odilza Lines, Rafael Patiño e César Caldeira: pela disponibilidade e generosidade intelectual nas contribuições a este estudo.

Aos meus amigos integrais Diana, Lidiane, Laíra, Rafael, Lorena, Geísa e aos pequenos Andrezinho e Arthurzinho: pelo apoio sempre atuante e pelas imensuráveis alegrias de quase duas décadas.

A Cleide: pelos cuidados e pela lealdade de muitos anos.

Aos caríssimos parceiros Ivete Santos, Fátima Cardoso, Thiago Neri, Diego Salcedo, Pedro Oliveira, Ângela Santos, Bruno Bahia, Taiala Águilan, Misael Sousa e Roberta Yoshimura: pelos encontros sempre estimulantes e renovadores, por aprender tanto com cada um!

Aos amigos isquianos Aline Palmeira, Patrícia Rezende, Sandra Brasil, Yeimi López, Robson Neves e Ana Luísa Dias: pela amizade além-muros, pelas discussões desafiantes e as boas risadas da nossa jornada!

Ao ISC e todos os Professores do PPGSC, por anos de trocas enriquecedoras e diferenciais na minha trajetória pessoal e profissional.

A Anunciação Dias, Ana Cardoso, Beatriz Magalhães, Carla Nery, pela presteza nos cuidados e a assistência sempre presente.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

A Socorro, Paulo, Luiz Alberto, Marivaldo, Jackson, Décio, Leoni, Lúcia, Valfredo, Alan, Sérgio e Sr. Jacarandá: agradeço imensamente pelo apoio fundamental.

Ao Humanitas e equipe, pela inspiração e contribuição na fecundação de novos horizontes profissionais e desafios pessoais.

Aos generosos participantes desta pesquisa que me confiaram suas histórias, suas dores e alegrias.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente na realização deste estudo e me incentivam a construir a minha própria história. Obrigada, de coração.

A tragédia da vida é o que morre dentro do homem enquanto ele vive.

Albert Schweitzer

Though not the master of one's fate, one may still be captain of one's soul.
(Embora não se seja mestre do próprio destino, pode-se ser capitão da própria alma.)

Philip Brickman

RESUMO

O presente trabalho busca conhecer a experiência de vitimização e repercussões do *sequestro relâmpago*, procurando uma compreensão sobre as interações que permeiam o evento vitimógeno e suas características como delito. Para cumprir o desafio, estudamos o fenômeno a partir de quatro objetivos específicos: caracterizar os eventos de *sequestro relâmpago*; analisar as vitimizações secundárias; compreender a influência do *sequestro relâmpago* no curso de vida e saúde das vítimas; e conhecer as repercussões nos familiares das vítimas. O estudo possui um desenho metodológico qualitativo, com entrevistas individuais, guiadas por roteiros semi-estruturados. Participaram da pesquisa 35 vítimas, quatro familiares e quatro ofensores cujas entrevistas geraram dados posteriormente triangulados com reportagens de jornais e observações de campo realizadas na delegacia e na penitenciária. O *sequestro relâmpago* manifesta-se, ainda na década de 1990, como uma modalidade de violência criminal cujas vítimas são submetidas a um enquadramento coercitivo e mantidas reféns dentro do veículo. Firma-se como um delito moldado pela realidade das cidades cada vez mais ajustadas à sociedade do consumo, e seus objetivos são em grande parte instrumentais, voltados à aquisição material e financeira. Os episódios são geridos majoritariamente por ameaças à integridade física, mas podem ser compostos por violências mais expressivas, particularmente as sexuais, denotando mais um mecanismo de reprodução da violência de gênero. Ofensores e vítimas desenvolvem um contrato coercitivo-cooperativo que rege suas expectativas e atitudes, propondo uma transação na qual há conversão dos bens obtidos em garantia de integridade física das vítimas. A maioria das vítimas coopera, aderindo ao contrato e negociando seus termos. Elas “*trabalham a mente*” dos ofensores e tentam criar empatia. O não cumprimento do contrato pelos ofensores ou a ausência de um que assegure minimamente a intenção instrumental do delito pode implicar em tentativa de reação e fuga por parte da vítima. Após a vitimização, o ex-refém geralmente percorre um itinerário de reparação e cuidados que começa pela delegacia de polícia e pode ou não prosseguir por outros órgãos públicos ou empresas – judiciário, seguradora do veículo, estabelecimento onde ocorreu a captura, etc. Raramente se recorre a serviços de saúde pois não há o “dano ao corpo”. Nestes espaços, é recorrente a exposição a vitimizações secundárias. As vítimas engajam-se em mecanismos de enfrentamento como resposta à vitimização. Elas engendram defesas e criam seus próprios “manuais de segurança” para protegerem a si e aqueles com quem compartilham laços afetivos. Familiares e amigos são fundamentais na co-construção de novos sentidos e ressignificação da experiência. As crenças religiosas e a necessidade de se retomar as obrigações da vida, como o trabalho e o cuidado com a família também mobilizam ao enfrentamento contínuo da vitimização. Nesse processo, os próprios familiares sofrem vitimização indireta, apresentando, muitas vezes, repercussões semelhantes às da vítima direta e ansiedade atrelada à possibilidade de perda do familiar sequestrado. Isto os impulsiona a reconfigurar a própria concepção de mundo e relação com o ente amado, pois a vida fica “*marcada*”.

Palavras-chave: *sequestro relâmpago*, interação coercitiva, vítimas, vitimização secundária, vitimização indireta, enfrentamento.

ABSTRACT

This study aims to understand the experience of victimization by *lightning kidnapping* and its repercussions to the victims, seeking a comprehension of the interactions that underlie the victimizing event and its characteristics as a crime. To accomplish this challenge, we examine the phenomenon based on four specific goals: characterize the *lightning kidnapping* events; analyze secondary victimizations; understand the influence of *lightning kidnapping* in the victim's course of life and health; and understand the repercussions within the family. The study has a qualitative approach, with individual interviews, guided by semi-structured interview scripts. The study had 35 victims, four family members and four offenders as participants, whose interviews generated data that was triangulated with newspaper reports and field observations from the police station and penitentiaries. *Lightning kidnapping* first appeared in Brazil in the 1990s as a form of criminal violence. The victims undergo a coercive frame and are held as hostages inside a motor vehicle. It is a crime shaped by the reality of cities being increasingly adjusted to a consumerist society, and its goals are largely instrumental, focused on material and financial gains. The episodes are managed mostly by threats to the victims' physical integrity, but may also comprise expressive violence, particularly sexual violence, which denotes another mechanism of social reproduction of gender violence. Offenders and victims engage on a coercive-cooperative contract that conducts their expectations and attitudes and guides a transaction in which the material assets acquired are exchanged for the victims' physical integrity. Most of the victims cooperate and adhere to the contract, negotiating its terms. They "work the mind" of offenders and try to generate empathy. The breach of contract by offenders or the absence of a contract that minimally ensures the instrumental intention of the offense may result in the victim's breach of contract by reacting and trying to escape. After the victimizing event, victims usually go through an itinerary in pursuit of restitution and care. It starts at the police station and might continue at other public services or private companies – judicial system, vehicle insurance company, the establishment where the hostage was taken, etc. Victims rarely resort to health services because there is typically no "harm to the body". At these institutions, victims are repeatedly exposed to secondary victimization. The former hostages engage in coping mechanisms in response to victimization. They create defenses and craft their own "safety guides" to protect themselves and those with whom they share emotional bonds. Family and friends are fundamental in the co-construction of new meanings for the experience. In this process, family members suffer indirect victimization, often presenting repercussions similar to those of the direct victim and anxiety related to nearly losing the kidnapped relative. This impels them to rebuild their own conceptions of the world and of the relationships with their loved ones, because life is now "marked".

Keywords: lightning kidnapping, coercive interaction, victims, secondary victimization, indirect victimization, coping.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Quadro I.	Faixa etária dos participantes entrevistados	48
Quadro II.	Fases do <i>sequestro relâmpago</i>	58-59
Quadro III.	Número de vítimas em cada caso	61
Quadro IV.	Conjunto de ofensores em cada caso de SR	64
Quadro V.	Proporção da díade ofensor X vítima	64
Quadro VI.	Tipos de abordagem às vítimas	68
Quadro VII.	Duração do <i>sequestro relâmpago</i> conforme percepção da vítima	73
Quadro VIII.	Relação entre captura e soltura	76
Quadro IX.	Finalidades do <i>sequestro relâmpago</i>	77
Quadro X.	Dimensões da quebra do contrato pela vítima	119-121
Quadro XI.	Ano de ocorrência do <i>sequestro relâmpago</i>	243
Quadro XII.	Categorias da análise de reportagens de A Folha de São Paulo	246
Figura I.	Violências expressivas e instrumentais nos casos	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Psiquiátrica Americana
B.O.	Boletim de Ocorrência
CEDAP	Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa
CIA	Centro Industrial de Aratu
CRIE	Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais
DEAM	Delegacia Especial de Atenção à Mulher
DRFRV	Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos
DSM-IV	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 4ª edição
DSM-IV-TR	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 4ª edição - texto revisado
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição
EUA	Estados Unidos da América
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
HIV	Human Immunodeficiency Virus ou Vírus da Imunodeficiência Humana
IML	Instituto Médico Legal
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Polícia Militar ou Policial Militar
SAC	Serviço ao Atendimento do Cidadão, do Governo do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SP	São Paulo
SR	<i>Sequestro Relâmpago</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TCA	Teatro Castro Alves
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. Vitimização.....	18
2.2. Os delitos e a interação ofensor-vítima	22
2.2.1. Roubo.....	22
2.2.2. <i>Carjacking</i>	24
2.2.3. Sequestro.....	25
2.2.4. Sequestro express.....	30
2.2.5. <i>Sequestro relâmpago</i>	32
2.3. Repercussões e Enfrentamento da vitimização	33
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	45
3.1. Campo de pesquisa, participantes e produção de dados.....	45
3.2. Análise dos dados	52
3.3. Questões éticas	54
CAPÍTULO I O DELITO DO <i>SEQUESTRO RELÂMPAGO</i>	57
I.1. Co-vítimas, co-ofensores e a díade.....	60
I.2. Tipos de abordagem.....	67
I.3. Armas	70
I.4. Os tempos do <i>sequestro relâmpago</i> (duração, horário de captura e soltura)	73
I.5. Finalidades do <i>sequestro relâmpago</i>	77
I.5.1. Roubo de pertences da vítima: o <i>baculejo</i>	79
I.5.2. Tentativas ou efetivação de saques ou compras	80
I.5.3. Roubo do veículo	80
I.5.4. Violência sexual.....	83
I.6. Os usos do refém	87
I.7. Instrumentalidade e expressividade do delito.....	92
CAPÍTULO II O CONTRATO E SUAS IMPLICAÇÕES.....	99
II.1. “Trabalhando a mente”: Negociando o resgate	105
II.2. Fugir ou não fugir, eis a questão.....	112
II.3. As fugas: Rompendo o contrato	116

CAPÍTULO III	ITINERÁRIOS PÓS- <i>SEQUESTRO RELÂMPAGO</i> E VITIMIZAÇÕES SECUNDÁRIAS: Um retrato dos recursos sócio-institucionais disponíveis	124
III.1.	A relação com a polícia: entre a expectativa e a realidade	124
III.1.1.	Itinerário da queixa policial.....	124
III.1.2.	“ <i>Foi tranquilo</i> ”: as experiências exitosas.....	128
III.1.3.	“ <i>Não vai dar em nada</i> ”: as críticas à polícia investigativa.....	131
III.2.	A relação com a justiça	141
III.3.	A relação com a seguradora do veículo	143
III.4.	Relação com outras empresas: “ <i>vão-se os anéis, ficam-se os dedos</i> ”.....	144
III.5.	A publicização da violência sofrida: os urubus e a fofoca de interior	145
III.6.	Prejuízos pessoais e financeiros.....	146
III.7.	Serviços de saúde.....	150
CAPÍTULO IV	O LEGADO DO <i>SEQUESTRO RELÂMPAGO</i>	153
IV.1.	Defesas.....	153
IV.2.	Em algum lugar no tempo.....	159
IV.3.	Retomando controle	163
IV.4.	Os medos não exorcizados.....	168
IV.5.	Os sustentáculos sociais: Família e amigos	174
IV.6.	Discursos sobre a saúde	182
CAPÍTULO V	A VITIMIZAÇÃO CAPILARIZADA: Repercussões entre familiares....	190
V.1.	A descoberta	190
V.2.	Efeitos nos familiares	193
V.3.	História marcada.....	200
CAPÍTULO VI	REINTERPRETANDO A VITIMIZAÇÃO	203
VI.1.1.	Podia ter sido pior: o método comparativo	203
VI.1.2.	O viver prevenindo: desdobramentos na vida cotidiana	207
VI.1.3.	A violência destilada: Sobre um olhar positivo	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	227
APÊNDICES	237

1. APRESENTAÇÃO

Era uma terça-feira à noite, por volta das 22 horas, eu saía de um prédio residencial localizado em uma das maiores e mais importantes avenidas da cidade de Salvador¹, onde havia feito minha primeira entrevista com uma vítima de *sequestro relâmpago*. Tinha ido de carro neste dia e estacionara do lado de fora do condomínio. Caminhei do edifício à portaria principal até finalmente sair pelo portão. Saí e me percebi paralisada. As grades do portão que me prometiam proteção tinham ficado para trás e estava sendo lançada à rua vazia, sem iluminação e transeuntes. Sem mais pensar, disparei em direção ao meu carro, olhando por todos os lados e ângulos possíveis naqueles segundos que transcorreram, torcendo para meus pensamentos mais sombrios não se cumprirem. Cheguei no carro, abri a porta, fechei a porta, tranquei, coloquei a chave na ignição e saí.. tudo isso em poucos segundos. Mas por que a pressa? Sem grandes elucubrações, eu senti que estava fugindo.

A narrativa amedrontadora historiada pela informante, com intensidade e detalhismo peculiares, me transportaram à sequência de eventos que lhe ocorreram. Era um convite que me fazia para reviver com ela a angústia ainda fortemente remoída. Ao tempo em que o medo tinha o poder de contaminar qualquer um disposto a escutar e se conectar com suas emoções e experiência, a mim também soava como um chamamento. Ela me convocava a apreender seu testemunho e respeitosa e utilizá-lo em prol de um bem mais amplo que sua experiência “individual”. Este foi um denominador comum das vítimas diretas e indiretas que me ajudaram a construir este trabalho: havia uma esperança em contribuir ao confienciarem a própria experiência.

Ao longo do meu percurso, entrevistando vítimas de *sequestro relâmpago* e conversando com dezenas, talvez centenas de pessoas que não se intitulavam como tal, permanecia sempre um gosto amargo do medo infiltrado no dia-a-dia dessas pessoas, ora por terem elas mesmas sido vítimas diretas de algum delito, ora por serem elas indiretamente expostas às várias formas de violência. A sensação é de que sempre se conhece alguém que já passou por alguma violência nas ruas, um telefone celular roubado, talvez um relógio, assaltos, furtos, *sequestro relâmpago*... são vários os cenários da violência vivida hoje no Brasil.

¹ Avenida Luís Viana, também conhecida como Avenida Paralela.

Todo cuidado é pouco para não sucumbir a um determinismo já amplamente combatido acerca das “causas” da violência. O que a produz e a reproduz é, claramente, uma pluralidade de elementos interdependentes: individuais, sociais, econômicos, morais, ideológicos e políticos (*politics* e *policies*) de uma época. As violências são uma forma de ser e estar no mundo e são expressas nas microrrelações que cada sujeito exerce. Entretanto, hoje, nos deparamos com uma radicalidade dos conflitos na sociedade (BARREIRA, 2013) que faz brotar, cada vez mais, conflitos interpessoais. Mas “a criminalidade se distribui de forma diferenciada pela cidade, afetando, portanto, seus moradores, de forma distinta e gerando, conseqüentemente, medos diferenciados” (BAIERL, 2004, p.15).

Em busca dos “medos diferenciados” que as vítimas de *sequestro relâmpago* vivenciam e de outras dimensões biopsicossociais influenciadas pela vitimização por tal delito, procuramos entender a experiência de vítimas diretas e indiretas. Nossa proposta, para este trabalho, foi **conhecer a experiência de vitimização e repercussões do sequestro relâmpago, procurando uma compreensão sobre as interações que permeiam o evento vitimógeno e suas características como delito**. Para cumprir o desafio, formulamos os objetivos específicos a seguir:

1. Caracterizar os eventos de *sequestro relâmpago*;
2. Analisar as vitimizações secundárias decorrentes do *sequestro relâmpago*;
3. Compreender a influência do *sequestro relâmpago* no curso de vida e saúde das vítimas, especialmente os mecanismos de enfrentamento;
4. Conhecer as repercussões nos familiares das vítimas.

Nossa pretensão foi, primordialmente, compreender o fenômeno do *sequestro relâmpago* e suas implicações para a vida e saúde das vítimas como uma forma de ampliar o conhecimento a respeito da “qualidade de vida vivida” por elas. Afinal, “proporcionar saúde significa, além de evitar doenças e prolongar a vida, assegurar meios e situações que ampliem a qualidade de vida ‘vivida’, ou seja, ampliem a capacidade de autonomia e o padrão de bem-estar.” (BUSS, 2000, p.174).

Assim, abracei o chamamento que me foi feito reiteradamente durante o processo de entrevistas, aceitando o desafio de explorar as formas de se pensar o cuidado com aqueles que

se sentem vítimas da violência. Nesse percurso, me deparei com o medo angustiante que passa a compor a visão de mundo dessas vítimas. Ao mesmo tempo, testemunhei e me inspirei na vitalidade com que essas pessoas batalhavam contra seus medos (embora respeitando seus limites) em favor de uma existência substancial e feliz.

Nosso texto apresenta, a seguir, as teorias e estudos empíricos que fundamentam as discussões dos nossos dados, perpassando três eixos temáticos: vitimização; interação e delitos; repercussões e enfrentamento da vitimização. Posteriormente, discutiremos sobre nosso processo metodológico e, na sequência, iniciam-se os capítulos de análise e discussão dos dados coletados conforme a sucessão abaixo:

Capítulo I: *O delito do sequestro relâmpago* – caracterização dos elementos peculiares do *sequestro relâmpago*;

Capítulo II: *O contrato e suas implicações* – análise das negociações que ocorrem frente às expectativas que cada ator tem no desenrolar da interação e discussão sobre a manutenção e rompimento do contrato coercitivo-cooperativo pela vítima;

Capítulo III: *Itinerários pós-sequestro relâmpago e vitimizações secundárias* – descrição da trajetória de busca por cuidados e reparação em órgãos e instituições que acabam por expor as vítimas a novas vitimizações (secundárias);

Capítulo IV: *O legado do sequestro relâmpago* – análise das repercussões da vitimização e mecanismos de enfrentamento por parte das vítimas, com especial enfoque a categorias como o tempo, o controle sobre o próprio destino, as defesas pessoais, a noção de mortalidade, os medos, o cotidiano de vida, a família e a saúde;

Capítulo V: *A vitimização capilarizada* – achados a respeito de como os familiares se sentem afetados pelo *sequestro relâmpago* de um dos seus membros.

Capítulo VI: *Reinterpretando a vitimização* – discussão acerca dos novos olhares que a vítima lança sobre a experiência de vitimização, proporcionando ressignificações mais positivas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Vitimização

O campo de estudos sobre a vítima, nomeado como vitimologia, tem suas origens nos trabalhos de Hans von Hentig, com “The criminal and his victim”, de 1948 e Mendelsohn, com “The Origin and Doctrine of Victimology”, de 1963 (ALEGRÍA, 2011; CUAREZMA TERÁM, 1996; DOMINGUEZ, 2010; KOSOVSKI, 2012; WALLACE, 2007). A partir deste ponto, a vítima passou a ser central em estudos do campo vitimológico, abandonando o tradicional papel de coadjuvante – como “sujeito passivo, neutro, estático” (CUAREZMA TERÁM, 1996; KOSOVSKI, 2012) – dos estudos da Criminologia.

Entretanto, a primeira leva de estudos que trazem a vítima como protagonista dos crimes reproduz uma noção da vítima responsável, em alguma medida, pela própria vitimização. A tipologia formulada por Mendelsohn em 1963, por exemplo, seguia esse fundamento e era composta por seis categorias distintas: a vítima completamente inocente; a vítima com culpa mínima; a vítima que é tão culpada quanto o algoz; a vítima mais culpada que o algoz; a vítima plenamente culpada; a vítima imaginária (WALLACE, 2007).

O estudo da vítima passou por uma transformação significativa: inicia-se com a concepção de vítima responsável pela própria vitimização e desabrocha atualmente em estudos multidisciplinares em três diferentes frentes de trabalho: 1. Estudo das razões (caso haja) do “por quê” ou “como” a vítima entrou em uma situação perigosa, numa perspectiva mais voltada para a dinâmica que resultou na vitimização (ao invés da visão culpabilizatória); 2. Avaliação da interação da polícia, sistema de justiça e outras agências com a vítima; 3. Avaliação da eficácia dos esforços em compensar vítimas por suas perdas, atendendo às suas necessidades pessoais e emocionais (WALLACE, 2007).

Para a vitimologia crítica, a vítima deve ser compreendida a partir dos processos sociais que estruturam sua vitimização (PAES-MACHADO, NASCIMENTO, 2014). Conforme Walklate (2007, p.129), “vitimologia crítica articula a visão de que é em meio às práticas rotineiras da vida cotidiana que os processos de vitimização são produzidos e reproduzidos.”² Esta autora atenta para a falácia da noção de vítima como estruturalmente neutra. “A vítima

² “critical victimology articulates the view that it is within the routine practices of everyday life that the processes of ‘victimization’ are produced and reproduced.”

do crime não é uma entidade neutra, mas uma [entidade] que é claramente socialmente estruturada, em que o dano causado por crimes não é partilhado igualmente entre todos os cidadãos da sociedade.”³

Há também um interesse mais recente em entender as consequências traumáticas dos acontecimentos violentos na vida das pessoas (DOMINGUEZ, 2010). Tal mudança paradigmática dos estudos sobre vítimas foi impulsionada por avanços no campo dos direitos humanos, com especial destaque para os direitos das mulheres, uma bandeira levantada pelo movimento feminista a partir da década de 1970 (WALLACE, 2007). Desse período em diante, diversos estudiosos, assim como atores políticos, passaram a dar mais visibilidade a políticas voltadas para a vítima (WALKLATE, 2007).

Neste contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU), formula em 1985 a Declaration of Basic Principles of Justice for Victims of Crime and Abuse of Power, segundo a qual as vítimas de crime seriam:

peçoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido danos, incluindo lesões físicas e mentais, sofrimento emocional, perda financeira ou diminuição substantiva dos seus direitos fundamentais, através de atos ou omissões que violem legislações penais vigentes entre os Estados-Membros, inclusive leis que proíbem o abuso de poder. (ONU, 1985, sem página).

Esta Declaração também reconhece que a família imediata e dependentes de vítimas diretas devem ser reconhecidas como vítimas, apontando para o que alguns autores nomeiam de “vítimas indiretas” ou “vítimas secundárias”.

Para Dominguez (2010, p.2), a vítima direta seria qualquer sujeito exposto diretamente a um evento traumático e as vítimas indiretas são “personas que han sido testigos directos del trauma sin haber sido, a pesar de ello, afectados personalmente⁴.” Dominguez (2010, p. 2) denomina de “traumatizacion secundaria” os transtornos emocionais vividos por vítimas indiretas “contagiadas” pelo trauma da vítima direta (DOMINGUEZ, 2010, p.2). Outros autores nomeiam esse fenômeno como “vitimização indireta” (Cf. RIGGS & KILPATRICK, 1990; CARDIA, 1999, 2004; XIE & MCDOWALL, 2008).

Nancy Cardia relaciona vitimização e “exposição à violência”, esclarecendo que a vitimização direta refere-se à experiência primária de violência, ao passo que a vitimização

³ “The victim of crime is not a neutral entity but one that is clearly socially structured in which the harm done by crime is not shared equally among all society’s citizens.”

⁴ “peçoas que testemunharam o trauma sem serem, no entanto, afetadas pessoalmente”

indireta faz referência à violência testemunhada por pessoas ou aquela que envolve parentes e amigos próximos cientes da violência sofrida por outro. (CARDIA, 1999; CARDIA, 2004). Esta autora também pontua, conforme outros estudiosos, que há mais vitimização indireta do que direta (CARDIA, 1999).

Para Echeburúa, Coral e Amor (2003), a vitimização primária seria definida como aquela que deriva diretamente do ato criminoso, ao passo que a “vitimização secundária é determinada por relacionamentos subsequentes entre vítima e o sistema penal-judicial (polícia, sistema judicial, etc.) ou com serviços sociais defeituosos” (p. 13).

A expressão “vitimização secundária” teria sido cunhada por Kühne, em 1986, com a obra “Krimonologie: Victimologie der Notzucht⁵” (ALEGRÍA, 2011; DOMINGUEZ, 2010). O termo se refere a:

todas as agressões psicológicas (não intencionais, mas efetivas) que a vítima recebe em sua relação com os profissionais dos serviços de saúde, policiais ou do sistema judiciário (interrogatórios, reconstrução de eventos, presença nos julgamentos, identificação de acusados, lentidão e demora dos processos, etc.), bem como os efeitos da cobertura da imprensa sobre o evento pelos meios de comunicação. (DOMINGUEZ, 2010, p.3).

De modo semelhante, Janoff-Bulman (1992, p.147) apresenta a vitimização secundária como “danos secundários”, citando a nomenclatura de Martin Symonds, e conceituando tal expressão como os “re-danos” sofridos por “sobreviventes” por causa “das falhas em receber apoio esperado de agências sociais, comunidades, sociedade em geral e mesmo da família e amigos”⁶.

Lurigio (1987) usa os termos “vitimização prévia”, para aqueles que já tiveram experiência anterior de vitimização (revitimização) e o termo “vitimização vicária”, que poderia se aproximar do que conhecemos como vitimização indireta.

Como vemos, há variações no que tange às definições do conceito de vitimização, diferindo de acordo com as categorias crime, violência e trauma. Em meio a várias nomenclaturas para fenômenos semelhantes, optamos neste estudo por utilizar os termos vítima ou vitimização direta (a pessoa esteve diretamente envolvida com o evento vitimógeno), vítima ou vitimização indireta (pessoas que guardam relação afetiva com a

⁵ Criminologia: Vitimologia do Estupro

⁶ “Following their traumatic experience, the survivors are ‘re-injured’ through the failure to receive expected support from social agencies, communities, society in general, and even from family and friends” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.147).

vítima direta); e vitimização secundária (processo de ser novamente vitimizado em decorrência da vitimização direta).

A respeito das teorias que vêm sendo elaboradas e utilizadas desde então no campo da Vitimologia, Hindelang e outros (apud KENNEDY & SACCO, 1998), em 1978, propuseram explicar o crime e a vitimização a partir da teoria dos estilos de vida. Essa teoria reflete sobre as diferentes formas como as pessoas distribuem seu tempo e suas atividades de lazer e de ocupação. O argumento central desta teoria é defender que grupos com estilos de vida diferentes serão submetidos a diferentes riscos de vitimização.

Cohen e Felson (1979) contribuíram com a discussão sobre as oportunidades a partir da Teoria das Atividades Rotineiras, em que propunham a existência de três elementos mínimos para a ocorrência do crime: um perpetrador com inclinação para o crime; um alvo adequado, que seria uma pessoa ou coisa a qual o perpetrador pode vir a atacar; e a ausência de um guardião capaz, ou seja, a ausência de qualquer elemento que tenha o poder de desencorajar a ação do perpetrador (CLARKE & FELSON, 1993; KENNEDY & SACCO, 1998; WALLACE, 2007). Esta teoria não analisa a motivação das pessoas para cometer o crime, mas como a organização das atividades no espaço transforma a intenção criminosa em ação (KUBRIN, STUCKY & KROHN, 2009). Uma vantagem em analisar o crime a partir desta perspectiva, segundo Kubrin et al (2009), seria a de possibilitar a elaboração de estratégias potencialmente redutoras do crime em se reduzindo as oportunidades para o crime, que deriva uma linha de pesquisa denominada Situational Crime Prevention (prevenção situacional do crime). “Se crimes predatórios ocorrem em determinadas situações com características previsíveis, então pode ser possível reduzir o crime usando este conhecimento”⁷ (KUBRIN et al, 2009, p.38).

A teoria das Atividades Rotineiras endossa a ideia de um ofensor racional, defendida pela Teoria da Escolha Racional. Esta traz a perspectiva de como o perpetrador do delito cria ou explora as oportunidades criminais a partir de uma “escolha racional”; ou seja, “o ofensor em potencial pesa os custos e benefícios potenciais do crime e decide em um curso de ação à luz destes custos e benefícios”⁸ (KUBRIN, STUCKY, KROHN, 2009, p.34; KENNEDY & SACCO, 1998). Esta racionalidade dos ofensores estaria restrita às informações que eles possuem, e, portanto, teriam uma “racionalidade limitada” (KUBRIN, STUCKY, KROHN, 2009). Além disto, suas decisões e ações dependerão, por vezes, de rápidos julgamentos ou mesmo poderão tomar essas decisões sob efeito

⁷ “If predatory crimes occur in given situations with predictable characteristics, then it may be possible to reduce crime using this knowledge.”

⁸ “potential offender weighs the potential costs and benefits of crime and decides on a course of action in light of these costs and benefits.”

de drogas (KENNEDY & SACCO, 1998). Assim, esta teoria sugere que o ofensor em potencial “pesa os riscos de punição e as recompensas esperadas”⁹ (KUBRIN, STUCKY, KROHN, 2009, p.35).

2.2.Os delitos e a interação ofensor-vítima

2.2.1. Roubo

Luckenbill (1981) colabora com a literatura sobre roubos em seu artigo que explora a interação social gerada em uma situação coercitiva – interação esta composta minimamente pela pessoa que é a fonte da coerção (o ofensor) e pelo alvo (a vítima do roubo). Segundo seu estudo, seriam quatro os estágios da interação forçada. O primeiro estágio se dá com o estabelecimento da co-presença pela fonte, ou seja, quando o perpetrador do roubo escolhe sua vítima e a aborda procurando evitar reações não controláveis. Para tal, o ofensor tende a usar duas estratégias distintas: a ação furtiva, atacando vítimas distraídas, com o emprego de recursos punitivos; ou através da simulação de comportamentos “normais”, aparentando ser uma pessoa comum e legítima àquele cenário. Segundo este autor, “quando o ofensor falha em estabelecer a co-presença sem alarmar a vítima e sem provocar forte oposição, o roubo é colocado em risco”. (LUCKENBILL, 1981, p. 30).

Uma vez estabelecida a co-presença, inicia-se a segunda fase, na qual ofensor e vítima desenvolvem co-orientação que os levam ao enquadramento comum de roubo. Assim, os envolvidos no roubo, tanto a fonte quanto o alvo, reorientam suas interações, transformando seu encontro e suas respectivas condutas em uma definição comum de situação que promove a ação conjunta. A vítima, na tentativa de evitar dano físico ou morte, reprime qualquer desejo de oposição e permite que o perpetrador leve seus bens. E o ofensor, por sua vez, para obter os bens da vítima, deve controlar as condutas dela por meio da força (LUCKENBILL, 1981). As vítimas que cooperam ratificam o enquadramento, enquanto aquelas que se opõem colocam o enquadramento em risco e, a partir daí, o perpetrador seguirá com novas ações.

⁹ “The rational choice model suggests that the potential criminal weighs both the risks of punishment and the expected rewards.”

A terceira fase vem em seguida e é quando ocorre a transferência dos bens da vítima para o ofensor, que pode ser realizada por uma das partes ou ambas. Por último, a quarta fase, aquela na qual o ofensor retira-se do cenário e, para isso, procura separar sua identidade situacional (ofensor), da sua identidade pessoal para evitar identificação posterior (LUCKENBILL, 1981).

Este autor propõe ainda algumas condições necessárias para a cooperação voluntária de vítimas em situação coercitiva baseada na força: comunicação efetiva, ou seja, o alvo deve compreender claramente as informações advindas da fonte; e o enquadramento coercitivo deve ser convincente; para tanto o ofensor deve mostrar-se sério, com frieza, ser duro, tenso ou nervoso, e manipular seus recursos punitivos de maneira ameaçadora; a fonte deve ser hábil em mostrar sua capacidade punitiva e deve exercer punição de modo contingencial à oposição do alvo (LUCKENBILL, 1981).

O enquadramento convincente é mais crível quando há presença de recursos letais, como a arma de fogo (LUCKENBILL, 1981). O aumento no uso de armas de fogo, por outro lado, pode ter contribuído para diminuição da violência física exercida contra as vítimas, já que a probabilidade de elas resistirem ao roubo, diante de uma arma de fogo, seria menor (CONKLIN, 1972).

Quando o ofensor tem um recurso letal (uma arma) ele se torna mais firme com a vítima a fim de intimidar e demonstrar a sua capacidade. Se não tem um recurso letal ele usa força adicional para conseguir que a vítima ceda (LUCKENBILL, 1981). Nesse sentido, Bennett e Brookman (2009) indicam que a violência física (de caráter instrumental) pode ser utilizada no início do roubo para garantir cooperação por parte da vítima e também durante o roubo para enfrentar reações de resistência da vítima (BENNETT, BROOKMAN, 2009).

A arma de fogo tem, portanto, quatro grandes funções, segundo Conklin (1972): criar uma zona de amortecimento entre o perpetrador e a vítima; intimidar a vítima, diminuindo a probabilidade de resistência dela e possível embate; garantir à vítima que se trata de um roubo, de fato; e garantir a fuga do perpetrador (CONKLIN, 1972).

2.2.2. Carjacking

O *carjacking*¹⁰ é uma forma de roubo de veículo em que há uso ou ameaça de uso de força (MIETHE, SOUSA, 2010). São roubos “oportunisticos” e seus alvos são “‘oportunistas em alerta’ que são preparados para responder usando pistas abreviadas para avaliar rapidamente alvos atraentes”¹¹ (MIETHE, SOUSA, 2010, p. 241). Para Jacobs (2012, p.472), *carjacking* é:

criminal e predatória. Ele tenta impor controle físico sobre o alvo. Mobiliza ameaças de privação para fazê-lo. Invoca demonstrações de poder, que podem ser explícitas ou presumidas. Mais importante, requer atenção à co-presença e mais especificamente, à velocidade com que a copresença leva à coerção efetiva. Pouca velocidade pode advertir os alvos; muita velocidade pode amedrontá-los e criar oposição.¹²

Segundo este autor especula-se que tais delitos sejam crescentes em anos recentes por causa de tecnologias anti-furto sofisticadas que dificultam o furto do veículo; o *carjacking* seria mais simples já que não enfrenta esses obstáculos tecnológicos: ameaça-se a vítima, toma-se o controle do carro e por fim, foge-se dirigindo (JACOBS, 2012). O mesmo autor salienta que *carjackings* são geralmente perpetrados por mais de um ofensor, ofensor e vítimas são desconhecidos e há uso de algum tipo de arma, geralmente de fogo (JACOBS, 2012).

Há semelhanças entre roubo e *carjacking*, mas a presença do veículo como elemento central dos *carjackings* impõe algumas idiossincrasias: os veículos podem ser usados como armas e escudos e inserem outros desafios devido a sua mobilidade (JACOBS, 2012).

Copes et al. (2012) entrevistaram 30 ladrões de automóveis (*carjackers*) e concluíram que os ofensores estão cientes de que a resistência interfere com seus objetivos e que erros na gestão das vítimas podem significar insucesso da empreitada e ameaça a sua segurança. Para tanto, elaboram estratégias para minimizar as chances de resistência das vítimas. Velocidade e furtividade seriam duas dessas estratégias:

¹⁰ *Carjacking* é uma palavra na língua inglesa que significaria “sequestro de carro”, mas que pode ser melhor traduzida para o português como “roubo de veículo com uso da força”

¹¹ “their offenders are viewed as ‘alert opportunists’ who are primed to respond by using short-hand cues to quickly evaluate attractive targets.” (MIETHE, SOUZA, 2010, p.241).

¹² “carjacking is criminal and predatory. It attempts to enforce physical control over a target. It levies threats of deprivation to do so. It invokes displays of power, which can be explicit or assumed. Most importantly, it requires attention to copresence and more specifically, the speed with which copresence leads to actual coercion. Too little speed can forewarn targets; too much can scare them and create defiance.” (JACOBS, 2012, p.472).

Diferentemente de outros ladrões [...], ladrões de carros dependem muito mais de velocidade e ação furtiva para abordar vítimas do que da manutenção da aparência de normalidade; é difícil, afinal, abordar estranhos em carros para conversar sem parecer suspeito¹³. (COPES et al., 2012, p.264).

Jacobs (2012) concorda com Copes et al. (2012), salientando que a velocidade minimiza as chances da vítima-motorista utilizar o veículo como arma e escudo, reduzindo, portanto, a necessidade do ofensor precisar contar com seu poder coercitivo para dominar as vítimas. Para Jacobs (2012) “é melhor prevenir a resistência¹⁴ do que responder a ela” (p. 486).

Copes et al. (2012) ainda evidenciam que os ladrões de carros não buscam por alvos ideais; eles, na verdade, procuram reconhecer situações convenientes para atacar, através de *scripts* que já conhecem pela experiência acumulada. Eles confiam em suas “habilidades intuitivas em reconhecer vítimas potenciais, detectar e gerir o risco criminal e improvisar se necessário” (p. 263).

Estes mesmos autores relatam que, dentre outros tipos de roubo, os *carjackers* são os mais prováveis em raptar vítimas, o que poderia ser uma aproximação aos casos de *sequestro relâmpago* no Brasil; entretanto, eles salientam que as vítimas de *carjackings* são raramente levadas (COPES et al., 2012; MIETHE, SOUZA, 2010).

2.2.3. Sequestro

A prática de se capturar reféns existe desde as civilizações antigas, com registros em escritos religiosos e mitológicos (WRIGHT, 2009), ou seja, o sequestro existe “desde que a história é registrada” (SPECKHARD et al., 2005, p.122).

Sequestro é uma palavra derivada do latim *sequestrum*, definido como um “crime que consiste em reter ilegalmente alguém, privando-o de sua liberdade” (FERREIRA, 1986). Em

¹³ “Unlike other robbers [...], carjackers relied much more on speed and stealth to approach victims than on maintaining normal appearances; it is difficult, after all, to approach strangers in cars for conversation without appearing suspicious.” (COPES et al., 2012, p.264).

¹⁴ Miethe e Souza (2010) apontam que houve resistência física ou verbal em 22% dos casos de *carjacking* analisados por eles. Os co-autores examinaram os 241 relatos policiais de *carjacking* ocorridos na cidade de Las Vegas entre os anos de 2002 e 2004.

consequência da privação de liberdade, o sequestrado é forçado a se submeter aos desejos do sequestrador (WRIGHT, 2009). Embora o termo *kidnapping* (sequestro na língua inglesa) represente diversos tipos de comportamentos, seu fundamento legal é a tomada ou detenção de uma pessoa sem uma autoridade legal e contra a sua vontade (ALIX, 1978).

Nos Estados Unidos, cada estado tem seu código penal, entretanto todos apresentam elementos comuns no que se refere à definição de *kidnapping*: (1) o transporte (2) intencional e consciente de uma pessoa por outra, (3) sendo contra a vontade da primeira, (4) através da força ou ameaça de uso da força, e (5) “restringindo, segurando ou confinando essa pessoa por certo período de tempo” (FISHER, LAB, 2010, p.509). Perante a lei estadunidense, existe outro tipo de evento similar ao sequestro denominado “false imprisonment”, que abarca os eventos em que uma pessoa consciente e intencionalmente restringe ilegalmente outra pessoa interferindo na liberdade desta última. A diferença mais elementar em relação aos dois tipos de crime seria o transporte da vítima, ausente na definição de “false imprisonment” (FISHER & LAB, 2010).

No Brasil, o código penal discrimina o “sequestro” como duas entidades legais: o artigo 148 apresenta o “sequestro e cárcere privado”, definido como o ato de “privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado”, podendo a pena variar de um a oito anos, a depender dos agravantes; e o artigo 159 representa a “extorsão mediante sequestro”, definido como o ato de “sequestrar pessoa com o fim de obter para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate”, podendo a pena variar de oito a 30 anos, de acordo com os agravantes (BRASIL, 1940).

Wright (2009) aponta que os dados estatísticos sobre sequestros não são precisos devido, em grande parte, a três motivos: a desconfiança dos cidadãos em relação à polícia, o que os afasta do registro formal; adulteração de dados existentes por interesses políticos de governos; e ausência de uma definição universal do crime de sequestro. Entretanto, ele salienta que os dados existentes, com base em relatos de sobreviventes, reportagens de jornais e os registros oficiais dão conta de caracterizá-lo como um problema que vem crescendo mundialmente.

Avançando nossa compreensão sobre o sequestro, Sutherland e Cressey (1966 apud ALIX, 1978), defendem que apesar de compor uma única entidade legal, o sequestro não é uma entidade sociológica homogênea. De modo semelhante, Alix¹⁵ (1978), em seu estudo sócio-histórico sobre

¹⁵ Segundo este autor, “nenhuma outra fonte de dados históricos [aqui inclusos arquivos do FBI e Congresso estadunidense] da sociedade americana é comparável à extensão, detalhamento e continuidade [do jornal *New York Times*]”.

sequestros, examina todos os casos divulgados pelo *New York Times* que ocorreram (ao menos parcialmente) nos EUA, no decorrer de um século (1874 a 1974) e formula uma tipologia composta por quinze diferentes tipos de sequestro¹⁶. O *sequestro relâmpago* se enquadraria no que ele denomina de “sequestro para roubo”, em que a vítima é levada para ser ilegalmente desapossada de algum bem que não seja o pagamento de resgate (AZEVEDO, 2011).

Com base nessas categorias propostas por Alix (1978), Fisher e Lab (2010) salientam que existem os sequestros de caráter político, sexual, financeiro, doméstico, psicológico, relacionado ao escravismo, e associado à tomada de reféns. Alexander e Klein (2009) diferenciam os sequestros de acordo com os motivos alegados pelos autores, sejam eles expressivos (esforço em publicizar alguma queixa ou expressar emoções frustradas) ou instrumentais (para obter um resultado específico, como um resgate). Briggs (2001) colabora com a diferenciação entre sequestros motivados por interesses financeiros e aqueles de caráter político¹⁷. Ela, entretanto, ressalta que, embora a definição dos termos seja clara, existe comumente uma “área cinzenta” dessa tipologia dicotômica, ou seja, em muitos sequestros haveria interesses econômicos e políticos envolvidos.

O sequestro tem sido apontado como um crime de perpetradores inteligentes, organizados e calculistas, que exige alta complexidade técnica, sem improvisações, em que tudo deve ser analisado e previsto, com cálculos de risco-benefício (GRUHIER, 1979).

O momento de maior nervosismo para o perpetrador seria quando ocorre o rapto (CAPOTORTO, 1985). A vítima passa de um estado de liberdade para um de coerção física, em que uma inesperada reação da vítima pode colocar os envolvidos em risco. Começa, então, a fase de “aprisionamento”, na qual a vítima vivencia um “desprendimento” do mundo, perde a noção de tempo, possivelmente passa a ter isolamento visual e de sons e movimentos corporais limitados (CAPOTORTO, 1985; WRIGHT, 2009). O cativo é um elemento característico do sequestro e bastante simbólico na representação da dominação a que o refém

¹⁶ 1) *White Slavery*: mulheres seqüestradas para prostituição comercial; 2) Situação com refém; 3) Roubo de crianças; 4) Seqüestro relacionado a questões domésticas; 5) Seqüestro para estupro ou outra agressão sexual; 6) Seqüestro para assassinato ou outras agressões não sexuais; 7) Seqüestro para roubo; 8) Seqüestro romântico; 9) Seqüestro aéreo; 10) Falso seqüestro com resgate; 11) Conspiração ou Aborto de Seqüestro com resgate; 12) Ameaça de Seqüestro para extorsão; 13) Seqüestro com resgate desenvolvido; 14) Seqüestro com resgate clássico; 15) Seqüestros diversos: casos raros envolvendo a tomada ilegal de pessoas que não esteja contemplada nas categorias já citadas.

¹⁷ No Brasil, até o final da década de 1980, os sequestros ocorridos eram, na sua maioria, de natureza política; as vítimas – geralmente diplomatas estrangeiros – serviam como moeda de troca por prisioneiros políticos da ditadura militar (MALLAN, 1995). O primeiro seqüestrado político no Brasil foi o embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 1969 (ROCHA, 2008). Entretanto, a partir do sequestro do empresário Abílio Diniz, em 1989, o perfil de sequestros no país se transformou. Nos meses subsequentes a esse caso, houve aumento expressivo na frequência de sequestros de natureza financeira, atingindo os ricos e a classe média (MALLAN, 1995).

é submetido. Conforme reflexão de Lassange (2001, apud SPECKHARD et al., 2005, p.122): “Durante todo o período de cativeiro forçado, um cativo de repente descobre que sua vontade está sob o controle de seu captor, que ele deve controlar suas emoções e que, de fato, seu comportamento deve assemelhar-se, quando não, se tornar, um ato de submissão”¹⁸. Nesse sentido, o refém deve demonstrar aos sequestradores que eles estão no controle da situação para maximizar suas chances de sobrevivência (WRIGHT, 2009). A angústia é inevitável, provocada pelo isolamento e falta de informações a respeito do seu salvamento (CAPOTORTO, 1985). Não ter a noção do desfecho é a pior característica do sequestro para a vítima (RICHARDSON, 1985).

O controle coercitivo sobre reféns é comumente opressivo e quando combinado com ações aterrorizantes requer que reféns exercitem grandes esforços de auto-controle, auto-tranquilização e estratégias de enfrentamento. Face a face com o terrorista, cada refém precisa realizar múltiplas decisões e análises de riscos quanto à situação, determinar o quanto ele ou ela pode aguentar, e avaliar quão grande são os riscos em protestar e resistir. Posto que a comunicação entre reféns é comumente controlada, essas decisões são comumente feitas sem a habilidade de consultar outros. Como ocorre quase sempre, quando a passividade é o resultado demandado, o refém precisa escolher estratégias que o restrinja quanto a comportamentos de protesto, histeria e rompantes emocionais que, se ativados, podem tornar-se a base para sua vitimização: até mesmo a morte (SPECKHARD et al., 2005, p. 123)¹⁹.

A negociação é a melhor estratégia para recuperar um refém, segundo Alexander e Klein (2009; 2010). Para estes autores, a negociação – entre sequestrador-negociador – permite que se ganhe tempo para possibilitar que: reféns, perpetradores e autoridades “esfriem os ânimos”; as autoridades descubram as motivações dos perpetradores, reúnam informações importantes e formulem uma estratégia de resgate caso a negociação venha a falhar.

A sobrevivência do refém deverá sempre ser prioridade absoluta da negociação (WRIGHT, 2009). Este autor esclarece que o refém é um péssimo negociador, pois informações fornecidas por ele podem afetar as negociações já encaminhadas com o

¹⁸ “During any period of forced captivity, a captive suddenly finds that his will falls under the control of his captor, that he must control his emotions and that indeed his behavior must resemble, if not become, an act of submission.” (Lassange, 2001, apud SPECKHARD et al., 2005, p.122).

¹⁹ “The coercive control over hostages is often oppressive and when combined with terrorizing actions requires hostages to exercise strong efforts of selfcontrol, self-soothing and *coping* strategies. Face to face with the terrorist, each hostage must make multiple decisions and analyses of risk regarding the situation, determine how much he or she can withstand, and assess how great the risks are for protest or resistance. Because communication between hostages is often strictly controlled, these decisions are often made without the ability to consult others. As is almost always the case, when passivity is the demanded outcome the hostage must choose strategies to restrain the self from protest behaviors, hysteria, and emotional outbursts that, if indulged, can become the basis for his or her victimization: even death” (SPECKHARD et al., 2005, p. 123).

negociador da família ou organização. “Uma parte fundamental da estratégia de negociação é que todas as ações visíveis ou verificáveis pelos sequestradores devem ser completamente congruentes com o que é dito pelo negociador.” (WRIGHT, 2009, p. 108). Entretanto, ele salienta que congruência e honestidade são diferentes. Informa-se apenas o necessário aos ofensores e tudo que é comunicado deve parecer genuíno, mesmo não o sendo.

Best (1982), em seu estudo sobre a transação extorsionista, traz contribuições teóricas importantes sobre a negociação entre agente extorsionista e alvo, ao explorar dimensões dessa transação examinando a estrutura dos relacionamentos entre os atores. Segundo ele, a extorsão é um tipo de crime predatório particularizado pelo relacionamento de barganha que é estabelecido entre o ofensor e o alvo – o alvo ao qual ele refere-se é o ator que negocia o resgate e não a vítima do rapto. Assim, o alvo reconhece que está sendo vítima de uma ação de exploração e reconhece que a sua cooperação é necessária ao sucesso da transação de troca (BEST, 1982). A partir disto, o alvo, assim como o ofensor, escolhe táticas a depender da interpretação que faz da sua própria ação e a do outro. Os atores tentam, assim, antecipar as intenções do outro e tentam atuar de tal modo que representem qualidades que queiram que sejam atribuídas a eles (GOFFMAN, 1969).

O alvo e o ofensor têm objetivos opostos nessa transação. Enquanto o alvo prioriza o refém ao resgate, o ofensor valoriza mais o resgate do que o refém e ambos tentam manipular a interação para atingir seus objetivos ou frustrar os esforços do outro (BEST, 1982). Segundo esse autor, os agentes da extorsão tendem a demonstrar um caráter de racionalidade e periculosidade, com certo traço de “humanidade”, fazendo seu alvo acreditar que ele é perigoso, podendo efetivar a ameaça, mas não o fará se o alvo cooperar. Assim, “cada ator procura apresentar um caráter, impulsionado por indicadores de comprometimento a um curso de ação anunciado, que é mais provável de persuadir o outro a cooperar” (BEST, 1982, p. 114).

O sucesso na intimidação das vítimas, segundo este autor, dependeria principalmente de dois fatores: quanto maior o valor da vítima para o alvo, maior a probabilidade de o alvo submeter-se às exigências do ofensor; e quanto maior a confiança que o alvo tenha nas agências de controle, maior a probabilidade de recorrer a essas agências, colocando em risco o ofensor (BEST, 1982). Assim, os ofensores têm o poder de produzir ameaça contra o refém, mas eles não controlam a transação. Segundo Best (1982), sem o contato face-a-face entre o ofensor e o alvo, nenhum dos atores pode refrear ou supervisionar efetivamente o outro.

No *sequestro relâmpago*, a vítima se enquadra como alvo e refém, numa relação diádica com o ofensor, mantendo contato direto e dispondo, portanto, de informações para tomar decisões e realizar interações mais estratégicas (AZEVEDO, 2011).

A esse respeito, Speckhard et al. (2005)²⁰ trazem outra análise importante ao discutirem elementos da interação sequestrador-refém. Elas esclarecem que, na seleção de vítimas de seu estudo, interagir de modo positivo com os sequestradores terroristas permitia a alguns reféns ganharem “poder de negociação” para pequenas concessões ou mesmo concessões maiores como a liberação de uma mãe e seus filhos. Ressalvamos que o sequestro de caráter terrorista, com motivação política e ideológica, como do caso acima, tem suas particularidades quando comparado ao sequestro extorsivo com motivação financeira. Entretanto, investindo em uma perspectiva de microanálise das interações, atentamos para a negociação como elemento constituinte da relação sequestradores-sequestrados em casos como este, do teatro russo, e também dos *sequestros relâmpagos*, cujos ofensores e vítimas estão em interação face a face.

As agressões, nos sequestros extorsivos tradicionais, são usualmente perpetradas com intento instrumental – são utilizadas para comunicar a falta de cooperação de familiares e organizações (WRIGHT, 2009). Violências não instrumentais, que o autor atribui a sociopatas e psicopatas, seriam uma variável aleatória e imprevisível (WRIGHT, 2009).

Marongiu e Clarke (1993) nos fornecem outra explicação para o uso desproporcional de “violência irracional” em sequestros: para eles haveria uma “motivação pela inveja”. Eles explicam que a relação entre sequestrador-sequestrado, nestes casos, pode ser movida pela “inveja hostil” do primeiro em relação ao segundo. Neste sentido, a “violência irracional” do sequestrador teria a função de levar o objeto invejado (o sequestrado) à sua destruição econômica, psicológica e física; que então, deixa de ser invejado. Outra explicação explorada pelos autores reflete a identidade assumida pelo sequestrador enquanto vítima de problemas políticos, sociais ou econômicos que são produzidos – ou representados – pela pessoa sequestrada. Nesse sentido, o sequestrador despersonaliza o sequestrado, percebendo-o como causador das suas mazelas e, então, entra num ciclo de violência brutal “justificável”.

2.2.4. Sequestro express

Cowie (2006), Briceño-León (2007) e Wright (2009) utilizam o termo “secuestro express” ou “express kidnaping” para referirem-se a uma modalidade delituosa em que o

²⁰ Estudo no qual entrevistaram onze vítimas de um sequestro terrorista ocorrido em um teatro russo em 2002, com mais de 800 reféns.

rapto caracteriza-se pela “captura de uma pessoa, retida durante seis horas, para permitir que os familiares retirem do banco ou caixa automático o dinheiro, jóias ou outros valores a serem entregues aos sequestradores”²¹ (COWIE, 2006, p. 280). Briceño-León (2007, p. 562) corrobora afirmando que “a pessoa é detida por apenas algumas horas e é forçada a retirar dinheiro dos bancos com os seus cartões ou pedir à família o pagamento de uma quantia que pode ser obtida com facilidade e prontidão”²². Wright (2009) também menciona o “express kidnapping” referindo-se a um sequestro que ocorre rapidamente, terminando em menos de 24 horas. Segundo ele, os sequestradores capturam suas vítimas em quiosques de bancos, estacionamento, escolas, casas noturnas, restaurantes ou outros locais públicos, e em seguida ligam para os familiares exigindo um resgate. Enquanto isso, os sequestradores levam a vítima para fazer saques de dinheiro em caixas eletrônicos. Este autor defende que o “express kidnapping” seria uma variação do delito conhecido nos EUA como “ATM abduction” cuja vítima é “capturada da mesma maneira e levada para vários caixas eletrônicos para retirar o máximo de dinheiro possível em um período curto de tempo”²³ (WRIGHT, 2009, p.34-35).

Pesquisadores fazem menção à existência de sequestros express na América Latina, América do Sul, África e, mais especificamente, Colômbia, Venezuela, Nigéria, Filipinas e Haiti (ALEXANDER, KLEIN, 2010; ALEXANDER, KLEIN, 2009; WRIGHT, 2009; BRICEÑO-LEON, 2007; COWIE, 2006). Há também reportagens que apontam a ocorrência dessa modalidade de sequestro no México e na Argentina (JOHNSON, 2013; EXPRESS, 2002).

Parece-nos que sequestro relâmpago apresenta similaridades e heterogeneidades com o sequestro express: ambos são sequestros rápidos, com duração de minutos a horas, mas diferenciam-se pois o “express”, em geral, necessita de um familiar da vítima, que atua como negociador do resgate, enquanto no relâmpago, o alvo do resgate é a própria vítima sequestrada (AZEVEDO, 2011).

²¹ “captura de una persona, retenida durante seis horas, para permitir que los familiares retiren del banco o telecajero el dinero, joyas o otros valores a ser entregadas a los plagiários”.

²² “se retiene a la persona por apenas pocas horas y se le obliga a retirar dinero de los bancos con sus tarjetas o se le pide a la familia el pago de un monto que ésta pueda obtener con facilidad y prontitud”.

²³ “This crime is usually considered to be a variation of the “ATM abduction,” in which the victim is taken in the same manner and driven around to various ATM machines in order to withdraw as much cash as possible in a short period of time.”

2.2.5. *Sequestro relâmpago*

Manifesta-se no Brasil, ainda na década de 1990, uma modalidade de violência criminal denominada *sequestro relâmpago*²⁴. Este delito tem sido descrito como um tipo de “assalto a mão armada na qual a vítima permanece em poder dos assaltantes por um período variável”, durante o qual “são praticados furtos em caixas bancários automáticos e frequentemente violências físicas contra a vítima, inclusive estupro” (SANTOS, 2007, p.28). Caldeira (2002, p.264) também o reconheceu como uma prática delituosa emergente em que “alguém é capturado, às vezes por várias horas, e forçado a retirar quantias de bancos 24 horas e caixas automáticos”. Contudo, poucas pesquisas abordam este delito como objeto de estudos, embora ele já faça parte dos discursos de medo nas cidades brasileiras há duas décadas.

Um destes estudos, produzido por Silva Junior em 2002, analisa boletins policiais de “roubo qualificado em concurso material com extorsão”, no Distrito Federal, entre os anos de 2001 e 2002. Segundo seus achados, em apenas 20% dos casos o carro era roubado e em 86% dos casos, o *sequestro relâmpago* teve duração de 10 minutos a quatro horas. O horário de início de maior concentração do delito era entre 21:00 e 23:00 horas e os homens perfaziam a maioria dos perpetradores (99%). Estacionamento e vias públicas eram os locais mais frequentes de arrebatamento das vítimas (59% e 33,7%, respectivamente) e a via pública representava sozinha 92,2% dos locais onde a vítima foi liberada (SILVA JR, 2002).

A propósito do horizonte trazido pelo autor acima, no que se refere à definição legal, o *sequestro relâmpago* era interpretado pelos operadores do Direito como “extorsão mediante sequestro” (artigo 159 do código penal) ou, mais comumente, “roubo com restrição de liberdade” (artigo 157) (JESUS, 2000; MENDONÇA, 2002; GOMES, SANCHES, 2009). Ao longo da primeira década do século XXI, legisladores propuseram a criação de uma tipificação penal específica para este delito (BRASIL, 2007a, 2007b). Disto resultou a lei 11.923/2009, em vigor desde abril de 2009, que tipifica o *sequestro relâmpago* como um delito de *extorsão com restrição de liberdade*²⁵ (artigo 158, parágrafo 3º). No entanto, é discutível a extensão com que este tipo penal

²⁴ O primeiro registro de A Folha de São Paulo com o descritor *sequestro relâmpago* ocorreu em 15/11/1995, na sucursal do Rio de Janeiro, com a reportagem **Gerente vive 'sequestro-relâmpago': Responsável pela boate Carinhoso fica uma hora preso e é solto por policiais em favela do Rio**, de Cláudia Mattos.

²⁵ Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

consegue abarcar todos os casos de *sequestro relâmpago*, tendo em conta a variedade de *scripts* possíveis (AZEVEDO, 2011).

Em outro estudo, com perspectiva sociológica, Yoshimura (2011) discutiu as interações e vitimizações características do *sequestro relâmpago* de doze vítimas diretas. A autora analisou o delito a partir das interações decorrentes do encontro entre vítimas e agressores, salientando características do evento, como a direção perigosa e as possibilidades de confronto com a polícia. Ela também evidenciou que os ofensores eram majoritariamente homens e negros, e distinguiu as formas de confinamento do refém. Estes achados convergem com nosso trabalho anterior, um estudo exploratório que propôs entender o *sequestro relâmpago* a partir da interação entre seus atores, gerando a compreensão do delito a partir de quatro fases consecutivas: pré-abordagem, captura, passeio compulsório e despecho. Apresentamos o delito como sendo caracterizado pelo confinamento e transporte forçado das vítimas no *cárcere móvel*, com temporalidade reduzida (se comparado ao sequestro), e negociado entre ofensor e vítima (relação diádica), cujas ações dos algozes – geralmente com finalidade de ganhos materiais – poderiam seguir diferentes *scripts*. Também identificamos os tipos de violências às quais as vítimas estão submetidas dentro do *cativeiro móvel*. (AZEVEDO, 2011).

2.3.Repercussões e Enfrentamento da vitimização

Estudiosos têm tentado compreender como pessoas que sofreram atos violentos lidam com a experiência de vitimização e como tais experiências afetam a saúde biopsicossocial dos envolvidos, suas crenças, valores e concepção de mundo, relacionamentos interpessoais, prática ocupacional, entre outras dimensões da vida.

No campo da vitimologia, Lurigio (1987) realizou um estudo com vítimas de crimes de roubo, roubo com arrombamento e agressão. Para analisar os efeitos de curto prazo da vitimização, ele entrevistou vítimas destas três categorias de crimes três semanas após o evento vitimizador e

§ 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior.

§ 3º - **Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2o e 3o, respectivamente. [grifo meu] (BRASIL, 1940).**

comparou os três grupos com um grupo de não-vítimas. Concluiu que as vítimas eram mais prováveis do que as não-vítimas em relatarem altos níveis de vulnerabilidade, medo e outros sintomas como nervosismo, pensamentos desagradáveis, apetite ruim, medo generalizado, dores de estômago, distúrbio de sono, vontade incontrolável de retaliação e maior necessidade de uso de medicamentos. As vítimas eram também mais prováveis de terem comportamentos protetivos, mas apresentaram menores níveis de auto-eficácia; ou seja, apesar de as pessoas que já haviam sido vitimizadas empregarem reconhecido esforço – prático e emocional – para se protegerem, elas não acreditavam que esses comportamentos eram efetivos (LURIGIO, 1987). As três categorias de delitos estudadas mantiveram, em geral, o mesmo padrão de efeitos de curto prazo, excetuando-se as vítimas de roubo com arrombamento com maior tendência em relatar vulnerabilidade específica, medo e distúrbios do sono, e as vítimas de agressão expressando mais visões negativas em relação à polícia (LURIGIO, 1987).

Nesse tocante, Elias (1986) aponta que vítimas que sofreram algum tipo de vitimização relacionada a alguma propriedade ou bem material tendem a demonstrar mais raiva e sentimento de vingança em relação aos seus ofensores do que aquelas vítimas que sofreram ataques a sua pessoa. Os homens, por sua vez, exibiram maior hostilidade em relação aos seus ofensores do que mulheres (COHN & SUGARMAN, 1980 apud ELIAS, 1986).

Outro autor analisa os efeitos da vitimização a partir do conceito de vulnerabilidade *universal* e vulnerabilidade *única* (PERLOFF, 1983). A primeira seria a percepção que uma pessoa tem de que todos estão sujeitos a sofrerem algum crime, ao passo que a segunda seria a percepção diferenciada que se tem sobre o próprio risco de sofrer uma vitimização futura. Em se tratando da vulnerabilidade *única*, ao se perceber em maior risco de que outrem, a vítima tende a experimentar maior nível de ansiedade, depressão e menor auto-estima se comparados a vítimas que apresentam baixa *vulnerabilidade única*. De modo inverso, aqueles que expressam mais sentimentos de vulnerabilidade *universal* parecem melhor se adaptar à vida cotidiana. Perloff (1983) ainda argumenta que aqueles que se acreditavam menos vulneráveis antes do evento vitimizador, tendem a ter maior dificuldade de enfrentar a vitimização posteriormente.

Embora reconheça que vulnerabilidade e medo são construtos que se relacionam, Lurigio (1987, p.460) pontua diferenças: “vulnerabilidade é a percepção sobre a possibilidade ou probabilidade estimada de vitimização, enquanto que o medo é o componente afetivo, muitas vezes concomitante com a percepção”. Ele ainda salienta que vulnerabilidade e medo podem estar associados estatisticamente, como podem estar inversamente ou fracamente relacionados.

No que se refere ao medo, Gale e Coupe (2005) analisaram o impacto psicológico e emocional em vítimas do roubo de rua, em estudo no qual entrevistaram vítimas de roubo em duas séries de entrevistas: a primeira série foi realizada três semanas após o incidente e a segunda série de entrevistas, nove meses depois da vitimização. Estes autores concluem que, no primeiro momento, a experiência é considerada muito assustadora e o medo de sofrer nova vitimização e de andar tanto de dia quanto no período noturno aumentou, implicando em sofrimento e angústia psicológica. Após nove meses da vitimização, os efeitos estavam mais moderados; entretanto, o medo das vítimas continuou refletindo em seu comportamento social e na sua saúde psicológica.

Na nossa realidade brasileira, a violência urbana impacta fortemente o aumento do “medo social”, um medo construído socialmente que afeta a coletividade (BAIERL, 2004). Para Zygmunt Bauman, o medo “é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p.8).

Como resposta ao medo, tem havido uma reconfiguração das relações e espaços sociais em nosso país: “o medo social vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e conseqüentemente a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo” (BAIERL, 2004, p. 20). Tal reflexão dialoga com o estudo de Noronha et al. (2008) sobre vitimização e insegurança em Salvador. Estes autores relatam que os soteropolitanos sentem-se mais inseguros no transporte coletivo, nas ruas e praças e nos bares e restaurantes. Por outro lado, sentem-se mais seguros em shopping centers, no local de trabalho e, sobretudo, nos seus lares. Como resposta à sensação de insegurança, configura-se uma “arquitetura do medo”, na qual 63,9% dos respondentes soteropolitanos possuem grades em suas casas ou apartamentos. O apoio da rede social na vigília da residência (fiscalização do vizinho) em períodos de ausência e a posse de cães de guarda são as defesas mais utilizadas pelos soteropolitanos (NORONHA et al., 2008).

A propósito das repercussões psicológicas de ex-reféns de sequestros, Alexander e Klein (2009; 2010) revelam que, embora não haja estudos longitudinais suficientes que expliquem plenamente as variações nas reações de cada indivíduo, algumas características específicas do evento podem influenciar tais reações: o tempo de duração, se houve violência física, sexual e/ou psicológica; se houve ameaça à vida²⁶; se o refém está sozinho ou acompanhado; e os motivos do perpetrador. Entretanto, estes autores pontuam que as reações de ex-reféns – nas dimensões

²⁶ A esse respeito, Noronha et al. (2008), colaboram ao afirmar que não se deve subestimar “as conseqüências nocivas ao bem-estar das pessoas que se encontram sob ameaça, as quais serão mais intensas e perturbadoras quanto maior for a crença de que o agressor reúne disposições e meios para concretizar suas ameaças” (NORONHA et al., 2008, p. 52).

cognitiva, emocional e social – não diferem muito de reações decorrentes de outros tipos de traumas: 1. Cognitivo: memória e concentração debilitadas; confusão e desorientação; pensamentos intrusivos (flashbacks); negação; hipervigilância e hiperexcitação²⁷; 2. Emocional: choque e embotamento; medo e ansiedade (pânico não é comum); desamparo e desesperança; dissociação; raiva; anedonia²⁸; depressão; culpa; 3. Social: retirar-se do convívio social; irritabilidade; evitação de coisas rememorativas do evento traumático. Esses autores sugerem que alguns elementos podem ser indicativos de repercussões mais severas após a liberação: pessoas que tenham traços passivo-dependentes; crença de que o próprio destino está na mão de outros; atitudes dogmáticas e autoritárias (ALEXANDER; KLEIN, 2009).

Em meio ao medo, à sensação de insegurança e à ruptura na vida gerada por experiências de violência ocorre uma “completa mobilização de recursos com vistas à sobrevivência, promovendo, assim, um quadro relevante do uso das estratégias de *coping* por parte do sujeito” (KRUM; BANDEIRA, 2008, p. 79).

O conceito de *coping* tem sido estudado por vertentes da psicologia social, clínica e da personalidade, sendo entendido como “o conjunto das estratégias utilizadas por pessoas para adaptarem-se a circunstâncias adversas” (ANTONIAZZI, DELL’AGLIO & BANDEIRA, 1998, p. 274). Nesse campo de estudos, três gerações com perspectivas epistemológicas distintas se firmaram ao longo do tempo trabalhando com os conceitos de “estilos de *coping*” e “estratégias de *coping*”. Os primeiros referem-se a traços de personalidade e fatores disposicionais dos indivíduos que influem no *coping*, ao passo que as estratégias de *coping* estão relacionadas a ações cognitivas ou comportamentais exercidas em determinado episódio de estresse, ou seja, de modo situacional (ANTONIAZZI, DELL’AGLIO & BANDEIRA, 1998).

Para Folkman e Lazarus, dois reconhecidos estudiosos da vertente das “estratégias”, *coping* é um processo de constantes esforços cognitivos e comportamentais exercidos por pessoas para manejar – reduzir, minimizar, controlar, tolerar – as demandas internas e/ou externas consideradas estressoras na interação indivíduo-ambiente (FOLKMAN et al., 1986a; FOLKMAN et al., 1986b). Seu modelo teórico teve importante papel em avançar na compreensão do *coping* como mediador dos eventos estressores e dos resultados adaptativos derivados desse estressor, focando na perspectiva situacional das respostas ao estresse. Para estes autores, o *coping* pode ser focado no problema ou focado na emoção.

²⁷ Um estado no qual a pessoa se sente muito excitada, com medo profundo de outro incidente (ALEXANDER; KLEIN, 2009).

²⁸ Ausência da sensação de prazer (mais relacionado a hábitos que antes proporcionavam prazer ao indivíduo).

Outra vertente de estudos que têm discutido a relação entre violência e enfrentamento é o campo do trauma. Alexander e Klein (2009) defendem que este campo promoveu uma mudança paradigmática no estudo das repercussões de eventos traumáticos ao partir do modelo patogênico – que enfatiza as doenças e os problemas de ajustamento – para uma perspectiva mais “otimista”, da “resiliência” – cuja ênfase é dada aos processos de *coping* e crescimento pessoal diante das adversidades. (ALEXANDER, KLEIN, 2009).

A psicóloga social Ronnie Janoff-Bulman (1992) realiza uma minuciosa análise de como eventos traumáticos afetam profundamente a vida das pessoas, visto que tais eventos de vida rompem com pressupostos conceituais que fundamentam suas existências. Para esta autora, as pessoas têm crenças abstratas sobre si mesmas, sobre o mundo externo e sobre a relação entre eles nomeados por ela de “pressupostos fundamentais” (“fundamental assumptions” em inglês). Em conformidade com outros teóricos como Colin Muray Parkes, estudioso do luto, que se refere a um “mundo pressuposto”²⁹, Janoff-Bulman esclarece que teríamos todos

um sistema conceitual, desenvolvido com o tempo, que nos abastece de expectativas sobre o mundo e nós mesmos. Esse sistema conceitual é mais bem representado por um conjunto de pressupostos ou representações internas que refletem e guiam nossas interações no mundo e geralmente nos habilitam a funcionar de modo eficaz. (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 5)³⁰.

Assim sendo, a autora defende a existência de uma organização hierárquica para o sistema conceitual pertencente a cada pessoa. Dentro dessa hierarquia, os pressupostos fundamentais seriam o alicerce do nosso sistema conceitual, contendo os elementos mais abstratos e gerais, acerca dos quais temos pouca ciência. Destarte, os pressupostos fundamentais são teorias abstratas e nucleares que temos sobre o mundo (sociedade) e sobre nós mesmos, cuja existência não é necessariamente consciente. Como a autora defende, “nós tipicamente nos movemos através da vida sem considerar ou analisar os pressupostos básicos” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 51) e esclarece que nem todos têm esses pressupostos, mas a maioria os tem. Os três pressupostos fundamentais adotados pela autora são: 1. O mundo é benevolente (the world is benevolent); 2. O mundo tem sentido (the world is meaningful); e 3. O self é merecedor (the self is worthy).

²⁹ “assumptive world”

³⁰ “The reference is to a conceptual system, developed over time, that provides us with expectations about the world and ourselves. This conceptual system is best represented by a set of assumptions or internal representations that reflect and guide our interactions in the world and generally enable us to function effectively.”

Segundo o pressuposto “O mundo é benevolente”, as pessoas, em geral, “acreditam que o mundo é um lugar bom.” A autora se refere a “mundo” como um conceito abstrato relacionado aos eventos e às pessoas. Uma pessoa benevolente seria uma pessoa boa, cuidadosa, prestativa, enquanto que crer em eventos benevolentes seria acreditar que consequências positivas se sobrepõem ou são mais frequentes que consequências negativas. Naturalmente, é relevante questionar-se sobre a factibilidade de se acreditar em um mundo benevolente mesmo diante de tantos problemas óbvios no mundo. A autora contra-argumenta que as pessoas tendem a distinguir seu próprio mundo do mundo mais abrangente. Assim, segundo ela, as pessoas tendem a ser mais otimistas em relação ao próprio mundo, ainda que sejam pessimistas em relação a uma avaliação das condições sociais, políticas e econômicas no sentido mais amplo (JANOFF-BULMAN, 1992).

Do segundo pressuposto, depreende-se que, em geral, “acreditamos que os eventos do nosso mundo têm significado, eles ‘fazem sentido’”³¹. Esse conceito diz respeito ao sentido que buscamos para entender por que determinados acontecimentos acontecem com pessoas específicas. As pessoas concebem, de modo bastante abstrato, que há relação direta entre o indivíduo e o que acontece com ele, ou seja, quem a pessoa é ou o que ela faz se correlaciona com eventos bons ou ruins que ela vivencia. Nesse sentido, a autora cita o trabalho de Melvin Lerner sobre a “teoria do mundo justo” (“just world theory”) segundo a qual as pessoas precisam acreditar em um mundo justo no qual recebem o que merecem e merecem o que recebem (“people get what they deserve and deserve what they get”). Ou seja, comumente acredita-se que ação e consequência são contingenciais, como se pudéssemos controlar o que acontece conosco. Deriva-se dessa concepção a desvalorização que terceiros fazem daqueles que sofrem eventos negativos na vida para manterem a ideia de que o mundo é justo (JANOFF-BULMAN, 1992).

O terceiro pressuposto, o do self merecedor ou auto-valor, envolve a avaliação que todo mundo tem sobre si mesmo, sobre o próprio valor. As pessoas tendem a si perceberem como “indivíduos bons, capazes e morais.” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 11).

Janoff-Bulman esclarece que os pressupostos básicos são estabelecidos ainda na primeira infância, pois desde cedo crianças aprendem através de generalizações formuladas desde as primeiras interações com seus cuidadores primários.

³¹ “We believe events in our world are meaningful, that they ‘make sense’” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.8).

Essas estruturas mentais precoces são refinadas e adornadas com a experiência. Com o acesso a linguagem, a criança começa a viver em um mundo de significados compartilhados e novas experiências. Os modelos iniciais ou representações podem agora serem verbalmente representados (ou seja, ‘o mundo é benevolente’, ‘o mundo tem sentido’, ‘eu sou uma pessoa de valor’), e a criança começa a existir mais plenamente dentro do contexto cultural mais amplo. Dentro da sociedade, pessoas criam um mundo simbólico compartilhado que provê expectativas comuns sobre a existência diária. O entrelaçamento complexo de indivíduo e sociedade sugere que, em geral, cada um espelha e fortalece o outro, de tal modo que as crenças mantidas no nível da psique do indivíduo são também amplamente aparentes no nível do grupo ou cultura. Cultura e sociedade começam a ambos modelar e reforçar as representações internas da criança. (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 16-17)³²

Os três pressupostos fundamentais teorizados por esta autora compõem nossa estrutura cognitiva de conhecimento mais abstrata e sustenta a necessidade psicológica das pessoas por estabilidade e segurança. O trauma, quando ocorre, pode desestabilizar essas crenças mais fundamentais e tem o potencial de impulsionar os sujeitos a mudanças na forma como vêm a si mesmos e ao mundo ao redor. Para alguns, o trauma é vivido de modo mais imediato, para outros ele perdura por anos, mas Janoff-Bulman (1992) defende que para boa parte das pessoas, o evento traumático tem impacto profundo nas pressuposições básicas que os “sobreviventes” têm a respeito do mundo.

Um ponto a se esclarecer é o que a autora entende como evento traumático. Um evento será considerado traumático ou não a depender de como ele é apreendido por aquele que o sofre. O mesmo evento pode ser ou não traumático para pessoas diferentes, mas existem eventos que são mais traumáticos que outros. Os eventos traumáticos são “fora do ordinário e são experiências diretas de ameaças à sobrevivência e auto-preservação”. (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 53). Eles são extremos e inesperados no cotidiano de vida habitual das pessoas. Como são inesperados, as pessoas estão despreparadas para lidarem com eles, pois não compõem o seu mundo pressuposto. Nestes eventos, as pessoas são confrontadas com a própria mortalidade. “A ameaça deve ser entendida em termos da desintegração do mundo simbólico do indivíduo que frequentemente se segue à confrontação do sobrevivente com sua

³² “These earliest mental structures are refined and embellished with experience. With the onset of language, the young child begins to live in a world of shared meanings and new experiences. The early working models or representations can now be verbally represented (i.e. ‘The world is benevolent’; ‘The world is meaningful’; ‘I am a worthy person’), and the child begins to exist more fully within the larger cultural context. Within a society, people create a shared symbolic world that provides communal expectations about daily existence. The complex interweaving of individual and society suggests that, generally, each mirrors and strengthens the other, such that the beliefs held at the level of individual psyche are also largely apparent at the level of the group or culture. Culture and society begin to both shape and reinforce the child’s internal representations.”

mortalidade. É o reconhecimento da nossa fragilidade enquanto criaturas físicas que ameaça nossa integridade psicológica”³³ (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 59-60).

Após o evento traumático, a vítima depara-se com o terror da própria vulnerabilidade. Decorre daí uma profunda crise psicológica, pois no confronto com a possibilidade de danos severos ou morte rompe-se com o mundo pressuposto que se tinha até então.

Logo após o evento traumático, ansiedade exorbitante torna-se a sina emocional dos sobreviventes. De repente, o mundo é um lugar ameaçador e perigoso. Eles estão vulneráveis. Ansiedade envolve uma expectativa de perigo, um perigo que não é nem imediato nem necessariamente bem definido [...] De repente, as vítimas estão vivendo em um mundo que percebem como perigoso e ameaçador, em que a própria sobrevivência não pode ser garantida. (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 65)³⁴

As vítimas, em geral, passam a apresentar emoções como medo e ansiedade, respostas fisiológicas como hiperexcitação, aceleração da frequência cardíaca, alterações no humor e estado emocional. Aqueles que sofrem de TEPT – Transtorno de Estresse Pós-traumático – comumente apresentam sintomas de hiperexcitação, como distúrbios de sono, dificuldade de concentração, explosões de raiva, hipervigilância e sobressalto exagerado (JANOFF-BULMAN, 1992). Vítimas de roubo apresentam medo, nervosismo, ansiedade, depressão, confusão e/ou paranoia, pesadelos, interrupções do sono, dificuldades em se ajustar ao trabalho (GALE & COUPE, 2005). Vítimas de violência sexual e terrorismo frequentemente também apresentam sintomas de TEPT (ECHEBURÚA, CORAL, AMOR, 2003), assim como reféns de sequestro terrorista na Rússia (SPECKHARD *et al.*, 2005).

Santos (2007) publicou sua tese de doutorado que evidencia a correlação entre a experiência de ser vítima de *sequestro relâmpago* e sequestro com cativo e o diagnóstico de Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT). Bicca e Oliveira, mais recentemente, em 2013, publicaram um artigo no qual examinaram três casos de pessoas vitimizadas por *sequestro relâmpago*, confirmando a incidência de sintomas de TEPT.

³³ “the threat should be understood in terms of the massive disintegration of the individual’s symbolic world that frequently follows the survivor’s confrontation with mortality. It is the recognition of our fragility as physical creatures that threatens our psychological integrity” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.59-60).

³⁴ “Following the actual traumatic event, tremendous anxiety becomes the emotional lot of survivors. Suddenly the world is a threatening, dangerous place. They are vulnerable. Anxiety involves na expectations of danger, a danger that is neither immediate nor necessarily well defined. [...] Suddenly, victims are living in a world they perceive as dangerous and threatening, in which one’s own survival cannot be guaranteed.”

Esse transtorno, descrito pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da American Psychiatric Association (DSM/APA) na sua versão IV-R, seria identificado a partir de três aspectos: (1) a revivência do evento traumático, através de pesadelos, imagens e memórias persistentes e involuntárias; (2) evitação comportamental e cognitiva de lugares e/ou situações associadas ao evento traumático; e (3) respostas hiperativas traduzidas como dificuldade de concentração, irritabilidade e insônia (ECHEBURÚA, CORAL, AMOR, 2003). Recentemente, em 2013, a APA divulgou o novo DSM-V com alterações nos critérios diagnósticos para o TEPT. O Critério A1 foi expandido podendo o transtorno ser desenvolvido também em vítimas indiretas (familiares ou amigos próximos e testemunhas frequentes de eventos traumáticos). Outros vinte sintomas foram divididos em quatro grupos: re-experimentação (Critério B); esquiva/evitação (Critério C); alterações negativas persistentes em cognições e humor (Critério D); excitabilidade aumentada (Critério E). (ARAÚJO & LOTUFO NETO, 2013).

Para Sarti (2011, p.55), o TEPT surge na conjuntura do último século como “articulador ideológico da produção da noção de vítima de violência no mundo contemporâneo.” Tal inserção nosológica abriu caminhos para a legitimação política, moral e social da categoria “vítima de violência”. Janoff-Bulman (1992), por sua vez, aponta que a criação do diagnóstico do TEPT representa o reconhecimento de que as experiências traumáticas – independente dos eventos que a propiciaram – apresentam similitudes. Ela entretanto argumenta, em consonância com os trabalhos de Lisa McCann e Laurie Pearlman, que o diagnóstico de TEPT não abarca toda a complexidade da experiência traumática.

Quando uma pessoa não mais se sente protegida, mas ao invés sente-se insegura em um mundo que não é mais benigno, a possibilidade da recorrência – de doença, crime, acidentes ou desastres – parece bastante real. Uma vez que um indivíduo tenha confrontado sua própria vulnerabilidade, é difícil acreditar que ‘um raio nunca cai no mesmo lugar’. Eventos traumáticos rompem a confiança necessária para tal crença. No final, é a reconstrução dessa confiança – a reconstrução de um mundo pressuposto viável e não ameaçador – que constitui a tarefa de enfrentamento nuclear das vítimas (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 69).³⁵

As vítimas deixam de ter uma visão otimista do mundo e de si em um processo de desilusão que culmina com a quebra de qualquer dos pressupostos fundamentais, contribuindo

³⁵ When a person no longer feels protected, but instead feels unsafe in a world that is no longer benign, the possibility of recurrence – of disease, crime, accidents, or disaster – seems very real. Once and individual has confronted his or her own vulnerability, it is difficult to believe that ‘lightning never strikes twice in the same place’. Traumatic events rupture the trust necessary for such a belief. In the end, it is a rebuilding of this trust – the reconstruction of a viable, nonthreatening assumptive world – that constitutes the core coping task victims.”

para a perda de sensação de segurança psíquica. Como enfrentamento ao evento de vida traumático, as pessoas devem “reconstruir esquemas fundamentais em face do colapso psicológico e da desintegração cognitivo-emocional. A busca por equilíbrio envolve esforços em reestabelecer um conjunto coerente de pressupostos básicos em sequência ao estilhaçamento do antigo mundo pressuposto da vítima.” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.90). O desafio desse processo, segundo a autora, é integrar os velhos pressupostos a novas informações impostas pela vitimização. Para isso, defende a existência de três categorias que compõem o processo de enfrentamento: respostas automáticas para processamento de novos dados (negação/entorpecimento e re-experiências intrusivas); reinterpretação das novas informações; e interações com outros que ajudam (ou prejudicam) a reelaboração.

A negação e o embotamento emocional são esforços para evitar pensamentos, imagens e sentimentos dolorosos e as intrusões e reexperienciar o trauma são esforços em confrontar os pensamentos, imagens e sentimentos dolorosos. Essas respostas ao evento traumático “representam a sofisticada interdependência das emoções e cognição, a negação representando a necessidade de proteger emocionalmente o indivíduo, e as intrusões refletindo a necessidade de processar conceitualmente o evento.” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 95-96).

A psicologia carrega consigo o histórico de já ter considerado tanto a manifestação da negação quanto os pensamentos intrusivos como respostas mal adaptativas ao estresse – o que é validado pela inclusão deles como sintomas do TEPT no DSM. Havia a concepção de que quanto mais próxima à “realidade” as pessoas estivessem, mais aptas a enfrentarem o trauma estariam. Nesse ponto, Janoff-Bulman (1992) argumenta que houve uma hiper patologização destas manifestações e defende que elas são, na verdade, esforços automáticos para integrar a nova experiência traumática, o que possibilita melhor restauração dos indivíduos.

Após essas respostas mais imediatas ao trauma, as vítimas passam pelo processo de interpretar a experiência traumática para poder reconstruir seus pressupostos. Haveria três dimensões importantes desse processo: a comparação das próprias experiências com outras cujas consequências foram menos afortunadas; a interpretação do próprio papel na vitimização, que envolve a perspectiva de auto-culpabilização; e a reavaliação da experiência traumática em termos de benefícios e propósito, dando-lhe novos significados (JANOFF-BULMAN, 1992).

Para esta autora, a auto-culpabilização é bastante frequente entre vítimas, pois tem a função de diminuir a distância entre a visão de mundo que se tinha antes e depois do evento traumático:

A auto-culpabilização reflete a luta de sobreviventes em fazer sentido de sua vitimização, de entender “por quê?” e minimizar as possibilidades de aleatoriedade do mundo. Nossas concepções ocidentais, e os pressupostos iniciais dos sobreviventes sobre o mundo sugerem respostas relativas a justiça e controle: a vítima merecia isso por causa de quem ele ou ela é, ou por causa do que ele ou ela fez ou faltou em fazer (JANOFF-BULMAN, 1992, p.125).³⁶

A autora defende que a auto-culpabilização relacionada a comportamentos eventuais da vítima pode ajudá-la no processo de integração da experiência a uma nova visão de mundo, contudo salienta que a auto-culpabilização relacionada ao caráter da vítima (traços mais contínuos do sujeito), tende a prejudicar o processo de enfrentamento (JANOFF-BULMAN, 1992, p.125). Assim, quando a vítima avalia que algum traço seu de personalidade tenha contribuído para sua vitimização, ela tende a ter mais dificuldade de enfrentar as consequências do evento na sua vida e tende a desacreditar que possa evitar uma possível revitimização (LURIGIO & RESICK, 1990 apud KENNEDY & SACCO, 1998; ELIAS, 1986).

Janoff-Bulman (1992) deixa claro que nem todos apresentam o mecanismo de auto-culpabilização, e é imperativo que outras pessoas não responsabilizem a vítima, pois seu argumento não se trata de culpabilizar de fato a vítima, mas explicar o mecanismo psíquico que auxilia algumas delas a reformularem seus pressupostos de mundo, de um plenamente mau para outro que faça mais sentido.

Auto-culpabilização dos sobreviventes é uma resposta inicial da vitimização, praticamente uma reação instintiva do organismo que acreditou tão basalmente em controle pessoal sobre consequências, envolto em uma cultura que tem reforçado fortemente tal crença. Em face da experiência traumática, a vítima revisa seus comportamentos anteriores para saber o que poderia ter prevenido a vitimização. De novo, isso não deve sugerir que a vítima tem culpa, mas que na verdade a vítima está tentando segurar-se a crenças sobre controle e um mundo não-aleatório (JANOFF-BULMAN, 1992, p.132).³⁷

³⁶ “Self-blame reflects the struggle of survivors to make sense of their victimization, to understand “Why me?” and minimize the possibility of randomness in their world. Our Western conceptions, and the survivors’ earlier assumptions about the world, suggest answers related to justice and control: The victim deserved it because of who he or she is, or because of what he or she did or failed to do.”

³⁷ “Survivors’ self-blame is an early response to victimization, virtually a knee-jerk reaction of an organism that has believed so fundamentally in personal control over outcomes, enveloped in a culture that has powerfully reinforced such a belief. In the face of the traumatic experience, the victim reviews his or her prior behaviors to see what could have prevented the victimization. Again, this is not the suggest that the victim is to blame but rather that the victim is trying to hold onto beliefs about control and a nonrandom world.”

Quando passam a interpretar sua experiência traumática reconhecendo elementos positivos advindos dela, as pessoas potencializam a transformação da forma como significam sua experiência. Essas interpretações são comumente expressas, segundo Janoff-Bulman (1992) como “benefícios para si” e “benefícios para outros”.

O confronto com aniquilação física e psicológica substancialmente descasca a vida até seu essencial, e para muitos sobreviventes torna-se um ponto de virada do superficial para o profundo. A vida passa a ter novo significado e a própria vida passa a ser priorizada. Sobreviventes, em essência, possuem uma nova forma de sabedoria, alcançada a custos altos, provendo um senso de ‘iluminação’ sobre o que verdadeiramente vale a pena nesse mundo. (JANOFF-BULMAN, 1992, p.136).³⁸

Por fim, a autora defende que através das interações com outras pessoas, vítimas aprendem sobre o seu mundo após a vitimização, aprendem sobre si mesmas e sobre o valor que têm aos olhos dos outros. As pessoas (outras) seriam espelhos que possibilitam às vítimas verem-se de outras formas (JANOFF-BULMAN, 1992, p.146). Familiares e amigos têm papel importante pois a “compreensão e valorização por outros do que a vítima passou – e pode ainda estar passando – habilita o sobrevivente a reestabelecer e manter auto-percepções positivas em meio à angústia psicológica” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.160). Assim, como defende a autora, as vítimas “restauram-se” (recover) quando conseguem reestabelecer um mundo pressuposto mais confortável, embora diferente do anterior, que integre a experiência traumática vivida (JANOFF-BULMAN, 1992).

³⁸ “The confrontation with physical and psychological annihilation essentially strips life to its essentials, and for many survivors becomes a turning point from the superficial to the profound. Life takes on new meaning and one’s own life is often reprioritized. Survivors, in essence, possess a new kind of wisdom, achieved at great cost, providing a sense of ‘enlightenment’ about what is truly worthwhile in this world.”

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nossa investigação tomou como base os preceitos do Interacionismo Simbólico, corrente teórica que evidencia a importância do *sentido* que as coisas têm para o comportamento humano, concebendo o *sentido* como emergente do processo de interação entre as pessoas (HAGUETTE, 2005).

Nosso estudo aborda um problema de pesquisa com pouco conhecimento acumulado e sistematizado e, por isso, caracteriza-se por ser exploratório (TOBAR, YALOUR, 2001). Segundo Blumer (apud CARVALHO, BORGES & RÊGO, 2010, p. 154), a *exploração* é uma das etapas da *investigação naturalista* cuja finalidade é acessar o mundo social. Para ele, “a finalidade da investigação exploratória é traçar um quadro em estudo, tão completo e preciso quanto permitem as condições vigentes”, o que pressupõe um pesquisador engajado no conhecimento do mundo social que pretende pesquisar. Para tanto, nosso estudo conta com diversas fontes (vítimas, familiares, ofensores, documentos, notícias de jornais) relacionados com o objeto central: a vitimização pelo *sequestro relâmpago*.

3.1. Campo de pesquisa, participantes e produção de dados

- As vítimas diretas

Uma das nossas estratégias de seleção de participantes para este estudo foi a busca ativa em nossa rede social, mesma técnica utilizada na dissertação, quando trabalhamos com treze vítimas (AZEVEDO, 2011). O mecanismo fundamental desta técnica é o efeito “bola de neve”: a pesquisadora tornava seu estudo ciente a pessoas da sua rede social e estas, por vezes, comentavam que conheciam vítimas desta modalidade de delito. Pedíamos que convidassem a pessoa indicada para o estudo e requisitassem algum número telefônico para entrarmos em contato. Ligamos para as pessoas que se voluntariaram em participar da pesquisa e, após breve explicação do estudo, nos prontificávamos em encontrá-las em local, data e horário de interesse do participante.

Também selecionamos sujeitos mais distanciadados da rede social da pesquisadora e, para tanto, realizamos pesquisa na Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos (DRFRV)³⁹. Esta delegacia é a instituição policial que recebe queixas de furtos e roubos de veículos, incluindo os decorrentes de *sequestros relâmpagos*. Fizemos contato com um informante-chave que era policial e membro da arena universitária, que intermediou nossa entrada nesta instituição, pois segundo suas palavras, “*policial é muito escabreado com pesquisador*”. Conforme nos esclareceu, pesquisadores que buscam a delegacia como local para coletar dados são geralmente vistos com desconfianças, pois após a coleta de dados dificilmente dão retorno positivo sobre o que foi analisado e produzido. Por meio da sua intermediação, buscamos uma pessoa dentro da DRFRV que, por sua vez, nos indicou outra. E, assim, depois de cinco visitas iniciais que viabilizaram explicações sobre a pesquisa à equipe de plantão e aval do delegado titular, com ofício entregue e protocolado, iniciamos o campo propriamente dito. Houve mudança de delegado titular no período e necessitamos prestar novos esclarecimentos.

Permanecemos em campo na DRFRV entre dezembro/2012 e novembro/2013, acompanhando uma equipe do plantão⁴⁰. Dois membros deste grupo de plantão mantiveram-se como informantes-chave durante todo o processo de coleta de dados, demonstrando extremo interesse em cooperar com a nossa pesquisa. Planejamos permanecer um ou dois turnos por semana na delegacia na expectativa de flagrar vítimas prestando a queixa e, assim, convidá-las para o estudo. Entretanto, após dois meses em campo, tais encontros se mostraram improváveis. Nesse meio tempo, apenas duas entrevistas derivaram da presença da pesquisadora na delegacia.

Em paralelo a isso, a pesquisadora obteve a autorização de fazer pesquisas no sistema de registros de boletins de ocorrência daquela delegacia, o que possibilitou o acesso a outros casos por meio dos BOs. A pesquisadora tinha acesso a um computador da instituição e fazia buscas por relatos de vítimas de roubo de veículo em que houve privação de liberdade das vítimas. Utilizamos os descritores “roubo”, “extorsão”, “banco”, “sequestr*” (sequestrado, sequestrada, sequestro), “refé*” (refém, reféns), “liberdade”, “relâmpago”. Os próprios

³⁹ Realizamos também duas visitas à Delegacia Especial de Atenção à Mulher (DEAM), com sede no Engenho Velho de Brotas, para averiguar as ocorrências de *sequestros relâmpagos* contra mulheres que pudessem ser registrados nesta unidade. Entretanto, após contato com alguns informantes no local, fomos orientados a procurar exclusivamente a DRFRV, pois a DEAM não recebia casos de *sequestro relâmpago* ou estes eram raros. Tendo encontrado dificuldades na DEAM e abertura na DRFRV para realizar o estudo, permanecemos apenas nesta última.

⁴⁰ O funcionamento desta delegacia se dá pelo revezamento de quatro equipes de agentes policiais, que se alternam em plantões de 24 horas; ou seja, o rodízio dos quatro grupos se completa a cada quatro dias.

agentes, às vezes, lembravam-se de casos atendidos e relatavam à pesquisadora, que então prosseguia com a pesquisa no sistema. Todos os BOs filtrados com tais descritores eram lidos e, se a pesquisadora avaliasse a pertinência para o estudo, registrava nome e telefone da vítima. As listas geradas com tais dados eram repassadas a um agente policial – informante-chave do estudo – que ligava para as vítimas explicando o propósito da pesquisa e questionando o interesse em participar. Os nomes daqueles que confirmavam interesse eram repassados à pesquisadora que entrava em contato para agendamento da entrevista. Os entrevistados oriundos do contato com a delegacia caracterizam-se por serem os relatos de vitimizações mais recentes do conjunto de entrevistados⁴¹, o que viabilizou o acesso a experiências de *sequestro relâmpago* mais “frescas” e “a flor da pele”. Portanto, participaram deste estudo pessoas em momentos distintos (recorte temporal) da sua vitimização, possibilitando compreensão mais ampla do fenômeno.

Definiu-se a entrevista como ferramenta de produção de dados, pois por meio dela a ordem afetiva e da experiência são expressas pelos sujeitos (MINAYO, 2007), através de um processo social no qual existe “uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (GASKELL, 2002, p. 73-74). Buscamos, através de entrevistas individuais, a narrativa de cada sujeito, já que é esta a “forma de obter acesso a sentidos atribuídos e à experiência dos indivíduos e de seus esquemas interpretativos” (LIRA, CATRIB, NATIONS, 2003, p.59-60).⁴² As entrevistas foram guiadas por um roteiro semi-estruturado (Apêndice A) cuja função era orientar a entrevista, sem enclausurá-la (GASKELL, 2002). Assim, iniciava-se a entrevista com a pergunta norteadora “Como foi sua experiência de *sequestro relâmpago*?” e, após a narrativa inicial, partia-se para aprofundamentos de pontos mencionados que se correlacionavam com o roteiro. Após a entrevista, um formulário com dados sócio-demográficos e sobre o *sequestro relâmpago* era preenchido (Apêndice B). E, por fim, apresentava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice C), que era assinado após leitura, esclarecimento de dúvidas e concordância com a permanência deles no estudo.

Totalizando os casos de busca ativa na rede social e na delegacia contamos com 35 vítimas diretas entrevistadas (em alguns casos houve dois ou três encontros para finalizar a

⁴¹ Com exceção do caso de Késia, participante com menor intervalo de tempo entre a ocorrência do *sequestro relâmpago* e a data da entrevista (três dias). Esta depoente foi acessada por meio da rede social da pesquisadora.

⁴² Em quatro casos, houve a presença de outra pessoa durante a entrevista. Isto não inviabilizou a entrevista, pois em geral pouco interferiam no relato da vítima e quando o fizeram agregaram contribuições visto que reavivam lembranças de situações ocorridas com a vítima que ela não havia relatado previamente. Além disso, possibilitou à pesquisadora observar que os comentários realizados reorientavam os sentidos atribuídos à experiência pela vítima direta.

entrevista). As entrevistas variaram entre 40min. e 2h15min., aproximadamente, totalizando mais de 44 horas de gravação deste grupo de informantes. As 35 vítimas diretas correspondem 33 casos diferentes, pois entrevistamos duas co-vítimas de dois *sequestros relâmpagos*⁴³. As entrevistas foram realizadas em lanchonetes/café/livrarias (14 participantes), residências (11 participantes), local de trabalho ou estudos (10 participantes)⁴⁴.

Todos residiam em Salvador ou região metropolitana. No que se refere à escolaridade, 77% dos entrevistados tinham curso superior completo e, destes, diversos haviam realizado pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*; 11% tinham curso superior em andamento, 9% curso superior incompleto (interrompido) e apenas uma pessoa (3%) relatou ter o segundo grau completo. As vítimas foram sequestradas entre os anos de 1997 e 2014 (Apêndice D). As faixas etárias dos participantes estão expressas abaixo (Quadro I):

Quadro I. Faixa etária dos participantes entrevistados

Faixa Etária	Participantes
18 a 30	15
31 a 40	8
41 a 50	6
51 a 60	4
61 em diante	2
TOTAL	35

Vinte participantes eram mulheres (57%) cujas idades variavam de 22 a 64 anos, no dia da entrevista. A idade média do grupo de mulheres foi 35,5 anos e a mediana 31,5 anos. Com relação ao estado civil, 60% eram solteiras (12 entrevistadas), 35% casadas⁴⁵ (7) e 5%

⁴³ O caso Otávia/Itamar, namorados sequestrados juntos e o caso Bernarda/Eleonora, duas amigas sequestradas juntas.

⁴⁴ Entrevistas realizadas mais de uma vez com as vítimas diretas ocorreram geralmente no mesmo local da primeira.

⁴⁵ A categoria “casado/a” inclui uniões estáveis e morar com o/a companheiro/a.

separada (1). No que se refere à cor ou raça auto-declarada as mulheres somavam 45% pardas⁴⁶ (9), 35% brancas (7), 15% negras (3), 5% mestiça (1).

Os homens corresponderam a quinze entrevistados (43% do total), com idades entre 19 e 76 anos. A idade média do conjunto de homens foi 37,9 anos e mediana 37 anos. Os homens casados corresponderam a 53% dos informantes masculinos, e os solteiros a 47%. Entre eles, cinco eram negros, quatro brancos, três pardos, dois mestiços e um indígena.

- Os familiares

O contato com os familiares foi realizado pela própria vítima direta, quando esta se dispunha a conversar com algum parente ou cônjuge que acreditasse ter interesse em contribuir com o estudo. Havia certa hesitação de algumas vítimas diretas em indicar alguém, habitualmente justificado com “ele/a não tem tempo” ou “ele/a não quer falar sobre isso”. A pesquisadora não insistia no convite, pois compreendia que as hesitações (às vezes, recusas) podem ter sido formas de tentar proteger o familiar de mais desgastes em relação à vitimização. De todo modo, houve quatro entrevistas exitosas com familiares. Todas as entrevistadas eram mulheres, duas filhas e duas mães de vítimas diretas também mulheres. A entrevista foi guiada por um roteiro (Apêndice E) comum a todas as familiares e também por perguntas referentes ao caso específico relatado pela vítima direta. Os familiares assinavam um TCLE ao final da entrevista.

- Os ofensores

De modo a entendermos as interações em um plano mais abrangente (não restrito ao relato da vítima) e compreender melhor o *sequestro relâmpago* como delito, não podíamos prescindir do relato do agente do delito. Para tanto, planejamos o trabalho de campo em um complexo penitenciário localizado na cidade de Salvador para ter acesso a ofensores detidos por cometer tal delito. Tivemos acesso a duas unidades do complexo, em momentos distintos,

⁴⁶ A categoria “pardo/a” inclui moreno/a e moreno claro.

por meio de três informantes-chave diferentes (porém interligados), sem os quais nossa entrada em campo teria sido inviabilizada. Nossa coleta foi protelada em diversos momentos porque a presença da pesquisadora estava atrelada à disponibilidade destes informantes-chave⁴⁷. Realizamos visitas iniciais cujo objetivo era explicar a intenção do estudo e, após concordância por parte dos diretores e entrega de ofícios, pudemos ter acesso aos prontuários dos detentos previamente selecionados para a entrevista.

Em uma unidade, entrevistamos um ofensor e em outra unidade entrevistamos três ofensores. Tivemos conhecimento desses quatro futuros participantes por indicação de algum informante-chave (agente penitenciário ou outro funcionário) e através da busca por prontuários de detentos cujo crime cometido era o de “extorsão” (posteriormente lidos para verificação sobre a restrição ou não de liberdade da vítima). Vale ressaltar que várias visitas foram necessárias para garantir a leitura integral dos prontuários e registro de dados importantes, quando se definia a permanência do participante no estudo.

As entrevistas com este grupo de participantes exigiram cuidados particulares por parte da pesquisadora. Esclarecemos a eles que o conteúdo da entrevista não geraria benefícios ou malefícios ao seu processo judiciário (tendo este sido ou não julgado) e que tratava-se de um estudo acadêmico sem qualquer vinculação com a instituição prisional. A pesquisadora utilizou um roteiro de perguntas (Apêndice F) para auxiliá-la com os tópicos a serem levantados, entretanto a entrevista assumiu um caráter informal, sem um ritual protocolar do roteiro. A pesquisadora se guiava pelos conteúdos trazidos pelo participante e fazia “pontes” entre seus relatos e os tópicos a serem tratados.

Entrevistamos quatro ofensores, todos jovens: o mais velho tinha 30 anos e estava preso há dez anos; os outros tinham 20, 21 e 26 anos. Dois eram negros e dois eram brancos.

Tivemos dificuldades em identificar ofensores de *sequestro relâmpago*, o que limitou nosso estudo a apenas quatro entrevistados agentes do delito. Assim sendo, esse conjunto de depoimentos não reflete o cenário plural do fenômeno, embora forneça dados importantes e agregadores ao entendimento do *sequestro relâmpago* como delito. Destaquemos também que os relatos a que tivemos acesso são de quatro homens capturados pelo crime cometido⁴⁸, o

⁴⁷ Além disso, o complexo penitenciário foi palco de paralisações e uma tentativa de invasão, período no qual a pesquisadora não foi a campo por questões de segurança.

⁴⁸ Edvaldo foi reconhecido em filmagens do *shopping* onde comumente praticava *sequestros relâmpagos* e capturado nesta circunstância; Wilson foi preso em flagrante após a polícia rastrear o celular da vítima; Luciano foi localizado após seus comparsas terem sido detidos em flagrante com a vítima em um *shopping center* da cidade; Israel permaneceu com o veículo que havia roubado e foi encontrado pela vítima após denúncias, o que o fez fugir, deixando documentos que o identificavam dentro do veículo.

que claramente implica em narrativas peculiares a essa condição. Portanto, este estudo não abarca relatos de ofensores que praticaram delitos “sem falhas” e permaneceram incólumes.

As entrevistas foram realizadas em uma sala onde ficava a pesquisadora e o participante. A pesquisadora anotava temas, expressões e frases relatadas pelos participantes e, após a entrevista usava o gravador para narrar tudo que foi conversado (como um diário de campo oral). Ao final das entrevistas, o participante assinava um TCLE⁴⁹. Posteriormente, esta gravação era transcrita no diário de campo escrito no qual também se adicionava e associava todas as anotações do momento da entrevista.

- As reportagens de jornais

De modo a promover a triangulação de dados, os relatos de vítimas, familiares e ofensores foram cotejados com notícias de jornais. A esse respeito, Alix (1978, p.xi) aponta que “*dados de jornais são de confiabilidade e validade questionáveis para muitos tipos de pesquisa sociológica*”, pois apresentam informações pouco acuradas e possuem vieses de seleção de reportagens. No entanto, como o próprio autor esclarece, é uma forma legítima de se estudar a reação societal a fenômenos sociais, como o crime.

Exploramos a possibilidade de adquirir um banco de notícias de “A Tarde” que incluísse todas as reportagens que contivessem a expressão “sequestro relâmpago”, porém esta empresa não fornecia tal serviço. A alternativa seria proceder com a busca no *software* instalado em um computador disponibilizado pelo grupo A Tarde na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Entretanto, em duas visitas exploratórias, fomos informados que o *software* encontrava-se fora do ar, com defeito, impossibilitando a busca no sistema. Esta pesquisa tornou-se inviável, pois teria que ser realizada através dos jornais impressos, e cada edição diária teria que ser analisada, página por página, sem qualquer auxílio de sistemas eletrônicos de busca.

De toda sorte, recebemos um conjunto de reportagens de A Folha de São Paulo, adquirido por meio de contato eletrônico com o *website* de A Folha. Mediante requisição e pagamento pelo serviço, o banco de notícias – cujo descritor foi “sequestro relâmpago” – foi então enviado eletronicamente. Com tal material, procedemos com categorização sistemática

⁴⁹ No grupo de 4 ofensores entrevistados, um não sabia ler e, por isso, a pesquisadora leu o TCLE em voz alta.

das notícias (Apêndice G) e produzimos um relatório (AZEVEDO, 2012) cujos dados foram utilizados neste trabalho. Analisamos um conjunto de 172 notícias, sendo a primeira reportagem de 15 de novembro de 1995 e a última de 13 de fevereiro de 2010. Do conjunto, contabilizamos 122 diferentes casos⁵⁰ nomeados como *sequestro relâmpago*, sendo que 53% das vítimas eram homens, 37% mulheres, 7% crianças/adolescentes até 15 anos e 3% pessoa cujo sexo e/ou idade não foi informado. Em 16 casos (13%), ao menos uma vítima morreu durante ou em decorrência do *sequestro relâmpago*. Durante todo o período do estudo, realizamos ainda um acompanhamento de reportagens eletrônicas veiculadas pelas versões *online* dos jornais A Tarde e Correio da Bahia que continham a expressão “sequestro relâmpago”.

3.2. Análise dos dados

Nosso estudo foi guiado pela Teoria Fundamentada em Dados, uma abordagem que tem suas raízes no Interacionismo Simbólico (DANTAS et al., 2009; JEON, 2004). A Teoria Fundamentada em Dados foi inicialmente proposta por Barney Glaser e Anselm Strauss, em 1967, através da obra *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, que propõe:

Uma abordagem para a geração de teoria que se baseia em e é sistematicamente derivada de dados, com ênfase no método comparativo de constante e concorrente coleta de dados e análise. O objetivo é desenvolver uma teoria bem fundamentada que descreve, explica, interpreta e prevê o fenômeno (JEON, 2004, p. 252).

Strauss e Corbin (2008) salientam que o método comparativo é uma característica fundamental desta abordagem. Dantas et al. (2009) apontam ainda que as hipóteses são criadas a partir do processo de coleta e análise dos dados, após a entrada do pesquisador em campo; os dados são coletados e analisados concomitantemente; isto tudo ocorre em movimento circular permitindo ao pesquisador buscar outros caminhos, guiados pelos novos dados de pesquisa. Nesse método circular, os dados são analisados a partir dos processos de codificação – aberta, axial e seletiva – e através da formulação de registros – os memorandos

⁵⁰Total de 126 casos publicados, com quatro repetições.

– que são os produtos visuais escritos (notas) ou não-escritos (diagramas) da análise (STRAUSS, CORBIN, 2008).

A análise iniciou-se pela codificação aberta, por meio da qual conceitos e suas respectivas dimensões foram identificados nos dados. Nesta primeira etapa, realizamos uma *microanálise* dos dados, linha a linha (STRAUSS, CORBIN, 2008). Cada entrevista transcrita e o Diário de Campo foram lidos de forma exaustiva, viabilizando a “categorização de pequenos segmentos das anotações de campo, escrevendo palavras ou frases que identifiquem dimensões e categorias analíticas específicas” (EMERSON, FRETZ, SHAW, 1983). Esta etapa consistiu em “abrir o texto” para a interação mais próxima entre dados-pesquisador (DANTAS *et al.*, 2009).

Prosseguimos com a codificação axial, processo que relaciona categorias a subcategorias. Os códigos iniciais formulados pela codificação aberta foram reagrupados originando códigos conceituais. Em seguida, pelo processo de codificação seletiva, refinamos e integramos categorias, selecionando algumas categorias centrais. (STRAUSS, CORBIN, 2008; DANTAS *et al.*, 2009). Nesta etapa “todas as categorias são abstraídas, analisadas, refletidas, sistematizadas, interconectadas” e “o pesquisador encontrará o fenômeno central, que será a categoria central consistindo na teoria fundamentada” (DANTAS *et al.*, 2009, p. 143), podendo haver mais de uma categoria central (JEON, 2004). Em suma,

na codificação aberta, o analista está preocupado em gerar categorias e suas propriedades e depois tentar determinar como as categorias variam dimensionalmente. Na codificação axial, as categorias são sistematicamente desenvolvidas e associadas às subcategorias. Porém, somente depois que as principais categorias são finalmente integradas para formar um esquema teórico maior é que os resultados de pesquisa assumem a forma de *teoria*. Codificação seletiva é o processo de integrar e de refinar categorias. (STRAUSS, CORBIN, 2008, p. 143)

Enfim, nos empenhamos em tratar a grande quantidade de dados brutos coletados através das entrevistas e diário de campo para identificar categorias que se relacionassem, transformando a “massa desordenada de dados” em temas e subtemas em que reconhecemos padrões e conexões (EMERSON, FRETZ & SHAW, 1983).

A pesquisadora também elaborou resumos das narrativas das vítimas⁵¹ (Apêndice H), um material que serviu de apoio durante todo o processo de análise comparativa das categorias e memorandos formulados.

Vale ressaltar que o uso de diversas fontes (vítima direta, familiares, ofensores, processos judiciais/prontuários, reportagens publicadas) transformou-se em um cerzir de várias experiências, como o da produção de uma colcha de retalhos. Assim como os padrões dos tecidos da colcha devem ser cuidadosamente selecionados e organizados, sem que se perca a criatividade e artesanidade da produção, o trabalho de se agregar e separar tantos discursos demanda esforço que evidencie as conformidades, as dissonâncias e as várias nuances do fenômeno.

3.3. Questões éticas

Para além dos cuidados éticos formais em pesquisa que foram atendidos neste estudo, conforme aprovação do parecer de número 228.391, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva/UFBA, em 25 de março de 2013, nos deparamos com questões que nos convocavam a reflexões éticas durante o *fazer* da pesquisa.

Um primeiro ponto foi promover uma entrevista cuidadosa, com observância sobre o bem-estar da vítima e a “vontade” de falar. De modo geral, durante as entrevistas as vítimas discursaram espontaneamente e com interesse em falar sobre a própria experiência.

Tendo em conta nosso percurso prolongado de estudo da vítima, em relação aos ofensores procuramos nos despir dos pré-julgamentos e “re-condenações”. Explorar o objeto de estudo agora sob outro ângulo exigiu preparo emocional e técnico para conduzir as entrevistas de forma ética numa tentativa renovada de “ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações sociais que desenvolvem” (HAGUETTE, 2005).

Outro elemento de reflexão nossa foi reconhecer se, de fato, a entrevista não provocava novos danos às vítimas entrevistadas. Ainda que concordemos com Jovchelovitch e Bauer ao afirmarem que “uma narração pode ser terapêutica”, também concordamos que a narração pode

⁵¹ Todos os nomes contidos neste estudo são fictícios, para garantir o anonimato dos participantes. A única exceção se refere aos nomes divulgados nas notícias de jornais, que, entretanto não fazem referência a qualquer um dos participantes.

igualmente “produzir uma renovação do sofrimento e da ansiedade associados com a experiência que é narrada” (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002, p. 105). Por isso, realizamos uma meta-avaliação da técnica de entrevista ao investigar junto às vítimas diretas “como foi me contar sua história?”.

Se não estivesse resolvido isso em mim, agora seria difícil, conversar com você, porque agora veio a memória, todos, cada relato que eu fiz pra você, cria imagens... a gente tem essa capacidade de visualizar no cérebro as imagens passadas, então elas voltaram aqui. Eu estava falando com você e elas iam voltando... [...] se tivesse sido traumático, mas como foi muito tranquilo pra mim, as coisas foram muito bem resolvidas pra mim, eu me trabalhei bastante com isso, entendi que era pra ter acontecido, foi tranquilo, foi leve falar essas coisas pra você. Eu acabei também rememorando outras coisas, outras possibilidades de conhecimento, falei sobre filosofia... acabou sendo uma revisão de nossas lógicas..

Teodoro

Como eu te falei, eu não costumo ficar falando mais disso, entendeu? Ainda é difícil para mim, eu acho que é importante pra mim falar para você isso, é importante porque eu acredito muito que a gente tem que estudar essas situações mesmo pra ver o que a gente pode extrair disso, como ajudar as pessoas que passaram pela mesma situação que eu passei. A gente sabe que os estudos ajudam de maneira direta, falar do tema já é uma grande ajuda[...] Se fosse uma coisa irrelevante ou eu pudesse escolher tipo eu não vou falar porque e não daria a entrevista, eu optaria por não fazer. Mas eu acho que tem muita relevância o que você tá fazendo, é muito importante, eu estou disponível pro que for preciso [...] e é uma maneira de ressignificar a experiência, né, eu acho que para mim, cada vez que eu conto, eu conto pra mim também. Eu acho que eu aprendo um pouco a viver a experiência e entender ela melhor, entendeu?

Eleonora

Dizem que relembrar as coisas ruins não é bom, né? Agora eu estou falando isso pra você, estou conversando isso contigo pra que eu possa ajudar a não acontecer adiante com outras pessoas, entendeu? Aquele negócio, você tem que encontrar uma maneira de ajudar sempre o próximo, pra que não aconteça com outros o que aconteceu comigo. Eu acho que o trabalho de você é mais ou menos isso, né?

Dirceu

Eu espero que esse tipo de trabalho sirva de alguma coisa [...] para trazer benefício para a sociedade, para chegar no poder público, chegue nessas esferas e que se faça alguma coisa para combater isso. Que não ocorra com outras pessoas o que aconteceu comigo e minha esposa. O fundamental, o que eu espero também é isso, de colaborar para que isso não venha a acontecer de novo. Que o poder público tome providências em relação, tem que ter mais segurança para a população que está cada vez mais desassistida em relação a isso. [...] para mim não foi doloroso, não foi algo que me machuca de falar disso, eu acho que eu quero mais é que a gente consiga com isso ajudar para que as coisas melhorem, mudem, para que a gente possa sair de casa com sua família, e não ter que ficar cercado de polícia [...] a polícia está escoltando polícia agora (risos) [...] se a polícia está assim, imagine..

Telmo

Eu acho que é bom quando você tem chance de falar no momento certo aquelas coisas que te marcaram. Tem momentos e oportunidades que são benéficos. Então não é falar naqueles ciclos de amigos onde cada um está contando: “*Tem que matar o bandido, velho. Eu fui assaltado assim, assim, assim. Vagabundo.*” Entendeu?! Então assim, esse tipo de bate-papo não vai produzir algo saudável, entendeu?! [...] Antes de eu chegar eu falei: Vai ser um trabalho acadêmico. Mas estar falando, eu acho que é bom para você e bom para mim. Então tem os dois lados da moeda. De repente falar sobre esse viés é também terapêutico, entendeu?!

Murilo

Como vimos, a entrevista tem o potencial de beneficiar as vítimas entrevistadas, seja porque reconhecem como uma forma de ajudarem a si mesmas, através da ressignificação e da fala reconhecida como terapêutica, seja como uma forma de ajudar aos outros, pois confia-se ao estudo a capacidade de ampliar conhecimentos e/ou ter capital simbólico para gerar mudanças políticas. Há uma expectativa de que o estudo dê visibilidade ao fenômeno e aos impactos que gera na vida das vítimas.

Para tanto, além de divulgar o conhecimento aqui produzido nos espaços acadêmicos e periódicos científicos, iremos produzir um “resumo executivo” dos achados a serem entregues à Secretaria de Segurança Pública, à Secretaria de Saúde, à DRFRV, à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização e quaisquer órgãos públicos ou empresas relevantes para o enfrentamento do delito e das repercussões da vitimização. Além disso, apresentaremos os dados às vítimas diretas e seus familiares, caso tenham interesse em conhecer os principais pontos do trabalho, resultantes dos seus depoimentos.

CAPÍTULO I O DELITO DO *SEQUESTRO RELÂMPAGO*

No nosso estudo anterior (AZEVEDO, 2011), realizamos uma análise da dinâmica do *sequestro relâmpago* a partir das suas fases de execução. Inicia-se com a pré-abordagem na qual ofensores avaliam possíveis vítimas e utilizam o fator surpresa, velocidade e/ou encenação para minimizar seus riscos de fracasso na abordagem (AZEVEDO, 2011). A *captura* é o momento em que ofensores estabelecem a co-presença (LUCKENBILL, 1981), ou seja, é a fase na qual a interação ofensor-vítima passa a se desenrolar.

A fase que se segue, o *passeio compulsório*, é a etapa mais prolongada durante a qual ofensores expõem suas intenções e inserem a vítima em um contrato coercitivo-cooperativo. Esse acordo é regido pelas ameaças e pela arma de fogo, que fortalecem a encenação convincente dos ofensores (CONKLIN, 1972; LUCKENBILL, 1981). Como resposta, as vítimas cooperam. Elas acreditam que, ao colaborarem com os ofensores, suas vidas serão preservadas e, assim, validam o contrato coercitivo-cooperativo imposto pelos algozes. As ações durante o *sequestro relâmpago* são flexíveis e adaptáveis, e dependem de informações que os ofensores extraem das suas vítimas no decorrer do evento (como exemplo, se têm ou não cartões de banco) e de circunstâncias externas ao evento (como presença de guardiões capazes: aglomeração de pessoas, presença de policiais, etc.). Além disto, o contato face-a-face entre ofensor e vítima é constante, possibilitando a aquisição de informações mútuas adicionais e o estabelecimento de interações estratégicas (GOFFMAN, 1969), que por sua vez habilitam as vítimas a ter “*muito mais controle sobre a reação*” (Danila) dos algozes. Estes foram identificados como jovens agressivos, ora reconhecidos como algozes aparentemente inexperientes, ora considerados hábeis perpetradores nas suas ações. Durante o *passeio compulsório*, a direção perigosa apavora as vítimas (YOSHIMURA, 2011). Além disso, elas sentem a morte como iminente, há desgastes físicos e emocionais e a noção de que se perdeu controle sobre a própria vida. No que tange às interações das vítimas, cooperar é a resposta mais freqüente (AZEVEDO, 2011).

Por fim, segue-se para o encerramento do evento, o *desfecho*, sendo este um dos momentos mais tensos para a vítima. Para os reféns, este é o momento mais almejado, já que desejam incessantemente o retorno ao lar, mas é também o mais temido, pois é um momento de ruptura entre o que existe e o que está por vir naquele cenário coercitivo. É o ponto

culminante em que vítima saberá se o ofensor cumprirá com sua parte no contrato. A esse respeito, o local para onde são levadas – comumente áreas reconhecidas como de “desova” – incrementa o medo da morte. O *desconhecido solidário* aparece neste contexto, geralmente homens trabalhadores de empresas das proximidades que auxiliam as vítimas a entrarem em contato com a polícia e/ou familiares (AZEVEDO, 2011). O Quadro II, abaixo, expõe características e depoimentos referentes a cada fase.

Quadro II: Fases do *sequestro relâmpago*, com base em Azevedo (2011).

FASE	CARACTERÍSTICAS	DEPOIMENTO
Pré-abordagem	<ol style="list-style-type: none"> 1. avaliação das vítimas-potenciais e circunstâncias 2. fator surpresa 3. encenação 	<p><i>Eu vi que vinham dois rapazes, mas eles estavam sorrindo, conversando, não pude ver o rosto deles, na hora não lembro de ter olhado o rosto deles. [...] Mas eles vinham tão descontraídos que eu nem me preocupei, jamais pensaria que eram dois assaltantes.</i></p> <p>(Gabriela, vítima, 43 anos, socióloga e professora universitária).</p>
Captura	<ol style="list-style-type: none"> 1. estabelecimento da co-presença e enquadramento (Luckenbill, 1981). 2. arma de fogo: capacidade destrutiva 3. velocidade: evita reação 4. apontado por muitos como o momento mais tenso 	<p><i>Na mesma hora que eles me pegaram e eu dizia [pensava] ‘meu Deus do céu, eu não acredito que isso vai acontecer comigo aqui agora’. [...] Aí na minha cabeça, eles não vão me levar, eles vão levar o carro, quando eles me botaram dentro do carro eu ‘não é possível!’. Sabe quando você acha que está num pesadelo que você vai acordar? É essa a sensação! ‘Não, eles não vão fazer isso comigo, eu estou dizendo que eu estou grávida, eles vão me deixar ir.’</i></p> <p>(Milena, vítima, 34 anos, socióloga e professora).</p>

<p>Passeio Compulsório</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. interação continuada 2. scripts (Linger, 1992; Kennedy, Sacco, 1998; Paes-Machado, Levenstein, 2002) 3. contrato coercitivo-cooperativo 4. relação diádica 5. planejamento ao vivo: adaptabilidade 	<p><i>A gente foi andando pela BR [324] e eles discutindo se não tinha mais uma forma de pegar dinheiro [...] até que um deles pensando 'ah, mas tem outra forma da gente tirar mais dinheiro, ela pode depositar o dinheiro, a gente pode depositar um dinheiro que tá numa conta em outra conta', 'ah, mas não vai dar pra sacar porque são bancos diferentes e tal e já sacou o limite do dia', 'então ela joga pra conta poupança que a gente saca', e aí a gente foi pra outro caixa eletrônico [...] Aí 'ah, a gente pode pegar um empréstimo no caixa eletrônico', e a gente foi pra outro caixa do Banco do Brasil pra pegar o empréstimo e sacar o resto do dinheiro. 'Ah, a gente pode também pegar um empréstimo na outra conta', 'ah, mas não vão liberar porque ainda tem dinheiro na conta'. [...] Eles iam rodando a esmo pensando no que iam fazer [...].</i></p> <p>(Elena, vítima, 28 anos, psicóloga, duração: 7h).</p>
<p>Desfecho</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. grande temor de morte 2. local do desfecho: risco de morte iminente, informações. 3. liberação não representa a salvação: nova vitimização? 4. o desconhecido solidário 5. momento de alívio 	<p><i>No meio do caminho tomaram um percurso, que no CIA é lugar de desova, onde eles matam as pessoas para ninguém saber. É um lugar que você vai, é como se descesse um barranco 'se eu morro aqui ninguém vê, só Deus'.</i></p> <p>(Itamar, vítima, 24 anos, fisioterapeuta, duração: 1h).</p>

A expressão *sequestro relâmpago*, ainda que corresponda a *um* significante da língua portuguesa, comporta uma série de ações reconhecidas como violentas e criminosas. Essa expressão, portanto, não se refere somente ao artigo 158 § 3º (extorsão com restrição de liberdade) do Código Penal Brasileiro, conforme tipificação ocorrida em 2009, através da lei 11.923/2009. A lei em questão define *sequestro relâmpago* como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa” (BRASIL, 1940). Entretanto, esse fenômeno criminoso se traduz em diversas formas de violação aos direitos de homens e mulheres, não podendo ser compreendido apenas como o tipo-penal acima mencionado.

De modo análogo a Sutherland e, posteriormente, Alix (1978), que argumentam sobre tipos sociologicamente distintos de sequestro, o delito investigado neste trabalho também apresenta suas variações. Miethe e Sousa (2010), seguindo a mesma tônica, afirmam que “apesar de *carjacking* ser geralmente visto como roubo de veículo com uso de força, situações de *carjacking* podem envolver uma variedade de subtipos e formas qualitativamente distintas” (p. 242). Sendo assim, trazemos neste capítulo, uma análise qualitativa dos diferentes episódios de *sequestro relâmpago* que emergiram nos relatos narrados pelos integrantes deste estudo.

Salientamos que os quadros deste capítulo não representam dados com significância estatística para a população soteropolitana, baiana ou brasileira, uma vez que o estudo em questão não foi proposto com desenho metodológico de cunho quantitativo. Os percentuais expostos a seguir caracterizam as categorias criadas para a análise qualitativa dos eventos narrados pelos nossos informantes e não representam pretensão de generalização das prevalências do delito.

I.1. Co-vítimas, co-ofensores e a díade

No universo de histórias que nos foram relatadas pelas pessoas vitimizadas, o número de vítimas abordadas em um mesmo evento aparece como uma categoria relevante para análise.

Quadro III. Número de vítimas em cada caso.

Co-vítimas	Total de casos
1 vítima	21
2 vítimas	8
3 vítimas	3
6 vítimas	1
GERAL	33

Conforme exposto no quadro III, acima, entre os 33 casos distintos de *sequestros relâmpagos* historiados pelas 35 vítimas entrevistadas, a maioria refere-se a abordagens a vítimas que estão sozinhas, sem acompanhantes. Quanto mais co-vítimas, menos casos relatados. Em apenas um caso, a participante relatou estar acompanhada por outras cinco vítimas, além dos dois ofensores. Neste episódio, eles foram abordados enquanto uns saíam do veículo após uma carona oferecida pelo colega, proprietário do veículo. Nossa participante acredita que os ofensores “*estavam prontos pra fazer e quem chegasse eles fariam*”, mas pondera que “*se a gente tivesse saído rápido [do carro] e eles tivessem visto que eram muitos [de nós dentro do veículo], talvez não tivessem pego todo mundo, tivessem levado só um ou dois, ou nem tivessem encostado.*” (Bruna, vítima, 25 anos, 2 ofensores x 6 vítimas).

Este depoimento de Bruna, assim como a constatação de que, na nossa seleção de participantes, a maioria dos casos envolvia apenas uma vítima mantida no *cativeiro móvel*, traz elementos que nos levam à hipótese de que esta pode ser uma abordagem preferencial dos ofensores. Um número elevado de reféns poderia aumentar os riscos de conflitos entre ofensores e vítimas, reações por parte dos reféns e reações contingentes dos algozes, uma vez que todos tendem a ficar nervosos e potencialmente reativos em um cenário de tensão circulante, em que o “*ladrão tem medo da vítima reagir e a vítima tem medo do ladrão atirar*” (Luciano, ofensor, 30 anos).

Luciano me fala que, durante o *sequestro relâmpago*, o ladrão tem mais medo do que quem está sendo sequestrado. Medo de morrer ou ser preso. Especialmente quando se deparam com o que ele chamou de vítima “tipo super-homem” – que é aquela que reage.

(Diário de Campo, entrevista com Luciano, ofensor, 30 anos)

Ele tinha muito medo da policia abordar a gente. [...] Eu não confio numa abordagem policial consciente naquele momento, porque a policia, não pelos policiais em si, mas pela falta de estrutura mesmo da instituição policia militar. Então eles tinham medo de que eu quisesse chamar a atenção, gritar, [...] acho que eles tinham medo do que poderia desenrolar ali, de o tempo virar contra ele. [...] eu percebi que eles estavam com medo porque eles não chegavam a um acordo.

Eleonora, vítima, 28 anos, 3X2, 5 horas.

Uma quantidade elevada de vítimas e ofensores dificultaria a ação, tipicamente itinerante do *sequestro relâmpago*, em que há deslocamento de sequestradores e reféns viabilizado pelo veículo, cuja capacidade espacial para ocupação humana impõe limites. Ou seja, o tamanho dos carros estabelece limites no número máximo de ocupantes. No caso que nos foi relatado por Luciano (ofensor, 30 anos), eram quatro algozes e duas vítimas e, logo no início da ação, eles se subdividiram em dois grupos de dois ofensores e uma vítima, com cada subgrupo se deslocando em um carro. Já na experiência de Samir (vítima, 37 anos), quando foi abordado por dois homens, ele estava em companhia da sua namorada, e os ofensores optaram por deixá-la no local, levando apenas ele:

A gente tomou o susto, saiu uma pessoa de dentro do [outro] carro já com a arma em punho apontando pra dentro do [nosso] carro e aí eram duas pessoas, saiu o outro também e pediram para gente ir pro banco de trás do carro de minha namorada. Chegou a entrar eu e ela no banco de trás, um assumiu o volante do carro dela e outro, que estava armado, entrou no banco de trás também. Aí eu não sei por que, um dos dois falou para deixar ela lá, que ela não precisava ir. Aí falou ‘você sai, você sai’.

Samir, vítima, 37 anos, 2X1, 20min.

Apesar da categoria “número reduzido de vítimas abordadas” surgir em nosso estudo, faz-se necessário desenvolver pesquisas de cunho quantitativo para testar tal hipótese, conforme o fizeram Miethé e Sousa (2010) com o *carjacking*⁵². A pesquisa de Silva Jr (2002), no Distrito Federal, confirma o indício já que em 78,31% dentre as 200 ocorrências policiais analisadas de “sequestro relâmpago” houve apenas uma vítima sequestrada.

⁵² Segundo seus achados, 90% do total de 241 *carjackings* registrados em Las Vegas entre os anos de 2002 e 2004 foram cometidos contra vítimas que estavam sem acompanhantes.

As matérias de A Folha de São Paulo também indicam essa tendência. Do total de 172 notícias entre os anos de 1995 e 2010 a que tivemos acesso, foram reportados 122 diferentes episódios de *sequestro relâmpago*. Dentre os casos onde havia a informação disponível, 64% correspondiam a apenas uma vítima capturada e raros eram os casos divulgados em que o número total de vítimas superava o número total de ofensores.

A co-vitimização pode gerar inseguranças e temores excedentes quando a vítima se reconhece como responsável, em alguma medida, pela sua co-vítima. No caso, por exemplo, de Silvane (vítima, 32 anos), ela foi sequestrada junto ao marido e filha, o que lhe apavorou intensamente, pois sentia que precisava resguardar a si e a sua família. O mesmo foi relatado por Itamar e Elias, por exemplo, ao se colocarem como protetores das suas namoradas. Por outro lado, a presença de alguém com quem se compartilha alguma relação afetiva pode, igualmente, gerar mais segurança e conforto durante o *sequestro relâmpago*, como vemos nos relatos de Dália e Bernarda. A esse respeito, Alexander e Klein (2010) apontam que, em sequestros, os processos grupais – em contraposição a estar sozinho – podem proteger vítimas de efeitos deletérios de ser mantido em cárcere.

Para minha paz individual assim, eu acho que foi bem melhor estar com ela do que estar só.

Dália, vítima, 35 anos, 2X2, 2 horas.

É uma força a mais, você estar com uma pessoa querida, porque é uma amiga mesmo. Uma pessoa querida ao seu lado e saber que é uma pela outra ali. Até a maneira que a gente desenrolou o sequestro, a gente só desenrolou, porque tinha ela e porque tinha eu. Na maneira de conversar com eles, entendeu?! Se fosse só ela talvez ela não tivesse conseguido quebrar o gelo, sabe?! As duas ali conseguindo quebrar o gelo sempre no intuito de se safar, de se livrar daquela situação.

Bernarda, vítima, 28 anos, 3X2, 3h30m.

Em relação ao número de ofensores, na amostra de matérias de A Folha de São Paulo, 87% dos *sequestros relâmpagos* eram protagonizados por ofensores em duplas (35%), trios (38%) e quartetos (14%) (AZEVEDO, 2012). No levantamento de Silva Jr (2002), as ocorrências correspondiam a 47,3% com ofensores atuando em duplas e 31,5% em trios. Dentre nossos 33 casos de vítimas entrevistadas, os ofensores também executaram o *sequestro relâmpago* em duplas (67%), trios (27%) ou com apenas um ofensor (6%) (Quadro IV).

Quadro IV. Conjunto de ofensores em cada caso de SR.

Co-ofensores	Casos
1 ofensor	2
2 ofensores	22
3 ofensores	9
GERAL	33

Cruzando os resultados dos Quadros III e IV, e levando-se em conta cada caso, elaboramos o Quadro V, abaixo, no qual observamos a frequência de díades ofensor X vítima.

Quadro V. Proporção da díade ofensor X vítima.

Ofensor X Vítima	Casos
1X1	2
2X1	13
2X2	6
2X3	2
2X6	1
3X1	6
3X2	2
3X3	1
GERAL	33

Nos dois casos de ofensor unitário, apenas uma vítima foi capturada, mantendo uma relação de um para um (1X1). A maioria dos casos foi de dois ofensores para uma vítima

(39%). Em apenas três casos o número de vítimas superou o de ofensores. Ou seja, a maioria dos casos (91%) refere-se a quantidade de ofensores igual ou superior ao número de vítimas.

Voltando-nos para os relatos dos quatro ofensores entrevistados neste estudo, verificamos as seguintes proporções (ofensor X vítima)⁵³: Edvaldo: 3X1; Luciano: 4X2 (que se dividiram em dois grupos de 2X1); Wilson: 2X1; e Israel: 1X1. Edvaldo – que nos relatou já ter praticado cinco assaltos e três *sequestros relâmpagos* e escolher *shoppings centers* como locais preferenciais para abordagem – disse inicialmente na entrevista que ele e seus parceiros não determinavam antecipadamente o número de vítimas que seriam capturadas, desde que se “*passse despercebido*” por observadores. Chegou a afirmar que sequestraria “2, 3, 4, 5 no shopping, que ninguém ia saber de nada”, mas posteriormente nos contou que nunca “*pegou*” mais do que uma pessoa de vez porque, como não usavam arma durante a ação, não seria frutífero. Entretanto, Edvaldo acredita que, com o uso de uma arma de fogo, eles poderiam capturar qualquer um (Diário de campo 08/10/2013, entrevista com Edvaldo, 20 anos, ofensor, 3X1). Já Luciano (30 anos, ofensor, 4X2, Diário de campo 24/09/2014) afirma que quanto menor o número de vítimas, melhor é o controle da situação. Israel, que portava uma faca (arma branca) ao abordar a vítima disse que “por estar sozinho e sem arma de fogo, pegaria só pessoas sozinhas, fosse homem ou mulher”. (Diário de campo 12/11/2014, entrevista com Israel, ofensor, 26 anos, 1X1).

No caso de Talita (vítima, 31 anos), uma vítima de *sequestro relâmpago* em série, seus captores, ao realizarem tentativas de novas abordagens, comentaram que não capturariam crianças e “*velhos*”, indicando que este trio de algozes realizava uma triagem de vítimas com recorte etário.

A propósito do gênero escolhido para vitimar, enquanto alguns dos nossos informantes ofensores expressam alguma preferência, outros privilegiam a “*oportunidade*” como aspecto central na escolha da vítima. Luciano, por exemplo, declarou ser “*melhor*” capturar homens e que evitava crianças depois de já ter tido a experiência de sequestrar uma. Em relação às mulheres, ele evitaria abordá-las porque tendem a ficar mais “*nervosas*”, mas o faria caso “*precisasse*” (Diário de campo 24/09/2014, entrevista com Luciano, ofensor, 30 anos, preso por *sequestro relâmpago* de um homem e um menino). Edvaldo, por sua vez, argumenta que, pela experiência que teve com a reação de um homem, ele e seus parceiros davam preferência

⁵³ Aqui trazemos o número de ofensores que renderam a vítima e ficaram com ela. Nos casos de Wilson e de Edvaldo houve participação de outro integrante que não esteve em interação direta com as vítimas. No caso de Wilson, um homem dirigiu o veículo que levou os outros ofensores e os buscou posteriormente. E no caso de Edvaldo, uma mulher, namorada de um dos integrantes do grupo, usou o cartão da vítima para fazer compras.

a abordagens de mulheres, pois acreditavam ter mais facilidade de “*entrar na mente*” delas para não reagirem. Entretanto, ele defende que “*não é questão de perfil, é questão de oportunidade*”. Segundo ele, “*o cara pensa, o cara calcula*”, referindo-se à avaliação que fazem das possibilidades de abordagens surgidas durante a vigília (CLARKE & FELSON, 1993). Não seria uma questão de selecionar vítimas com base nas suas características pessoais, mas na oportunidade (Diário de campo 08/10/2013, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos, integrante de grupo que sequestrava em estacionamentos de *shopping centers*).

Ele nega haver uma “*seleção*” das vítimas, com base em um perfil ideal, mas Edvaldo e seus parceiros selecionavam um público específico para vitimar: a própria escolha do *shopping* como local de abordagem é fruto de uma triagem de vítimas supostamente aptas a oferecerem algum retorno vantajoso para eles. Quando perguntado o por que escolheram *shoppings centers* como local das capturas, ele nos respondeu que “*são mais oportunidades*” e que “*o bote tinha que ser um bote certo.*” São mais oportunidades para encontrarem vítimas que tenham cartões que seriam usados em “tarefas de consumo” nos “templos do consumo” representativos da sociedade de consumo (BAUMAN, 2001). Nesse sentido, validam os três elementos essenciais do crime, defendidos por Cohen e Felson (1979): o alvo adequado, que seria a vítima endinheirada; a ausência do guardião capaz, uma vez que no estacionamento do *shopping* eles agem “*despercebidos*” e o ofensor com intenção de cometer o delito.

Diferentemente de Edvaldo, Israel não se auto-intitula como membro de um grupo de *sequestro relâmpago* e não reconhece que tenha praticado tal delito. Entretanto, de modo semelhante ao outro, usa o mesmo argumento do contexto oportunístico: ele não “*escolheu*” a pessoa, ele teria aproveitado a “*oportunidade*” que surgiu no momento que avistou a futura vítima saindo do veículo. A ideia de oportunidade expressa por Israel exime-o de intento criminoso prévio, quase como se não houvesse a intenção do crime, mas a oportunidade imperou naquele momento. Já para Edvaldo, a ideia de oportunidade estaria relacionada à avaliação *in loco* do contexto empírico, que viabiliza a execução da ação criminosa previamente idealizada.

Por fim, no que tange à relação numérica ofensor X vítima, vemos confluência entre nossos dados e o argumento defendido por Miethe e Sousa (2010) segundo o qual maior vantagem numérica de co-ofensores em relação às vítimas pode indicar menos resistência por parte das vítimas em *carjackings*, assim como arma, cuja presença também diminui a probabilidade de resistência em situações de roubo (CONKLIN, 1972; LUCKENBILL, 1981). Teodoro (41 anos, 3X1), vítima cujo episódio contou com três ofensores, sendo uma

mulher, e apenas ele como refém, confirma que “*com três [sequestradores] a pressão é muito maior.*”

I.2. Tipos de abordagem

A abordagem é o momento em que o ofensor mostra-se à vítima com suas intenções coercitivas, ou seja, onde realiza a co-presença e inicia o enquadramento (LUCKENBILL, 1981). Para realizar a co-presença, os ofensores geralmente utilizam táticas como furtividade e encenação de normalidade (LUCKENBILL, 1981; JACOBS, 2012; COPES et al, 2012). Ou seja, surpreendem a vítima agindo repentinamente e com velocidade, e tentam se camuflar em cenas cotidianas, como Eder que achava que um dos algozes, antes de abordá-lo, apenas se exercitava na praia e Gabriela e Brenda que imaginaram que os dois rapazes que se aproximavam delas estavam apenas conversando e se divertindo (LUCKENBILL, 1981; AZEVEDO, 2011).

Assim, outra categoria qualitativa pertinente é a forma de se abordar as vítimas (AZEVEDO, 2011), ou seja, como os algozes chegam até suas vítimas, estabelecendo a co-presença, de maneira a eficientemente subjugar-las aos seus comandos.

Os reféns foram abordados principalmente ao chegarem ou saírem de suas residências (ou do acompanhante), e também nas proximidades do local de trabalho, em estacionamentos de supermercados, nas proximidades de faculdade, bar/restaurante ou de outros lugares deixando ou voltando aos seus carros estacionados em via pública. Aqueles abordados enquanto o veículo estava parado aguardavam ou conversavam com alguém dentro do automóvel.

De modo geral, entre nossos informantes vemos três formas básicas de estabelecimento de co-presença: (1) a vítima é abordada enquanto estaciona seu veículo ou imediatamente após sair dele; (2) ao permanecer parada dentro ou próxima ao veículo; (3) ou ao retornar ao veículo já estacionado e adentrá-lo (AZEVEDO, 2011). Além dessas formas mais frequentes entre nossos informantes, agregam-se outras duas: “bump and rob” (MIETHE, SOUSA, 2010); e abordagem de pedestre caminhando (Quadro VI).

Quadro VI. Tipos de abordagem às vítimas.

Abordagem realizada pelos ofensores	Casos
Durante o processo de chegar perto do veículo, entrar no carro e sair do local onde estava estacionado	10
Durante o processo de estacionar o carro e sair do veículo estacionado	11
Enquanto o veículo está parado, com a vítima dentro ou perto do veículo	10
Leve batida realizada no veículo da vítima, provocando paragem	1
Vítima pedestre, abordada enquanto caminha	1
GERAL	33

No caso de Eduardo (vítima, 19 anos), nosso único episódio relatado de *sequestro relâmpago* sem a presença de um veículo particular (embora tenha havido utilização de transporte público para locomoção), ele foi abordado enquanto caminhava, depois de sair de um *shopping center* de grande circulação na cidade de Salvador. O outro caso se deu quando Claudia (vítima, 38 anos) saiu do veículo para averiguar uma batida recém-realizada na traseira do seu automóvel – propositalmente pelos ofensores, conforme ela veio a descobrir. Esta última é uma abordagem relatada apenas por Claudia, dentre as 35 vítimas, e pouco divulgada nos meios de comunicação, mas é bastante comum nos *carjackings* dos EUA, sendo chamado por Miethe e Sousa (2010, p. 242) de estratégia “bump and rob”: “um subtipo amplamente observado de *carjacking* de veículos em movimento envolve o ‘bate e rouba’”, no qual os ofensores batem na parte traseira do veículo que almejam e o roubam quando o proprietário sai do seu automóvel para verificar os danos.

Embora não tenha sido relatada por nossos informantes, outra forma de abordagem divulgada em reportagens é a captura em sinaleiras enquanto o automóvel está parado. As duas notícias abaixo da Folha de São Paulo indicam uma aparente mudança de perfil na abordagem na capital paulista entre os anos 2000-2010.

Bombeiro sofre sequestro-relâmpago e tem carro roubado em Salvador

Um bombeiro do 3º Grupamento de Bombeiro Militar sofreu um sequestro-relâmpago na noite desta segunda-feira (9) no Largo da Garibaldi. Ele foi rendido por dois homens armados quando estava em seu veículo, um Ágile preto, parado em uma sinaleira por volta das 20h30, de acordo com a Central de Polícia. [...]

(Fonte: Correio 24 horas online, reportagem de 09/03/2015. Salvador.)

Sequestros aterrorizam a cidade

[...] A abordagem é, normalmente, em semáforos ou locais onde os ladrões obrigam o motorista a reduzir a velocidade. Para isso, usam vários artifícios, como jogar pedras na rua.

(Fonte: Banco de notícias Folha de São Paulo, reportagem de 30/04/2000. São Paulo.)

Rua calma nas zonas sul e oeste concentra sequestro relâmpago

[...] "São pessoas que estão saindo ou chegando ao trabalho, à academia, que param para falar ao celular, que estão esperando a namorada." Até então, a polícia acreditava que os alvos preferenciais dos criminosos eram os motoristas que paravam em um semáforo ou caixa eletrônico ou que saíam de shoppings.

(Fonte: Banco de notícias Folha de São Paulo, reportagem de 04/05/2010. São Paulo.)

Dentre os casos relatados pelos ofensores entrevistados, a abordagem descrita por Luciano (ofensor, 30 anos, 4X2) foi realizada quando o motorista havia parado o veículo para um dos ocupantes sair. Israel (ofensor, 26 anos, 1X1) capturou a vítima no momento em que ela acabava de estacionar o veículo. Já Edvaldo (ofensor, 20 anos, 3X1), que confessou ter feito mais de um *sequestro relâmpago*, disse preferir abordar a vítima quando esta estaciona seu veículo ao chegar ao *shopping center*. Nesta circunstância, o limite de crédito disponível no cartão da vítima é maior do que quando ela sai do *shopping*, pois ao sair, ela já usufruiu do cartão e seu crédito disponível poderia ser inferior.

Em trabalho anterior (AZEVEDO, 2011), já havíamos apontado o fator surpresa, a camuflagem ou encenação e a velocidade da captura como elementos presentes na abordagem da vítima. Afinal, o risco para os ofensores ao abordarem as vítimas é grande, como nos relatou o próprio Luciano (ofensor, 30 anos). Edvaldo (ofensor, 20 anos), que tem cor de pele, olhos e cabelo claros, confirma a camuflagem quando explica que, como escolhia as vítimas em *shopping centers*, tinha que ir “*bem vestido, relógio bom no braço, sapato ou ‘4 molas’*”, referindo-se a um tênis da Nike e que à noite, ia de calça. Ele reafirma que “*o cara tem que ir bem vestido, com camisa da Lacoste*”, senão pode gerar suspeitas.

A surpresa e a velocidade na captura aparecem também na fala deste infrator, quando perguntado se ficavam escondidos aguardando a vítima chegar. A abordagem deve ser rápida para evitar testemunhas:

Edvaldo me contou que não demoravam no *shopping*. Geralmente chegavam “arrepiano”, entravam no shopping e davam umas voltas para observar o movimento. Em seguida, escolhiam um lugar “mais parado”, subiam e desciam o elevador, e ao descer “avistavam a primeira” vítima e “era o bote certo”. Perguntei se seguiam até o carro e ele me disse que às vezes pegavam a vítima indo para o carro, às vezes esperavam perto do veículo e abordavam quando a vítima chegava perto.

(Diário de campo, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos, realizava SR em *shopping centers*)

I.3. Armas

Todas as vítimas relataram ter visualizado ao menos uma arma de fogo com seus algozes: uma (24 casos), duas (9 casos) e três armas de fogo (2 casos). Dentre os autores de *sequestro relâmpago* entrevistados, dois declararam uso de arma de fogo, um declarou uso de faca (arma branca) e um informou não ter utilizado qualquer arma na ação. De modo análogo, nos estudos sobre *carjacking* verifica-se o uso de armas de fogo, armas brancas ou nenhuma arma (MIETHE, DRASS, 1999; MIETHE, SOUSA, 2010).

Nas abordagens que fez de *sequestro relâmpago*, Edvaldo (ofensor, 20 anos) não utilizava armas de fogo, embora possuísse uma, pois o risco era atirar na vítima em decorrência de perder o controle de si em determinados momentos:

Edvaldo tem arma, mas não usa para assaltar “*porque eu sei que o cara tem que se controlar*”. Ele diz que foi bom não ter levado a arma no primeiro *sequestro relâmpago* que fizeram porque percebeu que “*não estava controlado*”. Podia ter dado um “*pipoco na perna*”. Diz que se estivesse armado naquele sequestro relâmpago “*eu só lamento por ele*”, ou seja, insinua que se estivesse armado teria atirado no refém.

(Diário de campo 08/10/2013, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos)

O que temos observado é a importância significativa que a arma de fogo exerce sobre a percepção que a vítima tem da situação na qual se encontra (CONKLIN, 1972; LUCKENBILL, 1981; AZEVEDO, 2011).

Ter uma arma apontada para você a maior parte do tempo é uma situação difícil.

Telmo, vítima, 38 anos, 3X1, 30min.

[Acho que me dei conta da situação] no momento que o cara me abordou com a arma na cabeça, no meu olho!

Elena, vítima, 28 anos, 3X1, 7h.

Eu vi que era um assalto, tudo por causa da arma de fogo. Eu não me dei conta, quando ele puxou, eu olhei pra ele, quando eu olhei pra mão, que eu vi [a arma].

Danila, vítima, 29 anos, 2X3, 1 hora.

[Senti mais medo] quando ele apontou a arma pra mim, quando estava próximo do carro da polícia. Ele apontou a arma, aí senti muito medo.

Jonas, vítima, 26 anos, 2X2, 30 minutos

Você não sabe o que vai acontecer, aquela arma na sua cabeça pode disparar a qualquer momento.

Bernarda, vítima, 28 anos, 3X2, 3h30m

As ameaças e o risco de violência física se vinculam à presença da arma de fogo para garantir a submissão das vítimas aos seus algozes.

Meu medo não é porque era o ladrão. Era a arma. [...] eu tenho medo é da arma do bandido [...] é a arma que me intimida [...] você se sente impotente, seja qual for: arma branca ou revolver [...] dentro do meu carro tinha um facão desse tamanho embaixo do meu banco [...] se eu pudesse pegar o facão, eu tinha com certeza passado nele [...] mas com a arma [de fogo] não dava pra fazer isso.

Melina, vítima, 56 anos, 1X1, 2h.

A arma deixa claro que não existe relação horizontal entre as partes envolvidas, a relação é assimétrica, o que se traduz no reconhecimento que a vítima faz de quem manda e quem obedece.

Se ele não estivesse armado, eu não iria entrar no carro com ele. [...] Eu nunca entraria num carro com homem nenhum que não estivesse armado. [...] até mesmo se ele estivesse com uma faca só, eu ia enfrentar ele de alguma maneira. [...] Eu sempre fui mais destemida, eu nunca senti muito medo das coisas em si [...] Se ele não estivesse com a arma, eu te digo com toda a certeza que eu daria até um soco na cara dele. Que eu não iria entrar no carro com ele sob hipótese nenhuma. Então com certeza, a arma foi o meio fundamental para que eu entrasse naquele carro com ele.

Larissa, vítima, 22 anos, 2X1, 1h.

Vale ressaltar que a arma de fogo, como instrumento inanimado que é, não dá conta, sozinha, de produzir o medo expresso pelas vítimas. A comunicação analógica – comunicação não verbal como os gestos, expressões faciais, inflexão da voz, etc. (GUIMARÃES, MARTINELLI, s/d) – transmitida pelos algozes traduz às vítimas as intenções predatórias, confirmadas pela arma.

O momento mais difícil foi [...] quando eu percebi que ele não queria só o veículo, que eu ia ter que ir junto. [...] Se eu fechar o olho agora aqui eu sinto... Esquenta do mesmo jeito no momento... Que você percebe que ele vai lhe assaltar. Não é na hora que ele puxa a arma não, é quando você bota o olho, o olhar, o jeito que ele lhe olha, como ele vem a você... A arma só é consequência de puxar. [...] Quando eu botei o olho que eu vi ele vindo, os dois vindo eu gelei. Eu digo: não vou escapar não. Quando ele arrastou a pistola [...] já estava gelado dentro do carro já. E aí quando ele mandou entrar no fundo foi que... Aí a vida desabou.

Bento, vítima, 43 anos, 2X1, 35 minutos

Edvaldo (ofensor, 20 anos), embora não declare o uso da arma de fogo, confirma que ela muda a dinâmica de interação entre os atores do *sequestro relâmpago* ao relatar o caso de uma mulher que ele e o parceiro haviam abordado e que reagiu, tentando fugir, após perceber que eles não estavam armados. Luciano (ofensor, 30 anos) acredita que a “*arma de fogo é proteção*”, mas “não vê a necessidade em todas as situações. Ele diz que se for cometer novos delitos, não quer estar armado. Ele diz que já era agressivo antes de ser preso e insinua que agora está bem mais”. (Diário de campo, entrevista com Luciano, 30 anos). A arma de fogo protege ofensores de reações das vítimas e intimida e protege as vítimas de violências físicas (CONKLIN, 1972).

Por vezes, a conjugação da arma com as ameaças pode falhar e dar espaço para a vítima efetivar tentativas de reação e/ou fuga. A arma de fogo pode diminuir os riscos da reação ou fuga da vítima (CONKLIN, 1972), mas não é impeditivo absoluto. Mais à frente, discutiremos esses casos peculiares, com fuga das vítimas, para entender quais elementos foram significativos para as vítimas reagirem e em que medida a arma de fogo, as ameaças e o risco e/ou presença de violência física deixaram de manter a complacência dos reféns e exercer o controle esperado sobre eles.

I.4. Os tempos do *sequestro relâmpago* (duração, horário de captura e soltura)

O tempo de permanência das vítimas sob o domínio dos seus algozes segue a tendência de quanto menos tempo, mais casos. Dentre os relatos das vítimas, temos 27% dos casos com até 30 minutos, 45% até uma hora, 60% até 2 horas e 75% até 3 horas (Quadro VII).

Quadro VII. Duração do *sequestro relâmpago*⁵⁴ conforme percepção da vítima.

Tempo em minutos	Caso	
até 30 min	9	*
>30 a 60 min	6	
>1h a 2h	5	
>2h a 3h	5	
>3h a 4h	4	
>4h a 5h	3	**
>5h	1	
GERAL	33	

Observamos a tendência para abordagens mais curtas, uma vez que os ofensores podem avaliar que quanto mais tempo passam com a vítima, maior o risco de algo dar errado, numa avaliação racional sobre as perdas e ganhos da ação (CLARKE, FELSON, 1993). No sequestros tradicionais, a duração do sequestro se relaciona diretamente aos riscos enfrentados pelas vítimas,

⁵⁴ OBS: para os casos de co-vítimas entrevistadas, calculamos a média entre os tempos percebidos. *caso Otávia/Jonas, média entre 20 e 30 minutos = 25 minutos = 'até 30 min'. **caso Eleonora/Bernarda, média entre 300 e 210 minutos = 255 minutos = '>4h a 5h'

pois “a medida que o tempo passa, muitas coisas podem dar errado, a frustração se eleva de ambos os lados, e aumentam as chances de que um erro possa levar a resultados trágicos” (WRIGHT, 2009, p. 108).

Isso se confirma com o testemunho de Edvaldo (ofensor, 20 anos) que nos contou nunca ter passado mais de vinte minutos com vítimas, pois o delito “*não é pra curtição não*”. Ele relata que a polícia poderia abordá-los com a vítima e, se fosse o caso, “*Rasga nós que nem papel [...] não querem nem saber.*” E diz já ter visto isto acontecer diversas vezes. Seu testemunho nos comunica que o tempo do *sequestro relâmpago* seria o menor possível, na perspectiva de evitar intervenções policiais, reconhecidas como potencialmente arriscadas aos ofensores.

Quando perguntamos a Luciano se teria medo da polícia ele nos confirma e explica: “Luciano me disse que ‘ladrão sabe que o outro tem família’ e que policial ‘não pensa dessa forma’, insinuando que os policiais são mais cruéis quando capturam ladrão. Ele me disse que policiais são ‘covardes’.” (Diário de campo, entrevista com Luciano, ofensor, 30 anos). Wilson (ofensor, 21 anos) também confirma ter medo das forças de segurança e que “*tem que ter medo da polícia*”, pois teme que a polícia “*fure o carro todo*”⁵⁵.

O medo da intervenção policial relatado por todos os informantes ofensores e também por algumas vítimas nos parece um elemento a ser considerado por eles na persistência da ação e, conseqüentemente, no tempo de permanência com as vítimas – assim como em outras estratégias de evitação.

Lembremos também que há alterações na noção de tempo vivido pelo refém, dada a intensidade das sensações geradas no decorrer desse evento (AZEVEDO, 2011).

A polícia é que acha que isso é *sequestro relâmpago*. Mas pra gente não é relâmpago não! Pra gente é demorado demais. Passar uma hora de relógio pra mim já é um massacre, é um massacre.

Claudia, 38 anos, 3 horas no *cativeiro móvel*

Eu não sei te dizer quanto tempo eu levei nesse trâmite porque no final das contas eu sei que eu fiquei sete horas com eles, mas eu perdi completamente a noção de tempo

⁵⁵ Ele nos contou que foi “*torturado*” pelos policiais que o capturaram depois do *sequestro relâmpago* pelo qual está detido e que pensou que iria morrer, pois colocaram as algemas com suas mãos para trás, sua camisa foi puxada da frente para a parte traseira da cabeça, tampando seu rosto e foi obrigado a ficar de joelhos – uma posição reconhecida como de execução. Ele nos relatou sentir muita raiva do policial que fez isso, e afirmou que o policial “*não foi homem*”, pois o ameaçou com a arma na cabeça, mas não atirou (Diário de campo 16/10/2014, entrevista com Wilson, ofensor, 21 anos).

quando eu tava, do momento que eles me abordaram até a hora que eles me soltaram. [...] é uma tortura. [...]. Eu não meu dei conta que eram sete horas, no dia eu achei que era um dia inteiro porque ele me pegou estava claro e eu cheguei [...] só de noite.

Elena, 28 anos, 7 horas no *cativeiro móvel*

O tempo quando você está passando por uma situação dessa é algo absolutamente bizarro porque eu fui pega provavelmente por volta das 7 horas [19h] e quando foi 9 horas [21h] da noite eu já estava na delegacia. Parecia que tinha durado 10 horas. Foram por volta de duas horas. Tanto é que me pai estava acabando a aula, no intervalo, alguma coisa assim, porque normalmente ele não atende o celular. Então foi uma coisa cronologicamente rápida, só que perdi totalmente a noção de tempo. Isso é uma coisa que é incrível!!

Milena, 34 anos, 2h30m no *cativeiro móvel*

Cinco horas para mim era como se fosse 24 [horas]. Eu doido para me liberarem.

Justo, 76 anos, 5 horas no *cativeiro móvel*

Analisando-se os quatro episódios mais demorados dos 33 casos de vítimas (Elena; Brenda; Justo; Eleonora/Bernarda), verificamos que em três deles (Elena; Brenda; Justo), houve tentativas de saques em caixas automáticos. Cláudia, um ano antes do episódio relatado neste estudo, passou por outro *sequestro relâmpago* em que ela atribui às tentativas mal-sucedidas de saque em caixas eletrônicos o principal motivo para ter permanecido sequestrada por sete horas:

[O tempo] ia passando, porque da primeira vez, ele me falava que assim que tivesse com o dinheiro, [eles me soltariam]. Que ele não ia querer o carro [...] Então, eu achava que era rápido. Só que por azar [...] eles passavam nos caixas e não conseguiam sacar. Por isso que demorou tanto, demorou, demorou. Fomos para aquele banco do supermercado, fomos pro banco de cá, fomos pro banco de lá, rodamos esses banco tudo, [todos] fora do ar. Aí o único lugar que eles conseguiram sacar foi no [bairro do] Comércio.

Cláudia, 38 anos, vítima de dois *sequestros relâmpagos*, primeiro de 7h de duração e segundo de 3h.

No quarto caso mais demorado, de Eleonora e Bernarda, não houve tentativas de saques, já que as vítimas não tinham consigo cartões de crédito ou débito; entretanto, a liberação das reféns estava condicionada à captura de novas vítimas e, por isso, acompanharam diversas tentativas frustradas.

Quando analisamos os nove casos de *sequestro relâmpago* com duração de até 30 minutos, verificamos que em apenas um deles (caso Inácio) houve tentativa de saque em um caixa automático de banco. Isso nos possibilita conjecturar que em havendo tentativas de

saques, o tempo de execução do *sequestro relâmpago* pode se prolongar. Vale ressaltar que, dentre os 33 casos relatados por vítimas, apenas treze envolveram saques (Quadro IX), o que reforça a noção de que o *sequestro relâmpago* não se resume a casos que comportam a tipificação “extorsão com restrição de liberdade”, conforme entendimento do direito penal brasileiro (artigo 158 do Código Penal Brasileiro, ver BRASIL, 1940; BRASIL, 2007a; BRASIL, 2007b).

Em relação aos turnos de abordagem e soltura, a maioria das abordagens foram realizadas no período da tarde (>12h00 até às 18h00) e noite (>18h00 até às 22h00), enquanto a soltura foi majoritária no período da madrugada (>22h00 até 6h00). Abaixo, representamos no Quadro VIII a relação entre os turnos da captura e da soltura das vítimas.

Quadro VIII. Relação entre captura e soltura⁵⁶.

Turnos	# casos
manhã-manhã	5
manhã-tarde	1
tarde-tarde	6
tarde-noite	4
tarde-madrugada	1
noite-noite	4
noite-madrugada	7
madrugada-madrugada	5
TOTAL	33

⁵⁶ Obs: manhã >6h-12h; tarde >12h-18h; noite >18h-22h; madrugada >22h-6h. Para os dois casos com co-vítimas entrevistadas, calculamos a média entre os tempos relatados por cada um.

*caso Otávia/Jonas, médias das co-vítimas 18h30 a 18h55min, ou seja, 'noite-noite'

**caso Eleonora/Bernarda, médias das co-vítimas 17h30 a 21h45, ou seja, 'tarde-noite'

A seguir, veremos quais as finalidades de *sequestro relâmpago*, segundo os objetivos materiais e imateriais alcançados.

I.5. Finalidades do *sequestro relâmpago*

Destacamos quatro finalidades qualitativamente distintas nas análises das narrativas das vítimas: (a) roubo de dinheiro e/ou pertences em posse da vítima ou no veículo; (b) tentativa de saque e/ou compras com cartões de crédito ou débito; (c) roubo do veículo; (d) violências sexuais. Todos os eventos relatados contavam com ao menos uma dessas ações por parte dos ofensores (ou uma combinação delas), que eram conjugados à restrição de liberdade das vítimas.

Quadro IX. Finalidades do *sequestro relâmpago*⁵⁷.

Finalidades	CASOS
Veículo: levado pelos ofensores	24
Veículo: permaneceu com vítimas	7
Veículo: NSA*	2
Roubo de dinheiro e/ou pertences da vítima ou no veículo	33
(Tentativa de) saque e/ou compras com cartão de créd. ou déb.	13

⁵⁷ NSA* é composto por um caso em que não houve uso de carro particular (Eduardo) e outro caso em que houve interceptação da polícia (Larissa), com finalização do *sequestro relâmpago*.

Vale evidenciar que ocorreram casos (Eleonora e Bernarda; Elias; Talita) em que, durante o *sequestro relâmpago*, os algozes agiam contra outras pessoas, pedestres ou motoristas de veículos, assaltando-os, agredindo-os fisicamente ou buscando uma nova vítima com a qual realizariam outro *sequestro relâmpago*, o que aqui nomeamos como ações de *sequestros relâmpagos* sequenciais ou em série.

Eles deram a entender que eles estavam pulando de um carro para outro, assaltando [...] eles estavam andando em um carro, até passar por alguém que estivesse entrando em outro carro. Aí eles paravam o carro, passavam para outro, e era esse o objetivo deles com a gente também.

Danila, vítima, 29 anos, 2009, 2X3, 1 hora.

Cientes de que só serão libertadas depois da captura de outras vítimas, as vítimas desejam o sucesso de uma nova abordagem.

A gente estava em Ipitanga já nessa hora, tinha um cara entrando numa casa, e eles renderam, foi muito rápido, [...] do nada [um dos ofensores] falou [para as próximas vítimas]: '*fecha esse carro agora*' e o cara fechou, ele entrou, desceu com a arma botou na cabeça do cara, fechou a porta da casa do cara, mandou os outros caras ofensores irem pra dentro do carro do cara e o que estava dirigindo falou assim [para a gente]: '*não saiam daí, se sair daí a gente vai atirar em vocês.*'

Eleonora, vítima, 28 anos, 3X2, 5 horas.

A rua era meio movimentada, tinham outras pessoas. Durante esse tempo que eu fiquei com eles, quase meia hora a procura de outra vítima, o que eu percebi é que eles eram totalmente destemidos. No começo eu meio que ficava torcendo para as pessoas não serem pegadas, capturadas, depois eu já estava querendo que eles agilisassem, porque eu sabia que eu só ia conseguir ir embora quando eles conseguissem pegar outra pessoa.

Talita, vítima, 31 anos, 3X1, 1h.

I.5.1. Roubo de pertences da vítima: o *baculejo*⁵⁸

Em todos os casos houve algum tipo de subtração de bens, como dinheiro, celulares, bolsas, relógios, joias, computadores, etc. Embora possam ter outros objetivos em vista, os ofensores têm interesse evidente em ganhos imediatos com os bens coletáveis das vítimas que estejam disponíveis. Edvaldo (ofensor, 20 anos) nos conta que seu objetivo “*é só o dinheiro*”, negando o repasse do veículo, e que roubava para: “*ter dinheiro, para ter uma casa boa.*”

Deixaram a bolsa lá. [Levaram] celular, óculos, relógio e a carteira com dinheiro. Eles nem levaram cartão [que já tinham usado para sacar].

Talita, vítima, 31 anos, 3X1, 1h, com roubo do veículo

A princípio, o que eles foram logo tirando... incrível... fiquei impressionada, o som do carro! [...] Não sei como ele pôde ter tirado tanto fio, em tão pouco tempo. Eles já tiraram direto o som do carro, mexeram na minha bolsa e pegaram o meu celular, meu óculos de grau, um óculos de sol, cartão de crédito, dinheiro [...] e a minha bolsa.

Larissa, vítima, 22 anos, 2X1, 1h., com intervenção policial

Ele tirou o dinheiro que estava na minha carteira e devolveu a carteira. [...] [Levou] dois celulares.

Ícaro, vítima, 27 anos, 1X1, 30 minutos, com roubo do veículo

O carro estava sem gasolina, meu cartão de crédito não tinha crédito, dinheiro em espécie eu também não tinha, porque tinha acabado de voltar de uma festa, e tinha uma máquina digital, um som, que estavam dentro do carro, [que eram] das minhas amigas. A gente estava voltando de viagem, tênis, coisas poucas assim, que eles levaram. Foi por isso que a única coisa que me lesaram mesmo foram os pertences pessoais e nada além disso e o [dinheiro no] banco, que não tinha [muito].

Inácio, vítima, 29 anos, 2X1, 20 min., com tentativa de saque em caixa eletrônico

⁵⁸ *Baculejo* é um termo que se refere à revista policial em suspeitos. Entretanto, segundo duas vítimas entrevistadas, o baculejo na interação ofensor-vítima seria o “rapa” que os ofensores fariam nas vítimas, ou seja, a subtração de dinheiro e pertences pessoais da vítima.

I.5.2. Tentativas ou efetivação de saques ou compras

Os relatos das vítimas também dão conta de tentativas bem ou mal sucedidas de saques em caixas eletrônicos ou compras em treze casos. Luciano (ofensor, 30 anos) e Wilson (ofensor, 21 anos) obrigaram suas vítimas a realizarem saques em caixas eletrônicos. Edvaldo (ofensor, 20 anos) nos conta que em um dos *sequestros relâmpagos* em que esteve envolvido, a vítima ofereceu o carro, pois tinha seguro de proteção contra roubos e acidentes, em troca de sua liberação, para não ser levada pelo grupo. Eles teriam respondido a ela que não iriam matá-la, que não queriam o carro, só queriam o dinheiro a ser sacado, e a mantiveram no cárcere. “Conseguiram duas senhas de cartões, mas Edvaldo reclamou que só conseguiram sacar ‘*uma mixaria velha*’.” (Diário de campo 08/10/2013, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos).

Por vezes, os algozes tiveram a intenção de realizar saques em caixas eletrônicos, mas não lograram concretizá-la já que as vítimas não possuíam cartões, como nos casos de Larissa e Eleonora-Bernarda, por exemplo. Outro cenário possível é a tentativa consecutiva de retirada em caixas eletrônicos de localidades diferentes, pois as máquinas apresentam avarias e não permitem a retirada, como em Brenda ou Claudia (caso de 2012).

I.5.3. Roubo do veículo

Em 24 dos casos narrados pelas vítimas, houve roubo do veículo pelos algozes. Luciano (ofensor, 30 anos) diz que o veículo a ser roubado “*não precisa ser bom, basta ser útil*” e que quem define isso é o “*profissional motorista*” do grupo criminoso. Já Edvaldo (ofensor, 20 anos) diz que nunca pegaria uma Hylux porque é “*prende ladrão*”, ou seja, levantaria suspeitas. Wilson (ofensor, 21 anos), por sua vez, abordou especificamente um Celta, pois era esse o interesse primário do co-autor do delito que o chamou para executar o *sequestro relâmpago* – esse parceiro tinha batido o próprio carro, do mesmo modelo, e desejava usar peças do carro roubado para substituir peças do seu.

Quinze veículos dentre todos os roubados (63%) foram posteriormente encontrados até o momento da entrevista. Destes quinze, nove entrevistados informaram quanto tempo depois o carro foi devolvido: variando entre o mesmo dia, dois, três, quatro, 25 dias, dois meses e até

um ano após o *sequestro relâmpago*. Essa diferença – de um dia a um ano – permite hipotetizar que os veículos tenham sido levados e posteriormente recuperados – rápida ou tardiamente – ou não por motivos diversos. O veículo poderia ser levado para revenda ou desmanche; ou para usufruto dos algozes, seja um usufruto temporário (para fuga ou uso em outros delitos, por exemplo) ou uso permanente.

Nenhum dos ofensores entrevistados declarou a revenda ou repasse do veículo roubado para outros. “Edvaldo afirmou que o seu trabalho não tem relação com desmanche ou revenda do veículo, que depois do *sequestro relâmpago*, eles deixam o carro em ‘qualquer lugar’ e que nunca teve ‘esses contatos’, diz que para desmanche são ‘outros caras’ e que ‘esse bagulho’ ele não faz.” (Diário de campo 08/10/2013, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos).

Entretanto, não é incomum a divulgação midiática de casos que envolvem a revenda ou desmanche, como na reportagem abaixo sobre a captura de uma quadrilha que fazia *sequestros relâmpagos* na região metropolitana de Salvador e repassava os veículos para receptadores no estado baiano:

Ex-PM é líder da quadrilha de envolvidos em sequestro e estupro em shopping

O montador de galpão Adriano Santana Silva, 23 anos, que confessou ter participado do assalto a uma cliente do Salvador Norte Shopping, integra uma quadrilha de roubo de carro liderada por um ex-PM. [...]

A vítima reconheceu o comparsa dele, José Aparecido da Conceição, 35, como autor do estupro. O titular da DRFRV, delegado Marco César Silva, contou que o carro da vítima foi encontrado queimado em Dias D’Ávila, na Região Metropolitana de Salvador.

Segundo o delegado, Adriano e Aparecido fazem parte de uma quadrilha especializada em roubo de carro, que revende os veículos em Entre Rios. Todo o processo, de acordo com o delegado, é coordenado pelo ex-policia militar Adilson Oliveira Cerqueira, 64, o Cabo Adilson — expulso da corporação, ainda segundo o delegado, há mais de 20 anos, acusado de roubo. “Esse ex-policia já foi preso em Entre Rios com 10 veículos roubados. Atualmente, ele mora em Camaçari. Fomos até a casa, mas ele havia fugido”, contou Marcos César.

A Justiça expediu o mandado de prisão de Cabo Adilson e até ontem ele estava foragido. O ex-policia será indiciado por roubo, receptação e formação de quadrilha. [...].

Segundo a vítima, Aparecido a levou até o CIA, onde a estupro. Segundo Adriano, a mulher foi escolhida aleatoriamente. Ele contou que Aparecido ligou para ele um dia após o crime, orientando o comparsa a fugir. “Eu nem sabia que ele tinha estupro a moça”, disse.

Ainda segundo Adriano, Aparecido vendeu o carro por R\$ 1,5 mil para um padeiro conhecido como Marivaldo, em Dias D’Ávila. Durante a prisão de Adriano, investigadores da DRFRV prenderam também Adnailton Oliveira dos Santos, 23, apontado como o receptador.

Com Adnailton foram apreendidos uma motocicleta 125 Fan Honda com restrição de roubo de 26 de setembro de 2014, em Catu, e um carro Vectra prata com restrição judicial. Segundo a polícia, a quadrilha é suspeita de ter roubado 20 carros apenas em Salvador.

Cada um dos assaltantes recebia R\$ 500 por veículo roubado, que era revendido por R\$ 3 mil. Aparecido foi indiciado por roubo, formação de quadrilha e estupro. Adriano por roubo qualificado — por concurso de agentes (contratar comparsa) — e formação de quadrilha.

(Fonte: Correio 24 horas online, reportagem de 13/11/2014. SANTOS, 2014)

Segundo informações da reportagem acima, esta quadrilha já havia praticado diversos roubos e era uma “quadrilha especializada em roubo de carro, que revende os veículos em Entre Rios”. Ou seja, há indícios de que esta quadrilha fazia parte de um grupo criminoso com estrutura e organização diferentes e mais profissionalizado do que o grupo do qual Edvaldo fazia parte, que sequestrava as vítimas, as extorquia e depois as liberava, abandonando o carro posteriormente. Há uma aproximação entre os delitos praticados pela quadrilha da reportagem e o que tem sido discutido sobre *carjacking*, embora também tenha havido violência sexual perpetrada contra a vítima (o que discutiremos na próxima seção).

Nos relatos dos ofensores entrevistados para este estudo, há menção ao uso temporário dos veículos roubados para fuga ou outros delitos, como no exemplo de Luciano que “*pega o carro pra fazer outros roubos, pegar mercadoria, deixar mercadoria, para fuga, etc. e depois deixa em outros lugares.*” (Diário de campo 24/09/2014, entrevista com Luciano, ofensor, 30 anos).

Me deixaram com os documentos, pediram dinheiro, eu tinha até quatro reais [...]. Aí eu dei, aí eles disseram que não queriam, que podia ficar. [...] Ele até tirou a mala do ultrassom [...] do banco de trás do carro pra mim. [...] saiu do carro, tirou a mala, deixou pra mim, voltou, entrou no carro [...] e seguiu. [...] Deixaram tirar o chip do celular [...]. Me deixaram os quatro reais, não pediram documento, deixaram a carteira toda. [...] Eu sei que eles estavam fugindo de algum canto [...], eles estavam com um cheiro de coco insuportável [...] acho que se meteram por algum esgoto [...] saíram e estavam fugindo, até porque o meu carro não era pra desmanche, para revenda, para nada, é um chelsea, [...] um chinesinho bem pequenininho [...] tanto é que depois foi encontrado o carro totalmente inteiro.

Uiara, vítima, 25 anos, 2X1, 10min., com roubo do veículo e do celular

Quando eles pararam a gente lá, ele falou bem assim: “*Oh, eu não vou fazer nada com vocês, eu só quero sair daqui*”. Eu suponho que ali é uma área perigosa. [...] Eu acho que eles estavam fazendo pequenos assaltos ali. E estavam querendo fugir logo, rápido.

Otávia, vítima, 26 anos, 2X2, 20min, viu vários celulares com a ofensora

Entre os algozes, Israel declarou interesse no usufruto continuado do veículo, tendo roubado o carro e permanecido com ele – o que veio a ser o motivo pelo qual o localizaram posteriormente, viabilizando sua detenção. Ele diz que “roubou o carro porque queria um carro para usar, para ter” e não teria qualquer relação com desmanche ou uso do automóvel para outros crimes. (Diário de campo 12/11/2014, entrevista com Israel, ofensor, 26 anos).

Embora haja semelhanças entre o *sequestro relâmpago* e o *carjacking* – o interesse pelo veículo e as formas de abordar as vítimas – eles apresentam distinções importantes. Enquanto no *carjacking*, o veículo é o interesse primário dos ofensores (COPEES et al., 2012; JACOBS, 2012; MIETHE, SOUSA, 2010), no *sequestro relâmpago* o veículo pode ou não ser o principal objetivo dos algozes. Assim, temos o caso de Elena, Teodoro ou Talita, em que o veículo não foi levado; ou o caso da Uiara, em que houve, a tomada do veículo e este parecia ser o objetivo primário dos autores por motivo de fuga e temos ainda o caso de Eduardo⁵⁹, em que um veículo automotor particular não estava envolvido na cena.

Jacobs (2012) nos ajuda a entender por que roubar o carro ao invés de furtá-lo. Para este autor, roubá-lo mediante uso da força contra o motorista é uma ação mais simples diante das tecnologias de segurança atuais que minimizam a possibilidade de furto. “Um número apreciável de ofensores supostamente preferem *carjacking* a furto de veículo porque é mais simples: ameaça a vítima, ganha controle do veículo e foge dirigindo” (JACOBS, 2012, p. 473).

1.5.4. Violência sexual

A violência sexual também aparece como uma das finalidades em *sequestros relâmpagos*, conforme exemplificamos na reportagem transcrita na seção anterior. As violências sexuais presentes no cenário do *sequestro relâmpago* reafirmam a cultura misógina que vitimiza massivamente, sobretudo dentro dos seus lares, a sexualidade das mulheres.

⁵⁹ Embora este tenha sido um caso pouco comum de *sequestro relâmpago* dentre nossos informantes, ele ilustra o quanto os significados da expressão “sequestro relâmpago” são mais amplos do que se supõe ser.

Dentre as vítimas entrevistadas, Késia (22 anos) nos relatou o sexo forçado a que foi submetida, Milena (34 anos) nos contou a tentativa de estupro que sofreu, Larissa e Cláudia relataram muitas insinuações de violação sexual e diversas vítimas confessaram seu receio de sofrerem alguma violência dessa natureza (BICCA, OLIVEIRA, 2013).

[Eu fiquei com medo de ser estuprada porque] eu tenho uma amiga que já sofreu violência sexual e ela sofreu justamente numa situação dessa. Ela estava na rua com o namorado, ela ia ser assaltada, ela estava de saia, e eu estava de saia, estava com uma roupinha de balada, e quando os caras olharam para as pernas dela, eles resolveram... [...] no momento que a gente começou a ir para as dunas... não teve insinuação, em nenhum momento eles insinuaram isso, não teve nenhum, nada que me fizesse pensar, por uma atitude deles assim, acho que foi uma coisa minha, talvez porque com essa minha amiga já tinha acontecido isso, aí foi uma coisa que passou pela minha cabeça, mas não teve nenhuma menção [durante] toda a situação.

Daniela, vítima, 29 anos, 2X3, 1 hora.

Na minha cabeça passou, que tipo de interesse? Sexual! Eu como mulher na minha cabeça de mulher não poderia passar nenhum outro tipo de interesse... de dinheiro... mesmo que fosse isso, na minha cabeça feminina é interesse sexual...um homem olha pra uma mulher e diz que tem interesse nela, você como mulher, numa situação de um homem com uma arma apontada pra sua cabeça..

Larissa, vítima, 22 anos, 2X1, 1 hora.

Ele me puxou para fora do carro, porque dentro do carro ele não conseguiu, [...] para ele poder fazer no chão o que ele queria fazer. [...] Ele achava só que eu era gorda 'você é gorda, você não tá grávida não, você tá falando que você tá grávida só para a gente não fazer nada', [...] E aí quando ele rasgou a blusa é que ele viu minha barriga [de grávida] [...] 'não, não tem nada não, eu como assim mesmo.'

Milena, vítima, 34 anos, 2X1, 2,5h, grávida de cinco meses na época do SR

Juíza e promotora sofrem sequestro relâmpago na Pituba, em Salvador

Uma promotora foi violentada sexualmente após sofrer um sequestro relâmpago, juntamente com uma juíza, na noite de quinta-feira (16), em Salvador. [...]

(Fonte: G1 Bahia Globo.com, reportagem de 19/11/2012)

Suspeito de ataques em shopping é preso

Escolher a vítima entre as mulheres que circulam pelas lojas do shopping, segui-la até o estacionamento e abordá-la quando ela for entrar no carro. Depois passar em caixas eletrônicos para sacar dinheiro, circular com a vítima – em pelo menos dois casos houve estupro – e deixá-la nas proximidades do shopping. O carro é abandonado logo depois.

(Fonte: Banco de notícias Folha de São Paulo, reportagem de 03/07/2003)

Eu não cheguei a pensar isso nenhuma vez. Depois é que eu fui pensar o que poderia ter acontecido e tudo, mas eu não sei por que eu não cheguei a pensar nisso na hora.

Eduardo, vítima, 19 anos, 2X2, 4h, deixado nu pelos algozes.

As vítimas masculinas não relataram temer que pudessem sofrer este tipo de violência, o que pode ser conferido no relato de Eduardo. Entretanto, aqueles acompanhados por suas namoradas temeram algum dano sexual praticado contra sua companheira. Os ofensores eram, na sua maioria, homens, e vítimas mulheres foram aquelas a evidenciarem o medo ou a concreta vitimização por violência sexual, o que aponta para o viés de gênero dessa ocorrência nos relatos.

Advogado sofre sequestro relâmpago

“Eles estavam absolutamente calmos. Me chamavam de tio e diziam que só queriam o meu dinheiro. Eu falei que poderíamos parar em um caixa eletrônico, já tinha dado meu cartão e minha senha para eles. Estava com muito medo, principalmente por causa da minha filha, tinha medo de estupro.”

(Fonte: Banco de notícias Folha de São Paulo, reportagem de 13/05/1999)

Ainda tangenciando essa temática, Israel, um dos ofensores entrevistados cumpre pena por também ter estuprado a mulher que vitimou, conforme o testemunho da vítima retratado no trecho, abaixo, extraído da sentença judicial:

Que o acusado obrigou a depoente a tirar a roupa; que vinha uma pessoa na rua e o acusado disse que se ela chegasse perto que iria matá-la; que o rapaz entrou em uma loja; que o acusado tirou a própria roupa e a depoente pediu que não fizesse nada com ela porque apenas tinha tido relação com seu marido na vida; que a depoente aproveitou quando o acusado iria tirar a calça e abriu a porta do carro para tentar fugir; que o acusado puxou a depoente pelo cabelo e cortou seu rosto com a faca; que o acusado disse que se a depoente tentasse fugir de novo iria matá-la; que o acusado pegou o rosto da depoente e empurrou em direção ao seu pênis; que a depoente teve ânsia de vômito; que o acusado tirou a roupa e foi para cima da depoente e depoente implorava para não fazer aquilo com ela; que o acusado obrigou a depoente a praticar sexo anal com o mesmo depois de praticar sexo oral; que o acusado pegou o casaco da depoente para se limpar; que o acusado mandou a depoente sair e disse que iria matá-la; que a depoente percebeu que o acusado deu a volta e saiu com o veículo; [...] que depois que a depoente tentou fugir o acusado cortou o rosto da mesma e cortou o próprio dedo; que depois de cortar o próprio dedo o acusado passava o dedo pelo rosto e pelo corpo da depoente, sujando-a de sangue. [...] que o acusado não usou preservativo e por isso precisou ser medicada depois dos fatos; que a depoente sabe que o acusado ejaculou porque ele pegou seu casaco para se limpar, mas só soube que ele ejaculou dentro da depoente depois da perícia. [...] que o acusado subtraiu o veículo, a bolsa, documentos pessoais e de trabalho, confecções de roupas de criança de grife, perfume, óculos e uma marmite; (trecho extraído do processo criminal de Edvaldo, sentenciado por roubo e estupro).

Ao longo de todo o seu processo judicial, Israel não confessa as violências sexuais, embora haja comprovações médico-legais dos abusos sofridos pela vítima. Durante a entrevista, ele diz que o motivo do *sequestro relâmpago* era o carro para usufruto próprio.

Ele tenta não responder às perguntas sobre a violência sexual e nega diversas vezes a possibilidade de ter estuprado a vítima – diz que ele é normal e ‘*gente normal*’ que tem esposa e filhos, ‘*não faz essas coisas*’. ‘*Eu sempre tive mulher*’, insinuando que quem tem mulher não estupra. Durante toda conversa de quase duas horas de duração, só confessa indiretamente o crime do estupro em um momento: quando diz que não teria acontecido se ele não tivesse ‘*comendo água*’ ou ‘*drogado*’ (cocaína).

(Diário de campo 12/11/2014, entrevista com Israel, 26 anos, sentenciado por roubo e estupro).

Durante a entrevista, Israel não confirma abertamente o crime do estupro, apenas faz menção uma vez, e ao conjecturar a hipótese, justifica seu comportamento pela intoxicação por drogas (álcool e cocaína). Nesse tocante, Ray (2011) nos informa que as pessoas raramente aceitam responsabilidade pela violência pois é tabu ser reconhecido como detentor ou apreciador de violência. Quando perguntado se qualquer pessoa que faça um *sequestro relâmpago* para roubar a vítima ou o carro também pode estupra, ele argumenta que nem todo mundo “*entra numa laranjada como essa*”, dando a entender que estupra é “*laranjada*” – se referindo a algo “*furado*”, que não dará certo (Diário de campo 12/11/2014, entrevista com Israel, ofensor, 26 anos, sentenciado por roubo e estupro).

A expressão *laranjada* é também utilizada por Edvaldo (ofensor, 20 anos) ao afirmar “*não vou na laranjada de pegar mulher pra estupra*”, concluindo que “*do mesmo jeito que você pega [a mulher], você vai ser pego [pela polícia]*”. Ele comenta que já havia aprendido com outros “*caras mais velhos*”, que não deve violentar sexualmente mulheres durante uma ação. O estupro durante roubos poderia ser visto, por uma parcela de ofensores que têm carreira criminal, como inconsistente com seu viés instrumental, de obtenção de dinheiro.

A esse respeito, Luciano (ofensor, 30 anos) nos doutrina sobre as diferenças entre o *buliçoso*, o *assaltante*⁶⁰ e o *estuprador*. Ele se classifica como o *buliçoso*, aquele que “*rouba onde dá*”, “*rouba de tudo*”, qualquer coisa, mesmo que gere pouco retorno financeiro. Ele sugere que as pessoas não usem ouro na rua, pois “*chama atenção*” e significa “*dinheiro vivo*”. Ele também salienta que o *buliçoso* “*de rua*” – categoria com a qual se identifica – não

⁶⁰ O assaltante seria uma categoria mais elevada de ladrão, no qual se enquadraria o assaltante de banco. Requer investimento financeiro para planejamento e execução, os autores vão “*no pacote*”, e o ganho é maior.

rouba de casa ou familiares. Ele parece leal a um código de ética anti-autofágico do crime, segundo o qual suas ações, se praticadas contra os seus, são imorais. Em relação a pessoas que estupram, chamadas por ele de *jack*, ele acredita que “*o cara que estupra uma mulher é um doente*” (mesmo argumento usado por Israel para negar sua culpa, já que ele é “*normal*”). Perguntamos a Luciano se aquele que rouba e estupra numa situação de *sequestro relâmpago* é ladrão e *jack* e ele defendeu que “*quem estupra não é ladrão, é apenas jack*”. Luciano confirma a instrumentalidade do crime que comete, explicando que ladrão não estupra, pois “*a função é o dinheiro e ganhar o dele.*” (Diário de campo 24/09/2014, entrevista com Luciano, ofensor, 30 anos).

Retomando o relato de Israel (ofensor, 26 anos), fica claro que o isolamento oportunizado pelo carro favoreceu a violência sexual. Nesse sentido, e em consonância com os depoimentos de vítimas e ofensores, o carro é o cárcere da vítima – como já sugerimos em AZEVEDO (2011) – pois a mantém contida, constrita e inábil para usar o próprio corpo para a fuga. Ao mesmo tempo, o veículo representa o meio pelo qual o algoz pode praticar violações diversas, se proteger e fugir. Este invólucro metálico itinerante os camufla na rua, os ajustando ao cenário urbano de veículos circulantes e, ao mesmo tempo, os separando dessa uniformidade, o que permite criar um espaço para ofensores e vítimas interagirem num ambiente relativamente privado. O veículo se torna território do despotismo do algoz.

I.6. Os usos do refém

Uma característica estruturante da noção de “*sequestro relâmpago*” é o confinamento e transporte das vítimas, as quais estão submetidas ao enquadramento coercitivo mantido pelos algozes (LUCKENBILL, 1981). Usando-se da sua tirania, os ofensores obrigam suas vítimas a acompanhá-los, seja na condição de *motorista*, *carona* ou confinadas no porta-malas (YOSHIMURA, 2011). A vítima é, afinal, raptada e retida, pois tem utilidade para o algoz, conforme listamos a seguir:

1. Oportunidade para usufruir da vítima na obtenção de bens materiais: a **vítima-cofre**

Através do “*baculejo*”, os ofensores recolhem os pertences pessoais em posse da vítima e no interior do veículo – como vimos em todos os casos, tanto os relatados pelas vítimas, quanto os relatados pelos autores do delito. Também se arrecada dinheiro por meio de saques em caixas automáticos. Outra modalidade seria o uso da vítima para compras em estabelecimentos diversos. Edvaldo (ofensor, 20 anos) ironiza “*eu sou mágico pra descobrir a senha de cartão, é?*”, justificando a importância do uso da vítima nas suas ações. O isolamento possibilitado pelo carro favorece a blindagem de ofensores e vítimas, protegendo aquela atividade de ser facilmente testemunhada por outros e interrompida – especialmente pelas forças policiais. No caso de Luciano (ofensor, 30 anos), por exemplo, outros dois ofensores do seu grupo foram descobertos quando faziam compras com a vítima em um *shopping center* e estavam fora do veículo: o vendedor desconfiou e chamou a polícia.

2. Garantia de mais obediência e complacência por parte do(s) alvo(s) extorquidos: a **vítima-caução**

A vítima *caução* é aquela que serve como garantia para o processo de extorsão acontecer. Por isso, é o tipo de uso do refém comum aos sequestros extorsivos tradicionais, pois o refém é a garantia de que uma transação (troca refém-regate) entre sequestrador e negociador irá acontecer (BEST, 1982). Dentre os casos relatados, Eduardo e seu amigo co-vítima foram *caução*, pois seu *sequestro relâmpago* transformou-se em *sequestro express*. Após o insucesso com saques na conta de Eduardo, os algozes passaram a exigir resgate aos pais dos reféns.

No começo eles só fizeram pegar a mochila com as coisas, eles olharam assim, que tinha roupa dentro, tinha livro, aí eles pediram para sacar o dinheiro. Eles só foram falar que era sequestro quando eles voltaram. [...] Acho que se eles tivessem conseguido dinheiro, eles iam embora logo depois disso [e não teriam pedido resgate aos pais].

Eduardo, vítima, 19 anos, 2X2, 4h, sequestro express

Em *sequestros relâmpagos* nos quais haja mais de uma vítima, estas podem ser implícita ou explicitamente utilizadas como garantia de obediência das demais. Assim, como

no caso de Silvane (vítima, 32 anos), o marido e a filha permaneceram no veículo com os ofensores enquanto ela tentava o saque em um caixa eletrônico; ou no caso de Eleonora e Bernarda (vítimas, ambas 28 anos) em que, a primeira, quando saiu do veículo para urinar, pensou em escapar, mas não efetivou a fuga, pois temia represálias contra sua amiga; ou ainda citando um dos delitos executados por Luciano (ofensor, 30 anos), em que o grupo de ofensores se subdividiu e separou as vítimas, obrigando aquela que foi levada para saques e compras a cumprir suas exigências para não fazerem mal ao seu primo, ainda adolescente, mantido em um cárcere fixo. Conforme suas palavras: “*o menino foi a nossa arma*” contra a reação da outra vítima. Co-reféns se transformam em garantias para o cumprimento de demandas dos algozes.

3. Oportunidade para executar violências expressivas: a *vítima-joão-bobo*

O uso das vítimas para práticas de violências expressivas se refere a atos violentos que ultrapassem a “simples racionalidade instrumental” (WIERVORKA, 1997, p.12) inerente à prática do delito. São violências cometidas como um fim em si mesmo, para obter-se satisfação emocional (SOUZA, 2011). Em nosso estudo, atentamos para as agressões físicas mais severas e as violências sexuais praticadas contra vítimas, especialmente as mulheres.

O doidão desceu e os outros ficaram resolvendo o que iam fazer, se iam me apagar, se não iam me apagar, e aí eu fiquei lá calada esperando eles decidirem o que iam fazer e nessa hora que o doidão voltou no carro e deu um tapa muito forte na minha cara que partiu meu lábio. E disse que se ele tivesse mais tempo, que ele ia dar um trato em mim porque ele não tinha gostado de mim, que por ele podia dar fim.

Elena, vítima, 28 anos, 3X1, 7h.

Dentre os informantes, Israel (ofensor, 26 anos) foi condenado por forçar sexo oral e anal contra a vontade da vítima. Em relatos das vítimas, elas narram desde insinuações verbais e toques indesejados até felação e penetração forçadas.

Ele disse: ‘*não, você é muito gostosa pra eu te deixar aqui, você vai comigo.*’ [...] Eu estava louca que ele saísse de perto de mim, que ele ficava pegando na minha perna, [...] eu ficava estressada, eu tirava [a mão dele], ficava agoniada com aquilo, me dava [...] um pavor.

Claudia, 38 anos, 3X1, 3 horas, fugiu.

Aí ele me levou para o banheiro. Mesmo sem estar armado, como o outro estava com a arma apontada para minha amiga. Aí ele me coagiu a fazer sexo oral nele e depois chegou a fazer duas ou três penetrações no máximo, não chegou a ejacular não.

Késia, vítima, 22 anos, 2X2, 6 horas, estuprada, fugiu.

As violências sexuais, executadas em episódios de *sequestro relâmpago*, se configuram como violências de gênero. Representam o domínio do masculino sobre o feminino, em que o abuso de poder verte-se em controle sobre os corpos dessas mulheres. Elas, ao serem forçadas a atos sexuais não consentidos, têm seu direito à livre sexualidade negado, resultando em sofrimentos sexuais, físicos e psicológicos (SOUZA; ADESSE, 2005). Tais violências têm o potencial de gerar marcas indeléveis na vida dessas vítimas, pois são atos que carregam consigo a intenção do outro em “humilhar e degradar a vítima” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.80).

4. Proteção e facilitação da fuga menos arriscada: a **vítima-escudo**.

Levar a vítima evita que ela grite ou busque ajuda. Afastar as vítimas do local onde foram capturadas, deslocando-as para áreas mais distantes, retarda pedidos de assistência, uma vez que ela está impedida de recorrer a ajuda em localidades que lhe sejam familiares. Os lugares para onde são levadas podem ser distantes – como nos casos em que são deixadas em estradas que saem de Salvador ou em outro município (como exemplo, Gabriela, Eder, Itamar, Elena, Sócrates, Justo, Milena, Danila, Murilo, Bruna, Bento, Claudia, Késia) – ou mais próximos do local de abordagem inicial (casos de Brenda, Lorena, Melina, Uiara, Dirceu, por exemplo), mas há sempre algum deslocamento da vítima.

Me levaram pra dar tempo de eles fugirem. Me levaram pra um lugar que não tinha telefone, não tinha nada e foram embora. Pra dar mais segurança pra eles mesmos.

Eder, vítima, 32 anos, 3X1, 30 minutos

Nesse espaço de tempo, a vítima é submetida a violências psicológicas – através das ameaças e uso de armas – e passa a imaginar possíveis desdobramentos do seu sequestro.

Tendo sido colocada num contexto coercitivo, a vítima, já com estado emocional desorganizado, é liberada em local desconhecido e, às vezes, isolado, o que prejudica sua busca por socorro (AZEVEDO, 2011).

Ele me levou, mas me abandonou. Ele não me usou num cativo, ele não me usou para ligar para alguém para ter um benefício. Eu diria que eu fui uma espécie de escudo humano, uma margem de segurança. [...] Ele me teve como uma garantia até um certo lugar e me abandonou num lugar que [eu] não pudesse chamar a polícia.

Murilo, vítima, 41 anos, 2X3, 10 min., liberado na estrada CIA/Aeroporto.

Apesar da sua condenação também por estupro, Israel (ofensor, 26 anos) justifica ter cerceado a liberdade da sua refém e a obrigado a deslocar-se para fugir em segurança:

Ele diz que não fez um *sequestro relâmpago*, que deixou ela [a vítima] logo depois. Reafirmo que ela foi transportada, mesmo que por um caminho curto e ele argumenta, como que querendo se defender de tê-la levado, dizendo que precisou fazer isso para sair do condomínio com o carro, senão ela poderia ter saído gritando.

(Diário de campo 12/11/2014, entrevista com Israel, 26 anos, sentenciado por roubo e estupro).

Edvaldo (ofensor, 20 anos) rendia as vítimas e, após saques e *baculejos*, geralmente deixava suas vítimas no município de Camaçari porque “*tem que ser um lugar distante de comunicação, senão dá tempo de pegar a gente*” e que, posteriormente deixava os veículos em qualquer lugar (Diário de campo 08/08/2013, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos). O algoz de Gabriela também confirma essa necessidade ao falar a ela que precisava “*correr porque a gente tem que se livrar de Salvador, ficar o mais distante possível*”, para evitar maiores riscos. (Gabriela, vítima, 43 anos).

Na verdade, vemos combinações, em diversos casos, de “tipos de usos” dos reféns durante o *sequestro relâmpago*. Naquele perpetrado por Wilson, por exemplo, o sequestro foi justificado pela necessidade de fugir em segurança, mas a oportunidade de fazer saques também se concretizou:

Pergunto para ele, se o carro era o alvo por que também levaram as vítimas. Ele diz que as vítimas podiam “*fazer escândalo*” e “*podiam ligar para a polícia*”. E em posse dessas vítimas, a polícia não os mataria, ou seja me diz que poderiam usar os reféns para se protegerem. Conta que foi o seu parceiro de crime quem pensou em ir ao banco, e sacaram 800 reais porque viram na carteira os cartões de uma das vítimas (um casal foi abordado).

(Diário de campo 16/10/2014, entrevista com Wilson, ofensor, 2X2, 21 anos).

A vítima-escudo também pode ser usada como refém se houver confronto com a polícia – cenário que gera medo em diversas vítimas. No caso de Luciano, a polícia chegou até o local onde o grupo estava escondido com uma das vítimas. Ele nos disse que não pensou em matar o refém, um menino, entretanto cogitou usá-lo como escudo humano, mas rapidamente decidiu fugir e deixar o rapaz no local, pois imaginou que “*esse moleque vai me matar ou me prender*” (Luciano, ofensor, 30 anos). Usando seu refém como escudo humano num confronto direto, Luciano acreditava que só haveria dois resultados possíveis: ser preso ou morto pela polícia; a fuga era sua melhor alternativa.

Vale ressaltar que a tomada do veículo nem sempre é necessária para a fuga do algoz (Ex: Elena, Otávia/Jonas, Teodoro, Inácio). No caso de Otávia (vítima, 26 anos), por exemplo, não roubaram o veículo do seu namorado (Jonas) e os pertences que estavam dentro da sua bolsa, levando apenas os celulares, dinheiro e a bolsa em si. Ela relata ter tido a impressão que eles queriam sair da região de onde a sequestraram, e pois além do ofensor homem ter comentado “*Oh, meu irmão, eu não quero, não vou fazer nada com você, eu só quero sair daqui*”, ela percebeu que a ofensora mulher escondia diversos celulares dentro do short que trajava e desconfiou que teriam feito outros roubos na região. Nesse caso, além da obtenção de bens materiais, os ofensores aproveitaram para fugir do local onde provavelmente haviam feito outras vítimas.

I.7. Instrumentalidade e expressividade do delito

O *sequestro relâmpago*, como “uma forma de ‘sequestro para roubo’ (ALIX, 1978) em que o fim preferencial e não-exclusivo é o ganho financeiro (AZEVEDO, 2011, p. 170), configura-se como um delito geralmente instrumental, pois envolve “um comportamento que tem uma meta tangível específica, como a aquisição da propriedade” (COHN, ROTTON, 2003, p.352); ou ainda, porque tem “objetivos explícitos, futuros (como a aquisição de dinheiro ou melhorar a sua posição social)”, de acordo com Miethe e Drass (1999, p. 2); ou mesmo porque o objetivo principal do *sequestro relâmpago*, não seria o de ferir ou matar, mas a aquisição de algum bem tangível, como dinheiro ou propriedade (BLOCK; BLOCK,

1993). De modo semelhante, Wright (2009) salienta para a intenção instrumental do emprego de agressões em sequestros tradicionais, pois a violência seria geralmente usada quando a família ou organização da qual o refém faz parte não cooperam suficientemente.

Embora haja dados que nos permitam localizar o *sequestro relâmpago* no espectro de crimes instrumentais, diversos relatos de vítimas nos apresentam episódios de violências expressivas. Tal tipo de violência envolve ações não dirigidas “para a aquisição de algo tangível” e não é “projetada para realizar algo específico que não seja o resultado em si violento” (COHN; ROTTON, 2003, p. 352). Ou seja, o ato violento propriamente dito já exerce a função de gratificar emocionalmente aquele que o emprega (RAY, 2011).

Block e Block (1993) argumentam que em confrontos expressivos, o objetivo primário do agressor seria a violência ou lesão à vítima. Nos eventos em que a violência é instrumental, o objetivo seria a aquisição de dinheiro ou propriedade, e não machucar ou matar. Estes autores defendem, entretanto, que a dinâmica de uma situação violenta é governada pelo grau com que os motivos expressivos e instrumentais predominam como objetivo principal e imediato do agressor. Assim sendo, eles propõem que se compreenda atos violentos a partir de um *continuum* expressivo-instrumental. A propósito dessa concepção, elaboramos a figura abaixo com os dados primários coletados neste estudo.

Figura I: Violências expressivas e instrumentais nos casos.



O conjunto de casos que compõem nosso estudo, representados imagetivamente acima, tendem ao extremo instrumental; ou seja, são episódios de *sequestros relâmpagos* cujos objetivos são primordialmente a obtenção de bens⁶¹, e os atos violentos – especialmente a ameaça conjugada à arma de fogo – são executados para garantir a complacência da vítima. Ou seja, a violência psicológica é perpetrada para possibilitar a aquisição dos bens da vítima (o fim tangível do delito). Mesmo a agressão sofrida por Talita, um puxão no pescoço como resposta a sua tentativa de fuga no momento da captura, se caracteriza mais como uma violência física instrumental, uma vez que a arma de fogo e a voz de comando não a impediram de reagir. No decorrer do seu confinamento, entretanto, não houve outras agressões uma vez que a refém demonstrou cooperar com os algozes.

Dirceu, Justo, Eduardo e Elena foram submetidos a violências físicas, embora acreditem terem tentado demonstrar cooperação ao que era exigido pelos ofensores. As violências perpetradas contra co-vítimas podem variar durante um mesmo evento, como no caso de Eduardo, em que seu amigo, co-vítima, sofreu mais agressões físicas. Larissa, Claudia, Milena e Késia sofreram diferentes nuances de violência sexual. Estes oito reféns sofreram violências mais expressivas, embora os algozes também objetivassem aquisições materiais. Os casos de Milena e Késia atingem o extremo expressivo, já que as ações de seus agressores parecem ter sido dirigidas à humilhação, à dor física e à violação da intimidade sexual das reféns. A seguir, analisamos dois casos para entender onde se localizam no *continuum* (BLOCK & BLOCK, 1993).

Bruna e Milena passaram por situações bastante diferentes, e exibem repercussões comuns e díspares, que variam em intensidade. Bruna teve alguns de seus pertences pessoais levados. Milena teve dinheiro roubado através de saques em caixas eletrônicos, além de ter seu veículo e outros pertences pessoais também subtraídos. Ambas foram deixadas em estradas que saem de Salvador. Bruna foi uma dentre seis co-vítimas, numa proporção de três vítimas para um ofensor. Milena foi uma vítima solitária, numa proporção de uma vítima para dois ofensores. Bruna e Milena foram ameaçadas. Milena foi agredida física e sexualmente. Bruna não acredita que o evento provocou outra consequência em sua vida, a não ser o medo de entrar e sair de veículos. Milena tem pavor de circular na rua, especialmente de carro; não consegue mais sair de casa à noite sem sentir-se ansiosa e aterrorizada; teve prejuízos na sua

⁶¹ Tal obtenção é cumulativa, pois há subtração de bens variados que estejam disponíveis durante o *sequestro relâmpago*: dinheiro, computadores, celulares, relógios, óculos, joias, o veículo, saques, compras com cartões, etc.

vida conjugal, inclusive sexualmente; relatou ter mudado a forma como vê a si mesma e aos outros ao seu redor.

Examinando mais a fundo cada caso, vemos que Bruna, por exemplo, não teve a arma apontada para ela durante o evento: “*o da frente estava com a arma no colo e o de trás com a arma no peito de Dênis. [...] [Dênis] é negro, alto, ele tem quase dois metros de altura, ele tem trancinhas ele é muito forte [...] acho que eles miravam em Dênis o tempo todo porque Dênis era maior*”. Ela mesma avalia que a arma teria sido apontada para aquele refém que possivelmente era visto como o de maior risco para os ofensores: seu amigo Dênis era grande, alto, forte e era também o dono do veículo, que saía da poltrona do motorista quando foram abordados.

Conheciam tanto o caminho que na hora dos radares eles brecavam, não foram fotografados em nenhum radar. [...] Aí o da frente mandava o de trás fazer as coisas: *‘olha se tem anel de ouro, olha se tem corrente, um bora passá todo o dinheiro’*. Só Chico, [que estava] na frente tinha vinte reais, ele botou a mão no bolso e tirou. *‘Um bora cadê o dinheiro? Se vocês estiverem mentindo, eu não quero nada de vocês, eu não quero machucar vocês, vocês colaboram com a gente, [a gente] vai colaborar com vocês, não vai machucar vocês’*.

Bruna, vítima, 25 anos, 2X6, 40 minutos.

Os ofensores deixaram claro quais eram seus “objetivos tangíveis”. Eles conheciam o caminho e evitavam riscos, como o radar que captaria a velocidade mais elevada do que o normal. Como defende Chambliss (1967, p. 712), “uma proporção muito maior de energia de um ladrão é dedicado a evitar captura e prisão do que é dedicada a roubar.”

O relato de Bruna indica uma ação pautada por um objetivo específico, caracterizada por violências instrumentais. As ameaças giram em torno, justamente, desta violência instrumental informada – o interesse primário era o recurso material a ser roubado; a ameaça informava a inevitabilidade das agressões em decorrência de não colaboração:

Olharam as mãos pra ver se tinha anel e tal, aí falou: *‘não quero nada, não quero nada, não quero nada de vocês, um bora tira o chip do celular, eu quero só o celular, não quero os contatos de vocês, não quero nada de vocês’*. Aí a gente foi tirando o chip e entregava o celular, e aí olhou a mão, olhou o pescoço [...] teve uma hora que eu falei assim: *‘oh moço a gente é estudante, a gente tá chegando da faculdade, não tem dinheiro, não tem nada!’* Aí ele: *‘se é estudante, cadê o computador da escolinha, cadê o computador de vocês?’* Dênis respondeu: *‘tá na mochila no fundo’*, porque como a gente estava em muitos, botou no fundo. Aí ele falou: *‘vocês não estão mentindo não, né?’*

Bruna, vítima, 25 anos, 2X6, 40 minutos.

Depois do *passaio compulsório*, no momento do desfecho, quando liberaram as vítimas, os ofensores reafirmaram o caráter instrumental da ação. Atingido o objetivo, o recolhimento de bens das vítimas, o contrato coercitivo-cooperativo foi finalizado. Sobre este contrato discutiremos no próximo capítulo.

Quando chegou na BR [324], eles entraram ali na altura da Valéria, eles fizeram o retorno no viaduto e pararam num muro bem grande que tem ali, na Valéria, e deixaram a gente. Quando eles deixaram a gente, aí nesse retorno eles perguntaram a Dênis assim: ‘o carro tem GPS?’ Dênis respondeu: ‘não’. Ele: ‘eu só vou perguntar mais uma vez: esse carro tem GPS?’ Dênis disse: ‘não’. E perguntou: ‘e tem seguro?’ Dênis disse: ‘tem’; ‘tem seguro?’ Ele disse: ‘então pode ficar tranquilo cara’, falou assim com Dênis.

Bruna, vítima, 25 anos, 2X6, 40 minutos.

O carro, de fato, não foi encontrado, e Dênis recebeu o dinheiro do seguro. Bruna, por fim, revela que percebia o caráter instrumental do evento vivido por ela. Ela diz que não tinha medo de morrer. Conhecia outras pessoas que tinham passado por situação semelhante “*e que não morreram e que isso acontece e que, geralmente, realmente só querem fugir, levar o carro e tal*”.

O caso de Milena não se enquadra no que Bruna avalia como o que “geralmente” acontece. Milena foi fisicamente agredida desde o momento da sua captura, quando foi jogada para o banco de trás e recebeu chutes e socos para permanecer abaixada.

Me colocaram pelo banco da frente e eu sou grande e grávida, grávida de cinco meses. E aí eles começaram a me empurrar para querer que eu fosse para trás. Mas naquela passagem, entre um banco para outro, uma mulher deste tamanho com uma barriga de cinco meses já, porque eu já estava com barriga e eles foram começar a me agredir daí. Começaram a me bater, a me dar murro, me empurrar, para querer que eu passasse, como se estivessem jogando um animal para trás. Até que eu consegui passar. Eu percebi na hora da movimentação que eles me pegaram e me colocaram no carro que carros paravam, pessoas paravam, mas ninguém fazia nada, porque solidariedade é uma coisa que, sinceramente, não existe na sociedade que a gente vive! E ninguém fez nada, não ouvi um grito, não ouvi nada e eu ainda gritava, ‘socorro, me solte, eu tô grávida, eu tô grávida’ e não adiantava nada. Do mesmo jeito eles me chutavam, me esmurravam, davam muito murro na minha barriga, porque a minha barriga estava pro lado do negro, o negro era quem estava no carona e o negro era miserável!! O cara negro era muito gente ruim. O [homem] branco parecia que não era tão ruim quanto ele, mas o negro era muito ruim.. todas as perversidades. [O branco era quem estava dirigindo] só que ele era tão pequeno que ele chegou todo o banco para a frente. Quem estava armado era o negro, era o negro que ficava o tempo todo me ameaçando, que ficava botando a arma na minha barriga, na minha cabeça.

Milena, vítima, 34 anos, 2X1, 3h10min.

Ao passo que as primeiras agressões parecem ter um motivo bastante instrumental – a vítima precisava ser contida para não levantar suspeitas dos transeuntes – o grau da violência segue uma crescente. A tentativa de Milena de sensibilizar os ofensores, falando da sua gravidez, não tem o efeito esperado e ela permanece recebendo chutes e socos. Milena evidencia neste trecho o grau diferenciado de violência entre os dois ofensores. Ao tempo em que falavam para ela: *“a gente vai querer seus cartões, a gente vai ter que fazer os saques, [...] onde é que você tem conta?”*, demonstrando o objetivo tangível do seu sequestro, o ofensor que ela identifica como o *“negro”*, o *“gente ruim”*, tentou violentá-la:

No momento que eles tentaram me violentar, que rasgaram minha roupa, o negro é que até então ele achava só que eu era gorda *‘você é gorda, você não tá grávida não, você tá falando que você tá grávida só para a gente não fazer nada, mas você é uma gorda gostosinha’*, ficava falando assim um bando de coisa. Eu dizia *‘moço, não, eu tô grávida’*, e eu só pedindo, *‘moço, pelo amor de deus, vá com calma’*. [...] Eu falei *‘não moço, eu tô grávida mesmo’*. Ai ele *‘não’*, ele chegou a me tirar de dentro do carro para tentar me violentar porque ele não conseguiu no banco de trás.

Milena, vítima, 34 anos, 2X1, 3h10min.

Assim, a própria dinâmica diferenciada de ação dos ofensores sugere que, por vezes, em um mesmo episódio do delito, um ofensor pode exercer mais violências expressivas, agindo pelo resultado violento em si (agressão física não contingencial à cooperação; estupro, etc.), do que outros que visam objetivos instrumentais⁶².

Enquanto *“o branco dizia que ia me largar ‘não a gente vai deixar a senhora aqui, deixa só ele voltar e confirmar que a gente vai liberar a senhora’ [...] O negro, ele parecia que era mau mesmo, sabe, que parecia que sentia prazer, que dava risada de mim, ele me vendo nervosa.”* Ela nos contou sobre as diferenças entre as ações dos dois ofensores, e acabou realizando uma análise que distingue os atos instrumentais e atos expressivos da dupla.

[...] Eu achava que um era a razão e o outro a emoção. O branco estava muito preocupado, focando no que ele queria, no dinheiro e pronto. [...] O outro estava na emoção, estava no *speed*, estava na adrenalina, ele queria perversidade. Ele não estava ali unicamente pelo dinheiro. Ele estava ali por mais.

Milena, vítima, 34 anos, 2X1, 3h10min.

⁶² Não é incomum encontrar performances diferenciadas mesmo em eventos bastante instrumentais. Os ofensores encenam uma relação análoga à tática do “good cop, bad cop” (“policial bom, policial mau”), em que um dos agentes exerce um papel mais agressivo e imprevisível, enquanto o outro atua como alguém mais tolerante e aberto ao diálogo; ou seja, há uma complementariedade de papéis para garantir a complacência (AZEVEDO, 2011).

Na verdade, “toda ação humana envolve ambos os aspectos, os instrumentais e os expressivos. O que varia é a ênfase que conferimos a cada um deles” (Costa, 2011, p. 354). O *sequestro relâmpago*, por conseguinte, também se caracteriza por essa coexistência instrumental-expressivo, definido por Block e Block (1993) como um *continuum*.

Cada episódio de *sequestro relâmpago* pode ser gerido por algozes que exercem atos instrumentais e expressivos de modos distintos, como no exemplo do caso de Milena. Da mesma forma, há eventos de *sequestro relâmpago* que são mais expressivos do que outros, como no comparativo entre os casos de Milena e Bruna. O caso de Bruna remete ao extremo instrumental do *continuum*, ao passo que o caso de Milena nos apresenta a um crime instrumental com perpetração de violências bastante expressivas.

Assim, no *continuum* do delito do *sequestro relâmpago* (Figura I), em geral os episódios tendem ao aspecto instrumental— o objetivo tangível é a aquisição do automóvel e/ou objetos pessoais variados da vítima e/ou saque de dinheiro. Ao mesmo tempo, episódios de *sequestro relâmpago*, podem apresentar elementos expressivos (em menor ou maior grau). A própria violência sexual, sofrida por Milena, Késia e outras vítimas caracteriza-se como violência altamente expressiva, já que o ofensor utiliza-as como objeto, humilha sua condição de mulher, fere sua dignidade, negando seus desejos e liberdade.

CAPÍTULO II O CONTRATO E SUAS IMPLICAÇÕES

Neste capítulo, discutimos a existência de um contrato coercitivo-cooperativo que representa as expectativas da diáde do *sequestro relâmpago* (ofensor e vítima). Em seguida, apresentamos como os termos do contrato são negociados pelas vítimas, com a noção de que se “trabalha a mente” dos sequestradores. Na seção posterior, argumentamos que, diante do drama psíquico vivido pelas vítimas, na dúvida entre fugir e não fugir, a maioria “aposta” no contrato. As exceções são discutidas na última seção deste capítulo quando apresentamos casos de fuga e os elementos que contribuíram para ela ser efetivada.

Durante o período que ofensores e reféns interagem no *passeio compulsório* (AZEVEDO, 2011), uma dinâmica relacional se desenrola entre eles. Como parte disto, desenvolve-se um jogo psicológico composto por elementos racionais-instrumentais e também impulsivos e viscerais. Os objetivos e expectativas sobre as ações dos outros modulam as negociações e atitudes que cada um passa a ter.

Para melhor definir essa dinâmica relacional, empregamos a noção de contrato decorrente do “contrato psicológico” (ANBREU & SILVA, 2006; DANIEL, 2011; MENEGON; CASADO, 2012). Diferentemente dos contratos formais – escritos, com cláusulas explicitadas e de valor jurídico – o contrato psicológico é um pacto invisível de expectativas mútuas (ANBREU & SILVA, 2006). Citando David Kolb, Anbreu e Silva (2006, p. 94) esclarecem que “o contrato psicológico difere do contrato legal porque define um relacionamento dinâmico, mutável e que está continuamente sendo renegociado.”

Tais elementos, como o caráter invisível, dinâmico e renegociável do contrato psicológico, são pertinentes à discussão do contrato coercitivo-cooperativo, contudo há de se destacar uma diferença significativa. O contrato psicológico entre organizações e trabalhadores é voluntário, ainda que as partes não sejam livres de pressões e coerções. Em contraste, no *sequestro relâmpago*, o envolvimento da vítima é involuntário, mantido pelo uso da força e coação, o que torna as condições contratuais uma questão de vida ou morte. O contrato coercitivo-cooperativo seria, também, um tipo de contrato *leonino*, fazendo referência ao termo usado por Durkheim para se referir a contratos injustos que privilegiam indevidamente uma das partes em detrimento da outra. (FRIDMAN, 1994; RAUD-MATTEDI, 2005).

O contrato coercitivo-cooperativo, conforme o entendemos, é o acordo não escrito, informal, mutável, implícito ou explícito, entre algozes e vítimas, no qual os primeiros impõem suas vontades sob forma de coerção e violência, na expectativa que as vítimas correspondam aos seus mandos, de modo cooperativo. Os ganhos desse acordo para o ofensor são continuamente negociados pelas vítimas, na tentativa que esta última tem de efetivar rapidamente a transação: os bens almejados – e negociados – em troca da sua integridade física. Desenvolve-se uma negociação dinâmica, sem preço fixo pré-determinado pelos algozes, voltada para disponibilizar o que está ao alcance da vítima fornecer naquele momento, como veículo⁶³, bens pessoais e saques. Por vezes, não fica claro para a vítima de *sequestro relâmpago* qual será o montante suficiente para liberá-la, diferentemente do sequestro extorsivo tradicional cujo resgate é pré-negociado e pré-estabelecido (WRIGHT, 2009). Entretanto, no entendimento de algumas vítimas da modalidade *relâmpago*, “quanto mais dinheiro que eu der para eles, mais felizes eles vão ficar, mais fácil vai ser eles me liberarem” (Lavínia, 48 anos), e também “eles me falaram ‘olha, você já sabe, o tempo que você ficar conosco vai depender de quanto você tenha na conta’” (Gabriela, 43 anos). As agressões físicas podem ser um risco para vítimas que não possuem dinheiro disponível a ser repassado aos algozes, conforme verificamos em um caso ocorrido em São Paulo, divulgado em 2002 pela Folha de São Paulo.

Até mais pobres têm medo de sequestro

Romildo Moreira Silva tem 27 anos, é gesseiro, ganha R\$ 800 por mês e mora no bairro dos Pimentas, que fica na divisa de Guarulhos com São Paulo e é uma das áreas mais pobres e violentas da região metropolitana da capital. Em 21 de janeiro, às 11h30, ele foi sequestrado a menos de 200 metros de casa. Dois homens armados entraram em seu carro _um Monza 1992. O sequestro relâmpago durou sete horas. Na conta bancária, o gesseiro só tinha R\$ 0,29, o que lhe rendeu insistentes agressões. "Eles me ameaçavam, davam socos, tapas, diziam que iam me matar. Eu pedia para eles me deixarem ir embora, oferecia o carro. Mas eles respondiam que não queriam aquela 'lata-velha'", narra o gesseiro, que ainda sonha com os agressores e a violência. Hoje, ele tem medo. Acha que, na base da pirâmide socioeconômica, está esquecido pelo poder público e não tem a quem recorrer. "Nós que somos pobres estamos esquecidos. A violência chegou a esse ponto porque há muito tempo ninguém investe em educação, emprego, melhoria."

(Fonte: Banco de notícias Folha de São Paulo, reportagem de 17/02/2002)

A transação se dá porque a vítima – que é refém e negociador – reconhece estar submetida a uma ação de exploração (BEST, 1982) e ter sua vida usada como moeda de troca

⁶³ Quando a finalidade do *sequestro relâmpago* é a subtração do veículo, este pode ser visto como um resgate pré-fixado. Nestes casos, a obtenção dos bens em posse da vítima seria um bônus da ação.

para realizar as exigências dos algozes (GIEBELS, NOELANDERS, VERVAEKE, 2005; WRIGHT, 2009). Assim, ofensores e vítimas têm objetivos opostos: enquanto os primeiros precisam evitar serem capturados pela polícia e garantir obtenção dos ganhos financeiros da empreitada, as vítimas querem ser libertadas sem prejuízos para a sua integridade física (BEST, 1982).

Conseqüentemente, os ofensores impõem suas cláusulas e amedrontam as vítimas fazendo uso do “*psicológico*”, também descrito por Edvaldo (20 anos) como “*entrar na mente*”, através da “*inteligência*”, “*sem usar a força, nem violência*”. Segundo ele, durante a ação é comunicado à vítima que ela não deve reagir:

Falavam coisas como se não reagir, tudo sairia bem ou que eles – os algozes – não têm nada a perder. Ele explicou que, no caso contado por ele sobre o homem que reagiu, se eles estivessem com arma, poderia ter sido “*muito pior*” – como não estavam com arma, eles conseguiram controlar a vítima com força física, batendo bastante.

(Diário de campo 08/10/2013, entrevista com Edvaldo, ofensor, 20 anos).

Luciano (ofensor, 30 anos) também declarou fazer “*pressão psicológica*”, que ele explica que seria “*dizer que vai matar se não der dinheiro*”. Contudo, para a pesquisadora, ele esclarece que isto seria uma “*mentira*”, pois “*ladrão vai matar só para não morrer*”. Edvaldo (ofensor, 20 anos) segue o mesmo argumento afirmando que “*ninguém é besta de roubar e matar*”.

Para eles, a ameaça de morte seria meramente instrumental, para coagir as vítimas a obedecerem. Contudo, Wilson (ofensor, 21 anos) evidencia a inexperiência e uso inadequado por aqueles que empunham as armas, contribuindo para mortes registradas em abordagens:

Perguntei a ele por que alguém atira e mata em um sequestro relâmpago: se seria susto, se é porque a vítima reage, se é porque realmente querem matar. Ele me diz que não tem como ter certeza, mas pelo que ele observa, muitos são réus primários e sem experiência com arma de fogo, e estando nervosos na situação e suspeitando que a vítima possa resistir, os ofensores reagem. Ele diz que para segurar uma arma de fogo tem que ser alguém mais frio e calculista. Que até mesmo a forma de segurar a arma pode favorecer um tiro. Ele me mostra a forma como segura a arma, demonstrando deixar o dedo estendido, e salientando que muitos que não têm experiência seguram a arma com o dedo no gatilho.

(Diário de campo 16/10/2014, entrevista com Wilson, ofensor, 21 anos, preso há 1 ano e 10 meses)

A coerção é o recurso primordial usado pelos algozes, pois é ela que transmite a intenção de impor dano ao outro ou forçá-lo à complacência (FELSON & TEDESCHI, 1993). Os ofensores, em geral, ameaçam a vida dos seus cativos utilizando comumente a arma de fogo e atuando de modo agressivo para intimidação, e durante o desenrolar esclarecem que nada será feito contra a vítima, caso ela coopere⁶⁴ (JACOBS, 2013). Nesse encontro face-a-face as vítimas tornam-se cientes que sua sobrevivência está em risco e entendem que cooperar com os ofensores lhes aproxima da estimada libertação; cooperar criaria um elo de confiança com seus captores (BEST, 1982), que para a vítima, pode significar a conquista de melhores chances dos ofensores cumprirem com o prometido.

‘Olha, não faça nenhuma gracinha, não corra, não grite, porque nós temos duas armas aqui apontadas para você enquanto você estiver lá e qualquer coisa, eu não erro um tiro, esse que está atrás, muito pior. Então você vai, faz tudo direitinho para você conseguir se sair bem dessa.’ Aí eu fiz, tirei o dinheiro, dei pra eles, voltei e, assim, hesitei em entrar no carro [...] eu falei ‘ó, eu vou tirar o extrato’, eles disseram que não ‘a gente não quer extrato’, eu disse ‘eu vou tirar sim, que é para vocês verem que eu estou falando a verdade’ [que não tem mais dinheiro na conta do banco], porque se eu não tirasse eles podiam me levar pra um lugar, né? Aí eu tirei o extrato, trouxe, mostrei, [e] eles ficaram bem chateados [porque viram que não teria mais dinheiro para sacar].

Gabriela, vítima, 43 anos, 2X1, 3 horas

Ao contrário de estudos que mostram a correlação estreita entre cooperação e confiança em ambiente organizacional (MURPHY, 2004), na interação coercitiva do *sequestro relâmpago*, a confiança não se configura como um elemento natural e voluntário, uma vez que nenhuma das duas partes tem segurança de que o outro agirá conforme se espera. “*Eu vou confiar em bandido? [...] Desconfiei até o final!*” (Gabriela).

Nos sequestros tradicionais com uso de alvos para negociação do resgate dos reféns, Best (1982) aponta para a necessidade da confiança na mediação das negociações entre agentes extorsionistas e alvos, uma vez que estes não se encontram face-a-face para a resolução do impasse. Este autor salienta, contudo, que a confiança estabelecida implica na possibilidade de traição por parte de cada lado, o que exige de ambos prevenir possíveis engodos e emboscadas.

⁶⁴ Com menor frequência, entrevistamos vítimas que não reconheciam claramente o contrato. “*Do momento que eu fui sequestrado, até o momento que eu fui libertado o que eu pude observar é o seguinte: os elementos, eles quando saem para o ato, eles saem para morrer ou para matar. Em nenhum instante ele transmite para você segurança nenhuma de que ele vai levar só o seu objeto e você vai sair intacto daquilo ali. Em momento nenhum, quanto mais ele puder te aterrorizar, mais tranquilo ele fica.*” (Bento, 43 anos). O não reconhecimento do contrato pela vítima pode contribuir para sua fuga, como veremos ainda neste capítulo.

No *sequestro relâmpago*, a melhor alternativa da vítima para evitar danos físicos é demonstrar confiança em relação às promessas do algoz, através da cooperação e cumprimento da sua parte no contrato. Isto não significa que a confiança seja componente verossímil, mas deve ser a fachada pessoal (GOFFMAN, 2009) da vítima. Cumprir com o contrato é, na verdade, uma aposta. As vítimas apostam esperando que os algozes cumpram com o prometido e no transcorrer da interação face-a-face negociam, observando sinais do cumprimento ou não do contrato. A contrapartida mais favorável é cooperar e não reagir. No estudo de Giebels, Noelanders e Vervaeke (2005), os ex-reféns também declararam auxiliar seus captores a alcançar os objetivos e lidar com os problemas eventuais que surgiam no intuito de ganhar confiança.

O primeiro contato vítima-ofensor – na co-presença (LUCKENBILL, 1981) – não raro é percebido como aquele de maior tensão para ambas as partes da díade, pois ainda não há uma definição comum de situação e vigoram as incertezas.

O momento mais difícil é quando você é abordado, porque quando a pessoa entra no seu carro e tem aquela reação, você demora um segundo para poder cair a ficha [do] que está acontecendo com você.

Ícaro, vítima, 27 anos, 1X1, 30 minutos

Com a captura, vem o “*susto da entrada*” (Inácio), a surpresa de ter seu território privado invadido e experimentar a “*vulnerabilidade*” (Ícaro) e a perda de autonomia para tomar decisões sobre a própria vida. Ainda no início do passeio compulsório, apresenta-se o contrato para se estabelecer o enquadramento comum (LUCKENBILL, 1981) de *sequestro relâmpago*. Em muitos casos, os ofensores expõem as cláusulas, verbalizando o que almejam e reduzem os riscos de reação informando que não farão “*nada*” com a vítima. Esse “*nada*” tem a função de negar a possibilidade da violência física e morte, medos comumente sentidos pelas vítimas sequestradas, assim como a violência sexual nos relatos femininos.

Eles falaram que eu podia ficar tranquila porque eles não iam fazer nada comigo, que eles só queriam realmente o carro e o celular, que eles estavam em fuga.

Uiara, vítima, 25 anos, 2X1, 10min.

A não reação vem como resposta especialmente à presença da arma de fogo, que afirma a fragilidade da vítima e sua subjugação à superioridade de força do seu algoz: “*Porque a arma não é brincadeira não*” (Melina). A arma – especialmente a de fogo – protege o

ofensor, informa, intimida e também protege a vítima de violências físicas (CONKLIN, 1972) – conforme o caso relatado por Edvaldo (ofensor, 20 anos) cuja vítima, (homem) foi espancada por ele e seus parceiros, pois teria tentado reagir após perceber que os algozes não portavam quaisquer armas.

As vítimas procuram cumprir o contrato porque reconhecem a letalidade e potencial destrutivo da arma. A intimidação é expressa com ameaças amenas e intermitentes, e, em alguns casos, com terrorismo psicológico contínuo. Os reféns sentem-se impotentes, mas estimulados a permanecerem em um aparente estado de calma (nem muito, nem tão pouco) e autocontrole emocional, pois reconhecem o nervosismo – e às vezes medo – nos próprios algozes.

Foram se tranquilizando a partir da conversa e do diálogo mesmo. Mas eu senti que eles tinham muito medo, muito medo; no momento da abordagem eles estavam com tanto medo quanto a gente. É por isso que eu falo pra minha mãe: ‘*não reage, não reage*’, a tensão, o momento já é muito tenso, para ter qualquer transbordamento ali. As tragédias acontecem no momento que a pessoa deixa o outro mais nervoso.

Eleonora, vítima, 28 anos, 3X2, 5 horas.

Nervosismo demais atrapalha e tranquilidade demais atrapalha. Eles ficam muito com medo. Na realidade eles também estão com medo. Não pense que eles estão no controle absoluto não. Eles estão com a vida também na ponta da agulha. Então quando ele vê você tranquilo demais. “*Não, esse cara está tranquilo demais*”. Como eles ficavam me futucando. “*Oh, negão, você está tranquilo demais*.” Eu digo: “*não, velho, eu estou querendo que tudo dê certo para vocês, eu estou aqui para contribuir. Não quero mais nada aqui. Me deixe em qualquer lugar que nem queixa eu vou dar*”. Eu comecei a trabalhar a mente deles, porque eu queria sair dali. Eu queria que aquilo terminasse o mais rápido possível. [...] E aí começou esse diálogo entre eu e eles. Eu trabalhando a mente deles para deixar como se eles estivessem acima até da lei.

Bento, vítima, 43 anos, 2X1, 35 minutos.

Os reféns buscam barganhar e lograr algum controle sobre a situação “*trabalhando a mente deles*”: observando o entorno para reconhecer sua localização, imaginando alternativas de fuga, propondo transações, tentando sensibilizar seus algozes, gerenciando os riscos com antecipação das expectativas dos ofensores. Há, portanto, um senso de protagonismo, segundo o qual as vítimas se vêem como agentes da sua soltura. Enquanto nos sequestros tradicionais, reféns por vezes percebem os negociadores mais interessados no sequestrador do que neles (GIEBELS, NOELANDERS, VERVAEKE, 2005), no *sequestro relâmpago*, as estratégias de negociação são geridas pelo próprio refém, o que o faz exercer um papel ativo na sua soltura: “*Eu estava bem conectado na situação, bem conectado [...] pensando milhares de coisas, o*

que pode acontecer, o que vai acontecer, o que não pode acontecer, o que você pode falar naquele momento com aquela pessoa que está do lado.” (Ícaro).

O protagonismo da negociação é minado quando familiares são inseridas na transação, como em casos de sequestro express e, principalmente, sequestros tradicionais. “*Trabalhar a mente*” fica mais difícil pois a resolutividade da transação só ocorre com os contatos e decisões dos alvos (familiares dos reféns), o que deixa as vítimas com promessas em suspenso e menos autonomia para oferecer, negociar e entregar seu próprio resgate.

Não conseguiram falar com o pai dele. Depois de um tempo foram conseguir falar com a mãe dele, só que enquanto isso eles acharam que ele estava mentindo. Primeiro, eles já tinham achado que ele estava mentindo em relação ao cartão porque ele disse que não dava para sacar dinheiro e eles já tinham batido bastante por causa disso. Depois eles acharam que estava mentindo em relação ao número do pai, aí bateram bastante nele de novo. Aí conseguiram falar com a mãe dele depois, a mãe dele ficou desesperada, e quanto mais ela se desesperava, mais batiam nele..

Eduardo, vítima, 19 anos, co-vítima de *sequestro relâmpago e express*

Vale pontuar que, quando as vítimas são capturadas, elas já possuem concepções prévias quanto às impressões que devem causar e como se “deve” portar em um *sequestro relâmpago*. Elas agem de acordo com esses pré-conceitos – decorrentes do discurso contemporâneo sobre a violência urbana – que são, então, remodelados pelas interações e informações apreendidas *in loco*, no decorrer do evento.

II.1. “Trabalhando a mente”: Negociando o resgate

Cooperação, manipulação de informações, demonstração de empatia, criação de vínculo e iniciativa (AZEVEDO, 2011) são modos de interação promovidos pelas vítimas durante o seu *sequestro relâmpago* que viabilizam as negociações. Nesse encontro ofensores-vítimas, elas se “expressam” de tal modo a causar uma “impressão” no outro e vice-versa (GOFFMAN, 2009). As vítimas ofertam aos seus captores alternativas viáveis e rápidas de obtenção de bens materiais, possibilidades de trajetos e quaisquer informações e colaborações que acreditem cooperar para diminuir seus danos físicos. Elas também lembram aos algozes os termos do contrato explicitados por eles e propõem outros. Os reféns observam a receptividade das suas propostas e as modelam conforme avaliam como seus algozes

respondem, numa interação estratégica (GOFFMAN, 1969), mas tendo o cuidado em não “desagradar” os ofensores, mantendo a face de vítimas e o status quo daquele cenário, no qual estão submissas aos comandos deles.

Não é só entregar tudo. Se entregar tudo salvasse vida, um bocado de gente não seria sequestrado e seria morto em ação. É a forma que você vai entregar isso aí. Não adianta empurrar tudo de vez. Toma, toma, toma, toma. Não é assim. Como no momento que eles iam me libertar que eles fizeram assim: “*oh, eu vou abrir a porta em tal altura você pula do carro e não olhe para trás.*” Eu automaticamente quando ele falou isso eu já fui para destravar a porta. Ele fez: “*quem mandou você destravar a porta?*” Eu disse... Aí eu não me assustei, porque realmente eu tomei uma ação antes dele mandar.

Bento, vítima, 43 anos, 2X1, 35 minutos.

Eu fui dizendo a eles que eu tinha três cartões de crédito, dois eram pessoais, um era da empresa. Eu não sabia a senha do terceiro e não tinha como saber. Eu perguntei a eles aonde iam me levar, eles disseram que iam pensar, que eles não sabiam. Aí eu disse: ‘*Eu tenho cartão do Banco tal e tal e ali no shopping tal tem as duas agências.*’ ‘*Não, [shopping tal] é esparro.*’ Eu me lembro bem eles dizendo isso. Então eu disse assim: ‘*Vamos na [Avenida] Manuel Dias.*’ [...] Porque antes eu disse assim para eles: ‘*Vocês não querem o carro?*’ Eles: ‘*Não, seu carro não serve para nada, porque é um Honda Fit, esse é carro que não serve para fazer assalto.*’ [...] Nessa conversa eu disse a ele que eu faria o que eles queriam [...] Eu fui muito negociadora com eles. [...] eu queria garantir que eles iam me deixar seguir minha vida [...]. Nesse intervalo além de negociar com eles que eu faria o que eles queriam, a retirada que eles queriam e que eu tinha um cartão que eu não sabia a senha [...] ficaram com o aparelho [celular] e me deram o chip. [...] Eu entrei no carro, eu disse a ele: ‘*Agora eu já dei a vocês o dinheiro, vocês disseram que não queriam, não queriam o carro, que vocês queriam o dinheiro em espécie, que vocês tinham que liberar um comparsa, que vocês tinham que pagar propina para a polícia para que a polícia liberasse esse comparsa, parceiro de vocês, então agora realmente eu queria que vocês me deixassem, porque tipo assim, foi o combinado, né?!*’ Realmente tinha feito esse trato. Aí eles: ‘*Não, tudo bem, tudo bem.*’

Lavínia, vítima, 48 anos, 2X1, 1h30min.

Neste trecho, Lavínia verbaliza claramente os termos do contrato, expressando que seu interesse seria ser liberada sem danos. Deixa claro sua submissão aos desejos dos ofensores, mostra-se cooperativa e é também agente da negociação, propondo opções a eles, indicando os trajetos, oferecendo seu carro, ainda requisita seu chip do celular e sua chave residencial de volta (para minimizar danos). Ela afirma o cumprimento da sua parte no contrato e pede que eles cumpram com a deles. Nem todas as vítimas têm clareza do papel que exercem em negociar suas vidas, mas em geral todas parecem interagir mais ou menos ativamente na negociação (implícita ou explícita) da transação, da sua segurança e/ou sua libertação.

Eu falei ‘*não, o susto da caçamba já passou, eu não tô com medo, porque eu sei que nada vai acontecer comigo.*’ Ai ele falou assim, ‘*por que você acha isso?*’, [Eu

respondi] *'Porque eu acho que não vai acontecer, vocês não vão fazer nada de mal. O que vocês queriam.. eu já dei o dinheiro, vocês já têm meu carro, o que vocês vão fazer? Vocês não vão fazer nada'* Falei assim, bem.. *'vocês vão me soltar e eu vou rezar por vocês, pra que nada de mau aconteça com vocês.'*

Gabriela, vítima, 43 anos, 2X1, 3 horas

Em seu trabalho compilador de anos de prática na negociação de resgates de reféns, Wright (2009, p. 110) defende que reféns são “absolutamente os piores negociadores.” Ele explica que as melhores estratégias de negociação podem ser desmanteladas por reféns – de modo consciente ou inconsciente – quando elas provêm informações que desmentem os negociadores. Em se tratando do *sequestro relâmpago*, as vítimas são negociadoras por excelência, dada a sua configuração diádica peculiar: captor e cativo. A vítima, com isso, é concomitantemente refém e negociador, pois não há interferência de alvos externos e pode manipular informações que a beneficiem, pois não corre o risco de ser desmentida por outros.

No sequestro extorsivo tradicional “a total falta de controle” é um elemento significativo da experiência do refém (WRIGHT, 2009, p. 48). No *sequestro relâmpago* a vítima tem muito mais controle sobre o que está acontecendo, pois é ela quem negocia, reconhece as expectativas expressas pelos algozes e acompanha suas ações ao vivo. A comunicação verbal entre ofensor-vítima pode ser limitada, mas toda performance e comunicação não-verbal dos algozes é avaliada para identificar os momentos mais propensos para interação, proposição de caminhos, de alternativas de arrecadação e de oportunidades de liberação.

Assim, a falta de comunicação e morosidade na negociação entre alvo-negociador e ofensor, elementos tensionais nos sequestros tradicionais (WRIGHT, 2009), como pode ser visto no caso abaixo divulgado em uma revista de circulação nacional, não são evidenciados no *sequestro relâmpago*.

O crime mais perverso

Mais brandos com as reféns, os criminosos jogaram a família em uma rotina aflitiva. Nos contatos com a mãe das garotas, ameaçaram mutilá-las. 'Era como estar numa guerra sem armas. Eu passava o dia ao lado do telefone', lembra a mãe. Seguindo orientações dos criminosos, ela entregou o resgate a um motoqueiro. Mas as filhas não foram libertadas – e seguiu-se mais uma semana de terror.

Fonte: Reportagem de A Época, Azevedo, 2002.

Diferentemente da experiência acima descrita, na modalidade *relâmpago*, a negociação é face-a-face, o que a torna dinâmica e ágil, pois a permanência prolongada gera risco,

conforme já pontuamos no Capítulo I. A vítima – um estranho até o início da captura – é investigada no seu potencial de resgate e ela deve assegurar aos algozes sua boa vontade em contribuir com o que desejarem. A empatia e a credibilidade geradas pela cooperação facilitam a solução (WRIGHT, 2009). Negocia-se “conversando” e “dialogando”, numa tentativa de estabelecer um bom tom de interação, como uma forma de equalizar expectativas e possibilidades, observando os indícios de aceitação ou não do que é expresso e do momento oportuno para comunicação.

O do banco do carona o tempo inteiro com a arma apontada para mim. [...] E eu fui militar do exército, [durante] cinco anos eu fui tenente e tinha carteira de militar na minha carteira, então meu medo era que eles pegassem minha carteira. Só que era visível que eles eram muito jovens. Deviam ter 18 anos, 17, 19, [...] e eram inexperientes. Então se eu tivesse, por exemplo, portando uma arma, eles dois teriam morrido, porque você via que eles eram nervosos. Então por serem nervosos e estarem com a arma na mão, eu fiquei com medo que aquele rapaz do carona disparasse a arma. Então eu falei para ele: *“Cara, você vai ficar com essa arma levantada? As pessoas vão ver do lado de fora do carro e as pessoas vão bloquear ou vão chamar a polícia e vai dar problema. Então é melhor você abaixar a arma”*. Aí eu fui dialogando com ele. Aí ele abaixou a arma. [...] Aí eu falei com eles: *“Oh, se você virar à direita tem polícia, se você virar para esquerda não tem polícia, então, assim, é mais seguro você virar para esquerda”*. Aí ele foi irônico: *“Você é um cara brother, é um cara brother.”* E aí eles viram que a gente não ia reagir. Ficou um diálogo bem tranquilo.

Murilo, vítima, 41 anos, 2X3, 10 min.

Eles deixavam claro, às vezes, que não queriam conversar e aí, nesse momento, a gente não [conversava] ou então quando estavam brigando entre eles, [por]que às vezes os outros dois queriam botar para fuder em cima da gente e o chefe não queria. O que ele [o chefe] queria era tentar poupar a gente o máximo, então aí isso gerou conflito. Então nesse momento a gente tentava ficar calada pra não ser notada. [...] Numa situação dessas parece uma coisa até sem noção, mas foi eu acho que foi o que desenvolveu e que acabou tudo bem, o fato de ter o espaço pro diálogo.

Eleonora, vítima, 28 anos, 3X2, 5h., conflitos entre algozes por discordâncias no trato das vítimas.

Não esqueçamos que este é um drama mediado pelo medo. Medo de sofrer algum dano à integridade física, medo do estupro, medo das consequências de uma intervenção policial (a *“troca de tiros”*), medo de ser colocado na mala (medo da invisibilidade e da inação), medo do incerto e medo, é claro, da morte. O medo e a sensação de morte – elementos imateriais inerentes à interação espoliativa – compõem o cenário figura-fundo desse drama, ora se apresentando como figura central da interação, ora se caracterizando como um sentimento de pano de fundo (particularmente nos episódios mais demorados).

Não é só a vítima que vivencia medos. O *ladrão* tem medo de a vítima reagir e de ser morto ou preso pela polícia (Luciano, ofensor, 30 anos), o que gera uma tensão circulante. Esse clima de tensão tem picos na captura e no desfecho e pode ser mais exacerbado em episódios de *sequestro relâmpago* cujos perpetradores são mais agressivos e perversos, empregando violências expressivas. Há outras situações pontuais que comprometem o sucesso do contrato, como a aproximação da polícia, pois o encontro diáde-policiais é percebido por algozes e vítimas como de elevado risco para suas vidas.

Eu acho que a polícia tem uma conduta muito ruim. Então eu ficava pensando, tipo, o que mais me preocupava era isso, se a polícia chegasse, o fato de que podia entrar em troca de tiro e pelo fato de que eu achava que eles podiam sim incitar mais ainda. [...] Eu costumo ter mais medo de policial do que de assaltante, sem nenhuma demagogia. Quando eu sou abordado pela polícia, eu acho que eu tenho uma sensação de ansiedade e de nervosismo às vezes maior do que nas situações que eu fui abordado por um assaltante.

Bento, vítima, 43 anos, 2X1, 35 minutos, menciona o caso do ônibus 171.

Nisso, que eu disse “*tenha paciência*” passou um camburão da polícia militar e ele [disse] “*feche o vidro, o diabo desse carro não tem ar-condicionado não? Antes de eu ir, eu levo uns 20.*”

Melina, vítima, 56 anos, 1X1, 2h.

Uma coisa que eu pensava muito era não encontrar a polícia, eu não queria encontrar a polícia. Isso era uma das coisas que mais me preocupavam na verdade, porque eu tinha medo de que isso fosse pior. Que acabasse tendo troca de tiros e a gente vê isso milhares de vezes.

Elias, vítima, 27 anos, 2X2, 3h.

Reféns temem ações da polícia que acreditam serem ineficientes e pouco centradas no bem-estar da vítima. Temem também que a intervenção promova um desequilíbrio em um contrato já negociado, “*incitando*” (conforme palavras do Bento, 43 anos) os algozes a atacarem para se defenderem. Portanto, as vítimas na presença da polícia temem morrer em decorrência dos algozes e também dos próprios agentes policiais, tornando o cenário mais trágico.

Com certa frequência, noticiam-se nas mídias impressas e eletrônicas casos reais de falha da atuação policial na gestão de tomada de reféns – “*a gente vê isso milhares de vezes*” (Elias). Há casos célebres como da adolescente Eloá, morta pelo namorado em 2008 enquanto era mantida como refém, e o caso do sequestro do ônibus 174 (no ano 2000) no qual uma das reféns recebeu três tiros letais do seu sequestrador depois de ser alvejada por um tiro da

polícia que teria sido disparado para atingir o algoz. Há outros casos mais próximos da realidade vivida pelos participantes desse estudo, como a do refém de um *sequestro relâmpago* ocorrido em São Paulo, morto por policiais durante uma intervenção policial:

PM se confunde e mata vítima de sequestro em SP

Um gerente de loja foi morto pela polícia com cinco tiros ao ser confundido com um bandido durante um sequestro-relâmpago em São Paulo. Os PMs que participaram da abordagem foram afastados e os detalhes do caso estão sendo investigados.

A loja de tinta na zona sul de São Paulo ficou fechada o dia inteiro em respeito à morte do gerente que trabalhava no local havia 12 anos. Osvaldo José Zaratini, de 32 anos, foi atingido por cinco tiros disparados por policiais militares e morreu a caminho do hospital.

O gerente foi rendido por um assaltante de carro em fuga. Policiais militares receberam a informação de que o ladrão havia entrado em uma pick-up branca, o veículo de Osvaldo. A polícia conseguiu localizar e interceptar o carro. De acordo com os PMs, a vítima desceu do lado do motorista e o bandido saiu atirando pelo outro lado da pick-up.

Os policiais revidaram e Osvaldo e o criminoso foram atingidos. Os agentes assumiram o erro, mas afirmam que só atiraram porque o motorista desceu do carro com um objeto na mão, que depois constataram se tratar de um celular. A família da vítima não acredita nessa versão. [...]

Fonte: Band/Uol, 23/04/2014

Por isso, parece mais garantido aderir ao contrato e se dedicar a uma interação subserviente que se crê mais promissora. Nesse sentido, a vinculação positiva entre reféns e captores, ao invés de ser considerada como anormalidade e categorizada como Síndrome de Estocolmo, deveria ser vista como resultante de “processos sociais normais assim como de comportamento instrumental de tentar maximizar as próprias chances de sobrevivência”, segundo Giebels, Noelanders e Vervaeke (2005, p. 248).

“Você sabe pra onde é que eu vou te levar? Para [município da região metropolitana de Salvador], que é terra de índio”. No meu pensamento estava vindo ‘local de desova’. Todo mundo sabe, [este lugar] é local de desova, ele vai me matar. Eu disse “ô moço, não faça isso não, moço. Eu já perdi minha mãe..” Ele [disse] “nem fale nisso porque eu não quero saber”. Tenho a impressão que nessa hora ele se sensibilizou [...] porque ele fez “não fale mais nisso, não quero saber”. Eu pensei comigo, ou tem mãe morta ou tem mãe viva e faz a mãe sofrer. [...] Ele disse “eu vou lhe largar aqui, mas não fique gritando muito não viu. Não fique de desespero não. Não fique de desespero porque você colaborou e vou lhe poupar. Muitas morrem porque não colaboram. [...] Bens a gente adquire de novo, a vida nunca mais”. Foram essas as palavras dele. Eu nunca me esqueci disso. ‘Bens a gente adquire de novo, a vida nunca mais’. Eu virei pra ele e falei assim, “o senhor tem toda razão. Muito obrigada”. Ele parou, eu saltei, aí ele fez assim “tem dinheiro pro taxi?”. Eu fiz assim “não moço, o senhor levou meu dinheiro”. Você acredita que ele meteu a mão no bolso, tirou do meu dinheiro.. cinquenta reais e me deu para eu pegar o taxi. Do meu dinheiro!!

Melina, vítima, 56 anos, 1X1, 2h.

A submissão de Melina (“*o senhor tem toda razão. Muito obrigada*”) é a fachada necessária para manter a face de vítima cooperativa, desmontada ao relatar a situação, ao se indignar com a “benevolência” do algoz ao entregar-lhe “*o meu dinheiro.*” Como Melina, outros reféns procuram formas de sensibilizar seus algozes, e reconhecem que este mecanismo pode minimizar seus danos. As estratégias de sensibilização podem ser pela via da identidade religiosa; da comoção pela importância daquele membro na família ou pela situação de saúde (própria ou de algum familiar); simulação de pobreza, de bom caráter e pessoa batalhadora; tentativa de aproximação de identidade valorada (ser pai, mãe, professor); demonstração de empatia pela condição precária de vida e desigualdade a que os ofensores estão submetidos, etc.

De modo análogo, autores apontam para a importância de negociadores (WRIGHT, 2009) e reféns (ALVAREZ, 2007) estabelecerem *rapport* com os sequestradores, utilizando-se de quaisquer assuntos que possam vinculá-los, como religião, política, raça, credo, esportes, economia, hobbies.

E o tempo todo dizendo: “*Ó gente, eu sou professor, eu ganho pouquíssimo*”... eu comovi eles.. inventei uma história, mudei.. “*Minha mãe está em cima de uma cadeira de rodas, também é professora, a gente cria uma menina que a gente pegou na favela, que é pobre*”... Eu tenho uma irmã adotiva, não chega a tanto, minha mãe também não está numa cadeira de rodas... Então assim... “*eu ganho 700 reais por mês, minha mãe ganha 1000... pra gente ter conta no banco foi um sacrifício... a gente é muito simples, não tem dinheiro, não tem como lhe dar mais nada do que isso... pode pegar meu celular*”, era um celular bem lenhado assim na época, estava há muito tempo comigo, tanto que ele falou: “*Rapaz, você com um carrão desse com um celular de 20 conto?*”

Teodoro, vítima, 41 anos, 3X1, 3h 20min.

Eu falei ‘*olha meu filho, eu fiz uma cirurgia do coração*’, mentindo para ele, né, “*eu não posso porque eu não tenho condições.*’

Justo, vítima, 76 anos, 3X2, 5 horas

Logo quando eles foram conversando com a gente eles perguntaram o que o pai dele fazia, ele falou que era engenheiro, aí o meu também é, mas só que eu menti. [...] Falei que era agrônomo, falei que morava no interior, aí eles acharam que tinha menos dinheiro.

Eduardo, vítima, 19 anos, 2011, 2X2, 4h.

Eu me enquadrei na situação de empregada doméstica. Respondi numa linguagem mais típica de pessoa simples e respondi ‘*moço, eu não sei se o carro é dela, mas o senhor olhe os papéis porque eu vejo saindo com esse carro. Não sei se é dela ou se*

é do pai dela'. Me coloquei na condição que ele me enxergou, uma empregada doméstica..

Lorena, vítima, 51 anos, 2X1, 10 min.

As gírias eu acho que mais me colocou próximo deles, o palavreado, a forma que eu falei com eles, acho que quebrou uma distância que tinha antes.

Inácio, vítima, 29 anos, 2X1, 20 min.

Essas iniciativas de sensibilização são formas de comover seus captos, aproximá-los pela via do afeto, para torná-los menos “distantes” (como exposto por Inácio), e menos descartáveis aos olhos do algoz e potencializar a resolução da transação com fins à rápida libertação, sem mais danos. Pode ser uma forma de se “personalizar” frente ao que Marongiu e Clarke (1993) apontam como a despersonalização que os ofensores fazem em relação à vítima.

II.2. Fugir ou não fugir, eis a questão

Algumas vítimas relatam se sentirem *invisíveis*, embora circulem em meio a tantas pessoas nas vias urbanas. Lavínia (vítima, 48 anos) conta que *“parecia que eu estava transparente, ninguém percebeu, ninguém viu, ninguém...”*. O passeio compulsório no *cárcere móvel* lhes dá a condição peculiar de confinamento público e interativo. *“Não é possível que ninguém enxergava, eu ficava assim olhando, não é possível que eles não me enxergavam dentro daquele carro ali e meu carro não era de vidro fumê”* (Claudia, vítima, 38 anos). Ao tempo em que estão no espaço público, sentem-se ignoradas e, às vezes, negligenciadas por espectadores do entorno. *“Eu percebi na hora da movimentação que eles me pegaram e me colocaram no carro, que carros paravam, pessoas paravam mas [...] ninguém fez nada, não ouvi um grito, não ouvi nada e eu ainda gritava, socorro, me solte ‘eu tô grávida, eu tô grávida’ e não adiantava nada”* (Milena, vítima, 34 anos).

Esta sensação aparentemente contraditória de invisibilidade pública, peculiar ao *sequestro relâmpago*, se distancia do que se vê tanto em tomadas de reféns de cercos policiais, quanto em casos de sequestros tradicionais. Em relação aos primeiros, pode haver publicização dos casos pela mídia e os reféns podem se sentir no centro das atenções, ao passo que nos casos de sequestros cujos reféns são mantidos em cárceres fixos e isolados de todos,

há comumente sensação de solidão e retirada do mundo (GIEBELS; NOELANDERS; VERVAEKE, 2005, p. 243).

Nos *sequestros relâmpagos*, alguns reféns desejam ser notados e reconhecidos na sua condição de vítimas, como resposta à forte sensação de desamparo, embora paradoxalmente, não desejam correr os riscos de alguém reagir. Alguns temem a possibilidade da morte e a cristalização da sua invisibilidade, como se houvesse o risco de desaparecer permanentemente desse mundo e não houvesse alguém para testemunhar seu final dramático:

É um lugar que você vai, é como se descesse um barranco ‘se eu morro aqui ninguém vê, só Deus’.

Itamar, vítima, 24 anos, 2X2, 1 hora

A única coisa que eu pensei muito foi o seguinte, oh, infelizmente se acontecer, eles podem me matar, podem me enterrar, pensei tudo isso, e o corpo podem jogar em qualquer lugar que ninguém vai saber, porque ninguém sabia. Minha mulher não estava aqui, estava viajando, eu estava sozinho em casa.

Justo, vítima, 76 anos, 3X2, 5 horas

Seus relatos nos revelam o sentimento de desamparo, comum em vítimas de sequestro (GIEBELS; NOELANDERS; VERVAEKE, 2005), ao se perceberem sozinhas dentro da situação de perigo, sem a quem recorrer. Ficar à mercê de outra pessoa, que decide se este alguém deve viver ou morrer, tem a probabilidade de resultar em sentimentos de desamparo e medo da morte, semelhantes aos de transtorno de estresse agudo (GIEBELS; NOELANDERS; VERVAEKE, 2005, p. 242). Em meio a tais sentimentos, muitos dos nossos informantes vítimas pensaram na possibilidade de fuga, embora poucos tenham efetivamente executado-a. Ouvimos alguns relatos de pessoas que perceberam e estranharam a movimentação dos ofensores, ainda na pré-abordagem.

Na hora que eu olhei que eu vi que o cara não estava mais no banco eu falei pronto, o cara vai me assaltar. Ai quando eu olhei pro lado, ele já estava do meu lado. E o outro já vinha correndo do outro lado com a arma. Então não tinha nem como eu fugir.

Eder, vítima, 32 anos, 3X1, 30 minutos

Podia talvez dar uma guinada, uma ré, ou uma ré e uma guinada e me mandar, mas foi muito rápido.

Uiara, vítima, 25 anos, 2X1, 10min.

Algumas pensam em fugir nesses instantes da pré-captura e o seus corpos agem nesse sentido, mas a ação dos algozes é rápida e furtiva (JACOBS, 2012; COPES et al, 2012), provocando abortamento de quaisquer tentativas⁶⁵, a exemplo do caso de Talita (31 anos). Ainda assim, no passeio compulsório, enquanto estão sob domínio, muitas pensam na possibilidade de reação e/ou fuga, avaliando as possibilidades e os riscos atrelados.

Eu ficava sentada segurando os joelhos, que minha sensação era abrir... Minha vontade era abrir a porta e sair correndo [...] mas eu segurava os joelhos e além de segurar os joelhos, eu continha um pouco assim o nervosismo, o choro e não olhava para o rosto deles. [...] No banco não tinha ninguém, sábado de tarde, o banco estava vazio. E eu entrei fiz os saques todos que eram possíveis fazer [...] depois eu saí. Nessa hora eu tive muita vontade de sair correndo. [...] Mas eu fiquei com medo de tomar um tiro e depois eles estavam com a minha carteira, eles estavam com as minhas chaves, com o meu guarda-pó, tudo meu, sabe?! [...] Eles vão saber exatamente onde eu sou, quem eu sou, onde eu moro e tudo, então, eu raciocinei e eu escolhi o risco. [...] E o risco que eu escolhi foi voltar para o carro. Essa foi uma hora muito difícil.

Lavínia, vítima, 48 anos, 2X1, 1h30min.

Lavínia “escolhe o risco”, pois entendia que outra alternativa naquele momento provavelmente seria mais danosa – para si mesma e para seus familiares que estavam em sua residência naquele momento. Na tentativa de minimizar os danos, ela volta para o veículo. Como Lavínia, outras vítimas temem represálias dos algozes, em caso de fuga. Elas são dissuadidas do movimento instintivo de fugir do perigo pela arma de fogo. Nos *sequestros relâmpagos* com mais de um refém, a fuga de um é também dissuadida pela lealdade em relação ao outro (a vítima-caução). Somando-se a isso, os cativos não identificam oportunidades de fugir sem risco: “*eu olhava de um jeito, olhava pra um lado, olhava para outro, eu não via como escapar*” (Melina, 56 anos).

Como já vimos antes, os reféns também observam indícios de que o contrato está sendo cumprido, tais como a congruência entre as promessas e as condutas dos algozes, a intensidade da violência empregada, e o reconhecimento pelos algozes da cooperação da vítima.

O do fundo ainda queria me devolver os documentos, mas aí o da frente não deixou. Ele fez: “*tome seu documento.*” Foi aí que eu vi que ele ia me libertar. Ele: “*ah, véi, tome seu documento que é difícil tirar como uma porra que estou ligado.*” [...] Aí o da frente: “*não, toma os documentos dele, você é maluco, vai dar queixa...*” Eu

⁶⁵ Salientamos que nossa discussão é um retrato do grupo de informantes-vítimas deste estudo, todos reféns efetivos de *sequestro relâmpago*. Portanto, na nossa pesquisa não há dados que nos possibilitem discutir tentativas de fuga bem ou mal-sucedidas no momento da captura.

fiquei alegre quando ele mandou tomar também, porque eu vi que realmente eles iam me libertar, eles não iam me matar.

Bento, vítima, 43 anos, 2X1, 35 minutos.

Eu senti nessa hora, já tinha sacado meu dinheiro, já estava sentindo que era questão de tempo para eles me libertarem. [...] Eles não iam me levar para nenhum lugar e nem nada. Então, eu queria mesmo que eles conseguissem outra pessoa e me deixassem.

Talita, vítima, 31 anos, 3X1, 1h.

Aí ele disse vire pra lá, aí eu virei, aí ele falou “*olha, tem dez reais aí, você vai conseguir sair aqui desse mato, depois com esses dez reais você se vira pra voltar pra Salvador*”, que era do meu dinheiro, né. Aí eu, “*meu deus, eu não acredito que esse cara vai me deixar viva*”.

Gabriela, vítima, 43 anos, 2X1, 3h.

Eles falaram: “*não, tudo bem, se você não tentar impedir o que a gente vai fazer, você tá tranquilo*”. [...] Até no diálogo com eles, não senti que eles iam me bater, me matar, nem nada. [...] Não vou arriscar fazer alguma coisa sendo que o que eu estou vivendo agora está mais amigável.. se eu já estou aqui tentando lidar com essas pessoas, tentando reverter a situação, não vou sair e causar uma situação que pode ser muito pior, um tiro, sei lá.

Inácio, vítima, 29 anos, 2X1, 20 min.

Apesar de sentir medo, Inácio não acreditava que sua vida corria riscos, pois percebia indícios de que seria solto. Devolução dos documentos, busca por outras vítimas, clima “amigável” na interação são indícios percebidos por esses reféns. As vítimas ficam atentas aos sinais que os ofensores expressam e muitas preferem arriscar e aderir ao contrato a romper com ele e fugir. Esses indícios de cumprimento do contrato podem também ser percebidos numa dimensão menos racionalizada e mais intuitiva, do “*feeling*”:

E tem uma coisa que é o feeling que você sente as pessoas. [...] Eles poderiam até puxar o gatilho depois, dar um tiro em alguém, eu não sei, mas eles tinham um foco específico ali. Foi o que eu li. Então eu segui minha intuição.

Murilo, vítima, 41 anos, 2X3, 10 min.

Eu senti uma coisa totalmente inexplicável, sabe? Uma coisa da intuição mesmo, de ordem intuitiva assim, eu pensei que: “*não, não eu não vou morrer hoje*”.

Eleonora, vítima, 28 anos, 3X2, 5 horas.

Os episódios que se caracterizam mais pela sua instrumentalidade, onde há obviamente a coação e a ameaça à vida, entretanto sem terrorismo exacerbado, sem violência física ou sexual, parecem garantir mais às vítimas que elas serão poupadas e serão libertadas.

A não-reação é uma diretriz tácita, aprendida e assumida como melhor estratégia de defesa em tais encontros indesejáveis (PAES-MACHADO, NASCIMENTO, 2014). Não raro vítimas que reagem são implícita e socialmente culpabilizadas pelas consequências de terem reagido a uma abordagem (“É isso que dá reagir!”).

Uma norma que eu aprendi desde os 18 anos [é] que não se deve reagir nunca... As únicas duas normas que você deve reagir correr, é mulher andando na rua, quando passa alguém de carro e manda você entrar, ou mulher dentro do carro sozinha e vem dois caras fazer sequestro relâmpago. Essas duas arranque o carro e corra. Pode correr porque 99% é morte e estupro.

Teodoro, vítima, 41 anos, 3X1, 3h 20min.

A não reação é uma aposta no contrato, principalmente quando se percebe a instrumentalidade do delito para obtenção de dinheiro. Para as vítimas, não há garantias do cumprimento, mas as chances de sobrevivida superam os riscos de uma tentativa de fuga. Reagir e fracassar pode significar lidar com uma versão reativa e mais violenta dos algozes e tornar suas chances de ser libertado mais remotas.

Eu ficava pensando um monte de coisa. Eu ficava pensando em bater neles, sei lá, um monte de coisa, o tempo todo, quando eu estava andando.. Na pracinha eu não pensei, mas quando estava andando, a gente estava ali na [Avenida] ACM, passava carro bem rápido, ficava pensando em empurrar eles para ser atropelado, alguma coisa assim. Só que eu tinha medo de fazer alguma coisa errada e acabar morrendo. Porque do jeito que estava, parecia que eles não iam atirar, mas se eu fizesse alguma coisa era bem provável que eles atirassem.

Eduardo, vítima, 19 anos, *sequestro relâmpago* e express sem veículo

Como, então, a resistência velada, de aparente cooperação e sutil negociação, passa a uma resistência desvelada, às claras, através da tentativa de reação e fuga? Diversas vítimas demonstram o desejo de fuga, mas não a efetivam, ao passo que algumas podem colocar em prática a vontade de libertar-se dos algozes, como veremos a seguir.

II.3. As fugas: Rompendo o contrato

Samir (37 anos), que passou apenas vinte minutos sob domínio dos algozes, diz que “hora nenhuma eu pensei em abrir a porta do carro e fugir, ou de tentar tomar a arma, então

ali realmente eu estava sendo conduzido, a sensação de impotência foi bem maior” ao comparar seu *sequestro relâmpago* com um assalto e um espancamento vividos no passado. A maioria das vítimas entrevistadas corresponde às cláusulas declaradas pelos ofensores e entregam objetos, senhas e informações e não reagem ou fogem, ainda que pensem a respeito e desejem livrarem-se dos seus captores. Quais elementos contribuem para explicar a diversidade de experiências que vão desde o expresso por Samir (não sentiu que iria morrer, não tentou fugir, passou apenas vinte minutos com seus captores), até situações nas quais as vítimas rompem com o contrato, ao reagirem e fugirem? O que leva ao rompimento, tendo em vista os riscos atrelados à quebra do contrato? Se antes, respeitar o contrato parece, para a maioria das vítimas, a melhor forma de sair do *sequestro relâmpago* com danos reduzidos, o que mobiliza algumas vítimas a enfrentarem o risco de retaliação dos ofensores pela quebra de contrato? Alguns elementos da análise que trouxemos na seção anterior podem ajudar na elaboração de uma possível explicação para o processo que leva à fuga, conforme elencamos abaixo. Usaremos o caso de Claudia para exemplificar as dimensões que culminam na fuga da vítima.

- **Avaliação pessimista do desfecho:**

As vítimas sentem que as violências sofridas iriam se agravar e tendiam a uma finalização trágica – Larissa e Claudia temiam fortemente o estupro; Késia e Tiana acreditavam que seriam assassinadas. A expectativa de um desfecho que não preservaria sua dignidade e integridade física pode ser bastante significativa na (rápida) tomada de decisão da fuga. As vítimas devem acreditar, ainda que por instantes, que a fuga vale mais a pena do que a permanência. A avaliação pessimista tem o componente da racionalização, mas também se estrutura a partir do medo de que a própria existência está em risco: “A compreensão de que a própria sobrevivência já não é assegurada em um senso imediato – que a autopreservação está em risco – produz o que pode ser entendido como uma resposta emocional instintiva associada com a excitação fisiológica do organismo, do medo. O medo surge da percepção de perigo e está associada com a prontidão em fugir do perigo” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 64).

Claudia avaliou que seria estuprada e morta: *“Eu pensei que eles iam..[me estuprar]. E eu tinha que procurar alguma saída de me livrar dali. [...] Eles não iam me soltar, porque*

eles já tinham tirado o dinheiro da minha conta, já estavam com os cartões tudo na mão, eles iam me querer pra que? O carro tem seguro, ele podia levar embora, como até hoje não achou. Eles iam querer o que comigo?”

- **A oportunidade:**

Reconhecer um momento propício para reagir e/ou fugir é fundamental. Muitos testemunhos de quem pensou em fugir e não o fez se amparam na ausência da oportunidade. Nesse sentido, as vítimas que fugiram aproveitaram uma oportunidade que em sua avaliação situacional, lhes dava melhores chances de se libertarem do cárcere. O momento da oportunidade também abarca uma dimensão do impulso. A oportunidade é quase instantânea, não há tempo para avaliar todos os riscos. Os recursos fisiológicos do organismo são ativados para a fuga, já que “ameaça extrema produz excitação autonômica aumentada que prepara o organismo para responder com respostas de luta ou fuga” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 65).

Claudia, nutrida pelo desejo de fuga, avaliando que se encontrava em um cenário que culminaria com seu estupro e morte, tenta idealizar a “oportunidade” para fugir: *“Como posso sair daqui, olhava para lá, olhava pra cá, eu não tinha opção, porque uma arma aqui, outra ali. Eu não tinha opção, a única opção que tive foi quando ele saiu do fundo, o que estava armado”*. Acreditando ser esta sua melhor chance de sobrevivência, ela foge: *“Aí eu olhei assim: vai ser minha chance! [Ele] destravou as portas. No que ele fez aquela rotatória para poder [sair do banco traseiro e] entrar na frente, eu me joguei do carro. Aí eles arrastaram o carro, aí eu caí, saí correndo..”*

- **Quebra do contrato por parte dos algozes:**

Parece-nos que a quebra do contrato por parte da vítima é precedida por uma quebra de contrato por parte dos ofensores (promessas e atitudes não são congruentes), ou pela inexistência de um contrato a priori (não há promessas de um desfecho favorável). A reação é mais provável quando a vítima percebe que manter sua parte no contrato (cooperar e fornecer

todos os bens disponíveis) não irá salvar sua vida. Ou seja, o risco em não reagir (diante de uma oportunidade) parece superar o de reagir.

Claudia, por exemplo, não reconheceu qualquer contrato por parte dos seus algozes. Depois que eles já tinham usado seu cartão para sacar dinheiro em um caixa automático, ela pediu para ser liberada e um dos algozes lhe respondeu: “*não, você é muito gostosa pra eu te deixar aqui, você vai comigo*”. Em desespero e temendo ser estuprada, “*minha cabeça [começou a] ficar agoniada, nervosa, aí eu pedi para ele me matar. Aí ele: ‘não, qualquer coisa a gente te mata também’*. Falou assim, como se uma vida não fosse nada pra ele.”

O Quadro X, abaixo, evidencia as dimensões da quebra de contrato pela vítima dos quatro casos de fuga relatados entre os informantes.

Quadro X. Dimensões da quebra do contrato pela vítima.

Vítima	A avaliação pessimista do desfecho	Melhores chances – a esperança da fuga	A oportunidade, os preparos e o momento do impulso	Contrato
Larissa, 22 anos, estudante de Direito	<p>Cenário futuro: estupro e morte</p> <p>- Acreditava que um de seus algozes era perverso, não confiável</p> <p>- Acreditava que seria estuprada:</p> <p><i>“Estava sentindo medo a partir do momento que entrasse outras pessoas no carro e aquelas pessoas pudessem me estuprar, era isso que eu estava pensando que poderia ser vários homens e não só um.”</i></p> <p>- Ameaçaram de queimá-la viva</p>	<p><i>“Eu pensei qualquer coisa em relação a estupro, se eles tentassem qualquer coisa que eu iria correr, pois eu preferia que eles atirassem em mim do que ser estuprada”.</i></p> <p><i>“Apesar de achar que eu sair do carro correndo, os policiais poderiam até ter atirado, eu queria me livrar daquela situação.”</i></p>	<p>PRÉ-FUGA</p> <p>- Retira os sapatos de salto alto</p> <p>- Mantém a calma : <i>“Não gritei, não chorei... Tentei manter a calma para raciocinar e uma oportunidade que eu tivesse, tentar fugir”</i></p> <p>- Parada do veículo por causa do cerco de policiais</p> <p>- Policiais cercam o veículo e mandam os ocupantes saírem</p> <p>FUGA</p> <p>- Larissa chuta a arma de fogo para baixo do banco</p> <p><i>“Na hora que eu chutei, ele falou: ‘A vagabunda chutou a arma.’ Nisso eu abri a porta e já sai correndo [...] em direção aos policiais”.</i></p>	<p>Sem contrato:</p> <p><i>“Ele falava: ‘Eu quero dinheiro. Você tem dinheiro pra me dar?’ Eu não tinha dinheiro nem conta em banco, não tinha nada disso, aí falava: ‘Não tenho’. Ai ele falou que ia me levar pra o CIA. [...] lá é desova de cadáver. [...] Ai falou que ia me botar dentro do porta mala do carro e que ia tocar fogo comigo viva.”</i></p>

<p>Tiana, 64 anos, enfermeira e professora de biologia</p>	<p>Cenário futuro: morte</p> <p>- Acreditava que iria ser morta pelos algozes:</p> <p><i>“eu achei que eles iam me matar [...] nós levamos muito tempo juntos, quer dizer, eu vi o rosto deles.”</i></p>	<p><i>“Aqui tem um bocado de gente, se eles me derem um tiro pelo menos eu vou ter um socorro. [...] E lá na via parafuso eu ia sobrar para quem? [...] Eles ainda deram dois tiros.”</i></p>	<p>PRÉ-FUGA</p> <p>- Ela dirigia o veículo e mudou o trajeto em determinado momento, pois achava que seria morta no caminho indicado pelos ofensores</p> <p>- Observa todo seu entorno: <i>“Tinha um ponto, algumas pessoas, a sinaleira fechou, atrás de mim parou um ônibus, tinha alguns carros. Eu olhei para um lado, olhei para o outro. Eu não me conformei de morrer daquele jeito!”</i></p> <p>- Parada do veículo por causa da sinaleira.</p> <p>FUGA</p> <p>- Tiana aproveita para fugir e correr até o ponto de ônibus, mas antes avisa a eles que vai sair do carro.</p> <p><i>“Eu me senti fortalecida. Eu sincera e honestamente, eu me senti segura. Agora o porquê naquele momento eu reagi assim? Minha filha, é difícil. Eu olhei para um lado tinha um carro na frente, olhei para o outro eu vi o ponto. Ou é agora ou é mais hora nenhuma [...] Aí eu imaginei assim. É tão rápido, são milésimos de segundo. Eu olhei. Digo: Pronto, se ele der um tiro, um bichão desse, esse ônibus aí vai me amparar de alguma maneira. Foi aí que eu me senti. Bom, é agora.”</i></p> <p><i>“Eu não me conformei de morrer daquele jeito! Não me conformei! [...] Eu criei forças. Eu virei para eles e disse assim: ‘Olhe, vocês querem saber de uma coisa? Eu vou sair do carro agora, vocês façam o que vocês quiserem’. Quer dizer, eu fiquei tão surpresa quanto eles. Eu abri a porta e saí.”</i></p>	<p>Quebra do contrato/contrato sem credibilidade:</p> <p><i>“Ali eu achei que eles iam me matar. [...] eles queriam me levar para a Via Parafuso. [...] Eu disse, poxa, eu estou frita. Se ele me levar para lá vai me matar mesmo e eu não vou ter socorro, ninguém vai poder me socorrer.”</i></p>
<p>Késia, 22 anos, estudante de medicina</p>	<p>Cenário futuro: morte</p> <p>- um dos algozes estuprava Késia enquanto a outra vítima gritou deixando-os</p>	<p><i>“Com certeza a gente ia morrer, senão, se a gente não interfere. [...] Primeiro que a CIA já é conhecida</i></p>	<p>FUGA</p> <p>- Co-vítima segura a arma do algoz. Ela cria a oportunidade quando estavam dentro do carro,</p>	<p>Quebra do contrato:</p> <p>Estupro e ameaça explícita de morte.</p>

	<p>mais exaltados:</p> <p><i>“Eles não queriam o carro, nem queriam dinheiro, nem queriam nada. Queriam só perversidade mesmo [...] Minha amiga se exaltou no quarto, começou a gritar [...]. dessa vez os dois estavam nervosos, muito nervosos, muito alterados, gritando. Deferiram alguns tapas ainda no rosto da gente [...] A gente se vestiu, entramos no carro e aí a partir desse momento eles já foram dizendo que iam estuprar e iam matar.”</i></p>	<p><i>como desova. E segundo que uma estrada de chão, entrando na CIA, uma estrada de chão. Aí já foi, já foi, com certeza.”</i></p>	<p>segurando a arma do algoz e iniciando uma luta corporal, da qual a nossa informante e o outro algoz passam a fazer parte:</p> <p><i>“Aí eu olhei para trás vi que ela estava conseguindo segurar, fui bati no que estava do lado, no que estava dirigindo e segurei a arma. Fiquei segurando a arma para baixo para que ele não conseguisse atirar nela. [...] começou a bater na cabeça da minha amiga, e eu segurando arma para que ele não conseguisse atirar. Nessa confusão a gente conseguiu cair do carro, no que a gente caiu a arma caiu distante e aí conseguimos correr. Eles pegaram a arma, minha amiga conseguiu correr, entrou na pista, na estrada, correndo, eu vim correndo atrás, eles ainda atiraram, mas aí pegou no chão, não pegou em mim. E aí eu entrei na pista também.”</i></p>	<p><i>“a atitude foi completamente o avesso à medida que o tempo ia passando.”</i></p> <p><i>“Primeiro eles garantiam que não iam fazer nada, que não queriam fazer nada. O que estava mais calmo principalmente, que não ia deixar o outro fazer nada, que não se preocupasse, [...] Mas aí no final das contas ele falou que ia, ele falou, ele queria levar minha amiga para o banheiro [...]”</i></p>
<p>Claudia, 38 anos, empresária e vendedora</p>	<p>Cenário futuro: estupro e morte</p> <p>- acreditava que seria estuprada. Um deles a tocava.</p> <p><i>“Eu pensei que eles iam.. [me estuprar]. E eu tinha que procurar alguma saída de me livrar dali.</i></p> <p><i>“Eles não iam me soltar, porque eles já tinham tirado o dinheiro da minha conta, já estavam com os cartões tudo na mão, eles iam me querer pra que? O carro tem seguro, ele podia levar embora, como até hoje não achou. Eles iam querer o que comigo?”</i></p>	<p><i>“[Pensei em] fugir. Mesmo que eles me matassem ali, eu preferia que ele me matasse, e eu falei a ele. [...] Eu falei que se fosse pra acontecer alguma coisa comigo [estupro], pode me matar aqui agora”</i></p>	<p>PRÉ-FUGA</p> <p>- Se prepara para a parada que os ofensores fizeram na BR 324 para um deles passar para o banco do carona na frente.</p> <p><i>“Como posso sair daqui, olhava para lá, olhava pra cá, eu não tinha opção, porque uma arma aqui, outra ali. Eu não tinha opção, a única opção que tive foi quando ele saiu do fundo, o que estava armado”</i></p> <p>- Parada rápida do veículo pelos algozes.</p> <p>FUGA</p> <p><i>“Aí eu olhei assim: vai ser minha chance! [Ele] destravou as portas. No que ele fez aquela rotatória para poder entrar na frente, eu me joguei do carro, aí eles arrastaram o carro, aí eu caí, saí correndo..”</i></p>	<p>Sem contrato:</p> <p><i>“Ele disse: ‘não, você é muito gostosa pra eu te deixar aqui, você vai comigo’.</i></p> <p><i>“Minha cabeça [começou a] ficar agoniada, nervosa, aí eu pedi para ele me matar. Aí ele: ‘não, qualquer coisa a gente te mata também’. Falou assim, como se uma vida não fosse nada pra ele”</i></p>

Algumas prerrogativas podem mudar quando se percebe o risco iminente de um desfecho trágico. Ou seja, quando a avaliação é pessimista e não se acredita no contrato, até mesmo a polícia, que antes era vista como um risco a mais para as vítimas, passa a ser bem-vinda, como vimos no caso de Larissa (Quadro X), que achava que seria estuprada por vários homens e possivelmente assassinada. Bento compara o risco de envolvimento da polícia quando o contrato parece estar sendo cumprido e o desejo de “qualquer ajuda” quando não existe contrato.

No momento que você é levado você reza para que a polícia não intervenha, porque se intervir eles vão reagir. Nenhum deles está propenso a simplesmente arriar a arma. Um ou outro, a maioria vai disparar e a polícia vai disparar sem saber que você está no veículo [...] Preste bem atenção! Quando você percebe que eles vão lhe matar qualquer ajuda é válida, mesmo que você morra, mas que você viu que alguma coisa ocorreu para tentar lhe ajudar.

Bento, vítima, 43 anos, 2X1, 35 min.

Murilo reflete no mesmo sentido, entendendo que quando se tem suspeita significativa de um desfecho intolerável (morte ou estupro nas narrativas dos informantes) “*a lei do mais forte*”, conforme suas palavras, impera:

Eu tenho dentro de mim assim: se eu for assaltado um dia e eu sentir que eu vou morrer, eu prefiro capotar o carro, eu prefiro jogar ele ali no Dique do Tororó, numa ponte. Prefiro criar uma situação e jogar para o destino essa possibilidade, entendeu?! Deixar que esse destino escolha o que é que ele vai fazer comigo, mas eu não deixaria que um ladrão me... A não ser que ele tivesse no volante, eu não teria como reagir, mas no caso: “Fique no volante, leve o carro e...” Na minha cabeça, senhor, ou você vira o carro, ou você bate o carro, bota o cinto e bate. E joga para o destino para que ele decida, entendeu?!

Murilo, vítima, 41 anos, 2X3, 10 min.

Ao propor um esquema explicativo para as fugas relatadas neste estudo corremos o risco de simplificar uma dinâmica intersubjetiva tão complexa como a que se desenrola entre esses atores. Por isso, reiteramos que a quebra do contrato (assim como toda a dinâmica interacional dos atores durante o *sequestro relâmpago*) comporta um cenário complexo que não se esgota com os achados e discussões que aqui textualizamos. Há diversas dimensões a serem consideradas, como elementos da esfera da (inter)subjetividade dos indivíduos (história de vida, histórias pessoais de violência, traços de personalidade), elementos da interação vítima-algoz (credibilidade dos algozes, os tipos de ameaças, de violências, qualidade da

comunicação entre os envolvidos, congruência das promessas e das ações) e elementos situacionais (oportunidades, avaliação do cenário, etc.).

CAPÍTULO III ITINERÁRIOS PÓS-*SEQUESTRO RELÂMPAGO* E VITIMIZAÇÕES SECUNDÁRIAS: Um retrato dos recursos sócio-institucionais disponíveis

Cientes da sua condição de vítimas de um ato ilegal, muitas pessoas percorrem itinerários de busca por reparação, compensação e cuidados junto a instituições que fornecem serviços de interesse público. Diante do contexto de violência atual, o alto grau de insegurança e medo da população e a “crise da confiança”, recorre-se às instituições como forma de enfrentamento dos conflitos, por serem elas fontes de expectativas para uma vida social em equilíbrio (TAPPARELLI, CORDEIRO, ALMEIDA, 2008).

No “encontro” cidadão-instituição, vítimas deparam-se com as ineficiências e negligências por parte dos serviços, públicos e privados, voltando a serem vitimizadas. Isso significa dizer que passam por novas violências psicológicas derivadas da relação com os serviços aos quais recorrem após o evento vitimizador primário, processo conhecido como vitimização secundária (ECHEBURÚA, CORAL, AMOR, 2003; DOMINGUEZ, 2010; ALEGRÍA, 2011). Com base nesse pressuposto, analisamos a trajetória dos participantes do nosso estudo em busca de cuidado e reparação e as vitimizações secundárias decorrentes.

III.1. A relação com a polícia: entre a expectativa e a realidade

Há duas agências policiais complementares que fazem parte do modelo de segurança pública de cada estado brasileiro: a Polícia Militar que é ostensiva e preventiva e a Polícia Civil, a investigativa. (PAES-MACHADO, NORONHA, 2002; TAPPARELLI, CORDEIRO, ALMEIDA, 2008). Nos capítulos anteriores discutimos a importância da polícia militar na percepção de risco que vítimas e ofensores têm durante o *sequestro relâmpago*. Nesta seção, enfocaremos os sentidos que vítimas têm sobre a atuação da Segurança Pública após o *sequestro relâmpago*, com o prisma mais direcionado à Polícia Civil.

III.1.1. Itinerário da queixa policial

A delegacia de polícia é, geralmente, o primeiro órgão ao qual os ex-reféns recorrem logo após serem liberados. Comumente, são acompanhados por algum familiar ou amigo, para

realizar a queixa. Uma figura de apoio se prova importante no amparo à vítima, tendo em vista que muitas usualmente percebem-se desorientadas após serem confinadas no *cativoiro móvel* por algum tempo. O itinerário frequentemente começa em delegacias próximas ao local onde foram liberados, quando então, aqueles que tiveram seus carros levados, são instruídos a irem à delegacia especializada em furtos e roubos de veículos.

Quando chegou na delegacia [de bairro] [...] eu estava sem documento, eu estava sem nada, tinha tirado tudo, aí eu disse: *'eu quero prestar uma queixa, eu fui assaltado agora e tal, o carro'*. O que eu achei errado, [foi] eu chegar na delegacia para fazer o BO, para procurar uma providência, a pessoa que estava lá disse que não podia fazer nada e não ia fazer nada. Eu disse: *'o senhor não pode nem dar um alerta no rádio?'* Ele disse: *'não, aqui o meu negócio é só de bairro. Como o seu foi um assalto e levaram seu carro, você tem que arranjar um jeito de ir lá na delegacia de roubo e furto de veículos.'* Eu disse: *'não dá nem para você..'*. [Policial interrompeu respondendo] *'Não'*.

Dirceu, 52 anos.

Os que tiveram seu veículo levado vão diretamente às delegacias informar o ocorrido. Os ex-reféns estão fisicamente exauridos e emocionalmente fragilizados em decorrência da experiência violenta, o que torna a demora e a qualidade no atendimento estressores adicionais.

Meu pai me pegou e eu fui lá [na delegacia] logo dar queixa, apesar deles terem devolvido o carro, eu tive que fazer tudo direitinho... foi aquela coisa cansativa, aquela demora... estava de madrugada... cara fechada, estava fechado. [...] Já é uma situação difícil e você vai lá fazer um procedimento legal e é maltratado? A questão é do nosso país mesmo, não é só do estado. A falta de preparação da grande estrutura do policiamento militar e civil. [...] Acaba sendo uma relação humana, lidar com pessoas eles têm que ter uma capacidade para contato social maior, acho que falta isso, principalmente a PM, eles acabam se achando os donos da verdade, dono da lei...

Teodoro, 41 anos.

Teodoro quis fazer “tudo direitinho” e foi levado pelo pai para realizar o B.O., mesmo tendo sido liberado com o seu veículo. Ele se sentiu “maltratado” e criticou a falta de preparação da estrutura policial existente e da necessidade de melhorarem a dimensão de “relação humana” desempenhada pela polícia. As idas e vindas são comuns:

Fizemos o BO na Delegacia de Furtos de Veículos [...] Aí não tinha delegado de plantão, estava no piloto automático, aí mandaram a gente voltar mais tarde porque o delegado ia ter que assinar o documento.

Lavínia, 48 anos.

Algumas vítimas percorrem um itinerário mais longo, como Dália, que primeiro foi para a delegacia próxima ao local de liberação, em seguida à delegacia especializada, e, posteriormente, devido à greve da Polícia Civil que ocorria no período, foi reencaminhada a um órgão dentro da Secretaria de Segurança Pública onde recebeu a informação de um agente policial que *“Olha, eu acho difícil esse período agora de greve, é justamente a Polícia Civil que faz esse tipo de investigação de veículo e tudo, e eu acho difícil encontrar seu carro.”* Dália e seu pai, que a acompanhava no itinerário, se dão conta que *“não ia dar em nada aquilo ali. Fiz o BO que eu precisava fazer até para acionar o seguro. E vi que não ia render muita coisa, nem que eles tinham esforço nenhum em achar.”*

Diante desses depoimentos é inevitável questionar os motivos que levam as pessoas à delegacia. Para algumas vítimas, ir à delegacia dá uma sensação de segurança logo após a vitimização. Na narrativa de Claudia, por exemplo, ela, após fugir dos seus alçózes e em pleno desespero, não abordou desconhecidos com quem encontrou; ela confiou e pediu ajuda apenas a uma viatura que passava pelo local. Eleonora, ao ser liberada, pensava *“meu Deus, meu Deus, eu preciso parar em algum lugar seguro, [...] aí eu fui pra delegacia.”* (Eleonora, 28 anos). Elena (28 anos) também nos revela que se dirigiu à delegacia porque *“era um lugar onde eu me sentiria segura”*, mas também, porque desejava identificar os homens que a capturaram, com esperança de efetiva investigação e punição aos seus agressores:

Eu lembrava da placa do carro, eu lembrava... a descrição deles estava fresca, então pelos retratos, entendeu, de repente; eles têm os arquivos, na polícia, podia ser que eu identificasse e eles podiam acionar as patrulhas pra poder pegar o carro. Aí eu dei a placa do carro, eles descobriram que o carro tinha sido roubado, só que não tinha ninguém para identificar.

Elena, 28 anos.

A delegacia figura como o ponto inicial do itinerário das vítimas, pois a polícia ainda é detentora do poder instituído (e também o simbólico) da busca por justiça. A delegacia é o órgão oficial e um espaço onde se espera ter sua experiência de violência reconhecida e legitimada. Nessa trajetória, dá-se vazão ao procedimento oficial, seja numa perspectiva cidadã (esperando-se a efetiva investigação e resposta oficial ao seu caso, assim como a geração de estatísticas para favorecer a atuação do poder público), seja numa perspectiva de normatividade burocrática (para cumprir o que deve ser cumprido).

Perante a empresa, para apresentar o boletim de ocorrência, pra poder de certa forma com o boletim de ocorrência a gente entrar para a estatística até para a própria

polícia, quais são as áreas que esse tipo de pessoa tá atuando, então eu acho que é importantíssimo a pessoa prestar queixa.

Ícaro, 27 anos

Ir à delegacia e formalizar a vitimização é também importante, pois gera-se o B.O., um documento imprescindível para acionar o seguro e viabilizar o ressarcimento do roubo. Nesse tocante, o roubo de veículos é um delito apontado pela literatura nacional e internacional como de reduzidas cifras ocultas⁶⁶, justamente pelo caráter obrigatório da sua notificação para acionamento das seguradoras (PEIXOTO, SOUZA, LIMA, 2011). Nossos informantes também citam a necessidade de fazer a queixa policial para resguardarem-se de danos secundários como imputação penal decorrente do uso do seu veículo em outros crimes (ou seja, o B.O. passa a ser uma comprovação de idoneidade) ou outros prejuízos ao patrimônio pessoal.

Meus cartões são todos de limite alto. E minha conta, ele estava com todas as minhas senhas. Aí eu tinha que fazer logo isso para bloquear tudo pra não... Já estava ali, [já tinha] acontecido. Eu estava viva, então tinha que recuperar o que [dava] para não pegarem mais nada.

Claudia, 38 anos

A gente deu a queixa, primeiro lugar a gente pensou, porque eles fizeram assalto usando o carro dela, então alguém poderia ter anotado a placa e isso poderia ter dado algum problema para ela e também porque a gente ficou indignada com a situação mesmo. [...] Deixa a polícia fazer o papel dela, a gente não quer mais ficar indo em delegacia passar por isso. [...] Deixei para lá, estava viva, estava agradecida de estar viva, tinha feito minha parte de dar queixa, de dizer como foi, aonde foi, para até que houvesse uma patrulha maior naquele lugar. E depois não quis mais me envolver com isso de ir na delegacia nem nada.

Bernarda, 28 anos

Em suma, a queixa pode vir a ser entendida como um mero passo burocrático necessário (em alguns casos, e em outros nem isso) apenas para se evitar danos maiores. O B.O., afinal, é um comprovante oficial da vitimização, obrigatório nos vários espaços percorridos no itinerário de reparação da vítima. Como exemplo, Melina (56 anos) teve a apresentação do B.O. exigida para cancelar sua conta: *“No dia seguinte, na quinta feira de manhã eu fui lá no banco e cancelei [o cartão]. Eu levei o boletim de ocorrência pra poder eles cancelarem”*. Em outro caso, Milena (34 anos) acredita que a *“atenderam muito bem”* na delegacia (primeiro de bairro, depois a especializada), mas denuncia a ausência do delegado plantonista

⁶⁶ Cifras ocultas ou negras medem a diferença entre o número de crimes que ocorrem e aqueles que chegam ao conhecimento das autoridades (LEMGRUBER, 2002).

para assinar o B.O. Sem esse documento em mãos, seu internamento no hospital foi negado, colocando-a em situação de maior vulnerabilidade já que sangrava e estava em risco de abortamento do seu filho, precisando de assistência médica emergencial.

Me atenderam muito bem, me colocaram numa sala, veio uma mulher, uma escritã conversar comigo *'calma, senhora, não sei que pererê, a senhora não quer ir no banheiro, beber uma água e tal'*. E eu queria ver se eu estava perdendo sangue, porque desde a hora que eu entrei, que eles me pegaram, meu filho não mexeu!! Eu achei que meu filho tinha morrido! E aí quando eu olhei, minha calça estava melada de sangue, lá na delegacia. [...] Eu tive que passar na delegacia [especializada em roubo de veículos] antes de ir para o hospital para ver se lá eles me davam o BO porque pelo menos pelo BO eu podia ser atendida no hospital, pelo BO estava falando que eu estava sem documento e também essa delegacia que é grande, não tinha delegado. [...] O hospital não queria me internar, mas assim que eu cheguei, eles me atenderam porque meu pai deu um cheque em branco. Mas eles não queriam me internar porque para me internar eles precisavam de documento, mais por uma questão da cobrança do dinheiro, mais para registrar. Mas como eu já era paciente do hospital, quando colocaram já acharam meu nome, acharam meu registro. Não queriam me internar, mas eu fui logo atendida. Até porque a minha obstetra já tinha ligado para o hospital, porque ela também é médica de lá. Ela *'oh, vai chegar uma paciente minha assim'*, então eu fui logo, entraram logo né porque viram a gravidade do que tinha acontecido e aí eu entrei logo. Ai meu marido três dias depois é que foi pegar o BO lá na delegacia do CIA.

Milena, 34 anos.

III.1.2. “Foi tranquilo”: as experiências exitosas

A polícia tem um caráter definitivamente ambíguo (TAPPARELLI, CORDEIRO, ALMEIDA, 2008). Se por um lado, há desconfianças e insatisfações em relação às ineficiências e corrupção historicamente conhecidas, há também elementos da experiência concreta dos sujeitos que reafirmam tais crenças e expectativas negativas ou lhes dão novos contornos mais positivos. Apesar dos pesares, é a esta instituição que primariamente busca-se por socorro. E, em alguns casos que nos foram relatados, o socorro é visto como efetivo, cuidadoso e correspondente ao desejado.

Alguns relatos caracterizam o atendimento policial como “tranquilo” e “rápido”, ainda que não fique muito claro o quanto a agilidade (o qualificador “rápido”) influencia no “tranquilo” e no “normal” e vice-versa, das entrevistadas abaixo.

Ai a gente seguiu direto pra delegacia [especializada]. [...] Demos a queixa, relatamos tudo, tudo direitinho. [...] Foi rápido, estava vazio, só tinha um rapaz, ai atendeu a gente rápido, a gente descreveu tudo que tinha acontecido, ele foi pro

sistema, liberou o BO pra gente, aí a gente saiu. [...] Foi tranquilo, não tenho nada que me queixar não.

Uiara, 25 anos.

Na polícia eu achei normal, assim, não foi nada muito... Não tinha um psicólogo lá, né, para atender também, mas perguntaram, tentaram ser breves, a gente não demorou muito e liberaram a gente. Foi normal.

Bernarda, 28 anos.

Na fala de Eleonora, abaixo, a delegada se mostrou genuinamente interessada na sua história e, de certo modo, a vítima pode ter se sentido acolhida ao perceber sua raiva e indignação projetadas na reação da policial. Eleonora tem histórico de atuação em serviços que prestam apoio psicossocial a jovens marginalizados e em situação de vulnerabilidade, o que certamente impactou na experiência de sentimentos contraditórios. Ao tempo em que se sente protegida e reconhecida como vítima através do discurso retaliatório da delegada (o “gozo”), ela “racionalmente” não deseja a morte daqueles que a vitimizaram.

Eu preciso parar em algum lugar seguro, eu pensava que eu tinha que parar em um lugar que... aí eu fui pra delegacia, foi muito interessante porque quem me atendeu foi uma delegada. E aí ela: *‘uma barbaridade, eu vou pegar esses vagabundos, filhos da puta, eles vão ver, eu vou arrancar o pau deles, eu vou fazer tortura’*, falando na maior porque eu acho que eles já tinham cometido delitos parecidos, ela estava querendo pegar esses... [...] *‘olha minha filha, olha pra mim, eu estou lhe dizendo, eu vou pegar esses filhos da puta e vou matar’*. Uma parte de mim gozava, sabe, achava: *aham, que bom que ela vai fazer isso*, mas outra parte de mim, eu juro pra você: *coitado, coitado*. Mas eu acho que a maior parte de mim pensava: *que bom*. É um sentimento estranho porque racionalmente eu não queria que eles morressem [...] mas no meu emocional eu queria, às vezes, eu pensava que eu queria que eles morressem, sabe?

Eleonora, 28 anos

A delegada não seguiu protocolo de “*respeito*” ao espaço do sujeito em sofrimento, mas foi justamente o interesse em ouvir Eleonora que a fez se sentir acolhida e dar dignidade ao seu sofrimento.

Eu acho que eu me senti acolhida pela delegada que falava barbaridades, ela falava o que eu queria ouvir naquele momento. Eu nem sei se ela estava mesmo pensando em pegar eles, sabe, se aquilo ali fazia parte de uma coisa bem terapêutica que ela fazia com todo mundo. Mas eu me sentia acolhida pela atenção que ela me deu. Como mulher, eu achei legal que eu tive uma delegada, eu achei que ela foi bem atenciosa, ela na verdade não estava nem participando do processo da queixa, ela estava só de passagem, mas ela não tinha nenhum respeito, ela entrava, saía, no sentido de pedir licença pra subir, não estava nem aí, então ela queria saber o que foi e ela me interrompeu várias vezes [...]. E aí, por incrível que pareça, ridículo que eu

vou falar isso, mas foi o que me acolheu naquele momento, foi ver alguém preocupada comigo.

Eleonora, 28 anos

No caso de Larissa, a entrevistada revelou também sua satisfação com a conduta “*excepcional*” da polícia (especialmente, a militar). Com intervenção policial bem sucedida, os policiais deixam de ser vistos como vilões e passam a ser vistos como os heróis – expectativa e realidade se compatibilizam (ou mesmo a realidade supera a expectativa). Vale ressaltar que uma interceptação bem-sucedida tende a repercutir na autoestima dos policiais, e isso pode ser um elemento favorável para o tratamento cordial prestado posteriormente à vítima.

O que eu tenho a dizer sobre a polícia é que eles foram excepcionais. Essa é a palavra correta, que não é nem bom e nem maravilhoso, foi muito mais que isso. Porque num momento em que eu estava desesperada eles me tranquilizaram de todas as maneiras possíveis inclusive até brincando. [...] Se disponibilizou até a tirar dinheiro do próprio bolso para pagar um lanche pra mim, pra me acalmar. Então naquele momento que eu estava sem ninguém que eu conhecia, eles foram extremamente amigos comigo [...]. E outra coisa, eu falei que não queria ir no carro com eles [algozes], eles queriam botar eles no camburão e eu ir atrás. Eles chamaram outro carro, pra justamente eu não ir junto. [...] Então eu só tenho elogios a fazer, porque além da conduta deles na hora de ter abordado o carro ter sido exemplar [...] eles foram o caminho inteiro que eles estavam comigo, me protegeram de todas as formas. [...] Eles foram muito legais comigo. Eles me acalmaram, eles me deram água, falaram: “*Sente, beba água. Isso aqui é seu?*” Aí eu falei: “*É*”. Me falaram: “*Pô, você foi corajosa, chutou uma arma, nem todo mundo faria isso.*” Como eu te falei, me elogiaram, fizeram de tudo pra que eu me sentisse mais a vontade possível. E realmente me fizeram sentir a vontade. Em nenhum momento o fato deles estarem com o fuzil na mão, não me ocasionou medo, me ocasionou segurança pra saber que eles estavam ali pra me proteger e que inclusive seriam capazes de dar a vida para a minha proteção. Porque é como ele falou: “*Ninguém vai atirar em você. Não se preocupe. A gente vai ficar aqui na sua frente, ninguém vai fazer nada como você, não tenha medo.*”

Larissa, 22 anos

Larissa vivenciou o que Bento trouxe na sua entrevista “*Quando você percebe que eles vão lhe matar qualquer ajuda é válida, mesmo que você morra, mas que você viu que alguma coisa ocorreu para tentar lhe ajudar*” (Bento, 43 anos). A polícia, para Larissa, veio em boa hora, ela se sentiu ajudada quando mais precisava e, depois, se sentiu sendo acolhida e cuidada.

Um dado interessante se refere ao fato de Késia – do caso de violências mais expressivas relatado para este estudo – ter uma percepção positiva sobre a atuação da polícia.

Eu fui para a delegacia de furtos e roubos [de veículos]. [...] Aí a gente abriu a ocorrência ali e a delegada conduziu todo o caso. [...] Ela foi fantástica com a gente,

inclusive aconselhou com relação ao IML, com relação ao Viver que é um projeto. Ela conversou comigo particularmente com relação a isso. Aí a gente deu, todo mundo deu o depoimento e com relação a isso foi muito tranquilo, eles foram muito solícitos e muito... E agilizaram bastante o processo. Tanto é que a gente já, tipo assim, como eles levaram nossos celulares, a gente já entregou o e-mail dos celulares e aí já foi autorizado o rastreio dos celulares. E aí no mesmo momento trouxeram as fotos para que a gente pudesse reconhecer quem já era fichado. Então eu acho que foi tudo consideravelmente rápido assim. [Depois foi] Direto no IML já. Aí no IML a gente já fez os exames, coleta de sorologia. Eu acho que lá só faz para HIV, porque a gente recebe o resultado na hora. Aí fez coleta, fez pesquisa de sêmen, a gente deixou as roupas lá. Mas não teve ejaculação, então com certeza não tem sêmen. E aí do IML a gente tentou fazer um retrato falado do segundo indivíduo, que eu vi muito pouco, então eu preferi não interferir no retrato falado, porque eu vi muito pouco ele. [...] A própria delegada entrou em contato com a gente, disse que já tinha ido na casa dele. E que a casa estava abandonada. A delegada está sendo muito atenciosa com a gente, muito atenciosa. Ela ligou, procurou saber, me ligou para saber, para saber se eu já tinha procurado o Viver. Eu não procurei o Viver ainda, que é o órgão que, que faz esse acompanhamento para violência sexual, que é do IML.

Késia, 22 anos, agredida e estuprada.

Késia recebeu informações importantes (“aconselhou”), sentiu-se alvo de cuidado personalizado e humanizado, sendo atendida por uma delegada mulher (“conversou comigo particularmente”, “solícitos”, “delegada entrou em contato”, “muito atenciosa”), houve agilidade no atendimento e procedimentos (“rápido”, “agilizaram”), demonstração de atuação investigativa na busca pelos algozes (“rastreio dos celulares”, “retrato falado”, “trouxeram as fotos”), encaminhamento para serviço referenciado em saúde – atenção especializada (“direto no IML”, “Projeto Viver⁶⁷”).

III.1.3. “Não vai dar em nada”: as críticas à polícia investigativa

Insatisfações e reclamações sobre o serviço prestado nas delegacias foram recorrentes entre nossos entrevistados, confirmando dados da literatura nacional (CARDIA, 1997; TAPPARELLI, CORDEIRO, ALMEIDA, 2008). Dentre as questões pontuadas, três dimensões complementares se destacam:

⁶⁷ Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual (Viver), criado pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia, para atender pessoas em situação de violência sexual. O Viver oferece o serviço especializado de assistentes sociais e psicólogos, além de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. (Fonte: site SSP-BA).

- **Ausência de acolhimento e interesse**

As vítimas relatam atendimento pouco atencioso e desinteressado. Dar um acolhimento pressupõe demonstração de interesse legítimo de escuta e demonstração de atitudes que dão mais conforto emocional às vítimas, recém expostas a uma situação de quase morte – como o uso de tom e falas adequadas à condição de medo e angústia, fornecimento de água, telefone para se comunicar com familiar, entre outros.

Você se sente um lixo na delegacia. Na verdade, a vítima é que se torna a bandida. O tratamento que eles lhe dão, é o pior possível! Eles não falam assim “*quer uma água?*”, “*you está bem?*”. Não, eles simplesmente lhe olham como se fosse um bicho. Eu digo [penso], “*gente, eu estou numa delegacia, eu sou uma vítima de sequestro e é esse o tratamento que eu tenho!*”. Fiquei assim indignada! [...] Eles não me maltrataram assim.. na delegacia. Eles me ignoraram! Como se aquilo ali para ele, na verdade é normal, mas diante dos fatos, isso merecia um tratamento melhor. Mas não.. eles não me tratam como eu acho que eu merecia ser tratada. [...] Eu saí [da delegacia] com o coração amargurado.

Melina, 56 anos

Como primeiro espaço “seguro”⁶⁸ a que chegam, a delegacia é o local que muitas vítimas esperam se deparar com tratamento humanizado e não objetificado, ao invés de se sentirem como “lixo” ou “bandida”. Claudia passou a ter crises de pânico depois do *sequestro relâmpago* e acredita que poderia ter ido em busca de ajuda profissional mais cedo se tivesse sido informada, ainda na delegacia, sobre o que ela poderia vir a sentir e a importância de se buscar auxílio.

Se eu tivesse sido atendida por uma psicóloga [ainda na delegacia] ou alguma coisa, ia ser: ‘*procure um médico agora, porque você precisa tomar alguma coisa, porque você vai passar por isso, isso e isso*’. Não! Mandaram eu ir para casa, fiquei lá me batendo, se você passar mal vai no hospital, aí se em um passar mal desse eu morresse dentro de casa? [...] Porque com a orientação, você já vai tomando as precauções, um derrame, um infarto, podia ter evitado isso tudo.

Claudia, 38 anos

Ela verbaliza a importância de um primeiro contato que acolha e informe sobre o que ela poderia vir a sentir e a quem ela poderia recorrer.

⁶⁸ Além da delegacia, o lar é frequentemente apontado como local onde os ex-reféns se sentem mais seguros após a vitimização (AZEVEDO, 2011). “*Então eu fui para minha casa, porque lá eu me sentia segura. Onde eu moro é um lugar que eu me sinto segura*” (Talita).

Esperava que tinha que ter uma pessoa para dar um conforto naquele momento. Ou alguma coisa, passar uma segurança para gente, não passa segurança, *'hoje foram cinquenta carros roubados, o seu é mais um'*. [...] A gente se sente o que? Se eu fosse estuprada ali naquele dia, e aí? Ele ia dizer que eu era mais uma?

Claudia, 38 anos

Para Claudia, a conduta dos policiais, ao incluírem seu caso como mais um entre os cinquenta carros roubados diariamente, banaliza seu sofrimento. A delegacia, para ela, representou um espaço no qual sua subjetividade foi descartada, onde tornou-se uma mera reclamante de um patrimônio roubado.

Nosso argumento no que se refere a um atendimento imediato de qualidade, com o qual as vítimas de *sequestro relâmpago* se sintam acolhidas no seu sofrimento e bem-direcionadas na busca de seus direitos de reparação, encontra fundamento também na literatura sobre intervenções em situações de crise (SÁ, WERLANG, PARANHOS, 2008). Autores defendem a necessidade de se prestar apoio de primeira e de segunda instância. A primeira instância refere-se justamente ao auxílio imediato que tem o propósito de ofertar apoio, reduzir o perigo de morte e guiar as pessoas em crise a recursos de ajuda disponíveis. Os autores defendem que tal auxílio inicial pode ser realizado por quaisquer profissionais que estejam acessíveis à pessoa em crise logo após o evento traumático ou quando a crise for expressa. Ou seja, os próprios policiais são figuras imprescindíveis nessa primeira instância de apoio prestado a vítimas. A esse respeito, um dos policiais na delegacia onde o campo foi realizado mencionou ter uma atuação “às vezes como de um psicólogo”, pois percebia a necessidade de ser uma fonte de escuta e segurança emocional para as pessoas que chegavam até ele. Este depoimento tangencia a concepção de uma polícia que atua como um prestador de serviço social e não somente como uma instituição de aplicação da lei. Em outras palavras, policiais também exercem função como “assistentes sociais, apesar de não serem reconhecidos como tais” (REINER, 2003, p.164).

- **Atuação policial pouco resolutiva**

São muitos relatos de insatisfações a respeito daquilo que se espera que seja o trabalho policial: falta de iniciativa investigativa para recuperação dos bens roubados; falta de ação na captura dos autores do delito, que poderia prevenir novos delitos iminentes; ausência de

informações precisas sobre o procedimento a ser seguido; pouca agilidade na liberação do B.O, demandando retornos frequentes à delegacia e insistência por parte da vítima. Os ex-reféns esperam apoio operativo, investigação e tratamento cidadão.

A polícia poderia ter agido de forma mais ágil, poderiam até ter pego esses caras, se eles tivessem uma comunicação, uma coisa mais eficiente. Coisa que não são né. Não são em momento algum, nem na hora de prevenir, quanto mais na hora de buscar depois. O que eu passei na delegacia depois foi uma... eu cheguei na delegacia fiquei quase três horas lá para prestar uma queixa. Toda hora eles pegavam um telefone, e aí mais um carro roubado, mais um carro roubado. Eles contam isso como se fosse uma coisa banal, uma coisa natural, mais um. E até hoje eu espero, eu tinha que levar para a empresa. Carro da empresa, documentos pessoais meus. Mas momento nenhum eles disseram para fazer alguma diligência. Parecia tudo muito normal para eles. É normal aquilo! Parece que a coisa se tornou tão banal, né, que agora está assim. Eu tive essa impressão. Isso me deixou ainda mais revoltado um pouco com isso. [...] Esses caras parecem que não dão a mínima por isso, e vai ficar por isso mesmo. Eu também estava bem cansado. [...] Também, eu não vejo isso muito no policial, seja ele militar ou civil, não acho eles preparados para isso. Eu não esperava isso deles [acolhimento], mas esperava uma ação mais eficiente, de tentar coibir aquilo para não acontecer com outras pessoas. Eu pensei depois, certamente eles [os ofensores] iam pegar outra pessoa mais lá na frente, iam fazer a mesma coisa ou fazer coisa pior. Então o que eu senti foi isso, porra, eles podiam trabalhar para que não acontecesse isso com outra pessoa. 'Vamos pegar esse cara para ele não fazer isso mais com outra pessoa'.

Telmo, 38 anos

Você se sente impotente diante da arma e diante do tratamento. Quer dizer, a vítima torna-se bandido! Eles não fazem nada. No momento que eu cheguei na delegacia, se eles tivessem procurado passar um rádio, sei lá, qualquer coisa, pegaria ele. Quer dizer, ele me largou aqui e seguiu BR [...] Dava tempo de sobra de eles mandarem uma viatura. Mas que nada, é um descaso. Eu achei que eu fui assim, eu me senti ultrajada.

Melina, 56 anos

De modo semelhante, Otávia declara indignação por ter pedido ajuda a uma viatura da polícia civil que passava no local logo após ela e seu namorado na época (Jonas) terem sido libertados e constatar que os policiais não iriam atrás dos algozes, conforme desejava:

O momento que eu fiquei mais nervosa, foi quando eu vi que eles [os policiais civis de uma viatura] não estavam fazendo nada. [...] Eu cheguei afoita [e falei para eles]: 'Oh, acabei de ser assaltada ali. Eles estão ali ainda, estão por ali por perto, dá tempo de pegar'. Aí, ele falou: 'Ô, minha filha, ali já conhece tudo, conhece todas as entradas, já deve ter subido a ladeira, saído na Mouraria, no Tororó [...]' Foi isso que o policial me falou.

Otávia, 26 anos

Neste caso, o casal foi à delegacia mais próxima conforme indicação dos policiais da viatura, mas Otávia declara que *“Jonas ainda se deu o trabalho de prestar queixa. Eu não prestei queixa”*. A indignação gerada pela inação dos policiais a motivou a não formalizar a queixa policial. Depois de uma hora na delegacia, os policiais decidiram *“ir atrás dos ladrões”* com o casal de vítimas e rodaram pelo percurso descrito.

Mas tipo já tinha passado mais de uma hora. E tipo assim, parece que os policiais duvidaram da nossa palavra. Toda hora eles falavam assim: *‘Como é que foi mesmo que aconteceu? Como é que eles estavam caracterizados? [...]’*. Os três perguntaram a mesma coisa. Dentro do carro. Primeiro, perguntou o que estava do meu lado, depois perguntou o motorista, depois perguntou o [outro]. A mesma pergunta. Parecia que queria pegar alguma coisa de mentira. Não sei.

Otávia, 26 anos

Em seguida, ela reitera que não realizou o BO por *“não botar fé”* e demonstra sua consternação ao se dar conta que outras queixas já haviam sido registradas sobre o mesmo casal de assaltantes:

Quando cheguei na delegacia, [falei com os policiais] *‘Veja o que pode fazer porque eles vão assaltar outras pessoas ali’*. Aí, o policial [...] falou bem assim: *‘Ligue pra o [...] 190. Ali o telefone público’*. Tinha um telefone público dentro da delegacia e eles mandaram ligar para o 190 para [...] [eu] não prestar queixa, mas pra avisar o que tinha acontecido, mas eu estava dentro da delegacia. Aí, eu liguei, acabei ligando. Eu falei assim: *‘[...] um casal me deixou ali no dique’*. Aí, a policial que atendeu falou assim: *‘A menina estava com um guarda-chuva?’*. Eu falei: *‘Estava’*. Já tinham queixas deles dois, entendeu? Quando eu liguei a primeira vez: *‘A gente já recebeu essa queixa aqui’*. [...] Aí, expliquei. Aí, a policial: *‘Ah, foi de lá mesmo que prestaram essa queixa’*. Então, alguém que eles assaltaram lá [no bairro] já tinha prestado essa queixa.

Otávia, 26 anos

A vitimização secundária de Otávia se estende na medida em que sua colega, policial civil, lhe revela que o incentivo primordial para a efetivação de uma perseguição policial é o montante roubado.

Minha colega que é da civil chegou e falou assim: *‘Otávia, se você tivesse falado que eles acabaram de levar 8 mil pra mim, ou eles acabaram de levar 8 mil meu ali [...] até o motorista descia do carro e ia atrás’*. Entendeu? *‘Você podia ter mentido’*. Aí, eu falei: *‘Ah, se eu tivesse mentido, aí eu ia gerar um problema pra mim’*. Pra você ver como eles são, né? Por isso que me desestimulou.

Otávia, 26 anos

Na medida em que Otávia interpreta o que sua amiga lhe revela – em condição de informante confiável, uma vez que faz parte da corporação policial – ela reconhece que a sua

experiência subjetiva não é legitimada. Sua indignação vem do fato de ser desacreditada e desamparada da função policial esperada (coletar informações, validar a queixa, agir na busca pelos suspeitos). Tal desamparo percebido se amplia com a noção de que a violência sofrida poderia ter sido prevenida se a polícia tivesse agido desde a primeira queixa realizada por outras vítimas, e a sua própria delação poderia ter prevenido outras potenciais vitimizações. O que marca Otávia é a inação (não-ação) dos policiais, percebendo a polícia civil como pouco efetiva, pouco respondente às suas queixas, ou mesmo negligentes. Em outros termos, uma polícia que inverte o seu papel na medida em que a faz se sentir desacreditada e mais insegura.

Jonas (26 anos), ex-namorado de Otávia, que dirigia o veículo durante o *sequestro relâmpago*, também relata descrédito em relação à polícia e indignação pela falta de ação: *“Quando eu saí [do local onde havia deixado os assaltantes], tinha um carro da polícia do lado. [...] Parei do lado deles, contei toda a situação, mas eles falaram: ‘Ah, aqui tem muita saída, tem muito espaço aqui para eles fugirem. Não dá para ir atrás não’. Aí, isso me deixou um pouco indignado.”*

O caso Otávio-Jonas ilustra a distância considerável entre a expectativa de uma polícia mais eficiente e a realidade experienciada de uma polícia pouco acolhedora e desinteressada. Nos parece que, quanto maior for a distância entre a expectativa e a realidade, maior será o risco de vitimização secundária, uma vez que as pessoas, em geral, têm alguma elaboração sobre como desejariam ser tratadas no itinerário que percorrem – o que coaduna com as atuais narrativas ontológicas e públicas (SOMERS, 1994) acerca dos direitos do cidadão –, e toma-se tal expectativa como referencial na comparação com a própria realidade. De modo semelhante, vemos no relato de Telmo sua expectativa inicial e como esta se transforma em *“questão burocrática”* quando se choca com a realidade encontrada.

[Eu esperava que tivessem] perguntado onde foi, acionado a equipe de rua passando dados, tinha todas as informações que eles precisavam, o local, para que direção eles seguissem.. parecia que estava só registrando mesmo, era um BO e mais nada. Eu fiquei lá duas horas, quase três horas para fazer isso porque eu precisava do documento. Eu fui pensando em ser atendido, mas depois [...]. eu pensei assim, eu vim aqui para cumprir uma questão burocrática que é ter documento para depois me resguardar, aí passou a ser isso para mim. Depois eu soube que eu posso até fazer isso pela internet, eu nem sabia. Minha esposa depois me falou isso. [...] Eu falei, pô, porque não fazer pela internet, a coisa é tão impessoal lá.

Telmo, 38 anos

- **Descrédito na instituição policial**

Muitos relatos expressam a descrença na polícia como instituição, e alguns declaram corrupção e imoralidades nos serviços quando se insinua “molhar a mão de alguém” (extorsões) ou se constata roubo de acessórios dos veículos recuperados dentro do estacionamento da própria polícia. A esse respeito os entrevistados narram condutas irregulares de agentes policiais, mas evidenciam acreditarem que há um problema mais profundo de “estrutura” ou “sistema” da polícia que “agride mais que o próprio assaltante”.

Aí você descobre outro problema gravíssimo. O tratamento com a vítima totalmente fora da realidade que a Constituição lhe dá direito. Totalmente. Já que é para punir alguma coisa, tem que punir isso aí também, porque se você tem a Constituição que lhe dá determinados direitos e esses direitos não são atendidos, você vai chamar por quem? Se é justamente o órgão que é para você se precaver, dar sua queixa, correr atrás. Você encontra um total descaso e eu também não vou culpar tanto os policiais, porque você vê o fluxo de ocorrência. Se você já esteve na delegacia, você vê que é uma atrás da outra. [...] ali, sem estrutura nenhuma, sem pessoal capacitado para usar o sistema, sem quantidade de funcionários, de policiais, então o cara também está fazendo o que pode. Chega uma hora que ele, sem perceber, já está tratando você como se fosse quase que o bandido, ou seja, você esquece de dar uma queixa. Você é assaltado, você imagina ter que ir na delegacia. Imagine, você passa um sofrimento desse, constrangimento, risco de vida e você ainda fica com medo de enfrentar a delegacia para dar uma queixa, porque lá você vai ser tratado quase que pior. Porque tem assalto que o bandido não é tão agressivo, mas quando você chega na delegacia, o policial já lhe recebe com 500 mil pedras na mão. Então, aí você para para analisar, respira fundo, tem que usar um pouco do jogo de cintura, porque se for de frente para perder, vai ser pior ainda. Então você se submete até a patamares ridículos, que é para conseguir o seu direito, não é para conseguir nada mais não, para conseguir o seu direito.

Bento, 43 anos

Enfrenta-se o “sistema” não porque se acredita na sua efetividade, mas porque não há outra forma para conseguir a formalização perante o Estado. Tal desserviço torna-se justificativa para explicar a desistência do boletim de ocorrência por alguns que não dependem da sua formalização.

Ser vítima de novo do sistema. [...] Essa violação desses direitos é que se torna o segundo ato, ou seja, depois que você consegue se libertar dos ladrões, se libertar do processo todo, aí você vai passar por isso também. Eu vejo muito eles falarem: “*ah, mas as pessoas não vêm dar queixa.*” Vá entrevistar uma pessoa que vai dar queixa de um celular ou de um relógio que roubaram. O cara não vai lá por isso. Ele não vai ser tratado como vítima não. Você entra na delegacia com medo, porque eu já fui dar queixa de outros, de outros assaltos, outros roubos que eu sofri. E você já vai... Se não tiver um jogo de cintura, psicológico para lidar com eles você nem vai lá. Simplesmente você compra outro objeto e fica por isso mesmo. Normalmente as

queixas são mais por causa dos documentos, porque precisa ter a queixa, então você tem que enfrentar esse sistema, do que pelo bem que você perdeu.

Bento, 43 anos

Ser sequestrado, ter seus bens roubados e extorquidos e ainda sofrer com o descaso e desproteção da polícia reificam o papel de estar subjugado a outras pessoas, sendo novamente vitimizado.

É decepcionante no pós-assalto. O assalto é algo normal, é algo que faz parte da violência da cidade. Eu acredito que na nossa cultura já faz parte. O difícil é o depois do assalto, porque você é mais um agredido na delegacia com a indiferença do policial. [...] O que você espera do bandido? Que ele seja bandido. [...] Acabou o assalto, o que você espera? Que o Estado te dê algum suporte. Aí você chega na delegacia, você encontra um cara sentado, completamente indiferente. Eu fico pensando a estrutura para atender uma mulher, por exemplo, que foi molestada, ou uma mulher que foi tocada por um bandido, que foi assediada, como deve ser constrangedor para ela chegar na delegacia na frente de um cidadão, de um policial que não tem nenhum preparo, nenhum interesse de resolver o caso. Eles só estão ali para coleta de dados. *“Pois não, senhor, como é que foi o assalto? Por favor, conte como foi?”* Mas não há nenhum envolvimento, entendeu?! E a culpa aí não é do policial e sim da estrutura que é mal feita. Então, por exemplo, se eu tenho uma estrutura bem feita eu posso ter uma viatura móvel que vá até o local tomar o depoimento da pessoa. Ela não precisaria ir até a delegacia. Então na hora que chegasse no primeiro posto policial, você tem uma viatura que se desloca até ali, que te atende. Não. Você é obrigado a sair do aeroporto [onde fui deixado após o *sequestro relâmpago*]... Olha, se você foi assaltado é porque você não tem mais o carro. Então você tem que arranjar um carro, ou com um amigo ou com parente ou com o vizinho ou um táxi ou um ônibus para ir até o aeroporto, do aeroporto até [...] onde está a delegacia de furtos e roubos. Só que eu pensava que era na Baixa do Fiscal antigamente, aí você vai para a Baixa do Fiscal não é mais aqui não. Aí você corre para o [...] [outro lugar]. Então é um local completamente desqualificado para receber uma pessoa que acabou de ser vítima de uma violência. Terminada a queixa, você vai ouvir muitas vezes coisas do tipo: *“O senhor volta amanhã para pegar, porque o delegado não está aqui para assinar.”* Entendeu?! Aí você é obrigado a ir para a sua casa, esperar o dia do plantão daquele delegado ou o horário que ele passe lá, que ele assine a ocorrência para então você pegar. Ter acesso ao documento. Então é uma estrutura que eu acho que acaba de alguma forma agredindo mais que o próprio assalto, entendeu?! Porque você não se sente acolhido. O que você espera de um bandido? Violência. O que você espera do Estado? Acolhimento. Se você é violentado no assalto e depois é violentado de novo nesse procedimento, eu acho que é muito complicado para quem é o cidadão nessa história. E aí essa relação que você fica... Você descredita no Estado, entendeu?! Porque você começa a ouvir coisas do tipo: *“Você tem que molhar a mão de alguém para achar seu carro”*. *“Se você quiser encontrar você tem que ter um amigo lá dentro, do contrário ninguém nunca vai encontrar esse carro.”*

Murilo, 41 anos

Tudo incompetente. Ali um campus universitário. Área Federal, a Polícia Federal: incompetente. Não fez nada, não tem estrutura pra isso. Polícia Militar ostensiva: incompetente. Não estava lá, não tinha nada próximo pra me proteger. Polícia investigativa: [...] mais competente seria se tivesse descoberto, investigado, teria que ter botado ele na cadeia, ele não estava [estaria] lá pra me sequestrar. Vocês são também, enquanto Polícia Civil, incompetentes. Vigilância: a Reitoria paga, uns incompetentes. Quer dizer, nem na área o cara estava, pra me dar um mínimo testemunho. Ficou eu e ele [o algoz] [...]

Sócrates, 56 anos, sequestrado no campus universitário onde trabalha

Esse conjunto de fatores inibem algumas vítimas de persistirem com a oficialização do delito – e aqui nos referimos especialmente às que não tiveram o veículo roubado já que não precisam se submeter aos requisitos do seguro do veículo – como ocorreu com Otávia (em trecho exposto anteriormente) que desistiu de prestar a queixa após repetidas frustrações com a inação, desinteresse e destrato dos policiais e com Talita, conforme seu relato abaixo:

Fui até com minha mãe, só que chegou lá o sistema estava fora do ar. O atendimento era péssimo, eu já tinha visto como era também da outra vez o atendimento. [...] Não esperamos muito, porque também estava de saco cheio e eu sabia que aquilo não ia mudar muita coisa. Aí eu saí de lá falando que eu iria voltar outro dia para fazer quando o sistema tivesse voltado, mas acabei não voltando, então acabei não dando dados estatísticos de sequestro relâmpago.

Talita, 31 anos

Talita, dessa forma, desiste de mobilizar as forças do Estado para recuperar o montante de R\$1200,00 sacado em caixas eletrônicos, seus óculos escuros, relógio e celular, levados pelos ofensores. Nos comunica, de certo modo, que os custos logísticos e emocionais não compensariam a improbabilidade de ser beneficiada com uma ação policial eficaz.

A ida à delegacia e o recontar da história de violência gera um esforço psíquico de reconexão com o sofrimento vivido. Quando se reconhece a competência e o interesse da polícia em atuar, o esforço parece ser mais recompensador. Quando a imagem e a percepção de eficiência da polícia são negativas, alguns preferem evitar a revivência da vitimização e da frustração de não ter uma polícia efetivamente interessada em fazer o seu trabalho.

Em suma, a polícia é a detentora legitimada do uso da força na proteção da população e na sua função de deter o crime (CARDIA, 1997; PAIXÃO, BEATO, 1997; REINER, 2003; BRODEUR, 2004). Quando há de se buscar ajuda imediata, é a ela que se recorre. As vítimas ainda buscam a polícia com esse objetivo, mas as expectativas se frustram quando se constata uma realidade avessa ao esperado. Ser “maltratado”, “ignorado”, às vezes sutilmente incriminado ou culpabilizado pelo delito sofrido (“*Os policiais falaram ‘você não tomou atitude e tal’*”, Itamar), ser submetido a ações discricionárias dos agentes policiais, desvinculadas da concepção de proteção e ação investigativa da polícia, reforça o descrédito historicamente construído pelas instituições policiais e a sensação de abandono. Um agente policial concorda com a visão das vítimas:

Ele [o policial] me falou sobre a falta de estrutura física e de pessoas capacitadas para estarem na delegacia e, em especial, no atendimento às pessoas que chegam depois de vitimizadas por um crime. Ele acredita que deveria haver psicólogos e assistentes sociais. Também me falou que um dos problemas da validade dos dados estatísticos ocorre por causa das pessoas despreparadas que estão “na ponta”, inserindo os dados e registrando as ocorrências de modo incorreto. O delegado, depois, raramente lê o que foi pré-escrito por outros antes de assinar, pois a sobrecarga de trabalho é realmente grande.

(Diário de Campo, 04/04/2013, conversando com um agente policial da DRFRV).

Para as vítimas, já dilaceradas pelo evento vitimizador, as faltas da instituição que deveria protegê-las confirmam o mundo malevolente (JANOFF-BULMAN, 1992) a que estão expostas. Alguns podem buscar soluções retaliatórias por conta própria (tema trazido por ao menos três dos nossos informantes). Outros podem proativa e insistentemente buscar a polícia na expectativa de que a pressão gerada possa movimentar a busca pelo seu veículo, mas boa parte dos nossos entrevistados desacredita que seus ofensores serão capturados ou responsabilizados pelo delito cometido. Vale aqui evidenciar que poucos são os processos efetivamente investigados e que prosseguem no sistema criminal, e muitos são aqueles que permanecem pelo meio do caminho sem qualquer resolução, gerando as taxas de atrito⁶⁹ (LEMGRUBER, 2002).

Depois desse episódio, eu fiquei um tanto quanto indignado, primeiro com a banalidade com que os caras [alcozes] trataram a coisa. Parecia uma coisa para eles muito banal, muito comum fazer aquilo. Deixar um pai de família, um cara que estava ali trabalhando a mercê deles e fazendo esse tipo de ameaça, e com a impressão de que eles não estavam com medo de nada. Tive essa impressão.. o cara dizer que iria parar ali pegar outro carro e fazer a mesma coisa com aquele outro carro dá a impressão de que os caras não estão nem aí, não têm medo, poder público para eles não existe, polícia não existe. Depois você vai na polícia e os caras te tratam como se você é mais um na estimativa, mais um número da estimativa dos caras, isso me deixou um pouco revoltado. [...] A certeza da impunidade ajuda a fazer esse tipo de coisa.

Telmo, 38 anos

Para o senso comum, a ineficiência e a impunidade são uma realidade tão arraigada, que o B.O. deixou de representar o pontapé inicial em sistema de justiça eficiente e confiável e passou a ser uma obrigação burocrática para garantia de minimização de danos. O descrédito e as ineficiências das forças policiais são problemas muito mais complexos e multicausais que nosso estudo tem ambição de discutir – caminha do indivíduo à estrutura, perpassando

⁶⁹ Taxas de atrito medem a relação entre o número de crimes que são registrados e aqueles em que alguém é penalizado, ou seja, as perdas entre a primeira e a última instância do sistema de justiça criminal (LEMGRUBER, 2002).

elementos psicossociais de um ofício que lida diariamente com violências; motivação para o trabalho; treinamento e valorização dos policiais; infraestrutura e tecnologia para a atuação; volume de crimes e inquéritos que extrapolam a capacidade resolutiva das forças de segurança pública; comunicação e atuação articulada entre todos os órgãos envolvidos direta ou indiretamente com a segurança pública; além de elementos históricos, culturais e políticos.

Contudo, vale pontuar que embora haja uma insatisfação sócio-histórica no que se refere à entidade policial (numa relação ambivalente: esperança de proteção e medo e decepção), o trato individualizado no momento do contato com a polícia (a interação quando a vítima está mais fragilizada) tem o potencial de reconstruir a forma como cada vítima (e aqueles a sua volta) tonifica seus créditos e descréditos na função social da polícia. A relação vítima-policial contribui para ressignificar a forma como a vítima enxerga a instituição policial e o poder público. Por isso, elementos sutis do tratamento pessoal – como o tom empático apropriado, a agilidade e cordialidade no atendimento, o reconhecimento do sofrimento, a demonstração de interesse em atuar na captura dos algozes e recuperar os bens sursurriados – fundamentam a percepção mais substancial de qualidade do serviço. As vítimas querem ser vistas e tratadas como sujeitos e não como números em planilhas. Assim, a escuta sem censuras, o acolhimento do sofrimento e indignação e a ação para efetivar a proteção e a busca pelos algozes legitimam a vitimização primária sofrida e têm o potencial de prevenir possíveis vitimizações secundárias advindas da relação com o serviço policial.

III.2. A relação com a justiça

Raros foram os relatos espontâneos de vítimas que cogitaram acionar o poder judiciário. Isto confirma a visão que cidadãos têm de uma justiça inacessível e distanciada, cada vez mais associada a seletividade, lentidão e parcialidade (TAPPARELLI, CORDEIRO, ALMEIDA, 2008). “*Várias pessoas me falaram: ‘Entre na justiça contra o supermercado’, mas eu não tinha energia para isso*”, segundo Dália. Melina, por sua vez, foi desestimulada por pessoas conhecidas a iniciar processo judiciário contra o banco e contra o supermercado onde foi capturada:

Eu tive uma aluna na época [...] quando eu entrei em contato com ela, ela disse assim “*você pode até entrar*”. Quer dizer, se a delegada vira para mim e diz que eu

posso “até entrar”, mas que não vai adiantar de nada porque o supermercado vai recorrer, vai recorrer, isso vai rolar, vai rolar, mas eu posso entrar.. *‘não. Deixe para lá, ficar se expondo na delegacia?’*. Era isso que me diziam. Pessoas que me conheciam. *‘Deixe pra lá.’*

Melina, 56 anos

Cabe refletir também o quanto polícia e judiciário estão pouco confluentes e desarticulados no sistema criminal. Os próprios policiais, a partir de uma perspectiva punitiva de encarceramento, desacreditam no judiciário e se vêem como “enxuga-gelo” de um sistema que não funciona, pois aqueles que eles prendem são em seguida soltos pela justiça *“para voltarem a cometer novos delitos”*, conforme ilustrado pelo caso de Uiara (25 anos). Um policial que a conheceu fora do âmbito da delegacia lhe mostrou a foto de um homem com as características do seu algoz. Ela olhou a foto e o reconheceu como sendo de fato o seu vitimizador. O policial então lhe informou: *“Todo mundo já conhece esse cara, ele é preso e solto o tempo todo, foi preso semana passada e já foi solto aí na rua fazendo a mesma coisa de novo, tem várias denúncias dele desse negócio de roubo de carro e tal. A gente trabalha enxugando gelo.”*

Os algozes de Larissa foram capturados e presos em flagrante, por isso já havia audiência marcada para ela prestar seu depoimento. Sendo o único caso mencionado no estudo em que houve acesso ao Judiciário, é através dele que examinamos o potencial de vitimização secundária que esse percurso no itinerário pode reservar.

O que fica na verdade é um sentimento de revolta, por eu saber que agora, daqui a três meses provavelmente vai ter audiência e eu vou ter que depor, e eu sei que lá vai ter um advogado de defesa, e eu sei porque agora eu estou me formando em direito, sei como as coisas funcionam. Na realidade, eu sei realmente como é que funcionam. Mas pra mim ainda é complicado ter que passar por isso, saber que vai haver um advogado lá que vai ficar o tempo todo me inquirindo, sabe? Como se tudo que eu tivesse passado fosse mentira e ainda negando a arma que ficou o tempo inteiro apontada pra mim. E eu sabendo que o menino falou o tempo inteiro que ia me estuprar, que ia fazer e acontecer, que ia meter aqui, que ia meter ali e acolá, porque eles não têm o mínimo respeito por você. Eles não olham pra você pensando assim, vou ter um limite. Eles não têm limite nenhum, o limite deles é não ter limite. Como eu te falei, eu não consigo acreditar que um ser humano desse... até eu que sei que isso faz parte do direito e tudo mais, mas eu não consigo acreditar na regeneração dessa pessoa entendeu?

Larissa, 22 anos

Na condição de estudante de direito, Larissa já antecipa todo sofrimento que pode lhe ser causado se a sua vitimização primária for desacreditada e minimizada na audiência. Em outras palavras, o procedimento judiciário tem potencial de ser altamente revitimizador na

medida em que a vítima é constrangida a relatar novamente a experiência na condição de ter que provar o dano sofrido. A peculiaridade desse ritual muitas vezes vitimizador é negligenciar o espaço íntimo dos sujeitos em benefício do julgamento do delito e da responsabilização do suspeito.

III.3. A relação com a seguradora do veículo

Após o roubo do veículo, e com o B.O. em mãos, os ex-reféns que ficaram sem seus veículos acionam o seguro para requerer indenização. Há relatos sobre prazos a serem cumpridos entre o sinistro junto à seguradora e o pagamento, pois as empresas têm interesse que o carro seja encontrado. São poucas as narrativas que evidenciam atritos com a seguradora que exceda os transtornos decorrentes desse período de espera e a diferença entre o valor de um carro da mesma categoria ao roubado e o montante indenizado (que segue a tabela FIPE⁷⁰). Um desses relatos é o de Dália, que teve prejuízos financeiros expressivos com a indenização disponibilizada. Para garantir seu direito, ela teria que entrar na justiça, mas escolheu não o fazer como já mencionamos na seção passada.

Fui dar entrada no seguro, que foi uma saga, porque dentro da cláusula do seguro se você comprou o carro e aconteceu alguma coisa com o carro dentro de 90 dias você tem direito ao valor que você pagou pelo carro. E eu estava dentro desses 90 dias e o seguro não quis pagar o valor que eu comprei, ele queria pagar o valor da tabela FIPE [...] que era 7 mil a menos. [...] [Teria que decidir entre] entrar na justiça ou eu ia aceitar o dinheiro. Eu estava tão assim desgastada, porque a pessoa fica sem carro, morando em Lauro Freitas, trabalhando no Canela, sem carro, o dinheiro que estava gastando de táxi não compensava. Então eu vou aceitar. Meu pai até na época: *“Não, vamos para a justiça.”* *“Meu pai, eu não vou assim ter energia para fazer isso agora”*. E aí pronto, fiquei com esse ônus financeiro.

Dália, 35 anos

Vale ressaltar que o veículo se transforma em marcador da violência sofrida (AZEVEDO, 2011), promovendo revivências emocionais do trauma cujas práticas de enfrentamento mais comuns se traduzem em evitação do uso ou venda do veículo (quando são achados ou não foram levados). Alguns informantes, inclusive, confessam não desejarem que o veículo roubado seja encontrado, pois além do receio de serem revitimizados com o veículo,

⁷⁰ “A Tabela FIPE expressa preços médios de veículos no mercado nacional” (FIPE, 2014).

temem se depararem com um automóvel danificado cujo ônus financeiro do conserto lhes caberá. Outro receio, mais incomum de ser declarado, consta no relato de Uiara, abaixo, no qual ela expressa temer permanecer com o carro e sofrer as consequências de atos cometidos por outros quando em posse do veículo:

Logo no dia que aconteceu, eu queria [que o carro reaparecesse], mas depois o tempo foi passando; aí começaram a passar outras coisas em minha cabeça, principalmente depois dessa semana que aconteceu esse negócio do atropelo com o outro rapaz, eu já comecei a pensar sabe lá Deus o que eles fizeram com esse carro. Daqui a pouco eu estou levando tiro de acertos de conta de negócio de marginal que eu não sei o que é, que eu tô usando um carro que foi usado para sei lá, negócio de drogas, assalto, sei lá. Aí eu comecei a torcer pra não aparecer, até porque o carro ia estar todo detonado. [...] mesmo que achasse [...] a gente ia querer vender, se desfazer.

Uiara, 25 anos

III.4. Relação com outras empresas: “vão-se os anéis, ficam-se os dedos”

Pouco se menciona a tentativa de recuperar os bens roubados junto a outros estabelecimentos envolvidos (local onde foi abordado, banco onde ocorreu saque, financiadora do veículo). Alguns elementos contribuem para isso como o esforço – emocional, financeiro, temporal – necessário para acionar legalmente essas instituições (já que não há esperança de serem ressarcidos na instância administrativa). A pessoa vitimizada é encurralada entre a arma (de fogo) dos seus algozes e o escudo (entraves burocráticos e jurídicos) das empresas.

Dália foi pessoalmente ao supermercado onde havia sido sequestrada e pediu as imagens das câmeras de vigilância interna do estabelecimento. Ela foi informada pelo gerente que não havia qualquer filmagem e que “*Não, nós não nos responsabilizamos. Não tem como a gente fazer nada pela senhora.*”. Além de desinteressados, Dália acredita que “*eles têm muito medo de processo também*” e não queriam entregar as filmagens pois iria “*produzir provas contra eles próprios. Ia ser minha palavra contra a deles.*” Para evitar esse desgaste contínuo, muitas se apoiam na concepção do ditado citado por Melina, que se sentiu prejudicada pelo banco que não a ressarciu do dinheiro roubado no caixa eletrônico e pela financiadora que continua a ligá-la com cobranças mesmo já tendo acionado o seguro: “*Vão-*

se os anéis, ficam-se os dedos”, passando a evitar os lugares onde ocorreu a captura e assumindo os ônus financeiros. E nesse ponto vive-se a ambiguidade de se perceber assumindo esses ônus como forma de evitar outros desgastes (mais vitimizações secundárias), ao tempo em que se solidifica a percepção de injustiça sofrida (o que também se torna mais uma forma vitimização secundária).

III.5. A publicização da violência sofrida: os urubus e a fofoca de interior

Duas vítimas mencionaram espontaneamente abusos relacionados à publicização da sua experiência traumática. Larissa se sentiu mais uma vez violentada pela forma como a mídia local a convocou a expor seu *sequestro relâmpago*. É a “invasão” dos “urubus”, pois percebe sua experiência traumática ser espetacularizada, exposta publicamente, devorada pelos urubus (da mídia), sem qualquer cuidado genuíno com seu sofrimento ou dos seus familiares.

Eu me senti em relação a mídia, invadida completamente. Minha privacidade invadida, eles não me respeitaram... [...] O telefone [da delegacia] não parava de tocar, porque as pessoas queriam o meu endereço. Eu senti aquilo como uma falta de respeito, eu passando por um momento daqueles e eles querendo filmar a minha casa? Me expondo mais ainda do que tudo aquilo que eu passei, me expondo e querendo colocar minha casa e expondo crianças que também moram lá e precisam ser protegidas, e eles querendo me expor... [...] eu achei eles uns urubus. Aquela situação toda pra eles, para mim é um choque, mas para eles, aquilo ali é rotina. Então eles não estão nem aí para o que você sente. Eu me senti exatamente dessa maneira, que eles não se importam com o que você sente, eles não estão nem aí pra os seus sentimentos, eles não ligam se você passou por um trauma, ou se sua família está passando por um trauma. Se fosse estupro ou se fosse homicídio, não faria diferença nenhuma. Na minha cabeça, eles estariam tão em cima de qualquer maneira. Eles quando fazem essas entrevistas que eles fazem, com mãe que perdeu filho, eles não estão fazendo porque eles estão se preocupando com o sentimento da mãe, eles estão fazendo porque eles querem vender a sua imagem e ganhar dinheiro através de você. Então em momento nenhum eu cogitei a hipótese de dar entrevista para eles, não ia dar, e só falei com ela porque realmente o major me pediu, foi um pedido dele, ele chegou para mim e falou que seria bom se eu falasse ai eu fui e falei, mas vou te dizer, meu sentimento em relação a eles é esse, que eles não respeitam ninguém. Eles não se importam com o que você está passando.

Larissa, 22 anos

Nos últimos anos, tem havido aumento de estudos brasileiros na investigação da relação entre mídia e violência (ver PORTO, 2002; NIJAINÉ, MINAYO, 2004) especialmente no que

tange à influência que um exerce sobre o outro e à exibição massiva de “violência banalizada, corriqueira e trivial” (RONDELLI, 1998, p.146). Nesse contexto ainda incipiente de estudos, pouco se sabe acerca da extensão dos danos psicossociais decorrentes da exposição midiática de uma história pessoal de violência. Uma hipótese a se considerar, conforme o relato de Larissa, é a exacerbação da vitimização (secundária) na medida em que percebem suas histórias servindo mais aos interesses comerciais das emissoras (são carcaça dos urubus) e menos como ato político no descortinamento público do mal que lhe foi infligido e alerta dos riscos à comunidade.

O ponto central desse tipo de vitimização secundária é o impacto emocional da invasão do espaço íntimo e o quanto isso repercute nas relações sociais desses sujeitos. A violência sofrida passa da esfera do privado, no qual a vítima tem a autonomia de convidar ou não aqueles ao seu redor para participar do seu processo de enfrentamento ao trauma, para o espaço público, em que sua vivência passa a ser da coletividade e cujas repercussões podem ser estigmatizantes. O anonimato, nesse sentido, teria o efeito de protegê-los.

Eu tenho grande receio que no meio desse problema, porque eu sou do interior e sou de um interior pequeno [menos de cem mil habitantes], e sou de um interior em que meu pai já foi vereador, já foi presidente de Câmara e candidato a deputado estadual. Então antes dos meus amigos mais próximos saberem, [...] já sabiam de tudo e já tinham histórias absurdas. Que tinha sido sequestrado eu e minha irmã e que eu tinha levado um tiro e eu tinha morrido. Foi a história que chegou para uma tia minha. [...] É um interior muito pequeno, então, toda hora alguém liga. Eu fiquei sem celular, porque eles levaram o celular. E não quero ter celular agora também, porque todo mundo liga, todo mundo quer saber, todo mundo. Eu vejo meus pais toda hora recebendo ligações e eu não faço questão nenhuma de atender, nem de falar com ninguém.

Késia, 22 anos

III.6. Prejuízos pessoais e financeiros

As vitimizações secundárias vivenciadas pelos nossos informantes ultrapassaram os muros institucionais e se inseriram nos seus cotidianos de vida com custos financeiros, emocionais e temporais da vitimização e do itinerário pós-vitimização, a saber:

- Ausência permanente ou temporária de celular (e os contatos telefônicos de toda a rede social), computador, materiais de trabalho e estudo, óculos, cartões, e outros objetos considerados fundamentais para o dia-a-dia, para os estudos e trabalho;
- Permanecer temporariamente sem veículo para transporte pessoal, enquanto aguarda a indenização ser paga pelo seguro (algumas soluções alternativas foram o uso de automóvel emprestado ou alugado, transportes públicos, com custos decorrentes);
- Prejuízo financeiro elevado caso o seguro contra furto ou roubo do veículo não tenha sido contratado;
- Perdas financeiras com a troca do veículo, pois o seguro reembolsa o valor de referência da tabela FIPE, o que seria insuficiente para compra de veículo semelhante;

Eu acho que fica como experiência do passado, mas tem uma coisa que revive, primeiro a perda financeira que foi significativa porque depois disso eu fiquei muito endividada e eu ainda tenho os resquícios disso, porque eu tive que pegar um empréstimo consignado para... Porque eu tive um prejuízo de 7 mil reais. [...] é foda ficar pagando, porque é um dinheiro pouco por mês, mas eu fico: Que merda, por causa daquela porcaria daquele assalto. Meu marido também vira e mexe fala isso assim: *“Porra, tudo por causa daquele assalto, a gente está apertado, por causa daquele assalto até hoje.”* [...] O problema foi que coincidiu com o ano que a gente comprou uma casa. [...] A gente não tinha nenhuma folga financeira, pelo contrário, a gente estava com dívida. A gente teve que pegar um empréstimo [...] Então foi muito ruim. A gente ia fazer os armários, não fez. Ficou essa coisa assim, essa marca.

Dália, 35 anos

- Custos financeiros e uso de tempo com a compra de novos bens de consumo (carro novo, celular, óculos, computador, etc.) ou outros (troca de fechadura da porta residencial);

Eu trabalho dirigindo, eu tive que ficar saindo com os colegas, trabalho na área comercial. Aí pegar documento, cancelar cartão, fazer carteira de habilitação nova, pagar por isso de novo! Notebook.. coisas de trabalho que eu perdi.

Telmo, 38 anos, supervisor comercial.

- Reemissão de documentos: Refazer novos documentos é imprescindível para continuar a vida cotidiana e resolver pendências dos prejuízos decorrentes dos roubos e extorsões. Vale lembrar que os próprios ofensores reconhecem a dificuldade em

refazer documentos pessoais, o que fez alguns devolverem-nos às vítimas. Na medida em que poupam suas vítimas de passarem pelos transtornos burocráticos e financeiros de nova emissão de documentos, estes alçozes reafirmam o objetivo tangível (instrumental) do delito.

Você paga pelo documento, a segunda via. Quer dizer, você foi roubada e ainda tem que pagar. O Estado não lhe dá nada de graça! Eu tive que fazer tudo de novo, gastei dinheiro com vários.. certidão negativa, cartório para autenticar os documentos.. paga! Ainda mais agora que é privado né, aí você paga o valor que eles querem

Melina, 56 anos

Esse processo acho que todo mundo passa quando é assaltado e que levam seus documentos. Você chega para tirar os documentos com o seu BO de ocorrência, que não é um BO simples de 'me dê sua carteira aí'. É um sequestro com arma no seu ouvido, que está tudo discriminado no BO. Para eu conseguir minha identidade foi 25 dias. Hoje é digital. Você bate a foto já está tudo... Foram 25 dias. O único documento que o ladrão me deixou foi uma certidão de nascimento, que tem a minha idade 42 anos e para 42 anos está um ouro comparado as outras que eu vejo por aí. Os funcionários do SAC que devem ser terceirizados, não devem ser de concurso. Eles se acham num poder e esquecem de olhar o povo, ou seja, acho que deve chorar para aquele trabalho, mas quando está lá dentro. É quando diz, você dá poder a alguém observe ele. Então foram 25 dias para a identidade. Eu cheguei a ameaçar a funcionária de dar uma queixa dela no civil, na delegacia, porque ela pegou minha certidão e disse assim: *"ah, com essa certidão você não pode tirar documento nenhum."* Eu digo: *"tudo bem. Então eu tenho que tirar uma segunda via da minha certidão e vir aqui tirar esses documentos. Agora vou só questionar com a senhora o seguinte: eu estou com um BO aqui, que foram levados todos os meus documentos, e eu só tenho essa certidão. É minha certidão, está aqui os documentos, tudo aqui. A senhora não pode tirar minha identidade?"* Aí ela olhou para mim e fez: *"é, vou tirar só dessa vez."* [...] Eu digo: *"[...] Se você não tirar meu documento agora eu vou na delegacia dar uma queixa sua que eu vou andar sem documento"*. Aí foi que o gerente... Juntou aquele bafafá, o gerente do SAC veio. *"O que está acontecendo é o seguinte: aqui está o BO de ocorrência que eu fui sequestrado, assaltado me levaram todos os documentos e aqui está minha certidão de nascimento legível para 42 anos ela está perfeita"*. Ele fez: *"vamos tirar seu documento agora. [...] não se preocupe. A gente vai agilizar tudo aqui sem problema nenhum."* Agora se dependesse da funcionária que estava ali, se eu não fizesse o bafafá eu iria voltar, teria que ir no fórum para tirar uma cópia da certidão. [...] Ou seja, eu sou uma vítima. Tinha que ter um mecanismo. *"Pô, vamos facilitar para você aqui, você está sem documento nenhum."* Preciso trabalhar, preciso de habilitação, preciso de meus cartões, porque foi tudo sustado com o roubo, então você não tira simplesmente de boca no banco. Você precisa da bendita identidade para movimentar tudo, porque com certidão só não resolve. E o próprio órgão pega seu BO e joga no lixo como se você não tivesse passado por nada daquilo e fosse um normal tirando uma identidade, uma segunda via normal. O que não é normal. Foram 30 dias para conseguir tirar todos os documentos. Até hoje ainda tem cartão de banco que eu não consegui ainda. Não por falta do documento, mas por falta de tempo também, porque você tem que largar o seu trabalho para estar correndo atrás disso. E novamente você passa por esses constrangimentos! Um órgão que você está pagando, que não foi barato. Outra coisa, você tem que pagar mesmo sendo roubado, você tem que pagar pelas cópias dos documentos. Cinquenta e poucos de habilitação, não sei quanto de identidade. Pagando e ainda sofrendo discriminação..

Bento, 43 anos

- Outros custos ou prejuízos financeiros resultantes da necessidade de percorrer o itinerário, como o pagamento de transporte (taxi, ônibus) para ir e vir da delegacia, bancos, e outros locais;
- Medo e riscos de novas vitimizações, como o assédio sofrido por Uiara e sua mãe pela família de um homem atropelado pelo veículo registrado em nome delas, que elas chegaram a imaginar serem novamente os ofensores.

Teve uma outra aporrinhção que a gente teve [...] Foi assim: pelo que eles falaram na hora, eles já iam largar logo o carro, mas não foi bem assim. É tanto que teve a história de um atropelo com o nosso carro. Uma semana depois e a pessoa que foi atropelada, talvez pelo próprio DETRAN, pela placa do carro, descobriu nosso endereço. Isso para gente foi muito ruim porque eles vieram aqui para a porta do condomínio, foi até um dia que a [...] nova diarista estava aqui, eles usaram uma mentira, dizendo que era [...] da internet porque queriam conhecer a gente, subir vir aqui e tudo. Os porteiros não deixaram, ela também não passou nenhum contato nosso. Quando eu cheguei em casa de noite do trabalho, ela tinha deixado um bilhete: *não sei quem da internet esteve aqui pra você ligar.* [...] Ingenuamente sem saber também, do meu celular liguei pra ele, aí ele disse que eu tinha atropelado.. porque o carro está no meu nome.. que eu tinha atropelado e tal, aí eu disse a ele que não, que já tinha uma semana que esse carro tinha sido roubado e tal. E ele falou como se fosse de um amigo dele: *‘ah, mas meu amigo teve muito prejuízo, você não deu socorro e tudo.* Eu disse: *‘mas eu estou lhe dizendo’.* *‘ah, a senhora tem a ocorrência?’* Eu disse: *‘tenho, tenho a ocorrência e tudo em minhas mãos’.* [...] Nesse dia eu fiquei muito preocupada e muito tensa junto com ela porque na chave do carro tinha a chave daqui também. Então também como é que do mesmo jeito.. [...] Lá na portaria eu disse: *‘olhe, mesmo que eu passe por aqui com ela, você não diga quem é a gente não.’* Ficou até chato pra gente aqui perante a portaria, porque disse que a gente tinha atropelado, não tinha dado socorro.

Mãe de Uiara

De modo geral, os ônus financeiros são menos evidenciados por vítimas cujas violências do *sequestro relâmpago* foram mais expressivas. Quando a experiência de *sequestro relâmpago* se traduz em um evento fortemente traumático – geralmente decorrente de um evento vitimógeno mais violento – as perdas materiais são colocadas em segundo plano e o confronto com a própria mortalidade torna-se a seiva das suas narrativas, como nos relatos de Késia e Milena. Por outro lado, vítimas que se sentiram menos “traumatizadas”, mencionaram com mais pesar os prejuízos financeiros decorrentes.

III.7. Serviços de saúde

Os relatos dos homens e mulheres participantes deste estudo nos mostram que poucos são aqueles que buscam serviços ou profissionais de saúde imediatamente após a vitimização pelo *sequestro relâmpago*. Késia foi levada a um hospital por ter sofrido violência sexual e física, Milena por estar grávida e com risco de abortamento e Claudia foi levada pelos policiais que a socorreram porque, em estado de desorientação, “*eles viram que eu estava precisando.*”

Fui direto para o hospital, estava muito cheio, não podiam me atender. Aí o médico perguntou: você tem convênio? Mas se levaram tudo meu, como é que eu vou pro médico? Não tinha identidade, não tinha cartão de médico, não tinha nada, levaram tudo. Aí eu fui pra casa...

Claudia, 38 anos

As vitimizações secundárias nestes espaços caracterizaram-se pela recusa em realizar atendimento com a justificativa de superlotação (Claudia), retardo no internamento pela não apresentação de documento de identificação (Milena) e dificuldades em receber tratamento protocolar para violência sexual (Késia); falhas que, obviamente, poderiam repercutir em outros agravos severos.

Meu cunhado conseguiu o telefone da obstetra [...] e eu falando com a Dra., eu no carro, deitada, meu pai me levando, eu não tinha documento nenhum, Dra. mandando me levar com urgência no hospital para poder ver se tinha acontecido alguma coisa, que se tivesse acontecido alguma coisa que tinha como ela reverter se não fosse nada muito grave já que eles não penetraram nada em mim. Então para ver se meu filho estava seguro. [...] E aí o Hospital, para me atender, sem documento nenhum porque meu marido não veio pegar minha certidão de casamento em casa, que era o único documento que eu tinha. E aí foi a minha empresa que entrou em contato com o hospital ‘*ela é funcionária daqui, ela tem o plano de saúde*’. E aí eu fui atendida. Ele ouviu o batimento cardíaco do meu filho e achou o batimento cardíaco dele muito acelerado para um bebê, que provavelmente devia ser por causa do susto. Mas que eu não tinha a princípio nenhuma ameaça de aborto. [...] Estava tudo bem e eu aí fiquei internada uns três dias. Porque queriam monitorar. Eu fiquei mais internada por causa de meu filho, para ver se estava tudo bem com ele. Aí eu fiz alguns exames, eu fiz ultrassom diariamente, para acompanhar o batimento cardíaco dele, tanto é que ele ficou com o batimento cardíaco descompensado. Tanto é que depois eu fiquei no primeiro mês fazendo toda semana ultrassom por conta do batimento cardíaco dele. Mas depois ficou tudo normal.

Milena, 34 anos

Milena, com a ajuda de familiares, necessitou mobilizar intermediários que viabilizassem seu atendimento: sua médica obstetra que entrou em contato com o hospital para garantir seu atendimento emergencial mesmo sem documentação e a empresa para a qual

trabalhava precisou comprovar sua identidade e filiação ao plano de saúde para que a internação no hospital fosse autorizada. Seu capital social garantiu o atendimento.

Késia teve um itinerário longo: delegacia, IML, hospital de internamento, hospital especializado em doenças infecciosas, ginecologia, mas sentiu-se particularmente afetada no percurso por unidades de saúde para receber profilaxia para hepatite B. Encaminhada ao CEDAP, uma unidade de saúde do SUS da SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, referência em atendimento a doenças sexualmente transmissíveis, apenas ao final do procedimento institucional ela foi informada que não forneciam a imunoglobulina. A vítima se percebe jogada no sistema de saúde, de unidade em unidade, sem que tenha havido um cuidado em informar todo o percurso a ser seguido.

Tudo é muito burocrático [...]. Para conseguir terapia anti-HIV é uma burocracia [...] Para conseguir a aplicação da imunoglobulina hoje eu fui em três locais e dois completamente desperdiçados. Aí tipo assim: “*ah, não, está em tal lugar. Não, não é aqui não.*” Ou então você chega, senta, preenche, é atendida, passa pela triagem, quando chega lá em cima diz: “*ah, não, aqui você só vai receber daqui a um mês se vier não reagente é que você toma.*” Daqui a um mês eu não quero mais. [...] Aí enfim, a moça lá quando eu ia indo embora do CEDAP lá no Garcia, ela falou bem assim: “*porque você não vai no CRIE?*” O CRIE é Centro de Referência Imunológica Especializada. “*Por que você não vai no CRIE no Hospital das Clínicas?*” Chegando no CRIE eu só cheguei, mostrei o relatório de alta, a moça falou: “*ah, abuso sexual... Faz imunoglobulina nela.*” Pronto, acabou, foi só isso. [...] Fiz o cadastro no CEDAP, passei pela triagem, conversei com a assistente social, subi para o laboratório, aí ela falou assim... Lá embaixo as informações nem batem, lá embaixo ela falou: “*ah, você recebe em uma hora e aí em uma hora não dando reagente a gente já faz a imunoglobulina em você.*” Ok. Subi, ela: “*a gente só entrega os exames com um mês.*”

Késia, 22 anos.

O depoimento acima revela os percalços que a vítima de violência sexual enfrenta no sistema público de saúde cujo papel fundamental é ampará-la e agir imediatamente na prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência, atuando na anticoncepção de emergência, na profilaxia de DSTs, coleta de material e apoio psicossocial, conforme norma técnica do Ministério da Saúde (ver BRASIL, 2007c). O atendimento integral e de qualidade para mulheres vítimas de violência sexual permanece um desafio para o poder público (VILLELA, LAGO, 2007).

No cômputo geral, vemos que a ausência da ferida física, materializada no corpo, retarda a busca por cuidados relacionados à saúde. Parece haver uma necessidade de “dano ao corpo”, em contraposição a “dano psíquico” para recorrer-se a um serviço ou profissional de saúde imediatamente após sofrer o *sequestro relâmpago*.

Depois de uns dois dias eu fui ver um médico, aí o médico olhou, disse que não teve problema nenhum não, só hematoma superficial e passar um remédio, eu já tinha tomado bastante dorflex, que além de relaxante muscular, é bom pra dores no corpo. Eu procurei o médico pra ver como é que estava, mas estava tudo bem e não tive problema.

Dirceu, 52 anos

Sem um dano fisicamente representado, enfrenta-se as repercussões negativas da vitimização geralmente em outras instâncias de cuidados, não pertencentes ao “setor da saúde”, a exemplo da família e amigos.

CAPÍTULO IV O LEGADO DO *SEQUESTRO RELÂMPAGO*

No nosso trabalho anterior (AZEVEDO, 2011) descrevemos algumas das repercussões emocionais e físicas decorrentes da vitimização pelo *sequestro relâmpago*: medo da retaliação, prejuízos ao sono, mudanças imediatas de rotina, desconexão com a realidade concreta, rememoração e renovação do sofrimento, prejuízo à vida social, reelaboração da identidade, sensação de insegurança generalizada e hipervigilância. O desafio agora é dar novos tons a alguns destes achados e outros agregados, circunscrevendo nossa análise ao processo de enfrentamento vivido pelas vítimas e à interpretação que dão às suas experiências de vitimização.

Escolhemos trabalhar com a ideia de “mecanismos de enfrentamento” para discutir os dados empíricos, numa perspectiva não vinculada ao conceito de “estilos de *coping*” (mais disposicional) ou “estratégias de *coping*” (mais cognitivo-racional). Entendemos os mecanismos de enfrentamento como formas que os sujeitos lidam com as adversidades emocionais, físicas, sociais e morais derivadas do evento vitimógeno, sejam elas respostas conscientes ou não.

Na nossa perspectiva, enfrentar a vitimização significa incorporar o evento traumático e aparentemente incoerente a campos mais amplos de sentidos, de modo que o sujeito, gradualmente, passe a se sentir menos vulnerável ao lembrar e sentir sua experiência (JANOFF-BULMAN, 1992).

IV.1. Defesas

A literatura internacional confirma que após um evento de vida traumático, as pessoas apresentam comportamentos instrumentais para evitar pessoas, lugares e coisas associadas com tal evento (LURIGIO, 1987; JANOFF-BULMAN, 1992; KENNEDY, SACCO, 1998; ECHEBURÚA, CORAL, AMOR, 2003; FELSON, 2006), o que também observamos no nosso conjunto de relatos. Vítimas de crimes tendem a tomar várias medidas preventivas e de evitação, como a compra de armas, cursos de autodefesa, instalação de alarmes, mudança de travas na porta de casa, mudança de telefones, emprego, residência, além de reduzir as

atividades noturnas e sociais (LURIGIO, 1987), como uma tentativa de evitar situações ansiogênicas (JANOFF-BULMAN, 1992).

No *sequestro relâmpago*, as defesas (FELSON, 2006) mais comuns são evitações (afastamento de locais de risco ou da exposição), camuflagem (tentativa de manter-se incógnito), defesas físicas (obstáculos físicos) e defesas grupais. As evitações geralmente se relacionam ao uso do veículo, pois este é visto, comumente, como uma extensão dos algozes, um símbolo rememorativo do trauma vivido e ainda um elemento de risco para novas vitimizações. Também apresentam evitações relacionadas aos modos de circulação na cidade, a evitação de pessoas e local da captura, restrições ao uso de determinados objetos e desejo de mudar-se de endereço ou cidade:

- **Veículo e circulação urbana**: sobretudo o ritual hipervigilante e veloz de **entrada e saída do veículo** (“*eu passei a ficar muito mais observador, muito mais cuidadoso para sair daqui, para entrar no carro.*”, Telmo); **venda** do automóvel; **troca** de veículo por outro modelo que se acredita ser “*menos visado*” ou que não traga “*lembranças*” (“*trocar por outro para engatilhar a vida*”, Bento); **deixar de usar o veículo** que foi o cárcere; **deixar de dirigir veículos em geral** por algum tempo (“*eu fiquei com medo de dirigir, então eu estava fazendo meus trajetos de transporte coletivo. Eu saltei de seis ônibus. Assim oh de pegar num ponto cismar com [alguém]... e saltar.*”, Bento); **ser acompanhado** por alguém dentro do veículo; colocar película nos vidros; **não consertar** veículo batido para se tornar desinteressante para futuras abordagens; manter **vidros fechados**; **travar portas** imediatamente; **esconder bolsa**; **disfarçar-se** com boné para potenciais ofensores não perceberem ser mulher (Claudia); **sair dirigindo imediatamente** após entrar no veículo; **evitação de espaços públicos** (“*ficava com medo de sair às ruas e acontecer tudo novamente*”, Dirceu); **não parar em semáforos à noite**; **não circular dia e/ou noite**; **estacionar em lugares fechados** (estacionamentos) e/ou pagos (“*eu sempre coloco no estacionamento pago, se eu estou sozinha*”, Tiana) e **evitar estacionar na rua**. **Deixar de circular na rua**, se resumir a residência e *shoppings* (os “enclaves fortificados” da cidade segregada, segundo Caldeira, 2000). Na circulação pela cidade, alguns têm medo mais específico relacionado ao uso do veículo se comparado a andar como pedestre (“*não tenho medo de estar andando na rua, e tenho medo de estar dentro de um carro na rua*”, Inácio); **não ficar parado dentro do veículo** (“*hoje em dia você não deve ficar 10 segundos parado dentro de um carro. [...] Eu arrodeio um quilometro se precisar, gasto gasolina, mas eu não paro*”, Teodoro); **não parar** o veículo no destino pretendido

(exemplo, próprio prédio) se achar que está sendo seguido. Fazer **diferentes trajetos** para o local que vai com frequência.

- **Local de captura: deixar de frequentar o local onde foi capturado** (“no local que eu fui abordado eu nem olho, eu nem olho para lá. Nunca mais eu vou parar meu carro no lugar, nunca mais.”, Bento; “nunca mais na minha vida eu pisei os pés ali”, Melina; “Eu jamais voltei para o salão.”, Lavínia); grande **apreensão quando precisa ir ao local** (“fiquei com um pouco de trauma de ir na casa dela [...] demorei para ir lá sozinha de domingo. Peço para alguém ir comigo”, Talita); **evitação de outros lugares** que se considera de risco, mesmo não havendo relação direta com o seu episódio (“Eu nunca vou a um posto que está vazio”, Murilo; “Se tiver que pegar um dinheiro eu geralmente pego depois que abre o estabelecimento, eu não pego no caixa eletrônico”, Dália).

- **Evitação de pessoas e aglomerações: que representem o estereótipo do algoz**, em geral negros e jovens: “Ah, mais intolerante, talvez um pouco mais preconceituosa também, porque... em relação ao estilo das pessoas, por exemplo, os três eram negros, sabe?! Fiquei com mais medo das pessoas que seguiam esse padrão. Mas como já tem um ano e meio já sinto que está ficando um pouco mais leve” (Talita); “Teve um paciente que chegou aqui. Pense numa figura amável, afável, mas ele tinha dois metros de altura, é um rasta, com o cabelo quase na cintura e negão. [...] Na hora que ele chegou, que eu vi aquele cidadão sentado na recepção, eu perdi completamente a linha, o controle.” (Lavínia); “Eu que ia para benção do Ilê sábadô de noite de carnaval, eu não podia encostar na fila se tivesse alguém negro que eu tomava um susto” (Lavínia).

Ou evitação de pessoas em geral, em que **qualquer um é suspeito**, pois os ofensores se camuflam, com vestuário e comportamento de pessoas comuns em atividades ordinárias que abordam furtivamente (JACOBS, 2012; COPEL et al, 2012): “Depois disso eu tô pirada, tenho paranoia, está se aproximando de mim eu não quero nem saber que cor ele tem, que roupa ele está, eu vou querer me livrar, pode estar arrumado bem-vestido, eu não confio” (Gabriela); “Meu olhar ficou, eu fiquei mais desconfiada, por qualquer pessoa que passava, até hoje” (Melina); “Fiquei um pouquinho abalado uns dois, três meses. Fiquei. Tinha medo de todo mundo. [...] todo mundo que já encostava em mim eu já achava que queria me assaltar” (Eder); “Eu sempre levantei essa bandeira, não vamos julgar ninguém, mas agora

eu tô num ponto que eu vejo as pessoas e julgo mesmo. Penso que qualquer pessoa, independente de cor, de roupa... porque eles estavam bem vestidos.” (Larissa); *“A gente passou a olhar mais pelo retrovisor, achar que todo mundo era suspeito. Então a gente passou um tempo de alguns meses eu diria assim traumatizados mesmo.[...] Até hoje quando entra na rua ela fala: “Olha aí se tem alguém, vê se tem alguém, vê se tem alguém.”* (Murilo); *“Passei a desconfiar de todo mundo. Tranquilamente. Tem um cara lá, eu já vou me resguardando tranquilamente”* (Tiana); *“Eu já olho desconfiada [...], quando eu saio pra caminhar pela manhã já olho pra um lado, olho pro outro. A rua tá cheia, tem um monte de gente caminhando, mas se eu já vejo uma pessoa estranha porque nessa caminhada são todos conhecidos, as mesmas caras todos os dias quando aparece uma cara nova aí você já fica desconfiado, aí você já fica um pouco pra trás, já procura mudar de passeio pra ver se o cara vai te seguir. E aí minha rotina é essa agora”* (Melina).

- **Evitação de uso ou posse de objetos ou bens “atrativos”**: como joias, carros “visados”, equipamentos tecnológicos, entre outros. *“Eu não uso meu iPhone. Isso daqui, por exemplo, é um tablet, um ipad, mas eu evito demais estar com ele na rua. Só em locais específicos. [...] Se eu não ostento eu tenho menos chance de ser assaltado”* (Murilo); *“quanto menos atenção a gente chamar hoje em dia é melhor”* (Dirceu); *“Depois disso eu passei a usar só ouro branco e prata. E coisas muito discretas”* (Elena); *“Eu quero comprar um carro novo, não compro. Meu carro é de 2007, está novo e eu não quero comprar um carro novo porque é visado, quanto mais novo, mais visado”* (Justo).

- **Desejo de mudança de endereço ou cidade**: Késia sofreu *sequestro relâmpago* na porta do seu prédio, e nesse evento chegou a ser estuprada. Deseja se mudar desse endereço e ficará temporariamente na casa de uma prima. (*“Para casa [em Salvador onde fui capturada] eu não volto mais, eu vou me mudar com certeza. E por enquanto eu vou ficar na casa de minha prima que é muito longe do lugar.”* Késia). Na verdade, para algumas vítimas de *sequestro relâmpago*, o lar torna-se seu santuário, pois o espaço público é onde reside o perigo. Para outros ex-reféns, aqueles abordados perto de casa ou que tiveram suas chaves residenciais levadas (e documentos com o endereço), a própria residência pode também ser um espaço amedrontador. Nestes casos, há preocupação em relação ao retorno dos algozes, como ocorrido com Brenda, Dirceu, Gabriela, Késia, Lavínia, Murilo, Uiara. A mudança de endereço pode aparecer como uma vontade imediata, mas com o tempo, o desejo de se mudar

somente em decorrência da vitimização se dissolve. Afinal, tal mudança implicaria em outras dificuldades na práxis de vida desses sujeitos, pois repercutiria nas rotinas cotidianas já estabelecidas, a exemplo das redes sociais e trabalho, além de acarretar mais custos financeiros. Até o momento da entrevista, nenhum dos nossos informantes havia mudado de endereço por conta do *sequestro relâmpago*, com exceção de Késia que estava hospedada na casa da prima. Essas vítimas podem recorrer a mecanismos de **segurança** ou defesas físicas (FELSON, 2006), das quais citou-se grades nas janelas e portas, cachorros e câmeras de vigilância, portão eletrônico e contratação de serviço de segurança privada: “*Hoje minha casa é totalmente gradeada, eu moro em apartamento também, mas todos os lugares da minha casa têm grade*” (Brenda); “*Eu crio dois rottweiler no fundo da casa, dois pastores alemães na frente da casa e tenho filmadora*” (Murilo). Todos produtos formulados para serem adquiridos por consumidores “amedrontados”, na esperança de afastamento dos perigos (BAUMAN, 2008).

Interessante notar que não mudar-se de residência, mesmo tendo sofrido a vitimização em frente à moradia, como relatado por Larissa, pode ser recurso de enfrentamento na medida em que a vítima se percebe não permitindo que “*eles*” (os algozes) continuem ditando sua vida e interferindo na forma como ela se reconhece e identifica. “*Então ao mesmo tempo que eu tenho vontade, apesar de tudo que aconteceu, eu não acho justo também que eu deixe pra eles, mudar a minha vida completamente por causa deles. Eu acho que eles não merecem isso. Eu acho que eu estaria dando muita consideração para eles por causa de não viver mais*” (Larissa).

Claudia (38 anos) chegou a mencionar que tem uma amiga também vitimizada por um *sequestro relâmpago* com estupro e ela teria deixado Salvador para morar no *interior*. Entre nossos informantes-vítimas, alguns planejam mudanças de cidade, mas estas não são motivadas exclusivamente pela vitimização. O desejo é justificado como decorrente da sensação de violência generalizada na atualidade. A experiência de vitimização direta que tiveram não os impele a mudar, contudo o conjunto de experiências diretas e, principalmente, indiretas fundamenta suas insatisfações e narrativas de desejo ou planos de mudança. Nesses relatos, o *interior* representa menos perigo e um refúgio para uma vida mais segura e com mais qualidade. O risco está na cidade grande para Bernarda, Bruna, Eleonora e Otávia, por exemplo. “*Pro interior, não para outra grande cidade, até porque eu acho que uma outra grande cidade as coisas podem estar melhores do que aqui, porque eu acho que Salvador a gente está vivendo uma situação muito complicada. Mas eu não penso mais em morar em*

cidade grande, a minha liberdade foi perdida, entendeu, eu não fico tranquila” (Eleonora, 28 anos).

Outra defesa relatada se refere às defesas grupais, aquelas cujos indivíduos recorrem a laços sociais, como andar em grupos, para prevenir vitimizações (FELSON, 2006). A ida ao banco para sacar dinheiro, por exemplo, pode passar a se realizada com algum acompanhante. Outro exemplo é trazido por Lorena ao relatar que as saídas noturnas com o grupo de amigas são realizadas sempre através de caronas. Além disso, quando ela se prontifica em ser a motorista do grupo, Lorena pernoita na residência de uma das amigas para evitar retornar sozinha a sua residência durante a madrugada.

Há *lições* a serem aprendidas, acreditam alguns, e ajustadas ao seu cotidiano, que provocaram o desenvolvimento de defesas contra ameaças e perigos, especialmente as individuais (PAES-MACHADO, RICCIO-OLIVEIRA, 2009). As vítimas tornam-se autoras dos próprios “manuais de segurança”, de como se prevenir.

Esse trajeto a gente acaba passando. O que tem que se pegar é a lição. [...] Fica até uma dorzinha lá, mas vai passar, eu sei que vai passar. Agora você tem que absorver a lição disso aí. Você tem que tirar alguma coisa de proveitoso, não é simplesmente daqui a dois anos colocar lá meu carro de novo e está tudo beleza. Eu aprendi o que disso? Eu aprendi as minhas lições, eu tenho de analisar como aconteceu, porque aconteceu, para poder melhorar.

Bento, 43 anos, entrevistado 2,5 meses após SR.

Eu mudei meu estilo, quer dizer eu não tenho cheque. Eu só tenho um cartão de crédito com o limite de R\$800,00. Eu cancelei o limite do banco. Eu não tenho nada disso, entendeu?! Então eu pago minhas contas objetivamente. Eu não tenho mais essa... Ir para shopping, ficar cheio de sacola na mão. Eu acho que tudo isso é uma forma de ostentação. Você vai viajar e você põe a foto que você estava no Rio, que você foi à Europa, que você está fora de casa. Alguém vai saber que você está fora de casa.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Eu passei 6 meses com policial pesado armado. [...] E isso é um negócio difícilíssimo para mim, porque assim, eu sou aquela pessoa que não consigo deixar as coisas trancadas, sabe?! [...] No início eles andavam comigo dentro do carro e aí eu não sabia mais quem era o algoz, quem era o vilão, quem era mocinho, né?! (risos) Porque o cara está dentro do meu carro armado. Aí meu Deus [...].

Lavínia, 48 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

IV.2. Em algum lugar no tempo

Um ponto importante a ser destacado na discussão sobre enfrentamento é reconhecer a relação entre trauma, enfrentamento e tempo. O tempo, embora impalpável, é uma dimensão intrínseca à existência. Nessa dimensão nossas experiências acontecem e são elaboradas. O filósofo Agostinho já havia discutido a capacidade da alma humana em movimentar-se do passado ao futuro através do presente. Por meio das memórias do passado e das expectativas sobre o futuro, esses tempos são presentificados (SILVA, 2009). Esse é o princípio que rege os relatos de vitimização, ao trazerem à memória o evento vitimizador e relatarem os sentidos reformulados desde a sua vivência e aquilo que ainda esperam de suas vidas. Presentificar o passado, entretanto, não significa trazer o evento objetivo. A memória não é objetiva, ela se constrói como um mosaico dos novos sentidos agregados àquela experiência. Por isso, o tempo, nesse estudo, é uma categoria sensível a ser cotejada, pois tivemos acesso a relatos cuja distância entre evento vitimizador e entrevista é significativa, uma amplitude que abarca desde três dias após a vitimização até 16 anos posteriores. Essas vítimas estão, claramente, em tempos diferentes nas suas histórias de enfrentamento.

Eu tenho me achado muito objetiva com relação a tudo, sabe?! Parece que eu não estou sentido, parece que eu estou... [...] Eu tenho ciência de que foi comigo, eu tenho ciência da violência absurda, só que não sei, eu estou me achando muito pouco sentimental com relação a isso. [...] E eu estou achando isso muito estranho.

Késia, 22 anos, entrevistada 3 dias após SR, sofreu violências físicas e sexuais

Késia foi entrevistada no terceiro dia após sofrer o *sequestro relâmpago* e seu relato deixa claro a sensação de embotamento emocional em relação ao fato de ter sido sequestrada, agredida e estuprada, tendo vivido momentos de profundo descompromisso com sua dignidade. Essa sensação de anestesiamento ou “apatia” como nomeado por ela é mais comum imediatamente após o trauma sofrido e com o tempo tende a diminuir (JANOFF-BULMAN, 1992). Parkes (1998) explicaria como uma defesa psíquica ou um afastamento psicológico do indivíduo ao lidar com questões que ultrapassam seu limite de ansiedade tolerada. De modo semelhante, Janoff-Bulman explica a negação e o entorpecimento emocional como um esforço quase automático dos indivíduos em afastar a vítima de pensamentos e sentimentos dolorosos, tendo a função de proporcionar a ela doses manejáveis do sofrimento para “encarar mais gradualmente a realidade da vitimização e incorporar a

experiência em seu mundo interno” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.98; ALEXANDER, KLEIN, 2009).

Késia, na verdade, no período da entrevista, ainda lidava com necessidades mais emergentes da violência sofrida, como o itinerário de cuidado com sua saúde orgânica:

Eu fiquei preocupada porque eu não conversei com ninguém ainda, não consegui conversar, não sei se é porque as coisas estão muito rápidas. E eu fiquei muito preocupada com relação a ter tido penetração lá, cadê o coquetel, tomar o coquetel contra HIV, a fazer as sorologias para ver se está tudo okay.

Késia, 22 anos, entrevistada 3 dias após SR

Sua vitimização permanecia protagonista do seu tempo e das suas ações, e sua “apatia” lhe auxiliava a prosseguir com repercussões que a “preocupavam”. Outras vítimas relatam sensações similares logo após a vitimização e nos dias ou semanas subsequentes, como ficar “meio aéreo”, no “mundo da lua” e “distante”.

No início, você fica meio aéreo aquela coisa assim que vai voltando, um processo mais lento realmente, eu senti isso, até você engrenar de novo demora um tempinho. [Hoje] tá normal, tá tranquilo, passando pelos mesmos lugares, fazendo as mesmas coisas.

Ícaro, 27 anos, entrevistado um mês após SR

Eu levei uns dias no mundo da lua. Até levei uns 20 dias para recuperar, para voltar à normalidade porque a gente fica com aquilo na cabeça, aquele trauma e tudo. Mas depois a gente regulariza. Aprecia novamente, mas uns dias aí abala um pouco..

Justo, 76 anos, entrevistado seis anos após SR

Ao tempo em que ficam por vezes emocionalmente desconectadas da realidade (AZEVEDO, 2011), as vítimas também são forçadas a lidar com pensamentos recorrentes relacionados ao trauma:

Eu acho que qualquer trauma, a perda afeta seu desempenho intelectual, físico [...] eu acho que atrapalha porque todo trauma acaba sendo um reforço memorial do acontecimento, então algo que lhe causou uma dor muito grande, aquele pensamento fica se repetindo, então você fica pensando no que te levou o trauma e aquilo é tão forte que você não consegue se desvencilhar.. a gente fala na verdade que nós não pensamos no pensamento, o pensamento que nos pensa, então assim, depois desse fundamento dele, é... as vezes o pensamento e as ideias vencem, sem que você controle, [...] você fica sentindo aquela dor, cada vez que você pensa dói. Ai então você tem de uma certa forma, começar a diluir aquele pensamento pra que as coisas cotidianas e familiares e afetivas, tomem conta novamente e pensar outras coisas

também... isso é normal mesmo... não tem como você passar por um trauma e daqui a dois dias dizer que superou, tô zero... não tem terapia que resolva tão rápido...

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

As vítimas pensam e não se percebem em controle das lembranças que lhes surgem, sendo tomadas por pensamentos intrusivos (“*as ideias vencem*”). Esse processo é compreendido como sintoma do trauma, segundo o discurso biomédico e foi estabelecido como um dos critérios diagnósticos do TEPT: revivência do evento traumático, através de pesadelos, imagens e memórias persistentes e involuntárias (ARAÚJO & LOTUFO NETO, 2013; ECHEBURÚA, CORAL, AMOR, 2003).

Uma explicação alternativa é considerar o embotamento emocional e os pensamentos intrusivos como processos de aproximação e afastamento ao trauma (JANOFF-BULMAN, 1992; PARKES, 1998). “Vítimas alternam entre a necessidade de se aproximar do trauma e evitá-lo, em confrontar sua experiência e proteger-se dela” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 95). Com o passar do tempo, os relatos ganham tons menos cinzentos, com mais “*leveza*”, e menos impregnados do sofrimento antes sentido.

O cheiro do cara era muito forte e ficou no meu carro, então até [medo de] andar na rua no meu carro [eu tive] porque eu ficava em pânico de lembrar. Hoje eu consigo, tem uns seis anos disso, eu consigo me lembrar com mais leveza das coisas e até rir de algumas situações, mas eu demorei um tempo para entender a experiência.

Eleonora, 28 anos, entrevistada 6 anos após SR.

Mas como já tem um ano e meio já sinto que está ficando um pouco mais leve.

Talita, 31 anos, entrevistada 1,5 ano após SR.

Logo depois que aconteceu, eu pensava muito. Se acontecer de novo, se acontecer de novo, mas hoje eu não penso mais. Eu acho que se eu pensasse, aí sim, meu bem-estar estaria ameaçado. Que eu estaria em pânico cotidiano.

Silvane, 32 anos, entrevistada 2 anos após SR.

Na época vinha o sofrimento maior, porque ainda estava no corpo muito assim a sensação de estar presa, de estar sequestrada. Mas agora não, agora está tranquilo.

Bernarda, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Há um potente viés de tempo que não deve ser negligenciado quando analisamos o processo de reinterpretação do evento traumático vivido, como vemos no relato de Claudia,

quatro meses após seu segundo *sequestro relâmpago* e Tiana, entrevistada dezesseis anos após seu evento.

Por enquanto eu não tenho aproveitado quase nada, muito pouco porque minha cabeça ainda não está totalmente, ainda não está 100% boa.

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Eu hoje, eu superei sim, eu superei. Claro que nós estamos em uma situação de tanta violência, né?! Eu fiquei mais atenta, mais atenta com essa situação. Agora eu vou lhe dizer uma coisa, é difícil, minha irmã. É difícil você superar um negócio desse, viu?!

Tiana, 64 anos, entrevistada 16 anos após SR.

As vítimas que passaram pelo *sequestro relâmpago* anos antes da entrevista tendem a reconhecer o tempo como promotor de sentimentos mais promissores em relação à vida que segue. O tempo é reconhecido como aquele que possibilita passar para novos estágios, através dos re-olhares e incorporação de novas experiências:

Hoje eu lembro todos os dias, mas muito menos do que eu lembrava antes. E eu tenho certeza que a tendência é cada dia diminuir mais, até chegar ao ponto que eu não vou precisar me lembrar disso todo mês, quem sabe uma vez por mês, ou por ano? Sabe? Eu acho que isso vai chegar uma hora que isso vai acontecer. Devagar, eu tô me dando também um tempo. Eu estou me dando o direito... foi isso que eu falei para uma amiga minha esses dias, que eu estou me dando o direito de ter medo, de ter medo de estar dirigindo sozinha. Estou me dando o direito de reconhecer o meu próprio tempo.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Depois que eu fui limpar o carro, eu ainda sinto o cheiro, o fedor dos caras dentro do carro! [...] Eu não estou da mesma forma. Vamos supor em escala de percentual eu ainda estou a 40% em evolução para melhorar [...] Eu não venci nada ainda, eu estou caminhando, eu estou a 40%. [...] Sei que vou... Estou caminhando. [...] Eu sei que não vou precisar de psicólogo, de ajuda nenhuma, eu vou tranquilamente eu vou levando. É só o tempo para eu absorver isso.

Bento, 43 anos, entrevistado 2,5 meses após SR.

E o tempo. Olhe, nada como o tempo, entendeu?! As pessoas vão te falar um monte de coisa. Você racionalmente sabe que tudo aquilo é verdade, mas existe em você um instinto, entendeu?! [...] Você tem que dar tempo ao tempo. Porque com o tempo aquilo, aquele fato vai perdendo o significado, entendeu?! E ele só vai perdendo o significado quando a fila vai andando. Aí vem um outro fato, aí vem um outro fato, aí vem um outro fato, então aquilo tende a ser secundarizado. Enquanto você está muito próximo temporalmente daquilo e você significa com a raiva, com o ódio, então aquilo fica remoendo dentro de você.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Cada dia pra mim é um dia de mais compreensão, eu não sei se eu vou compreender, vou saber digerir o que aconteceu comigo e falar *ah, tá tudo bem, os caras são legais*, eu ainda sinto uma coisa assim, sabe, *pô que escroto velho, olhe, caralho..*

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

A relação entre passado, presente e futuro se faz no hoje da vítima. Todo o percurso pós-vitimização exige tempo para que essa experiência se incorpore e se integre (JANOFF-BULMAN, 1992) ao que se sabia ser até então. Ainda assim, cada vítima terá o *seu* tempo na tarefa de realizar essas integrações. “Há grande variação na adaptação após o trauma, e há claramente algumas vítimas que continuam esforçando-se durante anos.” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.170).

IV.3. Retomando controle

O momento mais difícil durante o *sequestro relâmpago* apontado por ex-reféns (e também por ofensores) é geralmente a captura, porque ali a vítima se depara com a completa submissão ao outro desconhecido. É a surpresa de ser rendido, levado de uma rotina já conhecida, esperada e estável, é o “*susto*” pelo inesperado. A vítima é desapossada do seu senso de autonomia e fica submetida ao controle do outro num cenário volátil, até formular uma definição de situação e compreender minimamente o que se espera dele e o que poderá vir em seguida. “*O susto da entrada, até tudo se normalizar, até eu saber para onde ele estava indo, até eu sentir para onde estava indo, esse eu acho que foi o pior momento, o susto mesmo, a invasão*” (Inácio). Durante a vitimização, estar no volante dirigindo, indicar trajetos, perceber-se em algum processo de negociação eficiente, perceber o contrato sendo mantido representam algum sentido de controle. “*Eu me senti segura, porque eu estava no volante. Em alguns momentos eu tive vontade de bater o carro, mas no fundo eu fiquei com medo*”. (Tiana, 64 anos); “*Enquanto eu tô dirigindo, eu tô tranquila*” (Melina). Não por acaso a alternativa de ser colocado no porta-malas do veículo apavora tantos: o “*susto da entrada*” se converteria em apreensão permanente, em cegueira, pois seria o bloqueio de quaisquer indícios do que se desenrolaria consigo. “*Enquanto eu estava sentindo o ar, vendo alguma coisa, pra mim ainda estava bem. Mas quando eles falavam assim ‘vamo colocar na mala do carro [...]’ Isso pra mim é pronto acabou. Aqui agora acabou.*” (Brenda, 44 anos).

Com a vitimização, as pessoas colocam em cheque a noção de um mundo minimamente justo e coerente, e se dão conta que “há apenas um elo muito tênue (se é que há) entre o que homens e mulheres fazem e aquilo que lhes acontece; e que pouco ou nada se pode fazer para garantir que esse sofrimento seja evitado” (BAUMAN, 2008, p.43).

O processo complexo de enfrentamento irrompido com a vitimização circunscreve justamente a tentativa de retomada desse controle perdido outrora. Há uma busca por voltar a controlar a própria vida e a ação do outro sobre si. Tal busca é ancorada na crença que as pessoas têm de que ação e consequência são contingenciais, ou seja, que de algum modo pode-se controlar – ou pelo menos influenciar – o que acontece consigo mesmo (JANOFF-BULMAN, 1992). Elas acreditam que seus comportamentos serão recompensados e isso lhes dá sentido, num momento em que por vezes indagam-se profundamente sobre os sentidos da própria vitimização e da coerência no mundo.

É porque a gente sempre pensa: ‘ah, dei mole’. Dei mole, aconteceu isso tudo, porque eu dei mole, eu saí de casa num horário que não devia, parei na rua num horário que não devia. Se tivesse, se eu tivesse feito diferente, se tivesse acontecido isso ou aquilo. Eu fiquei me questionando muitas vezes isso. [...] Eu fico repassando coisas na cabeça, às vezes eu fico pensando o que poderia ter feito para não ter acontecido isso, entendeu?! Se a gente tivesse pulado do carro antes, se a gente tivesse voltado mais cedo da temakeria, se a gente tivesse subido ao invés de... Ou minha amiga tivesse ido embora ao invés de a gente consertar a janela naquele momento. Eu fico pensando em coisas desse tipo [...] de coisas que poderiam ter levado a não acontecer a situação.

Késia, 22 anos, entrevistada 3 dias após SR

O relato de Késia traduz o que muitas outras vítimas vivenciam, questionam-se “o que eu poderia ter feito de diferente”. Embora muitos reconheçam racionalmente que não têm culpa pela ação do algoz (rotulados como bandido perverso, necessitado, vagabundo, etc.) ou que poderia ter acontecido com qualquer um (“eu estava no lugar errado, na hora errada”), há um sentimento de culpa sutil embutido nos discursos quando relatam acreditarem que poderia ter acontecido de forma diferente se procedessem de outra maneira:

Meu vacilo foi não atentar para aquelas duas pessoas que estavam numa rua com pouca gente, na minha direção e achar que o fato de estarem conversando, não iam me pegar. Eu não pensei, nunca que eles eram assaltantes, não pensei num assalto, então eu vacilei, porque se eu estivesse ligada, deixe eu fingir aqui pra ver qual é desses caras, não vou parar o carro [...] Eu fui uma presa muito fácil, por isso eu fui assaltada!

Gabriela, 43 anos, entrevistada 4 anos após SR

Sempre tive, mas nessa semana, nessa noite como eu te falei, eu estava muito cansado, trabalhei o dia todo, e tive mais três horas de reunião, eu estava estafado, assim... então eu acho que eu não estava raciocinando direito, essa minha capacidade de proteção, o instinto de proteção não funcionou, eu não senti essa pressão, fiquei parado.

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Suspeito de todo mundo, [...] se eu ver um taxi, eu vou suspeitar. Seu eu ver um outro carro, pode ser uma Mercedes, uma BMW, eu vou suspeitar... porque eu criei na minha cabeça, eu sei que eu não deveria estar sentindo isso, mas querendo ou não eu acabo tendo um sentimento de culpa, pois eu acho que poderia não ter sido dessa maneira. Se eu estivesse mais alerta... se eu pensasse... porque eu sei a forma correta de pensar, mas por enquanto, eu penso assim, que poderia ter sido evitado se eu suspeitasse mais das coisas, se eu ligasse logo o carro e tivesse saído.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Eu acho que foi uma combinação de falta de prevenção e observação de minha parte. [...] Tanto é que quando eles identificam que a pessoa já sabe, eles já têm um receio, já tem um pé atrás.

Jonas, 26 anos, entrevistado 10 meses após SR

Na pós-vitimização, há o temor dessa perda de controle, de ser novamente submetido a circunstâncias sobre as quais se imagina não poder agir e se proteger. Por isso, as vítimas comumente se questionam sobre o que poderiam ter feito de diferente e desenvolvem defesas (FELSON, 2006) como resposta a situações que acreditam serem de risco (conforme apresentamos na seção IV.1).

Janoff-Bulman (1992) propõe que o senso de auto-culpabilização vivido por muitas vítimas seria uma tentativa de fazer sentido da experiência. Ela explica que a auto-culpabilização seria uma forma de as pessoas recuperarem um mundo pressuposto que faz sentido, onde os acontecimentos não são tão aleatórios. Como vemos nos excertos acima que evidenciam os “e se” das vítimas, na medida em que elas se questionam sobre o que poderiam ter feito para impedirem a própria vitimização, elas recuperam o sentido de causa e consequência de um mundo que deixa de ser tão incerto. “Embora a crueldade dos perpetradores possa diferir, sobreviventes de vitimizações danosas induzidas pela ação humana repentinamente se confrontam com a existência do mal e questionam a confiabilidade das pessoas. Elas experienciam humilhação e impotência e questionam seu próprio papel na vitimização” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 78).

A nosso ver importa destacar também que a expressão da auto-culpabilização, uma repercussão bastante comum em pessoas que passaram por eventos vitimógenos, é coerente

com a tecnologia neoliberal de responsabilização das vítimas e abdicação do papel do Estado em garantir segurança aos cidadãos. Vive-se o “salve-se quem puder”.

Sendo assim, a auto-culpabilização, impulsionada pela estrutura neoliberal, firma-se como manifestação psicossocial, pois reflete um modo de ser e saber partilhado socialmente e localizado culturalmente. Dogmas religiosos, códigos legais, normas morais, saberes e práticas da cultura ocidental fundamentam o discurso hegemônico segundo o qual atos dos indivíduos serão retribuídos (com recompensas ou punições). Toda dinâmica do contrato coercitivo-cooperativo reflete esse discurso de causa e consequência, que exemplificamos com a fala de um dos ofensores de Teodoro: *“Faça tudo direito se não a gente te mata, se a gente quiser, a gente te detona... A gente acaba com a sua vida, não faça nada errado”*. Este é um discurso representativo e potencializador da crença compartilhada por muitos sobre a relação linear entre causa e consequência, ao se depararem com situações da própria vida. Tal discurso se correlaciona ao pressuposto nomeado por Janoff-Bulman (1992) como “mundo significativo”, ou mundo que faça sentido, que dá senso de estabilidade aos sujeitos viventes e despotencializa as incertezas sobre a existência.

Assim, com base em reflexões sobre a própria experiência traumática – reflexões essas que, embora engendradas no psiquismo do indivíduo, são derivadas de sentidos construídos na interação com outros – as vítimas, impulsionadas pelo medo, raiva e vulnerabilidade latentes, tentam retomar o senso de segurança e controle perdido com a vitimização através dos comportamentos de evitação:

Eu fiquei bem mais precavido, bem mais! Aquela pessoa que se preocupa com tudo. Hoje quem vai levar meu filho na escola sou eu ou em qualquer lugar sou eu, não deixo mais a mãe levar sozinha. Então eu estou me dando mais, estou me dedicando mais, porque eu tenho mais medo de sair, de deixar minha esposa sair sozinha com meus filhos. [...] Minha esposa ela se preocupa comigo, mas ela vê assim um excesso de preocupação, ela diz: em qualquer lugar a gente pode ser assaltado e tal. É mas em qualquer lugar você pode ser assaltado, mas se você se prevenir, fica mais difícil, torna mais difícil.

Dirceu, 52 anos, entrevistado seis meses após SR.

Prevenir-se não é novidade para nossos informantes. Em geral, eles já exerciam comportamentos de defesa e prevenção, pois reconheciam viver em meio à elevada criminalidade urbana. Entretanto, após a vitimização, os cuidados são multiplicados. *“Antes eu tinha cuidado, agora eu tomo cuidado em excesso”* (Melina, 56 anos). São tentativas de reestabelecer controle sobre o que lhes cerca para não se sentirem tão impotentes. *“Eu não*

estou tão vulnerável, nem tão acessível, é o que eu mais penso, na minha acessibilidade, quanto menos acessível eu puder ficar, eu acho que me dá um conforto maior” (Inácio). A mudança de certos comportamentos não garante a não revitimização, mas garante um conforto às vítimas por elas acreditarem que, com isso, podem fazer alguma diferença (JANOFF-BULMAN, 1992). *“Hoje eu não fico no carro, ele [um dos ofensores] me deu uma lição (risos), me deu aulas bem práticas assim de como me comportar na rua e vou seguir a risca os conselhos que ele me deu”* (Eleonora, 28 anos).

Nessa tônica, as vítimas se autodenominam “paranoica”, com “neura”, “desconfiado”, com “olho atrás da cabeça” e se percebem **hipervigilantes**. Todo mundo é suspeito e se pode ser abordado a qualquer momento, em qualquer lugar – especialmente em espaço público e com o veículo.

Não ficar parado no carro; jamais em lugar nenhum, atenção o tempo todo, sempre que você for sair de casa, na rua, sempre olhar de um lado, de outro... olhar sempre pra os carros que estão próximos na rua... sempre olhar movimento de sombra... porque a qualquer momento pode acontecer alguma coisa, Salvador está uma cidade muito violenta.

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Uma vez uma moto parou no meu carro, o cara meteu a mão aqui assim. Na cintura entre a calça e o cós da calça e a barriga, e aí como se fosse... Eu quase bato o carro, porque eu tomei um susto tão grande que deixei a embreagem como se eu fosse bater no carro de trás, porque estava enladeirado. A sensação é que ele ia sacar o revolver como o outro fez no dia do assalto.

Lavínia, 48 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Hoje, mesmo quando eu estou no celular, eu fico observando as pessoas ao redor, fico sempre alerta pra tudo que acontece ao meu redor.

Jonas, 26 anos, entrevistado 10 meses após SR.

Eu me lembro que se tornou bastante desconfortável algumas situações. [...] durante alguns meses eu fiquei muito mais tenso. Os primeiros dias foram péssimos. Dia claro [...] chegando em casa e alguém andando atrás de mim e eu completamente nervoso, arrepiado da cabeça aos pés. Era uma coisa que acontecia muito. Qualquer movimento estranho, muitas vezes nem estranho, eu tô andando na rua, tô entrando na rua de casa de noite, alguém aparecia eu já arrepiava todo. Isso era bem típico. Ficava todo arrepiado de medo, bem tenso. Mas isso mesmo durou intensamente a primeira semana, depois foi passando. Em uns dois meses eu ainda tinha muito essa resposta.

Elias, 27 anos, entrevistado 3,5 anos após SR.

Eu acho que a maioria das pessoas acha que eu sou paranoica. Minha namorada mesmo.. ela é muito ligada, com ela fico menos paranoica porque ela fica ligada, ela não para, ela sai do banco com a carteira na bolsa. Às vezes eu saio contando

dinheiro do banco, sabe, e ela já é muito mais ligada assim. Mas ela acha que eu sou um pouco paranoica, apesar dela ser bem ligada. Mas ela fala que eu tô certa e tal, mas a maioria das pessoas acha que eu sou paranoica. [E você se sente paranoica?] Acho! Sou um pouco paranoica! Diante da realidade, acho que sou um pouco paranoica! Não acho que é uma coisa ‘aahh eu sou paranoica’.. eu acho que o mundo está cruel mesmo para todo mundo e eu tenho medo, então eu fico um pouco paranoica. [...] Eu acho que é um pouco desnecessária porque me faz mal, porque eu sou, porque eu tenho ansiedade, porque meu coração acelera, porque eu fico querendo voltar às vezes de um lugar... eu peguei um engarrafamento no domingo, estava tendo um evento no parque de exposições [e a estrada bastante engarrafada]. Eu chorei muito dentro do carro. Eu tive uma crise de pânico. Eu chorava, chorava, chorava. Eu não conseguia pensar o que eu podia fazer, se eu podia voltar, se eu podia parar o carro e pedir ajuda. Eu estava com minha namorada, e ela também chorou, a gente não chorou de medo, mas de desespero de estar tão parado naquela situação, vulnerável. Os caras passando de bicicleta, assaltando, sabe, de estar sem saída. Isso me dá ansiedade, estar num engarrafamento, num sinal parada, se eu estiver sozinha na rua e vir alguém andando em minha direção, olhando muito pra mim, eu fico meio cabrera assim..

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

O nível de tensão é mais elevado logo após a vitimização, mas tende a permanecer, pois a sensação é de que outro evento pode ocorrer a qualquer momento (SANTOS, 2007). Por isso, as vítimas ficam em estado de prontidão constante e reagem fisiologicamente ao medo que as abastece (JANOFF-BULMAN, 1992). Bauman (2008, p.9) contribui nessa discussão quando afirma que “uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo.” A hipervigilância deriva do medo que move e mobiliza, e se apresenta como forma de resguardar o indivíduo, diante da impossibilidade de se evitar plenamente a sensação de insegurança e risco iminente.

IV.4. Os medos não exorcizados

Se durante o *sequestro relâmpago* era importante não expressar excessivamente o nervosismo e o medo, na pós-vitimização, e passado o período de embotamento afetivo mais acentuado (para aqueles que o apresentam) diversas emoções dão sentido ao que foi vivido: ódio, raiva, tristeza, indignação, nervosismo, desespero, alívio, sensação de descarte, surpresa, e outras, incluindo as não nomeadas pela capacidade limitada da linguagem em traduzir emoções:

Ódio: “*Você cria também uma frieza, você cria um ódio*” (Bento)

Tristeza: “*Meio que foi triste, um pouco triste, né? Por me sentir refém desse tipo de situação. Saber que a qualquer momento pode acontecer novamente, mas aliviado. Aliviado por não ter acontecido nada demais.*” (Jonas)

Raiva: “*Eu fiquei com tanta raiva*” (Elena); “*Eu chorava, mas eu chorava era de raiva. Eu sentia muita raiva! (choro) [Raiva] dele! Do ladrão! De me fazer de boneco! De fazer assim ‘eu vou levar o que é seu, que você comprou com tanto sacrifício!’ . Com tanto sacrifício você compra, você trabalha, você compra suas coisas e vem uma pessoa assim do nada e diz eu vou levar que é meu. Com que direito ele tem de levar o que é meu?*” (Melina).

Sensação de descarte: “*O que me chamou atenção foi que parecia uma coisa tão banal para eles. Uma coisa de que eles iam me pegar aqui, depois iam pegar outro [...] como se estivessem com um boneco no carro*” (Telmo); “*me senti violentada... me senti traumatizada.. eu me senti descartável naquele momento*” (Eleonora)

Indignação: “*Depois desse episódio, eu fiquei um tanto quanto indignado*” (Telmo); “*Você acredita que ele meteu a mão no bolso, tirou do meu dinheiro, cinquenta reais e me deu pra eu pegar o taxi. Do meu dinheiro!*” (Melina).

Nervosismo: “*O nervosismo veio depois, eu acho que quando ele saiu, quando eu estava já seguro, eu fiquei mais nervoso do que no momento, foi demais..*” (Inácio)

Nesse contexto, a reatividade ajuda a dar vazão às emoções sentidas tão intensamente:

Eu fiquei mais nervosa, mais estressada, mais agressiva, sabe? Com todo mundo [...] Não meço as palavras. Eu fiquei muito agressiva, eu acho que fiquei. [...] Não tenho muito paciência mais assim, de falar, antes eu tinha, agora não tenho. .. O psicológico também não ficou totalmente bom porque eu não tinha medo disso, não tinha medo daquilo, agora eu tenho medo disso e tenho medo daquilo.. [...] Eu não fico de porta fechada no banheiro. Agora, meu quarto eu não ficava de porta fechada, não fico com a porta fechada do quarto. Elevador, sozinha eu não entro mais fechado, então muitas coisas atrapalhou minha vida.

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Em meio a essas emoções, e mesmo em estágios do enfrentamento em que tais emoções já estão menos voláteis, o medo permanece. O ponto crucial do medo gerado pelo *sequestro relâmpago* é o susto e a sensação do inesperado. Ele ocorre repentinamente em espaços públicos, numa cena cotidiana que faz parte do repertório de vida e rotina diária das pessoas. Encarceramento e espaço público estão emaranhados: o cárcere se deu em meio a esse espaço e pode acontecer novamente e repentinamente em meio a ele. Ser capturado em frente ao prédio onde se reside ou ao chegar ao trabalho, por exemplo, são cenários que tornam as rotinas relativamente estáveis de vida desses sujeitos em incertezas. “O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar

algum se pode vê-la” (BAUMAN, 2008, p.8). O susto – e com ele o perigo e o medo – pode acontecer novamente a qualquer momento, em qualquer lugar.

Um medo. Aquele pavor, mas um pavor tão grande que você não pode nem mensurar. [...] Eu tinha medo de tudo, tinha medo do escuro. Meu Deus, como é que eu vou agora chegar, voltar de noite em casa? Durante o dia não, durante o dia. [...] Eu senti assim um vazio tão grande dentro de mim.

Tiana, 64 anos, entrevistada 16 anos após SR.

Depois da vitimização, permanece o medo resquicioso, o “rastros de uma experiência passada de enfrentamento da ameaça direta”, denominado por Bauman (2008, p.9) de “medo secundário”. Esse medo ajuda a modelar a conduta humana ainda que a ameaça real não esteja mais presente em cena.

Mas como já tem um ano e meio já sinto que está ficando um pouco mais leve assim. E eu faço terapia, já fazia terapia quando eu fui... Continuo fazendo. [...] Ajudou! Então eu acho que está sendo cada dia... Eu ainda sinto muito ele ainda presente na minha vida em muitos momentos assim que eu estou no carro, que eu estou deixando alguém, que eu estou... Eu sinto bastante. E ainda assim, eu sinto muito mais medo hoje do que eu já senti antes. Então isso muda um pouco, hoje em dia eu estou sempre tensa, principalmente quando eu estou no carro, eu estou sempre tensa.

Talita, 31 anos, entrevistada 1,5 ano após SR.

O medo da revitimização ferve nos ex-reféns. Não raro, entretanto, algumas vítimas se deparam com revitimizações reais. Nessas situações, Elena e Murilo declararam sentir muita raiva no momento que foram novamente abordados. Novos episódios têm o potencial de reafirmar à vítima que ela é detentora de vulnerabilidade única (PERLOFF, 1993), que ela está em mais risco de passar de novo por uma situação extrema de vida ou morte.

O medo que os ex-reféns sentem de sofrerem nova vitimização não se restringe a si mesmos. Se durante o sequestro relâmpago e logo após a sua soltura, as vítimas vivenciam o pavor da própria morte, na sua experiência pós-vitimização, esse medo se estende àqueles que se ama.

Hoje eu tenho mais medo de minha esposa ser assaltada do que eu. [...] uma mulher sozinha é mais vulnerável. Às vezes um assalto a mulher não envolve só o bem material. Envolve a questão da sexualidade, do estupro, da violência, entendeu?! [...] Então, por exemplo, eu ligo para ela se ela demora muito, se dá na caixa eu já fico estressado, eu acho que pode ser um assalto, entendeu?!

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

E o pior que eu acho que pra quem passa tudo isso é pensar que isso pode acontecer com uma pessoa que você gosta, entendeu? Eu penso de vez em quando eu estou mais paranoica, mais ansiosa, eu penso repetidamente que isso pode acontecer com a minha mãe, ou com a minha irmã, entendeu? Nem com meu pai porque representa um pouco mais de força, sei lá, eu acho que ele se viraria melhor mas pensar na minha mãe, minha irmã eu fico muito ansiosa às vezes, com pensamentos repetitivos, de que alguma coisa pode acontecer com elas.

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Antes as pessoas sabiam que estavam expostas a violência urbana, mas não achavam que aconteceria com elas. Percebiam-se em menos risco do que outros de sofrerem algum evento extremo de vida. Apesar de testemunharem virtualmente (e indiretamente) tantos acontecimentos violentos, sentiam-se relativamente seguras. “*A gente acha que não vai acontecer com a gente, né. A gente às vezes vê isso na tv, vê coisas, mas acha que não vai acontecer*” (Telmo, 38 anos); “*A gente nunca imagina que isso vai acontecer com a gente, acontece com os outros, mas comigo? Jamais, não vai acontecer, ledo engano*” (Melina, 56 anos); “*Eu sempre pensei que nada disso fosse acontecer comigo, e aconteceu*” (Eduardo, 19 anos).

Agora, que de fato aconteceu, a ameaça parece próxima, sorrateira, colocando em risco também suas famílias. Os relatos de Murilo e Eleonora evidenciam que, mesmo dentro da família, teme-se mais um possível ataque às mulheres e às crianças, dada a noção de que possuem condição diferenciada de vulnerabilidade (seja pelas possíveis violências empregadas pelos algozes, seja pelas capacidade que a vítima teria de lidar com as suas repercussões).

As vítimas passam de um estágio de “prevenção”, “cuidado” ou “desatenção” na pré-vitimização para um estágio de hipervigilância, reatividade fisiológica e “paranoia” como resposta a um mundo onde a autopreservação não é garantida. Com o tempo, e as várias formas de enfrentamento que discutimos ao longo deste capítulo, a hipervigilância se ameniza – para uns mais do que para outros, é o “cuidado”, “precaução”, “alerta”, levando à consciência movimentos cotidianos até então quase que automatizados – embora ainda permaneça alimentada pela desconfiança e medo dificilmente exorcizados.

O *sequestro relâmpago* gera uma ruptura biográfica e todas as vítimas se sentem transformadas de alguma maneira. Nesse processo, elas podem recuperar um senso de mundo que faz sentido (JANOFF-BULMAN, 1992), mas a experiência de estar e ser nesse mundo é outra, pois a visão de mundo que se constrói depois da vitimização também é outra: um mundo no qual o medo ainda é protagonista. “Muitas batalhas serão vencidas na guerra

perpétua contra o medo – e no entanto a guerra em si pode parecer tudo, menos possível de ser vencida” (BAUMAN, 2008, p.73). Os participantes relatam se percebendo mais “desconfiado”, “preconceituoso”, “*eu passei a ficar maldoso*” (Murilo).

Subjetivamente [minha vida] mudou. Mais as sensações de estar no mundo. Eu era muito mais tranquilo. Eu não sou tranquilo de dormir nem nada disso, mas eu digo assim, sair. Por mais que eu não deixe de fazer as coisas, não seja uma coisa assim que eu diria um estresse pós-traumático ou alguma coisa do gênero, mas é diferente. Mesmo hoje depois, nos dois primeiros meses foi mais duro, mas ainda hoje não é a mesma coisa. Eu sou uma pessoa, digamos assim, mais nervosa e mais preocupada, mais assustado do que eu era antes. [...] Hoje em dia eu sou mais reativo, me assusto com mais facilidade. Isso com certeza é marcante.

Elias, 27 anos, entrevistado 3,5 anos após SR.

Ver as pessoas com outros olhos. Pra mim antes, era todo mundo normal. Eu achava o que, que uma pessoa arrumadinha era do bem, que geralmente ladrão andava desarrumado, mal-arrumado, de chinelo. E hoje eu não penso mais assim. Então isso pra mim, me marcou muito, sabe? Antes não, eu podia andar pela rua sozinha [...] Hoje pra mim, está do meu lado pode ser dentro do ônibus, em qualquer lugar [...] desconfio de todo mundo.

Brenda, 44 anos, entrevistada 6 anos após SR.

Eu acho que depois do que aconteceu comigo, as coisas mudaram para sempre. Eu acho que eu vou continuar tendo esse comportamento. Não só isso, tudo que a gente passa hoje na nossa vida social, do jeito que tá a violência aí.. Eu fui vítima, mas a todo momento tá acontecendo né, de uma forma ou de outro e infelizmente as coisas estão se encaminhando para situações cada vez mais inseguras, infelizmente essa é a realidade. Então isso me serviu a ficar mais atento a essas coisas. Eu era muito desligado! Eu ficava achando que era paranoia das pessoas, mas vi que não é. Isso tá aí, isso tá nas esquinas, isso tá nos estacionamentos de shopping center, de rua, de condomínios.

Telmo, 38 anos, entrevistado 8 meses após SR.

Muitas vezes, nossos informantes partem da violência perpetrada contra si para uma análise mais ampla sobre uma violência que percebem como generalizada.

Então toda vez que tem alguma zuada eu acordo, se o cachorro late muito eu levanto. Pode ser 4 da manhã, pode ser cinco. Então eu acho que é um lugar vulnerável, mas eu me pergunto o que que não é vulnerável hoje?

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Eu acho que a violência está muito grande, eu acho que aqui é pior que os outros lugares.

Dália, 35 anos, entrevistado 3 anos após SR.

Os dizeres “*poderia ter acontecido com qualquer um*” ou “*eu estava no lugar errado, na hora errada*” são fundamentados na tese amplamente defendida entre os participantes de que a violência “*foge ao controle da polícia*” (Ícaro), de um Estado desacreditado pois se prova ineficaz na prevenção e repressão da violência. “*Então você fica na verdade exposto demais a violência e você não confia no Estado. Eu acho que esse é o grande medo, você não confia no Estado*”. (Murilo, 41 anos); “*Como pessoa eu sou o cidadão mais descrente no poder público e passei a ser mais.*” (Telmo, 38 anos). As vítimas se percebem desprotegidas, enfrentando os conflitos sem a proteção efetiva do Estado, estando sujeitas a revitimizações provocadas pela capacidade destrutiva do algoz. À maioria resta o medo, a desconfiança, a indignação e a vigilância preventiva, como já exposto. Em alguns casos, entretanto, o desejo de vingança se concretiza em condutas retaliatórias. Na narrativa de Murilo, por exemplo, há uma indignação fervorosa quanto à impunidade existente:

Aquilo vai ficando entalado, vai ficando entalado. Aí eu vou te perguntar: O cara que roubou meu pai foi preso? Não foi preso. O cara que correu atrás de mim foi preso? Ele não foi preso. O cara que levou o meu carro no *shopping* foi preso? Ele não foi preso. O cara que levou meus dois Cross Fox foi preso? Não foi preso. O cara que levou a moto foi preso? [...] Eu acho que se você percebesse que o cara paga pelo que ele fez, te daria um alívio. Talvez, eu não sei, talvez. [...] Você não acredita que o Estado vai prender ele e se o Estado prender, ele vai ser solto.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Neste Estado percebido por Murilo como inefetivo na punição daqueles que infringem as normas penais vigentes e o vitimizam, deixando de exercer o papel confiado ao poder público, outras formas de controle são colocadas em prática. Murilo então contraria o monopólio de uso da força pelo Estado, e assume a defesa armada dos seus familiares. Se o Estado não o protege, ele “deve” assumir essa função. Nesse ponto, ele deixa de recorrer às autoridades policiais porque agora se recusa “a admitir a interferência do Estado em sua vida privada.” (PAIXÃO, BEATO, 1997, p.246). Vale lembrar que Murilo é oficial da reserva do exército, e portanto, sua composição identitária é transpassada pelo “ethos militar” de “força máxima” com a “função de matar” (BRODEUR, 2004, p.487).

Eu comecei a fazer a investigação sozinho, entendeu?! Então a minha vontade era matar os bandidos. [...] Não há um sistema eficaz que o cara vá ser preso e vá se recuperar, não existe, entendeu?! Você se sente violentado. E na medida que o Estado não é capaz de agir no seu lugar você se sente no direito de agir por conta própria, entendeu?! Então se você pensar o Estado ele tomou para si o direito da vingança, o direito de punir, o direito de reagir, o direito de ressarcir, o direito... Se o Estado não exerce esse direito, então você começa a se achar no direito de você mesmo fazer aquilo, entendeu?! [...] Ligaram para aqui ameaçando que vão invadir a

casa, entendeu?! E aí eu fiquei na paranoia maior ainda, porque eu moro num sítio e é isolado em Lauro Freitas, eu não moro em condomínio fechado. E eu tenho minha esposa, na época eu não tinha filho, eu tinha minha esposa. E eu falei assim: Pô, só tenho eu para proteger minha família. Então eu passei a dormir na varanda algumas noites, entendeu?! E eu pedia a Deus para que eles aparecessem. Então nessa hora não vale a religiosidade, não vale a espiritualidade, entendeu?! Vale o instinto. [...] Não busquei [a polícia], porque sinceramente no fundo, no fundo eu queria que eles aparecessem...

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Murilo deixa de buscar a polícia por descrença que ela atue de acordo com o desejado e, com isso, recusa a interferência do Estado em sua vida privada (PAIXÃO, BEATO, 1997). No caso de Silvane (32 anos), o marido, também ex-refém, era policial militar e teria dito a ela que “*dois já caíram e um a gente não achou*” fazendo alusão ao fato de que ele e outros policiais teriam matado dois dos envolvidos no seu *sequestro relâmpago*. No caso de Milena (34 anos), seu primo advogado tinha “*coligação*” com policiais que passaram a investigar o seu caso. Um teria prometido “*olhe moça, não vou mentir à senhora não, eu vou procurar, mas se eu procurar, se eu achar eu vou matar*”, o que parece ter se concretizado pois o primo disse que teria “*resolvido*” a situação, mesmo a contragosto da nossa informante (“*sou socióloga, então fica uma questão da consciência*”). A identidade policial, “*ethos militar*” (BRODEUR, 2004) e o “*ethos do masculino*” (SCHRAIBER, GOMES, COUTO, 2005) fundamentam esses atos retaliatórios aos algozes, realizados por homens cujas masculinidades são cultural, política e historicamente construídas a partir dos sentidos de virilidade, violência, proteção e enfrentamento dos perigos (BRAZ, 2005; SCHRAIBER, GOMES, COUTO, 2005).

IV.5. Os sustentáculos sociais: Família e amigos

A experiência de se deparar com a mortalidade e todos os desdobramentos que esse trauma provoca pode, por vezes, ser sentida pela vítima como algo incompreensível para outros, mesmo por aqueles que lhe são mais íntimos. O indivíduo se vê lidando com questões surgidas de fatos não vivenciados por outros e, por isso, há uma sensação de que eles “*não têm como entender*”. Há uma experiência intransferivelmente pessoal, corporal, às vezes espiritual com a própria morte, que o indivíduo entende como sendo inalcançável por outros que não vivenciaram o evento traumático ou não vivenciaram *como* ele.

Qualquer pessoa que nunca viu a morte de perto, qualquer pessoa que nunca passou por uma situação de morte, quem não passou, minha irmã, minha mãe, eu acho que eles até não entendem certos comportamentos meus... mas não têm como entender mesmo, sabe, é uma coisa que a gente não explica. Quando a morte tá na cara da gente.

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Embora a experiência recém descoberta (ou confirmada) do “ser mortal” seja inalcançável a familiares e amigos, estes têm o potencial de exercer papel fundamental no re-enraizamento da vítima à sua vida mundana.

Eu sou uma pessoa que tem uma estrutura familiar forte, sabe, eu tenho amigos que são importantes pra mim, que me acompanharam nesse período. Então eu tive todas as possibilidades de me reerguer dessa experiência.

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Algumas vítimas, entretanto, como Milena, podem desejar não comunicar imediatamente o evento sofrido para familiares específicos, na tentativa de evitar sofrimento exacerbado e agravos à saúde destes; elas esperam um momento que se considere mais oportuno para comunicar.

Não sabia o telefone da minha obstetra, porque eu não tinha o meu celular e não sabia de cor e não queria que falassem com minha irmã porque minha irmã também estava grávida e em período bem inicial que poderia ter aborto. [...] E não queria que falassem com minha mãe, porque minha mãe é hipertensa. Então eu ainda ficava nessa neurose de me preocupar com um bando de gente.

Milena, 34 anos, entrevistada seis anos após SR.

Outras vítimas podem desejar poupar os familiares de detalhes do que foi vivido. Bento (43 anos), por exemplo, tem dificuldade de expor sua experiência traumática a familiares pois é o primogênito, “*a quem todo mundo recorre.*” Esse papel que exerce na família dificulta sua busca por conforto juntos aos seus e durante a entrevista ele informa acreditar que precisa lidar com os efeitos da sua vitimização sozinho. Entretanto, reconhece que compartilhar a experiência com “*a pessoa certa*” pode lhe trazer benefícios (“*ajuda pra caramba*”) e elege o irmão mais novo, como aquele a quem pode confiar suas dores, sem contudo colocar em cheque o papel que sempre exerceu diante de todos os outros parentes. Se analisado pela perspectiva de gênero, o relato de Bento nos apresenta à figura dele, como homem protetor,

que não pode expressar seu medo e deve ser o sustentáculo de força – física e emocional – da família.

Se você não tiver a pessoa certa, você tem que ter o dobro de força de vontade para vencer essa parte aí. É claro que ajuda você ter alguém para conversar, sentar e expor mesmo. Às vezes até desabar. Porque você não desaba com qualquer um. Tem pessoas que são mais fechadas, mais restritas. Tem que ter a pessoa certa para você chorar às vezes. Eu não sei se eu consegui chorar daquela época para cá, porque não é qualquer um que você... E na realidade na minha família eu sou o filho mais velho, então eu sou a quem todo mundo recorre.. Então para eu recorrer para baixo... Eu tenho um irmão, ele é mais novo de que eu, mas é o que eu mais gosto. [...] Se você não tem essa pessoa, você tem que se desdobrar mais ainda para vencer esse trauma. [...] É preciso você ter alguém para conversar, ajuda pra caramba. Você botar para fora, botar o que você pensa mesmo sem ter ninguém para estar criando um senso de moral.

Bento, 43 anos, entrevistado 2,5 meses após SR.

Outras vítimas podem também evitar contar sobre a experiência sofrida, para esquivar-se de culpabilizações, conforme relato de Otávia:

A gente combinou que não ia falar [...] com ninguém, não ia falar nem pra mãe dele pra não se preocupar porque os avós também. Lá, acabou falando só pro pai dele, que é mais, uma pessoa mais madura. [...] [Até hoje] nem a minha família sabe. Ninguém sabe. Eu contei pra minha tia, ela ficou tão assim. Depois de muito tempo ainda, muitos meses, eu contei pra minha tia. Aí, ela: “Ah, isso aí é porque você fica discutindo no carro”. Ela ainda me brigou por eu ser sequestrado. Fazer o que? [...] Eu não tenho uma relação muito legal com a minha família, entendeu? Eu sou muito afastada da minha família. [...] Eu sou mais chegada com meu pai, mas também não quis contar porque era perigoso ele me culpar. Na época do acidente de carro, ele falou que eu sofri o acidente porque eu só queria andar de carro. Então, é uma família meio assim, sabe? Um pouco ignorante, não entende as coisas. E eu acho melhor não contar porque também não surtiria efeito nem pra mim, nem pra ele. Eu acho que pra ele, isso seria mais um motivo pra falar mal de mim, ou sei lá. Não é só relação a isso, mas de nada eu conto. Nada, nenhum plano, coisa que acontece, nada. Conto nada.

Otávia, 26 anos, entrevistada 10 meses após SR.

Otávia evita falar sobre sua vitimização porque reconhece, a partir da dinâmica de relação estabelecida com sua família, que não encontraria neles uma fonte de conforto emocional. Ela presume, com base em experiências prévias, que sua família seria mais uma a reificar a violência sofrida e promover vitimização secundária ao culpabilizá-los. Vemos, portanto, narrativas de ex-reféns que evitam mencionar o fato violento ocorrido para evitarem sofrimento às pessoas amadas e também para evitar julgamentos. Nesse segundo caso, o papel de vítima tem o potencial de ser estigmatizador e torná-lo desacreditado (GOFFMAN, 2008).

Quando a história de vitimização é compartilhada com familiares e amigos, não raro se verifica a culpabilização das vítimas, conforme aponta a literatura. Há culpabilização, mesmo com sutileza do discurso.

Meus pais sempre foram um pouco preocupados demais e eles sempre acham que eu me exponho muito. Que na verdade, sei lá, porque eu volto dirigindo três, quatro horas da manhã. O que eu sinto às vezes é uma cobrança para eu não me expor tanto. Eu não vejo como uma exposição, quer dizer, talvez até seja, mas eu acho que para eu mudar isso, esse estilo de vida, deixar de sair, de frequentar os lugares com medo eu teria que mudar de cidade, entendeu?! Então eu continuo fazendo as coisas que eu faço antes, talvez com um pouco mais de medo.

Talita, 31 anos, entrevistada 1,5 ano após SR.

As pessoas me perguntavam “*não é possível, você não deu jogo de luz para o policial, você não abriu a porta*”. Eu falei assim “*como?*” Se ele sabe dirigir, ele sabe o que é um jogo de luz. Se eu abrisse a porta ia me machucar de qualquer jeito, podia outro carro passar por cima de mim.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

Ela me achava desatenta, que eu era vítima porque eu era desatenta.

Elena, 28 anos, entrevistada 3 anos após SR.

Tal **culpabilização** segue o mesmo princípio da auto-culpabilização observada em vítimas diretas: é uma forma de reafirmar a lógica de causa-consequência do que acontece com as pessoas. Este princípio é basilar na segurança psicológica dos sujeitos, pois confere ao mundo um caráter não-aleatório, no qual se pode ter certo controle sobre o que acontece consigo mesmo (JANOFF-BULMAN, 1992).

Assim, algumas vítimas evitam falar sobre a vitimização para familiares no intuito de poupá-los de sofrimentos ou evitar julgamentos – conforme mencionamos acima – e também, como acredita Telmo, falar ou pensar a respeito “*atrai*”:

Fora que eu acho que se a gente ficar muito nas coisas, acaba atraindo. Não sei isso.. isso pra mim funciona. Então eu prefiro não pensar nessas coisas que acontecem, nesses noticiários. Tanto que eu não vejo essas porcarias, esses programas policiais, eu não gosto de estar vendo essas coisas negativas porque eu acho que acaba atraindo coisas ruins também. [...] Foi uma situação desagradabilíssima que eu espero que nunca mais aconteça, mas.. não é algo que eu comento com as pessoas. Eu comentei poucos vezes isso com as pessoas, eu procuro não dar muita trela para essas coisas. [...] Não vale a pena ficar falando dessas coisas, desse assunto, eu prefiro lembrar desse lugar aqui como o lugar que eu cresci, que eu tenho amigos, que até hoje eu convivo aqui com pessoas maravilhosas e tal e não um lugar como o que aconteceu esse fato. Aconteceu, deixa pra lá.

Telmo, 38 anos, entrevistado 8 meses após SR.

Falar sobre o ocorrido, para ele, é dar uma importância ao fato vivido que ele expressa não deseja dar, como se precisasse expurgar a experiência da memória para que ela não se apossasse do valor simbólico que o local da sua captura tem para ele – o condomínio onde passou sua infância e onde sua mãe, até hoje, possui um bar. Telmo prefere convocar memórias afetivas mais remotas para não desconstruir a representação do local.

Há vítimas que relatam evitarem falar a respeito do *sequestro relâmpago* pois percebem que ainda se sentem emocionalmente debilitados ao recordarem, como Eleonora. Há aquelas que apesar de logo após o evento terem relatado a várias pessoas, percebem não desejar mais falar a respeito.

Eu não gosto de ficar falando sinceramente [sobre o *sequestro relâmpago*], não é um assunto que eu vou sentar numa mesa de bar pra ficar repetindo (risos). Mas também não é nenhum drama, na minha opinião, nada demais, eu conversaria com você, pro seu projeto e tal, conversaria outras vezes se fosse necessário, com algum objetivo, não é uma coisa que eu gosto de ficar falando no dia a dia assim porque é desagradável. [...] Na época conversei com todo mundo que eu conhecia, eu contava pra todo mundo que eu via pela frente, não sei nem porque (risos) mas eu contava.

Uiara, 25 anos, entrevistada 7 meses pós SR.

Se antes falar a todo momento tinha um objetivo – processar a vitimização no seu sistema conceitual (JANOFF-BULMAN, 1992) – agora não há mais. Se no início era importante narrar sua história, no momento que Uiara está agora, falar a respeito é remetê-la a um momento no qual ela já não mais se encontra e não quer se reconhecer nele.

A maioria das vítimas fala a respeito da vitimização para familiares e amigos, pois percebem que narrá-la e compartilhar a experiência lhes traz algum tipo de conforto e aceitação. Ainda que se reconheça “o contar” como algo doloroso, há “um alívio e uma redução de sintomas após ter falado sobre o acontecido” (SÁ, WERLANG, PARANHOS, 2008). Narrar a história é compreendido como um processo de libertação “vou me libertando”, “soltar”:

Essa história eu acho que eu já contei umas quinhentas vezes, sempre alguém faz assim: menina, *quando você puder me conte como foi*, aí eu conto tudo de novo. [Contar a história] ajuda, porque eu vou contando, vou me libertando.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

O pessoal fala: *você tem que fazer uma terapia, tem que fazer uma terapia*, minha terapia é a academia. Converso com um, converso com outro, aí eu vou

desabafando. Porque se eu não falar que é pior, se eu ficar guardando, eu não gosto de guardar nada, prefiro ó, soltar..

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Eu acho que tem a fala terapêutica, entendeu?! Aí quem me ajudou foi a igreja [...] Depois do assalto, acho que foi no segundo assalto, eu visitei uma comunidade evangélica que tem um estilo diferente das comunidades tradicionais. Então lá são poucas pessoas, em torno de 30. Eles não têm templo. Eles se reúnem, alugam um espaço. E são pessoas extremamente unidas. E lá você não está proibido de falar nada. Então se você chegar lá e falar assim: Eu sou gay, ninguém vai te discriminar, ninguém vai te apoiar, ninguém vai te discriminar. [...] E aí foi o momento que eu tive chance de falar. E ao falar com aquelas pessoas eu comecei a chorar.. e minha esposa também, no ambiente. E as pessoas ao redor começaram a chorar também. Então eu acho que aquele foi um momento terapêutico para mim, foi um momento onde uma coletividade... eu já conhecia eles, mas nunca nesse ambiente de coletividade. Um era meu colega, o outro era da faculdade, o outro era professor. Mas aquele momento de coletividade, aquele momento social ali, aquele papel foi o primeiro momento. Ali foi bom para mim, aquilo me fez muito bem. [...] Então ali eu me senti a vontade para falar o que eu sinto. Outra pessoa que me ajudou foi minha esposa.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Diversos informantes expressam reconhecer a família (pais, cônjuges, filhos, etc.) e os amigos como fontes de solidariedade em momento tão peculiar de suas vidas. Como exemplos, pai e mãe de Késia vieram do interior no mesmo dia em que descobriram o que havia acontecido com sua filha. Uiara (25 anos) contou com a ajuda de familiares para questões da continuidade do seu dia-a-dia, como empréstimo de dinheiro, carro, etc.. Larissa, até o momento da sua entrevista, não saía sozinha de casa, precisando sempre ser acompanhada; para a entrevista ela foi acompanhada por dois cunhados.

Fiz um relato e mandei por email para todo mundo que eu conhecia. [...] Isso até uma e tanta da manhã eu estava no computador e as pessoas me respondiam. As pessoas estavam assim, os colegas “*o que foi que aconteceu?*” “*Como é que você está?*”. Me ligavam, meu celular não parou de tocar. Quer dizer, uma solidariedade dos colegas.. [...] Ai eu fazia “*meu Deus do céu, que bom que meus colegas.. no msn..*” eu fiquei no computador porque eu não tinha o que fazer.. eu tinha que.... botar pra fora! Ai eles me respondiam, quem fica até tarde. Quem não fica até tarde que viu no dia seguinte, ai me ligou. No dia seguinte eu não fui trabalhar não, na quinta feira já era quinta-feira santa. Mas as pessoas me ligavam aqui pra casa. As pessoas mandavam email. Assim.. teve uma colega, quando ela soube “*Meu Deus do céu! Domingo mandarei rezar uma missa para você! [...] missa em ação de graças, pela sua vida!*”.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

A família e a rede de amigos são arranjos sociais que, impulsionados pelo afeto, têm o grande potencial de ofertar às vítimas de *sequestro relâmpago* a sensação de serem

novamente protegidas, respeitadas e confortadas. A partir do valor que lhe é conferido por pessoas com quem compartilha laços afetivos, a vítima pode recuperar seu senso de valor próprio, por vezes fragilizado devido às violências sofridas.

Como exemplo, Eleonora deve a sua relativa melhora à terapia e a “*minha família que me apoiou, meus amigos [...] foi super importante, essas pessoas me ajudaram, foi como quebrar uma perna, como fazer uma reabilitação mesmo, sair comigo na rua, aguentar minha chatice, de ficar: ‘fecha o vidro, cuidado, acelera, freia...’*”

Tem a vida com a família também que lhe abraça, lhe da aquela proteção, né? Quer te proteger, graças a Deus, minha família é muito unida, eu tenho nove irmãos.

Dirceu, 52 anos, entrevistado seis meses após SR.

Pedi a todo mundo, meus amigos, minha família, que respeitasse também. Não ficasse tentando forçar a barra. Foi como eu falei, tudo que eu estou tentando fazer pra sair dessa situação, eu estou fazendo, mas tem horas por exemplo, não force a barra pra eu dirigir sozinha, porque eu não quero dirigir sozinha agora, porque eu não estou me sentindo a vontade, e eles estão respeitando. [...] Mas é como eu estou falando, eu estou me estimulando a fazer as coisas, porque eles também estão me respeitando. O respeito deles está sendo muito importante para que eu consiga também. Porque eu também estou me respeitando. Respeitando o meu medo, respeitando o que eu passei. Respeitando o que eu estou sentindo em relação a isso. Mais importante do que eles me respeitarem, é eu me respeitar e saber o que eu estou passando.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Familiares e amigos – pessoas do círculo de intimidade e confiança dos ex-reféns – são, enfim, fundamentais na co-construção de novos sentidos e ressignificação da experiência.

Meu irmão dizia “*vão-se os anéis, ficam-se os dedos [...] Deixe pra lá. Compre tudo de novo. Não vale a pena porque isso tudo o pessoal já tá tudo combinado. É caixa de banco, é caixa de supermercado, é porteiro de supermercado. Tudo é igual. Com certeza alguém vai levar um pouquinho daquele carro ali. Deixe pra lá*”. Eu disse, como é meu irmão mais velho, uma pessoa muito querida, muito boa, eu disse eu vou deixar pra lá.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

Então quando ela [esposa] chegou ao local do assalto. Ela veio com o carro dela e tal, mas eu senti que ela chegou fragilizada emocionalmente. Só que ela é uma pessoa extremamente positiva para muitas coisas, então ela é assim muito agradecida a Deus, sabe? Bem... Aí ela já me abraçou. Falou assim: “*Oh, filho, que bom que foi só o carro, que você está vivo, que nada de ruim te aconteceu.*” Então aquelas palavras dela, era a visão certa para o fato. Só que a minha visão era visão negativa, entendeu?! Era a visão de que esse monte de vagabundo, tem que pegar mesmo e tal. Então era um casal que um tinha a visão eu diria assim mais ponderada. Eu diria assim: Aquele que vai aconselhar quem se deu mal tem que ter

esse discurso, porque você vai amenizando a raiva. Então ela veio extremamente ponderada falando isso. E eu vim do outro lado “*tem que matar com esse vagabundo*”. Só que eu acho que eu contaminei ela com essa visão, porque hoje ela já repete esse discurso. “*Ah, vagabundo tem mais é que se dar mal mesmo, vagabundo tem mais é que sofrer.*” E aí eu percebo que ela já faz um pouco do meu discurso. Então é como se tirasse uma média dos dois. Aí eu me humanizo por um lado pelo discurso dela e ela também se perverte entre aspas, do outro. E já tem esse discurso: “*É, é isso mesmo.*” Sabe?! Então às vezes eu percebo ela com esse discurso parecido com o meu.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Na narrativa de Murilo, ele reconhece o papel da esposa em ajudá-lo no enfrentamento emocional da vitimização sofrida e vai além, reconhecendo o seu papel em transformar os sentidos da esposa também. Ao tempo em que a esposa influencia seu marido a dissolver a raiva, ela é também influenciada caracterizando claramente um processo de vitimização indireta (que examinaremos no próximo capítulo). Murilo também busca apoio informal com um “*amigo psicanalista*” e um grupo religioso que considera ter sido “*terapêutico*”.

Outros assim como Murilo, a exemplo de Ícaro, Itamar, Bento, Telmo, Tiana, Dália, Lavínia, Larissa, Teodoro, e demais, elaboram sentidos mais amplos sobre sua vitimização e sobre a vida (nas suas incongruências e na sua continuidade) na *crença religiosa, fé* ou *espiritualidade*:

Eu foco a lição que Deus me deu. Foi para eu tirar uma coisa de lição, senão eu tinha embarcado. E aí eu tenho força nisso.

Bento, 43 anos, batista

Se aconteceu de eu sobreviver foi da vontade de Deus, se fosse eu morrer, morreria seria da vontade dele, eu não me preocupo muito com isso, então não chega a ser solitário, eu sou muito amparado por isso, é por esse relacionamento que eu tenho com Deus na minha vida.

Ícaro, 27 anos, cristão

[Durante o *sequestro relâmpago*] Eu me senti forte. Eu me senti corajosa realmente. E na realidade eu frequento um grupo, eu sou kardecista [...]. Quando foi domingo eu cheguei lá no centro, eu virei para o dirigente [...] “*você não sabe o que foi que aconteceu comigo?!*” Ele olhou assim para mim: “*Eu sei, você até cantou na hora, não foi?!*” Ah, minha filha, mas na hora que ele me disse isso foi um choro rô rô. Aí eu tive certeza que eu não estava sozinha. Mas não estava de maneira nenhuma. Aquela coragem não foi minha, filha, mas não foi mesmo. Eu sou medrosa, eu sou.

Tiana, 64 anos, espírita kardecista, havia cantado para se acalmar durante seu *sequestro relâmpago*

O pai de santo interpretou meu assalto como sendo um trabalho feito, entende?! Que tinha uma pessoa... Tanto que depois disso essa pessoa que o pai de santo falou, meu marido não quer ver pintada de ouro na minha casa, que é uma ex amiga minha. Eu chamo de ex amiga minha, porque eu não tenho [mais relação nenhuma]. [...] e que

quem tinha me protegido foi Iemanjá, que é meu axé de cabeça. Então assim a interpretação dele também... Eu não tenho muito assim... Tenho conexão com o candomblé, mas não assim do jeito que ele tem [o marido]. Então ele ainda tem isso assim, tipo assim: *Pô, ainda por cima foi resultado da maldade de alguém. Alguém fez isso para você, entendeu?! Então assim, por mais que seja coisa do passado, essa voz assim dele, de vira e meche trazer isso a tona assim também, entendeu?! [...]* Se ele pudesse ele exterminava do universo.

Dália, 35 anos, marido é Ogã do Candomblé (um cargo)

Eu acho que eu fui amparada pela espiritualidade na hora que [minha filha] disse assim: *“Não, minha mãe, eu vou ficar em casa.”*

Lavínia, 48 anos, espírita kardecista, sobre a filha ter recusado o convite de sair com a mãe no dia em que ela acabou vivenciando o *sequestro relâmpago*

Aquele cara podia puxar a arma, aquele tiro podia ser disparado, podia pegar na minha filha, podia me deixar... Pronto, um monte de fator poderia acontecer, mas não aconteceu. Então ao que que você deve isso? Aí eu falo: a sorte, ao livramento, a Deus, a benção, aí você vai evocar um monte de vocabulário e aí no meu coração existe essa gratidão a Deus porque não aconteceu. Eu também não tento explicar muito, sabe?! Eu aceito como um presente do imponderável. Que bom que não aconteceu. Não dá para explicar demais.

Murilo, 41 anos, batista

Por fim, entendemos que, embora família e amigos possam revitimizar os ex-reféns, dentre nossos informantes, muitos familiares exerceram e permanecem exercendo papel importante no alívio da ansiedade e na melhora da saúde mental da vítima, tanto no curto, quanto no longo-prazo (JANOFF-BULMAN, 1992; KENNEDY & SACCO, 1998). O amparo de familiares e/ou pessoas genuinamente dispostas a ajudar na pós-vitimização é especialmente importante na trajetória pessoal de enfrentamento tecida pelas vítimas diretas.

IV.6. Discursos sobre a saúde

A relação entre o *sequestro relâmpago* e a noção de saúde não é tão evidente quanto poderíamos supor. Quando perguntados se acham que o *sequestro relâmpago* afetou sua “saúde”, ou se havia alguma relação entre o *sequestro relâmpago* e sua condição de saúde, muitos ex-reféns responderam negativamente. Quando novamente questionados sobre terem seu “bem-estar” afetado, as respostas foram mais afirmativas, citando-se principalmente o sono e o medo remanescentes. O significante *saúde* parece remeter à materialidade do corpo físico, daquilo que se apresenta no biológico, correspondendo ao discurso biomédico de

saúde-doença. Assim, refletir sobre o seu *bem-estar*, um termo que se aproxima de uma “nova concepção de saúde [...] que deixa de ser um estado estático, biologicamente definido, para ser compreendida como um estado dinâmico, socialmente produzido” (BUSS, 2000, p.174) se firmou como um convite aos nossos informantes a falarem de modo mais amplo sobre como a experiência de vitimização repercutiu na sua saúde biopsicossocial.

Eu acho que o bem estar sim, o bem estar sim, a saúde não. A saúde talvez mental, né, da pessoa que vive na cidade e tal e o bem estar mesmo de poder, querer estar mais a vontade, chegar em casa 11 horas da noite, meia noite poder calmamente transitar do carro até o portão de prédio, sabe, sem achar que qualquer momento pode vir uma moto de lá, alguém armado e me assaltar. Então eu acho que essa questão do bem estar foi bastante marcante.

Bernarda, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

O prejuízo ao sono é uma repercussão bastante relatada no período logo após a vitimização. O desgaste físico e mental se mesclam interdependentemente: sem dormir, o corpo responde à exaustão com exacerbação das emoções latejantes das revivências e lembranças do *sequestro relâmpago*. Com isso, a falta de concentração é também inevitável nos dias que seguem à vitimização:

Eu não consegui dormir mais normal. Passei uns trinta dias sem dormir. Sem conseguir dormir, quando eu fechava o olho era a cena. A cena parecendo que estava acontecendo. E pesadelos. Agora eu já consigo dormir um pouquinho. Então isso afetou minha saúde, porque você sem dormir afeta todo seu sistema nervoso.

Bento, 43 anos, entrevistado 2,5 meses após SR.

Ficava sem dormir, às vezes pegava no sono e acordava assustado.

Dirceu, 52 anos, entrevistado seis meses após SR.

Já passou um mês, e eu continuo sonhando com isso... essa noite mesmo, sonhei com arma... sonhei o tempo inteiro... meus sonhos giram em torno disso... de arma, de confusão... não necessariamente com eles envolvidos... mas com essa situação de ter arma no sonho, de eu ser vítima de alguma coisa. Então você vê que eles causaram problema no meu psicológico. [...] Semana passada, eu tive semana de prova, eu vou te dizer, eu tive uma grande dificuldade de concentração, porque todo tempo eu queria me concentrar, e querendo ou não isso vinha na minha cabeça. Então você vê que eles me prejudicaram não só naquele momento, eles me prejudicaram e continuam me prejudicando até agora...[...] não estou dirigindo sozinha, são coisas que por agora eu estou tentando evitar porque aquilo fica, aquele susto fica.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Fora todas as repercussões já mencionadas (lembranças intrusivas, hipervigilância, comportamentos evitativos/defesas, medo, prejuízos ao convívio social, sensação de insegurança, etc.) algumas vítimas relatam, além da dificuldade de dormir e suas consequências, outras psicossomatizações da violência sofrida. Como exemplo, Melina (56 anos) foi diagnosticada com Liquen Planos que, segundo o discurso médico, tem relação direta com a violência sofrida, além de ter quebrado um dente durante o evento devido à tensão concentrada na mandíbula. Da mesma forma, o discurso médico informa à Milena que seu filho (o qual ela ainda gestava quando sofreu o *sequestro relâmpago*) adquiriu um “sopro” no coração por conta do trauma vivido por ela. As vítimas se apropriam do discurso médico para dar sentido às suas emoções e relação com o corpo.

A pediatra dele, quando eu fui na primeira consulta, ela perguntou se tinha alguma coisa, porque ele teve um sopro no coração, aí ela perguntou “*aconteceu alguma coisa na gestação, você passou por algum trauma ou coisa?*”. Porque o sopro dele era um sopro que era corrigível, que com o tempo quando ele crescesse ia melhorar, mas normalmente isso acontece quando a criança passa por algum tipo de trauma, às vezes, um trauma, mesmo no parto, no parto normal que tem muito sacrifício. [...] Essa foi a única sequela. Mas logo depois ele ficou bom. A gente descobriu o sopro quando ele tinha uns três meses, e lá pelo nono mês dele de vida já não tinha mais sopro nenhum.

Milena, 34 anos, entrevistada seis anos após SR.

Eu contei a ele [o médico] o que tinha acontecido, ele disse: “*ah então foi por isso mesmo, em decorrência do sequestro que você pegou esse Liquen.*” [...] Eu fiquei com a gengiva toda ferida, toda vermelhinha. Agora eu tive que fazer uma cirurgia pra tirar o dente que partiu na raiz.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

Algumas ex-reféns temeram que a vitimização pudesse provocar “síndrome do pânico”. Lavínia, como exemplo, depois da vitimização, dormia mal, tinha sensação de que “*tomava choques*” e apresentava “*labilidade emocional*”⁷¹. Dália também teve receio de voltar a ter crises de pânico, como havia tido no passado. E Claudia, que apresentava sono alterado e sintomas comuns de síndrome do pânico, temia que pudesse ter um “*derrame*” a qualquer momento: “*uma sensação de falta de ar, de mal estar, de nervoso, de desequilíbrio, parece que eu vou ficar doida*”. Depois de diagnosticada com síndrome do pânico passou a temer por sua sanidade mental, não se reconhecendo como “*doida*” (essa auto-rotulação decorreu do fato de ter sido medicada com diazepam): “*eu não sou doida, eu não quero tomar*”.

⁷¹ Estado de instabilidade emocional, caracterizado por mudanças rápidas de humor e estado de ânimo, com emoções sentidas intensamente.

Eu não conseguia me deitar pra dormir. Quando eu deitava pra dormir, via aqueles homens em cima, eu via tudo. Aí eu fui pro médico [que] [...] passou medicamento pra mim, tarja preta pra eu tomar. Só que o remédio tarja preta, ele dá uns esquecimentos na cabeça, né? Você bota uma coisa no lugar, você esquece. Aí eu parei de tomar, só que aí eu fico sem dormir de novo. Eu comecei a tomar um natural, valeriana, mas a síndrome do pânico não me deixa não. Quando eu vejo um carro encostando em mim, quando vejo uma moto, quando eu vejo alguém já acho que vai acontecer tudo de novo. Não vivo! [...] Me ver tomando medicamento, vixe maria, nunca pensei em tomar, porque eu não aceitava quando a mulher disse que ia me dar uma injeção de diazepam. Eu dizia que eu não estava maluca. Quer dizer, ela dizia que era pra meu bem mas eu achava só doido que toma isso. Mas estou tomando por causa dessa agonia porque é uma coisa horrorosa, é uma sensação que a gente vai morrer ali, eu não posso morrer ainda, é complicado, é difícil...

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Na sua história de vida, Claudia parece se reconhecer como mulher de fibra, batalhadora, que sustenta filhos, mãe, tem a própria empresa e outro emprego, além de já ter perdido um irmão assassinado no ano anterior ao *sequestro relâmpago*. Por isso, constatar sua fragilidade emocional depois da vitimização (na verdade, depois de dois *sequestros relâmpagos*) e o rótulo de “*doida*” lhe apavorava por não se reconhecer mais como a mulher que sempre foi. Tomar o remédio tem um sentido de ambiguidade para esta informante. Ela se sente fora do que compreende como normalidade (“*Sempre fui pra academia, malhar, chegava em casa fazendo as coisas, indo dormir normal, hoje em dia eu não consigo fazer nada disso.*”) e para isso é medicada. Entretanto, ao ser medicada, se vê na categoria até então entendida como de “*doida*” e, conforme consome o medicamento, esse sentido não se altera, pois seu eu-“*normal*” não reaparece (o remédio promove esquecimentos e a atrapalha no seu trabalho). Ela toma o remédio para deixar de ser “*doida*”, mas continua sendo “*doida*” ao tomá-lo. Por isso, abandona o tratamento estipulado pelo médico, e só toma o medicamento “*quando fica muita coisa*”.

Não raro há menção de outros informantes sobre o **uso de medicamentos** para auxiliar no sono ou outros sintomas, desde suco de maracujá, relatado por Bento (43 anos), até lexotan, diazepam ou clonazepam. “*É um pânico mesmo, um trauma terrível que você fica. Eu não podia ver ninguém na minha frente, fiquei à base de remédio, em casa, em cima da cama, à base de remédio*” (Brenda, 44 anos). Os medicamentos são utilizados para amenizar os efeitos emocionais do trauma, na tentativa de modular os afetos (JANOFF-BULMAN, 1992). Késia (22 anos) fez também uso de medicamentos protocolares de remediação da violência sexual sofrida e outros para amenizar os efeitos colaterais daqueles. Uiara (25 anos), por sua vez, já tomava medicamento para o diagnóstico prévio de fobia social e estava sob efeito do

remédio quando foi sequestrada. Ela credita ao medicamento o fato de ter-se mantido calma durante e após o seu *sequestro relâmpago*.

Esse receio de patologização das repercussões da vitimização leva algumas vítimas a recorrerem a **profissionais de saúde** médicos, conforme evidenciado acima. Há vítimas que também buscam por outros cuidados profissionais, especialmente o profissional psicólogo. Antes de adentrarmos algumas dessas histórias, vale ressaltar que a busca por cuidados formais⁷² é demarcada por diferenças de capital cultural e econômico (“*eu pago seiscentos reais de terapia por mês, sabe, tenho como pagar*”, Eleonora): aquelas que relataram busca por psicoterapia eram psicóloga (Eleonora), médica (Lavínia), estudante de medicina (Késia), estudante de direito (Larissa), enfermeira (Silvane), sociólogas (Dália e Milena), empresária (Talita). Há de se evidenciar um recorte etário neste grupo de informantes e, de modo mais cortante, há uma diferença clara de gênero. Nenhum dos homens vitimizados participantes do estudo relatou busca por psicoterapia – e apenas Dirceu buscou os cuidados de um médico por conta dos hematomas decorrentes do seu *sequestro relâmpago*.

Então eu sei que não vou precisar de psicólogo, de ajuda nenhuma, eu vou tranquilamente eu vou levando. É só o tempo para eu absorver isso.

Bento, 43 anos, entrevistado 2,5 meses após SR.

Eu nunca procurei terapia, nunca fiz nada.. sempre busquei o caminho da auto cura...

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Citando Duby, Braz (2005, p.100) esclarece que “a dor é antes de tudo assunto de mulheres. [Deste modo] o homem deve desprezá-la, sob pena de ser desvirilizado e de ser rebaixado ao nível da condição feminina”. Como extensão desta afirmativa, entendemos haver um “ethos do masculino” segundo o qual o sofrimento (e não somente a dor física) não pode ser sentido, muito menos expresso. Buscar um médico, um psicólogo ou outro profissional reconhecido por sua atuação na área de saúde ou de cuidados pode significar, para o homem, igualar sua experiência à “fragilidade feminina”. Por isso, homens deixam de buscar cuidados médicos ou de cuidarem-se para manter um ideal de masculinidade. “Há um ‘silenciamento’ sobre o ônus de sustentar este ideal heroico. Isto pode ser visto na dificuldade, em parte, em procurar ajuda ou cuidados médicos, enfim, em ser assistido já que foram criados para assistir e prover” (BRAZ, 2005, p.100). Tal papel de assistência e proteção é observado no discurso

⁷² Os cuidados informais, como família, amigos e grupos religiosos foram mencionados no capítulo anterior.

dos nossos informantes masculinos quando eles deixam claro que temeriam um *sequestro relâmpago* de suas parceiras ou filhos, pois “teriam” que agir caso acontecesse “algo” (violência física, sexual..). Desse ideal de masculinidade culturalmente socializado deriva um dos “preconceitos mais comuns em relação ao sexo masculino”, aquele segundo o qual o homem sendo o sexo forte “é visto como forte a partir da dimensão emocional e física, o que implica outro [preconceito] que é do de não ser assistido e de não se cuidar.” (BRAZ, 2005, p. 101). Esse preconceito é, antes de tudo vivido pelos próprios homens, e reafirmado no convívio social. A propósito das vítimas masculinas entrevistadas, identificamos por vezes a busca por cuidados informais (família e amigos), mas na narrativa da violência e da pós-vitimização o sofrimento é menos denunciado por eles, do que por elas. Como exemplo, a reformulação da noção de “medo”, para a de “precaução” ou “alerta” entre dois dos nossos informantes: “*Eu não sei se é medo, é a experiência da precaução*” (Sócrates, 56 anos) e “*essa sensação de medo, sumiu não tem mais, é só uma sensação de precaução. Eu acho que até os três meses eu tinha medo, agora na realidade não é síndrome de apreensão, medo, eu acho que é um estado de alerta*” (Teodoro, 41 anos).

As vítimas-mulheres são aquelas que, autorizadas a sentirem seu sofrimento e expressá-lo, nos contam suas histórias de buscas por cuidados psicoterapêuticos. No relato de Lavínia, abaixo, ela sumariza a reflexão do que a levou a buscar esse cuidado:

A minha capacidade de liderar... Achando eu que eles eram os donos da bola, na verdade eles não eram, né, tão bons assim, mas isso foi uma coisa importantíssima, só que não dei vazão àquele instinto inato de sobrevivência que é de fuga, né?! Então daí vieram as consequências. Então assim, eu achei que eu ia, se eu não tivesse tomado uma providência ia fazer uma síndrome do pânico.

Lavínia, 48 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

A entrevistada temia “*fazer uma síndrome do pânico*” e, depois de orientada por um colega médico, procura atendimento de uma psicoterapeuta especializada em trauma, cujo trabalho ela acredita tê-la ajudado a exteriorizar as emoções contidas e enfrentar o trauma. A esse respeito, a psicoterapia pode se firmar como um espaço privilegiado de geração de novas versões sobre si mesmo e suas histórias. Para Garro e Mattingly (2000, p.7, citando Capps e Ochs), “‘Contar e recontar experiências’ promovem a oportunidade de terapeuta e cliente colaborarem no desenvolvimento de ‘versões alternativas de histórias’ que ‘cria novas compreensões’ enquanto também leva a uma ‘visão revisada de si e dos outros que além de remodelar o passado cria novos caminhos para o futuro.’” O sentido que Lavínia dá às

“consequências” que lhe surgem, o de que “*não dei vazão aquele instinto inato de sobrevivência que é de fuga*” pode ter sido uma das “versões alternativas” geradas da interação terapeuta-terapeutada, o que pode ter auxiliado Lavínia a reinterpretar a existência das suas emoções e finalmente vivenciá-las.

A psicoterapia é um apoio que Késia, Larissa e Milena declararam buscar, pois não se sentiam aptas a lidarem sozinhas com algumas repercussões já percebidas ou antecipadas por elas. O terapeuta, segundo Janoff-Bulman (1992), teria função dupla: a de ser um “outro cuidadoso”, promovendo uma interação cuidadosa e de aceitação; e ser aquele a auxiliar o cliente a minimizar a sobrecarga afetiva do trauma, maximizando as reavaliações da experiência. Késia (22 anos), por exemplo, como estudante de medicina, já antevê a possibilidade de apresentar TEPT e demonstra interesse em ter um acompanhamento psicológico. Na sua visão, a psicoterapia representa um recurso para prevenir repercussões – lembremos que ela vivenciou sua vitimização há apenas três dias e ainda se percebe embotada emocionalmente (“*apatia*”, como ela nomeia).

Como a gente pensa sempre algum, alguma coisa que possa trazer um transtorno pós-traumático, alguma coisa assim, eu pensei num acompanhamento por causa disso principalmente. Para não esperar chegar, entendeu?! Eu acho que tentar já ter um acompanhamento antes, para não esperar chegar e desequilibrar, até porque o internato⁷³ está aí e...

Késia, 22 anos, entrevistada 3 dias após SR.

Dália também recorreu à psicoterapia e a outras terapêuticas, como o Reiki, a Homeopatia e o Ioga. Embora não tenha sentido que iria morrer e também não tenha ficado com muito medo durante o *sequestro relâmpago*, Dália buscou esse cuidado formal para prevenir episódios de pânico já experienciados no seu passado. Ela acredita que esse itinerário terapêutico “*foi fundamental para não desenvolver uma crise de pânico. Para não ter um processo pior assim, psicológico. Eu acho que foi...*” (Dália). Muito da sua recuperação ela deve à Ioga-terapia, a qual ela já praticava antes e continuou praticando durante oito meses posteriores a sua vitimização: “*um divisor de águas na minha vida é antes e depois da ioga.*”

No que se refere ao bem-estar sexual, duas entrevistadas relataram dificuldades em lidar com a própria sexualidade e a do parceiro após a vitimização, que envolveu agressões sexuais:

⁷³ Período de estágio intensivo do estudante de medicina em um hospital ou outra unidade de saúde.

Nem pra ele [namorado], eu cheguei a abrir isso, porque se eu falar pra ele, ele vai piorar o que já está na cabeça dele, então é uma coisa que eu acabei guardando até pra mim...Só pra você mesmo que eu tô falando, afetou sim com certeza. Às vezes, até quando ele me toca, e eu me lembro daquilo, isso me dá até um repúdio até dele mesmo no caso, só que eu estou lutando porque eu sei que isso não pode acontecer, porque é como eu te falei, a principal coisa que eu quero é que isso não atrapalhe a minha vida e principalmente com ele que foi tão legal comigo.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Logo depois afetou muito sexualmente porque eles tentaram me violentar e eu fiquei assim.. juntou uma coisa com a outra, a gravidez, eles terem tentado fazer isso e meu marido ficou um tempão sem conseguir me tocar, então ele teve que ter muita paciência para eu poder deixar voltar a me tocar depois de ter tido outro homem me tocando.

Milena, 34 anos, entrevistada seis anos após SR.

A esse respeito, é relevante relembrar que vítimas de violência sexual, como Larissa e Milena, comumente têm dificuldade de reestabelecer intimidade, tanto emocional quanto física, depois do evento traumático (JANOFF-BULMAN, 1992). Por fim, há de se destacar que algumas vítimas pouco tempo depois de serem vitimizadas já sentem que precisam estar *saudáveis*: “até porque o internato está aí e...” (Késia); “Porque eu preciso estar saudável para dar conta das obrigações, sabe?!” (Tiana). Reconhecemos que há um mal-estar emocional severo que desencadeia mecanismos de enfrentamento, como afirmam muitos autores. Todavia, não nos esqueçamos de que há igualmente uma exigência societal da modernidade líquida de que “a vida continua”, “a vida não para”, uma cobrança cotidiana do *estar saudável*, o que pode dificultar que tais vítimas vivenciem seu sofrimento nos seus tempos singulares.

CAPÍTULO V A VITIMIZAÇÃO CAPILARIZADA: Repercussões entre familiares

Nosso trabalho, até o momento, acompanhou a vítima direta do *sequestro relâmpago* por vários estágios, desde o evento vitimógeno até as repercussões vivenciadas anos após a vitimização. Sabendo-se que a experiência dos indivíduos não é *per se* pois toda pessoa se constrói *em* relação, investigamos como um evento vitimizador afeta também as pessoas com quem a vítima direta se relaciona mais intimamente. Dessa forma, no presente capítulo, refletimos sobre como a vitimização de um familiar próximo pode afetar a vida dos outros membros da família, o que é definido pela literatura como vitimização indireta. Na primeira seção, abordamos como as vítimas descobrem o *sequestro relâmpago* vivido pelo parente, enfatizando o desespero e a sensação de impotência gerada quando a descoberta se dá enquanto o *sequestro relâmpago* está ocorrendo. Na seção “Efeitos nos familiares”, discutimos algumas repercussões comuns às vítimas indiretas, como a hipervigilância, a noção de proximidade da violência, a dificuldade em dormir, o medo da violência, a evitação social, além da ansiedade atrelada à “quase perda” do familiar sequestrado. Na última seção, tenha o *sequestro relâmpago* sido “superado” ou tenha ele gerado diversas consequências na vida e saúde da vítima indireta ocasionando uma visão de mundo desesperançosa, a experiência de vitimização é entendida como uma *marca* na vida.

V.1. A descoberta

A maioria dos familiares dos nossos informantes descobriu que seu parente foi sequestrado após a libertação. Em alguns casos, os familiares – pai, avô, mãe, marido, irmãos – são contatados pela vítima e acabam assumindo o papel de auxiliá-las no itinerário pós-*sequestro relâmpago*. Nesse momento, exercem importante função, pois são figuras que lhes inspiram confiança e lhes fornecem cuidados. Há também familiares que ficam cientes da vitimização somente após o retorno das vítimas aos seus lares, sendo, por vezes, poupados de detalhes específicos das violências sofridas, assim como há aqueles que nunca foram informados. Como tais aspectos já foram discutidos anteriormente, cabe refletirmos neste

momento sobre outro aspecto pertinente à descoberta dos familiares: diferenciar a experiência de se descobrir o *sequestro relâmpago* durante ou após a sua ocorrência.

A filha de Claudia, por exemplo, descobriu o sequestro da sua mãe através de um telefonema do pai. Ela aguardava a mãe buscá-la na academia de ginástica e como a progenitora não chegava, ligou para várias pessoas até finalmente conseguir falar com seu pai que, muito nervoso, disse que a mãe tinha sido sequestrada e mandou a filha aguardar na casa de uma amiga:

Só que ele falou muito rápido e gritando. Eu, no meio da rua, num ponto de ônibus. [...] Eu entrei em desespero, eu só ouvia aquela zoadá de ônibus, de carro e eu sozinha na rua, comecei a desesperar. [...] Fui para casa da minha amiga [...] cheguei lá desesperada, quase desmaiando. Como é que você dá uma notícia dessas que sua mãe foi sequestrada e não dá mais nenhuma notícia? [...] A primeira coisa que passa pela sua cabeça é a pior. [...] Fiquei três horas de relógio até dez e pouca da noite sem saber nada.

Filha de Claudia, 18 anos.

O relato da filha de Claudia demonstra o quanto estar ciente do sequestro, entretanto sem informações adicionais sobre se a mãe havia sido libertada ou como ela estava, pode afetar a saúde psíquica de pessoas com quem a vítima tem laços afetivos íntimos. O caso de Samir ilustra a mesma condição angustiante da espera por informações, o desespero de não saber (e de imaginar) o que está sendo feito com seu familiar raptado. A namorada de Samir havia sido abordada junto com ele, mas os algozes dispensaram sua presença e partiram somente com o namorado.

Ela [namorada] ficou muito mais traumatizada do que eu. Porque ela disse que a aflição dela ver o carro indo com os ladrões e comigo, aquilo ali pra ela foi desesperador. E eu entendo. Ela ficou gritando pro meu pai, ele mora no terceiro andar, ficou gritando. Meu pai apareceu na janela sem entender também, nisso já tinha os vizinhos. Ela subiu correndo as escadas e ligou para a polícia. E desesperada. Isso ela me contou, né. E meu pai desnorreado, andando de um lado para o outro sem saber o que fazer. Tanto que quando eu fui [liberado e andei] pro posto e liguei pra minha casa, foi meu pai que atendeu. Eu falei com ele que estava bem, que eu estava indo para casa. Ele me respondeu '*tudo*'. Ele não lembra nada disso. No dia seguinte, ele me falou '*você me ligou???*'. [...] Ele não lembra de jeito nenhum. Ele ficou transtornado. E minha namorada, esses minutos foram minutos de agonia para ela. Eu tenho certeza que ela estava bem mais agoniada do que eu lá dentro do carro. E apesar de eu estar detido, eu estava achando que estava indo tudo bem entre aspas.

Samir, 37 anos

Parece-nos importante evidenciar que diferentemente da pessoa que vivencia diretamente o *sequestro relâmpago*, o familiar não tem qualquer tipo de informação e controle

sobre o que acontece com o refém. Isso promove um estado de angústia imensurável para aqueles que ficam cientes do *sequestro relâmpago* enquanto a vítima ainda está sob poder dos ofensores. As palavras de ordem desses familiares são “desespero” e “impotência”. Não se sabe o que ele ou ela está passando, quem está com eles e o que pretendem. Diante desse drama angustiante, lidar com a fantasia (vítima indireta) pode ser muito mais deletério do que lidar com a realidade (vítima direta). Duas vítimas indiretas depõem nesse sentido: a primeira, filha de Tiana, estava estudando na casa de uma amiga no momento que sua mãe foi sequestrada no portão do seu edifício. Esse *sequestro relâmpago* foi testemunhado por pessoas da vizinhança que imediatamente acionaram o apartamento dela e um policial que residia no mesmo prédio. O segundo depoimento é da mãe de Dália, que se encontrava em outro estado no dia do *sequestro relâmpago* de sua filha e fez uma ligação para Dália (não atendida), enquanto esta era mantida refém pelos ofensores.

Eu sou muito apegada a minha mãe [...] e a gente sempre se falava, já existia celular na época. Coincidentemente, no dia do evento, eu não estava em casa, eu acho que foi a mão de Deus que me tirou, porque certamente eu teria um problema, angustiante, de saúde, [...] por medo, por desespero [...]. Se eu estivesse naquele dia em casa eu não sei se hoje eu estaria aqui, do tamanho do desespero que eu ia ficar, tipo assim, uma coisa é você saber depois que aconteceu, a outra coisa é você estar no processo do acontecimento. [Qual a diferença entre essas duas coisas?] O desespero, a impotência, você não sabe se a pessoa vai matar ou não, a pessoa que está lá, você não sabe o que ela vai fazer ou não, você não está na cabeça dele. A gente não sabe até que ponto ele estava lúcido, até que ponto ele estava drogado, qual a intenção dele. [...] Hoje eu tenho essa preocupação com minha mãe, eu acho que vou ter pro resto da vida e vou levar isso pra meu filho.

Filha de Tiana, 41 anos.

Eu acho que a situação em si [de descobrir sobre o *sequestro relâmpago*] foi até tranquila porque quando eu soube já tinha acontecido tudo. Eu acho que o pior é quando a pessoa está sentindo a falta.. Eu estava em Campinas, eu tive uma intuição. [...] Eu me dei conta que era o horário que ela pegava a filha na escola. E aí eu liguei pro celular dela, chamava chamava ninguém atendia. Liguei aqui pra casa, chamava ninguém atendia. Eu fiquei preocupada, achando que já era tempo de estar em casa, entendeu? Mas eu estava em um momento que estava me trabalhando muito na ioga, sobre essa questão da entrega, de abaixar o nível de preocupação. Aí nesse exato momento, eu realmente fiz assim “olhe, *daqui de Campinas eu não vou conseguir saber por que é.. de repente o telefone tá com algum problema, vou entregar a Deus, quando chegar eu ligo*”. Mas eu tive uma proteção tão grande que quando eu cheguei em casa eu me esqueci de ligar.

Mãe de Dália, 63 anos.

Não estar ciente sobre o sequestro enquanto há indefinições sobre o seu desenrolar protege os familiares de mais angústias⁷⁴. Há um alívio em conhecer a história quando esta já tem um “final feliz”: a sobrevivência da vítima.

V.2. Efeitos nos familiares

Dentre as 35 vítimas diretas entrevistadas, a maioria depõe que seus familiares ou parceiros íntimos vivenciaram alguma repercussão significativa relacionada à sua vitimização. Dos casos de exceção, Inácio, por exemplo, relatou que sua família não sofreu qualquer repercussão após seu *sequestro relâmpago*. Este depoente foi de uma das vítimas que disse ter ficado “*tranquilo*” durante o cárcere e apostou na eficácia do contrato, *sentindo* que ficaria bem: “*eu senti que eles não iam fazer nada comigo, em momento algum, então isso não me traumatizou tanto*”. Conforme seu relato, ele não se sente plenamente *traumatizado* pelo ocorrido, nos informando que as consequências para ele foram mais direcionadas à circulação urbana com o veículo: “*tenho medo de estar dentro de um carro na rua.*”, mas nega qualquer outra repercussão. Essa “leveza” com que trata a experiência de *sequestro relâmpago* que viveu pode ser um dos elementos a contribuir para a não vitimização dos seus familiares (na sua perspectiva é claro, já que não tivemos acesso a depoimentos dos próprios). Em outras palavras, seus familiares não foram de tal modo emocionalmente contagiados pela sua experiência pois, para Inácio, ela não foi de significativa gravidade. O familiar interpreta e age em relação à vitimização da pessoa amada a partir, é claro, da própria história de vida e dos significados que atribui a ela, mas também a partir de como a própria vítima direta se percebe afetada pela vitimização.

A esse respeito, segundo Bernarda sua mãe teria diminuído a preocupação em relação a ela após seu *sequestro relâmpago*, pois teria percebido que ela “já sabia se cuidar”: “*Eu acho que quando ela viu que eu saí de uma situação dessa e não aconteceu nada, ela viu que eu já sabia me cuidar, então... Até diminuiu esse cuidado assim.*” Essa informante, porém, foi uma

⁷⁴ Entretanto, vale pontuar que no caso de Larissa, 22 anos, sua captura foi testemunhada por vizinhos, o que possibilitou que seu namorado e cunhado, mesmo diante da angústia, acionassem ajuda da polícia, e esta, por sua vez, executasse uma intervenção bem-sucedida na libertação da refém. Portanto, embora tenham possivelmente ficado mais angustiados por saberem do sequestro de Larissa, isto possibilitou que a polícia agisse e, possivelmente, prevenisse algum desfecho mais indesejado.

das que declarou ter tentado poupar seus familiares, evitando contar detalhes da sua vitimização, portanto essa mãe não teve acesso “integral” à sequência de eventos ocorrida com sua filha.

A maioria dos depoentes, entretanto, vão na contramão da experiência de Bernarda. Os familiares, em geral, passam a apresentar comportamentos hipervigilantes em relação a situações que envolvem o veículo e a circulação urbana (como as vítimas diretas) e também em relação à pessoa que foi vitimizada.

Minha mãe depois desse negócio do assalto, minha mãe me liga assim várias vezes ao dia. Se eu não deixar o celular ligado, ela fica em pânico [...]. Ela só dorme depois que eu chegar e ligar.

Dália, 35 anos, entrevistado 3 anos após SR.

Se eu não atender o telefone, é problema, fica todo mundo logo desesperado.

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Se a gente já era próxima, ficou ainda mais próxima, tenho o cuidado hoje de saber onde ela está, eu ligo várias vezes, isso é uma coisa que eu tenho preocupação. Pra você ter ideia, eu voltei a morar no mesmo prédio que ela pra poder dar mais assistência. [...] Eu falo com minha mãe várias vezes ao dia, principalmente nessas entradas e saídas [de casa e do trabalho]. Se for olhando o horário que eu vejo que está chegando, eu [ligo e pergunto] “*minha mãe, a senhora já está vindo?*” Eu já fico na varanda, ela buzina, eu acendo a luz, depois desse processo, existiu toda uma dependência.

Filha de Tiana, 41 anos.

Como vemos, pode haver aumento da vigilância, monitoramento e da dependência entre familiares (PAES-MACHADO, NASCIMENTO, 2014). Dezesesseis anos após o *sequestro relâmpago* de Tiana, ela e sua filha (já casada e com um filho pequeno) moram hoje no mesmo prédio, em apartamentos distintos, e têm rituais de segurança, em que uma vigia a outra quando chega.

A gente chegou na rua, se por acaso a gente vê um carro passando, parado, uma pessoa em pé, a gente não entra, dá a volta e liga imediatamente: “*ó, vá pra varanda, ou acenda a luz, ou desça pra ver se pega alguma movimentação estranha*”, a gente faz a volta e liga na hora. Isso foi uma coisa que ficou depois do sequestro da minha mãe.

Filha de Tiana, 41 anos.

Há uma intimidade afetiva entre Tiana e sua filha que, inegavelmente, contribuiu para que a filha não só se contagiasse emocionalmente com a experiência traumática da mãe, como

também fosse diretamente vitimizada (“*maior trauma*”) pela “quase-morte” da pessoa que mais amava.

Tudo de minha mãe é comigo e tudo meu é com ela, é muito recíproco isso, posso dizer que somos amigas e companheiras, entendeu, então tá muito forte na gente, eu sempre digo pra ela, ela se dana quando eu falo, eu prefiro ir antes dela para não sofrer a perda dela, entendeu, é muito forte. [...] Eu acho que, na verdade, se alguém ficou com maior trauma, com maior prejuízo, foi eu do que ela, entendeu? Eu acredito que existe esse déficit, essa perda que ficou muito mais acentuada em mim do que nela, e eu acho que também eu superei por causa dela, porque ela tem um poder de superação e resolução de problemas que é uma coisa assim fantástica, eu disse a ela: “*quando eu crescer vou ser igual a você*”.

Filha de Tiana, 41 anos.

Ao contrário de Tiana e sua filha que fortaleceram seus laços e ritualizaram os cuidados ainda maiores de uma em relação à outra, em outro caso, Elena, a vítima direta, precisou se libertar da mãe que ela percebia a revitimizando com um “*comportamento protetor*” exacerbado. Segundo Elena, sua mãe “*já era neurótica, ficou bem mais neurótica depois disso*” e em certo momento precisou informar à mãe que “*Ou você quer uma filha doente, que não vai fazer nada, ou você me deixa viver minha vida. Porque eu não posso ficar refém dos sequestradores com eles tendo desistido de mim como vítima. Eles já desistiram de mim como vítima, não queira me deixar como vítima para sempre*” (Elena, 28 anos).

A filha de Claudia, de apenas 18 anos, nos relatou que “*Depois disso [do sequestro relâmpago] você acha que tudo vai ser sequestrado de novo, que tudo vai voltar a acontecer de novo com você.*” Agora a violência não está distante, o risco tornou-se realidade, o medo agora é íntimo e a violência é real.

É uma realidade muito dolorosa, muito doída, muito sofrida. Então você começa a pensar que como aconteceu uma vez pode acontecer outra. [...] O fato é que quando nunca acontece, você sabe da possibilidade mas é uma coisa distante da sua realidade, quando você passa na pele, é uma coisa muito próxima sua, entendeu? Então você fica com os dois olhos abertos.

Filha de Tiana, 41 anos.

A mãe de Dália, também entrevistada, colabora com essa compreensão de que se sente violentada por sua filha ter passado por uma situação que “*não é mais uma coisa de televisão*”, na qual o limite entre “*matar e não matar*” foi “*muito tênue*”. Quando questionada se acreditava que, de alguma forma, ela própria teria sido vítima do *sequestro relâmpago* de sua filha, sua resposta é afirmativa:

Quando acontece com uma pessoa muito próxima a você, você se inclui no rol dos violentados, porque até o momento que você é expectador, pela televisão, pelo jornal, sei lá, você sente distanciamento, né?! Como se você estivesse vendo lá. Você tem a compaixão, tem a piedade, tem a irritação, você fica apavorado com as coisas que você vê, entendeu?! Mas quando é com você, você vivencia muito mais numa situação assim: poderia ter matado a minha filha, entendeu?! Então esse limite entre o, digamos assim: o matar e não matar é muito pequeno, é muito tênue.

Mãe de Dália, 63 anos.

Esse medo, agora tão próximo, atinge não só os familiares adultos. As crianças – geralmente filhos e irmãos de vítimas diretas – também são afetadas e vivenciam seus medos e sofrimentos decorrentes da vitimização de forma compatível com sua maturidade linguística, cognitiva e emocional. O filho de Dirceu, por exemplo, de apenas cinco anos de idade, permaneceu “*durante muito tempo*” pedindo para dormir com o pai e para que ele não fosse à faculdade – local onde o pai havia sido capturado.

Eu fiquei uma semana sem dormir, meu filho ficou mais de quinze dias [...] quando eu dizia a ele que eu ia pra faculdade, ele dizia: “*não vá não, fica aqui comigo*” [...] [Depois que voltei para casa no dia do sequestro relâmpago] eu fiquei a noite toda acordado, ele ficou comigo acordado e tal; durante o dia ele dormiu, mas eu levei sem dormir nem nada, e assim durante muito tempo pra dormir ele só dormia comigo do lado. Ele disse: ‘*não, você não vai para faculdade não*’. Assim: “*eu tenho que ir pra faculdade, rapaz*”. [O filho] ‘*não você não vai, você vai ficar comigo*’.

Dirceu, 52 anos, entrevistado seis meses após SR.

O medo da perda, relatado pela filha de Tiana e pela mãe de Dália também foi expresso pelo filho pequeno de Dirceu, que introjetou também outras repercussões da vitimização, como a dificuldade de dormir. Eleonora também evidencia que sua irmã mais nova, na época com 15 ou 16 anos ficou “*pior*” que ela: “*a minha irmã ficou doente, a minha irmã ficou pior do que eu, de cama, era menor, então não queria ir pra escola, ela ficou com medo de sair*”. A filha de Claudia depõe no mesmo sentido, falando sobre sua irmã mais nova, de onze anos: “*Minha irmã é muito medrosa, minha irmã não sai nem ali na rua por causa disso tudo.*” O medo passa a ser vivido intensamente por algumas dessas crianças e adolescentes tendo em vista que o próprio pai e/ou mãe, figuras essenciais na construção da segurança ontológica dos filhos, passam a temer fortemente o mundo e as pessoas em volta. O período infanto-juvenil é uma fase de pleno desenvolvimento emocional, cognitivo, físico e sociocultural dos indivíduos, e vivenciar atos de violência, também indiretamente, pode gerar efeitos significativos no que tange à sensação de insegurança, socialização, desenvolvimento de laços de confiança, dentre outras dimensões da sua intersubjetividade. Por serem ainda sujeitos em

desenvolvimento, bastante dependentes dos progenitores ou seus cuidadores primários, a criança, principalmente, não tem ainda maturidade para se descolar da experiência de sofrimento dos pais. Em contraste, a filha mais velha de Claudia, de 18 anos, embora tenha enfatizado o medo que sente e os cuidados rotineiros que tem ao circular nas ruas e reconheça que “*o psicológico da família toda está abalado*”, deseja se libertar da “*prisão*” imposta pelos pais após as duas vitimizações da mãe:

Depois desse dia piorou tudo porque a gente parece que vive dentro de uma prisão. A gente não pode sair porque acha que vai ser sequestrada. A gente não pode ir ali porque acha que vai ter um assalto. Aí fica assim, detesto isso, sabe. Uma revolta dentro de você. Porque não aconteceu com você, aconteceu com sua mãe, mas mesmo assim você fica assim... [...] [Me sinto injustiçada] porque eu quero sair, eu quero aproveitar e não posso por causa dessa violência. E minha mãe acha que desse jeito, vai me segurar dentro de casa para não acontecer nada comigo [...] A gente acaba ficando enjaulado dentro de casa e esse pessoal aí do lado de fora fazendo o que bem entende. Uma coisa que eu não tenho culpa, ninguém tem culpa, a culpa é do Estado, mesmo assim a gente tem que ficar presa dentro de casa. Não acho certo. Tô perdendo minha juventude, a melhor parte da minha vida por causa disso. [...] A gente não tem aquele dia-a-dia normal que todo mundo tem. Se eu ficar 10 minutos sem atender o telefone é motivo para minha mãe ficar louca, desesperada, motivo de meu pai gritar comigo se eu sair e não avisar. Dez minutos sem atender telefone já é motivo pra isso tudo.

Filha de Claudia, 18 anos.

Quem sofre mais é ela [filha mais velha], porque eu fiquei pior ainda. Porque ela quer sair, não pode. Piorou muito depois [...] Não dá, não sai, só comigo e com o pai. A gente leva e vai buscar. Pode viver assim?

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Há uma assimetria na relação entre pais e filhos, na qual os adultos têm poder legal e socialmente instituídos de decidir como, com quem, quando, onde e o que adolescentes e, sobretudo crianças podem e devem fazer. Por isso, pais vitimizados e adoecidos pelo medo têm grandes chances de vitimizar seus filhos na tentativa de protegê-los. A filha mais velha de Claudia e a própria Claudia assinalam claramente essa condição. Sem a autonomia inerente à adulez que autorizaria o adulto a agir contra as exigências dos pais, como no exemplo de Elena em relação à mãe citado anteriormente, a filha de Claudia, ainda adolescente, tenta se “resguardar” do medo e da ansiedade:

Meu pai acha que eu ainda não tenho experiência de vida, que tenho muito que aprender... [...] Eu prefiro me resguardar um pouco mais disso que eles me passam, desse medo, dessa ansiedade e deixar um pouquinho isso de lado e viver minha vida.

Filha de Claudia, 18 anos.

Outra condição que a protege de vivenciar o medo da mesma forma que sua família é reconhecer algum nível de culpa da mãe na própria vitimização. Ela acredita que a mãe “*era muito dispersa*” e que agora “*está se policiando*”, não usando celular com tanta frequência como utilizava antes, usando roupas que chamem menos atenção. A primogênita de Claudia, ao contrário, se vê de outra forma.

Eu sou muito resguardada na rua. Na rua, eu não abro nenhum dente, sempre fui bem fechada, minha bolsa do lado, pra nada acontecer comigo, pra eu não dar motivo, porque o motivo quem dá é a gente. Se a gente fica dispersa na rua, aí sim atraí. Eu não, eu faço de tudo para não acontecer comigo. Graças a Deus eu nunca fui assaltada.

Filha de Claudia, 18 anos.

Ao entender que sua mãe teve alguma responsabilidade sobre a própria vitimização, a filha mais velha de Claudia se protege da noção de um mundo plenamente malevolente, cuja segurança pessoal e dos seus familiares estaria permanentemente em risco. Mundo este que parece ainda compor os pressupostos fundamentais dos outros membros da família naquele momento, quatro meses após o segundo *sequestro relâmpago* de Claudia. Curiosamente, a própria filha de Claudia menciona que seus pais “*estão vivendo no mundo que não é esse*”, como se o mundo que eles reconhecessem fosse diferente do mundo que ela acredita existir. Para a filha de Claudia, a visão de mundo que seus pais têm é respaldada, na verdade construída, pela reafirmação diária que têm, através dos programas televisivos, de um mundo “*pior*”.

Eles estão vivendo no mundo que não é esse. Primeiro eu acho que assistir esse jornal que eles assistem todos os dias, isso piora. Eles assistem de manhã, de tarde e de noite jornal com morte, com gente assaltada, com gente sequestrada, estuprada e só deixa eles piores, porque eu não assisto, se eu parar para assistir eu nem quero sair de dentro de casa, então eu não quero isso para mim. Eu quero viver na minha rotina normal, no meu dia-a-dia, então eu nem assisto. E já eles não, ficam hipnotizados nessa mídia, porque eu acho que a mídia que faz a cabeça da pessoa. Vendo isso tudo e acha que quando vê 10 assaltos, a cidade está pior. Não pode mais sair de dentro de casa. É isso que eu não quero. Aí eu bato testa, eu bato de frente dizendo que isso não é certo, porque a gente vai deixar de fazer o que a gente gosta por causa do que está acontecendo.

Filha de Claudia, 18 anos.

Retomando a questão da culpabilização, alavancada pelo caso de Claudia, este é um tema igualmente abordado por Larissa, que o relaciona às repercussões sentidas por seus familiares, especialmente seu pai.

Meu pai, que eu acho que foi quem ficou mais abalado psicologicamente com isso, porque ele ficou noites e noites sem dormir, ele acordava e ele andando pela casa... [...] logo depois que aconteceu... ficou a mídia em cima... [...] Passou na TV e saiu na internet em alguns sites... [...] Meu pai ficou o dia inteiro dentro de casa, assistiu todas as reportagens que você possa imaginar, todos os canais passaram. Eu não sei como, parecia uma coisa, ele ligava e todos os canais ele via.. [...] Aí eu saí de casa, foi até bom porque senão eu ia passar o dia inteiro assistindo... e ele ficou, foi o único que ficou em casa... e eu não sei por que realmente ele ficou pra assistir. Aí ele me ligou pra falar que ele viu que o mais novo era acusado de homicídio, que amarrou o cara no poste e atirou. Então com isso ele viu a periculosidade dele. Aquilo ali [...] tirou ele totalmente do sério, porque ele imaginou que o cara era tão perigoso a ponto de amarrar o outro no poste, de desferir diversos tiros, até que o outro viesse a óbito, ele deve ter pensado, *o que ele não faria com ela?* Acho que na cabeça dele de pai foi isso, e por várias vezes eu achei que na cabeça dele, ele achou que ele não me protegeu. Agora imagine a pessoa ficar com sensação de culpa? Ele não teve culpa nenhuma. Mas eu acho que até hoje na cabeça dele, a sensação dele é que ele não me protegeu no momento que ele deveria ter me protegido. Isso aconteceu na porta da minha casa, e ele estava em casa. Minha mãe fala toda hora: *“Eu deveria ter te levado no portão”* Todo mundo, até meu cunhado [...] *“Pô! Porque eu não fui no portão com você”* Então todos eles pensaram... minha irmã chorou demais... todo mundo se culpou de uma certa maneira... Ele se culpou porque ele achou que deveria ter ido na porta comigo, minha mãe se culpou porque achou que deveria ter me levado até o portão, e meu pai se culpou de todas as maneiras possíveis, até por eu ter um carro, ele se culpou, até por isso: *“Ah, porque você não deveria ter um carro... Ah, foi o modelo do carro que fez eles quererem te assaltar.”* Coisas que não tem nada a ver, pois eu poderia estar no carro que fosse, na verdade eles viram em mim vulnerabilidade. Foi isso que fez eles entrarem no carro comigo, eu tenho total consciência disso, que não foi o modelo do carro. Que não foi isso. Foi a questão que eu era uma mulher nova, dirigindo um carro em um lugar que apesar de ser dia, não tinha ninguém. Estava todo mundo dentro de casa, então era a oportunidade perfeita para eles. Na verdade, eu estava no lugar errado no momento errado e eles no lugar certo. Eles estavam procurando uma vítima e eu com a minha vulnerabilidade feminina fui a vítima perfeita pra eles, entendeu?

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

A auto-culpabilização dos familiares parece ter a mesma função que a auto-culpabilização expressada pela própria vítima direta: é uma tentativa de dar sentido ao evento traumático, promovendo a revisão dos comportamentos anteriores relacionados ao *sequestro relâmpago*, na perspectiva de prevenir próximas vitimizações, minimizando a noção de aleatoriedade do mundo (JANOFF-BULMAN, 1992). Devemos acentuar, todavia, outro elemento relacionado à culpabilização: há uma dimensão de gênero que permeia alguns relatos. O homem – pai, namorado, marido – é aquele que se reconhece no papel de proteger a mulher vitimizada – filha, namorada, esposa. Como já vimos anteriormente, isto é expresso por homens vitimizados junto com suas parceiras; e como vemos agora, é também expresso por homens que não foram vitimizados diretamente, porém tiveram figura feminina íntima sequestrada. Larissa, por exemplo, se reconhece como portadora da *“vulnerabilidade feminina”* e entende que seu pai *“foi quem ficou mais abalado psicologicamente”* com seu

sequestro, pois “*a sensação dele é que ele não me protegeu no momento que ele deveria ter me protegido*” (Larissa, 22 anos). Outros relatos seguem a mesma tônica:

Meu pai, você não tem noção... Eu estou aqui dentro de casa, minha mãe foi no salão ali e nesse salão eu acho que estava fora da rede, ou então não pegava o sinal. Sabe o que é meu pai ligar 30 vezes perguntando se minha mãe já tinha retornado, para ver se já tinha chegado em casa? E nada. Ele fica assim. Ele acha que já é tudo motivo de ir atrás de minha mãe, de ligar para a polícia. Se minha mãe ficar 10 minutos sem ligar.

Filha de Cláudia, 18 anos.

Ele [pai] nem estava em casa no dia. Quando meu pai chegou eu estava dopada de remédio que minha mãe tinha me dado remédio pra dormir e eu ainda acordei bem mais tarde. Meu pai ficou louco, ficou louco, ele perguntava pra mim quais eram os caras, que ele queria matar, ele mesmo queria ir matar os caras, entendeu? Como é? Ficava me pressionando para eu fazer o retrato falado, eu acho que ele, enquanto homem, se sentiu muito ferido, sabe?

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Sendo assim, com a masculinidade tradicionalmente sendo vinculada à noção de proteção e virilidade (BRAZ, 2005; SCHRAIBER, GOMES, COUTO, 2005), agrega-se ao representante masculino da família mais esta vitimização indireta. O homem sente-se pessoalmente atingido por não ter conseguido resguardar e garantir a integridade física da sua família.

V.3. História marcada

Nos relatos das vítimas indiretas entrevistadas, há uma noção do *sequestro relâmpago* como uma *marca* ou *tatuagem* na própria história, em que cabe a *superação*, mas permanece como *ferida* nunca plenamente cicatrizada.

É uma marca, é tipo uma tatuagem, vai estar ali o resto da vida, entendeu? Claro, que essa situação te deixa mais apreensivo, é, feriado, horário de saída, horário de chegada, muito cedo pra sair, muito tarde pra chegar em casa, existe uma preocupação, se eu disser que não é... mas assim, agora fica no automático também, em época de festa fico sempre mais apreensivo, feriado, que o pessoal rouba mesmo pra comprar presente, essas coisas. Agora eu acho que assim, é uma ferida, que ela fica pro resto da vida. [...] A gente tem a capacidade de superação porque a gente seguiu a vida, tanto eu como minha mãe, a gente não deixa de ir numa festa, de sair, de chegar tarde, agora tem a precaução pra fazer tudo isso diferente, entendeu? Então assim, é doloroso? É, agora foi superado nesse viés, que a gente não ficou

assim: “*ai meu Deus, será que vai dar pra sair, será que não vai?*” [...] A gente tem prudência pra fazer, a gente procura se prevenir, um olha pro lado, o outro olha pro outro, olha o vidro, olha pra frente, olha pra trás.

Filha de Tiana, 41 anos.

Eu penso que é uma situação de perplexidade de sofrimento que fica marcado e eu acredito muito que a gente tem uma história marcada sim, né, no próprio corpo e na própria mente, na alma das coisas vividas, né?! Você pode fazer leituras diferentes, mas é marcada sim, eu não posso dizer a você assim: que para mim tanto faz, é indiferente, não é indiferente falar sobre essa situação.

Mãe de Dália, 63 anos.

A marca na vida da mãe de Dália foi tal que ela própria, alguns meses após a vitimização da filha, passou a apresentar crises de pânico, uma somatização do estresse que atribui ao *sequestro relâmpago*.

A minha primeira reação dos primeiros dias foi uma reação de uma certa tranquilidade pra eu poder cuidar dela porque ela estava muito abalada. [...] Só que eu fiquei muito focada nela, nunca ia muito na situação. Agora, depois que ela já estava se recuperando, atuando e tudo mais, claro que pra mim isso ficava na minha cabeça assim, não é mais uma coisa de televisão, agora você passa a ter uma pessoa que já foi violentada nesse sentido na sua família. O que acontece, você vai vivendo com isso de uma forma muito assustadora, eu passei a ter muito pânico de dirigir. Eu dirigia, mas tive várias crises de pânico de voltar no meio da [Avenida] Parelela porque eu tinha a sensação de que alguém ia entrar pela porta. [...] Eu tive crise de pânico mesmo. Eu tratei muito com a ioga e a acupuntura. Tanto que quando eu fui pra acupuntura eu não conseguia nem deitar, eu tive que fazer sentada, eu não queria que me deixassem sozinha.. então eu acho que desencadeou tudo isso. [...] Eu estava dirigindo, eu tinha taquicardia, dava falta de ar, era uma sensação de enjôo, sensação de que eu ia morrer.

Mãe de Dália, 63 anos.

Após assumir por algum tempo o papel de cuidadora da filha e notá-la “*se recuperando*”, a mãe de Dália percebe a própria vida e saúde afetadas pela violência sofrida pela filha. Seu estado adoecido interrompeu e modificou planos, inclusive na esfera profissional. Três meses após o *sequestro relâmpago* de Dália, sua mãe (uma professora universitária) foi para uma missão de estudos em outro estado onde ficaria durante dois meses, porém retornou após uma semana de estadia. “*A minha crise era tão grande que eu paguei uma passagem [de avião] para ela [minha aluna] me trazer porque eu não conseguia me ver voltando sozinha. Foi a pior viagem de avião que eu fiz, eu tinha uma sensação horrível.*” A mãe de Dália também deixou de trabalhar em escolas, pois observava esse espaço sendo invadido pela violência, professores sendo ameaçados e alunos se envolvendo

com o tráfico. A violência sofrida por ela indiretamente a sensibilizou a tal ponto que passou a não mais tolerar incivilidades e violências cotidianas que antes suportava.

Por fim, ela acredita que hoje já consegue lidar com o *pânico*, criando estratégias, a partir de leituras e terapias alternativas para “*administrar*” os sintomas que surgem. Acupuntura, ioga, respiração, descontração muscular, conexão com a espiritualidade, “*estratégia mental de que nem todo mundo é assim*” foram algumas dessas estratégias. Elas a permitem viver melhor, mas não recuperam o *desencanto* que hoje descolore a sua visão de mundo.

Afetou minha saúde, afetou [...] minha falta de esperança com esse país. [...] Não deixa de ser uma questão assim de você receber assim um baque em relação à sociedade que a gente está vivendo. Então eu continuo sendo uma pessoa extremamente desencantada com o país e isso. [...] Essa semana mesmo eu falava assim: enquanto eu percebo a corrupção que a gente está vivendo, entendeu?! E a gente percebe em todos os níveis. A gente esquece, a gente pensa que é só no governo, mas aqui no condomínio eu vejo. Então a gente está vivendo, a gente está naturalizando um estado de corrupção, um estado de violência, entendeu?! Porque o número de jovens sendo assassinados aqui é igual a qualquer guerra.. [...] Assim para mim é um absurdo o país estar como está, nada me justifica.

Mãe de Dália, 63 anos.

CAPÍTULO VI REINTERPRETANDO A VITIMIZAÇÃO

É uma característica inerente e intratável de como nos lembramos do nosso passado e continuamente o re-historiamos, variando a significância relativa de diferentes eventos de acordo com a pessoa em que nos transformamos, descobrindo conexões das quais não estávamos previamente cientes, nos reposicionando a nós mesmos e aos outros em nossas redes de relações. O passado não está gravado em pedra, e o significado dos eventos das experiências está constantemente sendo reenquadrado dentro dos contextos de nossas vidas correntes e em curso [...]. (MISHLER, 2002, p.105).

VI.1.1. Podia ter sido pior: o método comparativo

A comparação com outras experiências, reais ou imaginárias, é um dos mecanismos que possibilitam a elaboração da violência sofrida (JANOFF-BULMAN, 1992). As vítimas entrevistadas comumente fizeram avaliações quanto à gravidade do seu evento vitimizador – como o nível de agressividade física ou a intenção instrumental do evento (“*eles não queriam nada comigo*”) – e em casos mais expressivos, também formularam cenários alternativos piores do que o seu. Lavínia, por exemplo, compara o evento vivido com um hipotético no qual sua filha poderia ter sido sua co-vítima. Na sua narrativa, ela demonstra identificação com um caso de *sequestro relâmpago* massivamente veiculado pela mídia local cuja vítima era uma médica como ela e também mãe: “*Essa moça morreu defendendo essa filha*”. O caso⁷⁵ da pediatra sequestrada em um *shopping* junto com a filha bebê, estuprada e assassinada, atravessou a sua própria história e a fez reviver o seu *sequestro relâmpago*.

⁷⁵ Médica sequestrada e morta por ter resistido a estupro

“No dia 6 de agosto, véspera do Dia dos Pais, a médica Rita de Cássia Tavares Giacon, 39 anos, estava entrando no carro juntamente com a filha de um ano e oito meses, depois de comprar o presente do Dia dos Pais, quando foi sequestrada no estacionamento do Shopping Iguatemi e levada até uma estrada de barro, próximo à cidade de Santo Armaro, onde foi violentada e executada. O mistério foi desvendado pela polícia em menos de uma semana, depois da prisão do detento Gilvan Clécio de Assis, 39 anos, que havia sido beneficiado com o indulto do Dia dos Pais.

Ele que estava preso por estupro com a mesma modalidade, tinha deixado a prisão Lafayette Coutinho, um dia antes do crime. Gilvan confessou ter matado a vítima, por ter resistido ao estupro. Ele tentou estrangular a médica e por fim, passou o carro sobre sua cabeça duas vezes. A criança, que estava no carro, foi poupada pelo agressor que abandonou o carro próximo ao Posto da Polícia Rodoviária Federal, depois que faltou gasolina.

Preso na Delegacia de Homicídio, Gilvan se matou um mês depois de cometer o crime. Logo após ter participado da reconstituição do crime, ele abriu a Bíblia, e após ler um trecho amarrou um lençol no pescoço, prendeu na grade do teto e se jogou, tendo morte imediata.”

Porque era uma coisa muito forte assim em mim. Se minha filha estivesse comigo realmente eu acho que... porque 12... Veja bem 12 anos, quer dizer, 12 não, 13 para 14 anos de idade para deixar com dois marginais. Ou ia eu e ela ou não ia ou morria, sei lá... Mas eu não conseguiria raciocinar. [...] Eu acho que eu fui amparada pela espiritualidade na hora que disse assim: “*Não, minha mãe, eu vou ficar em casa.*” Porque naquela hora eu só respondia por mim.

Lavínia, 48 anos, entrevistada 4,5 anos após SR.

E eu agradeço muito também o fato de minha filha não ter presenciado nada. De ela ter se mantido adormecida durante todo o processo. Acho que se ela tivesse presenciado, acho que teria sido pior para mim porque com certeza isso geraria um trauma nela e em consequência em mim também, sei lá um sentimento de culpa.

Silvane, 32 anos, sequestrada com marido e filha.

Eu acho que meu caso foi bem light. Foi bem tranquilo, tanto por não ter durado muito, quanto por eles não terem feito nenhum nada, nenhum tipo de ameaça, de tortura psicológica. Eu acho que isso se tivesse rolado, talvez tivesse me traumatizado mais, mas eles deixaram muito claro que eles só queriam realmente o carro e nada comigo, então isso ajudou bastante. Do que poderia ter sido, tudo foi muito bom.

Uiara, 25 anos, entrevistada 7 meses pós SR.

Eu tive sorte [...] de terem sido aquelas pessoas que me sequestraram. Porque eu poderia ter sido sequestrada por alguém que viu: “*ah está sem dinheiro*”, tomar porrada, bater, matar, porque eu não tenho dinheiro. E não, eles não tinham dinheiro, entenderam a situação e foram tentar arranjar dinheiro de outra forma.

Bernarda, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

A loteria me deu uns caras que não são psicopatas.

Sócrates, 56 anos, entrevistado seis anos após SR.

Eu acho que não ficou, graças a Deus não ficou muito trauma, eu consigo contar e sorrir, eles não queriam nada da gente: assim, tira o chip e leva o celular, eles não queriam nada (risos). [...] Eu acho [que não fiquei tão abalada] por não ter acontecido uma violência física maior, porque assim, a violência psicológica [...] eu sei que aconteceu. Mas a violência física em si, ele não atirou em ninguém, ele não feriu ninguém, eu acho que ele podia ter, como tinham três mulheres no carro, que podiam ter abusado da gente.

Bruna, 25 anos, entrevistada 8 meses após SR.

Eu não penso que eu sou o ser humano mais azarado do mundo, também não penso que eu fui sorteada pra isso. Foi uma fatalidade que acontece com várias outras pessoas também. Não fui a única e infelizmente não vou ser a última também...

então é isso que eu estou te falando, poderia ser muito pior e não foi, então de uma certa forma eu tenho que agradecer porque as coisa terminaram tão bem assim.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Não me deram um beliscão, não me ameaçaram com mais violência em momento algum [...] Mas foi super calmo assim, acho que são pouquíssimos casos que foram tão tranquilos quanto o meu, no sentido de que se eu não estive naquele estado de choque, fosse uma pessoa observando de fora, veria que era uma coisa tranquila, que eles não iriam fazer nada de errado comigo, mas no meu estado, o medo era muito grande... por dentro eu estava explodindo.

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Eu vou ter meu bem de volta, se eu pago seguro de conta, eu vou ter o meu dinheiro de volta, mas minha vida eu não ia ter de volta, se ele me esturpasse eu não ia ter nada de volta.

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Eu não sei se a comparação entre estar viva e ter sido vítima de estupro, não sei se comparando isso, se eu prefiro estar viva, e por isso o fato do estupro não tenha aflorado tanto ainda em mim. Mas eu não sei, eu não sei também se é uma apatia inicial com relação ao fato. [...] Eu fiquei pensando nisso, eu fiquei pensando se não era esse o sentimento, eu pensei muito nisso. É nascer de novo. [...] Eu sei, eu sinto que é uma violência absurda e me entristece, e eu já chorei bastante, mas não tenho a reação que eu penso que as pessoas que passam por isso tem.

Késia, 22 anos, entrevistada 3 dias após SR, sofreu violências físicas e sexuais.

Cada vítima, de acordo com seu arcabouço de experiências, imagina desdobramentos mais pessimistas do que se desenrolou com ela e, com isso, reformula a violência sofrida, dando tons mais esperançosos ao que permanece. Para interpretar aquilo que ela *viveu*, ela se olha e se reorganiza a partir daquilo que *não* viveu.

Para aqueles que, por exemplo, não sofreram violência física ou sexual, estes comumente tornam-se o parâmetro mais pessimista. Alguns ex-reféns deixam de ver os algozes como monstros “psicopatas” e passam a vê-los como “gente”. Isto pode ajudar no enfrentamento, pois as vítimas se dariam conta de que as pessoas não são tão malevolentes como acreditavam no início (JANOFF-BULMAN, 1992). Inácio (29 anos), por exemplo, diz não se sentir traumatizado porque “*eu senti que eles não iam fazer nada comigo, em momento algum, então isso não me traumatizou tanto. Até no diálogo com eles, não senti que eles iam me bater, me matar, nem me bater, nem nada.*” Para aqueles que sofrem violência física, há o parâmetro mais negativo da violência sexual ou morte. E para Késia, que sofreu violência sexual, a morte seria seu cenário mais pessimista.

Murilo, na sua narrativa, compara suas duas vivências de *sequestro relâmpago*. Na primeira, vivenciou um evento rápido, no qual ele e outros dois amigos foram levados, mantidos reféns por dez minutos e, em seguida, liberados. Os ofensores roubaram diversos pertences pessoais dos reféns e o carro “*dos sonhos*” de Murilo. O segundo evento, configurou-se como uma tentativa de *sequestro relâmpago* não sucedida, embora esta tenha repercutido de modo “*mais significativo*”, segundo sua avaliação: o ponto chave foi a vida de sua filha e esposa estarem em risco. Por isso, depois do segundo episódio, a raiva tão verbalizada no primeiro caso não se prolongou; seu sentimento reinante era agradecimento pelo resguardo da sua família.

Eu acho que o segundo que tinha minha filha envolvida e minha esposa, entendeu?! Eu acho que foi mais significativo para mim. [...] O segundo foi muito significativo. Eu chorei depois. [...] [Fiquei] sensibilizado. No primeiro eu fiquei irado, eu tive muita raiva, então, eu tive vontade de matar os bandidos. O segundo não. Eu fiquei agradecido a Deus porque nada aconteceu com minha mulher e minha filha. Então foram reações diferentes. Porque no primeiro tomou meu carro, entendeu?! E no segundo eu perdi a oportunidade do carro. Então o carro secundarizou, porque minha filha estava lá. Então eu já não... Não é que banalizou, resignificou tudo para mim ali. É aquela história vão-se os anéis e ficam os dedos. No primeiro eu não queria perder nem o anel, entendeu?! Eu queria recuperar meu carro, achar e tal. O segundo não, havia algo mais valioso no processo, que toca mais você. Então aquilo ali mexeu comigo, o segundo, foi mais significativo por isso.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Em outras palavras, a perda patrimonial tem impacto diferente quando comparado à percepção da perda na esfera humana e relacional dos sujeitos. Deste modo, Murilo se referindo ao primeiro episódio e também Melina (56 anos) falam da profunda raiva que sentiram pela perda de um bem tão sonhado e batalhado para ser conquistado. Já Murilo remetendo-se ao segundo episódio e também Silvane expressam um “agradecimento” por não ter acontecido nada grave com seus entes amados.

Murilo, por exemplo, passa por uma reinterpretação das suas prioridades, daquilo que ele reconhecia como “sonho”. Depois do primeiro *sequestro relâmpago*, um dos seus mecanismos de enfrentamento foi readquirir o mesmo carro que havia sido levado, pois aquele era seu “carro dos sonhos”. Já no segundo momento, quando esposa e filha foram quase levadas pelos algozes, seu movimento foi o de vender o carro e comprar outro que fosse menos “visado”. Sua relação com o carro muda a partir das duas diferentes experiências. A perda humana torna seu carro “dos sonhos” quase que irrelevante.

VI.1.2. O viver prevenindo: desdobramentos na vida cotidiana

Qualquer situação traumática pode promover rupturas dos sujeitos com sua vida cotidiana. Em se tratando do *sequestro relâmpago*, essa ruptura se intensifica especialmente porque o contexto no qual os sujeitos foram vitimizados faz parte do seu dia-a-dia. Essas pessoas são introduzidas repentinamente num jogo de vida ou morte quando estão chegando ou saindo de casa, voltando do trabalho, parando na casa de um amigo, circulando com o companheiro no carro, situações do cotidiano que vivenciam corriqueiramente. A violência sofrida torna-se um “*marco de vida*”:

Foi algo forte, foi algo que marca sua vida, não é uma coisa que acontece com você aqui hoje e quando tiver dez anos à frente, você vai esquecer. É uma coisa que vai marcar sua vida: *naquele dia aconteceu isso comigo*, não vai sair da sua cabeça, não é como um almoço que você comeu na semana passada e você não lembra hoje, é uma coisa que vai marcar a sua vida, inevitavelmente.

Ícaro, 27 anos, entrevistado um mês após SR.

É claro que isso não me molda hoje, não é isso, mas eu... É uma coisa que eu nunca vou esquecer, né, eu posso estar aí com 90 anos e eu não vou esquecer desse dia.

Bernarda, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Porque daqui a 50 anos eu vou falar desse assalto, então, eles não morreram, estão vivos. O ato que eles praticaram imortalizou eles para mim.

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Antes de retomar a rotina, muitas vítimas desejam se distanciar fisicamente do local onde ocorreu sua vitimização (seja num espectro micro – o prédio, a rua, seja num espectro macro – a cidade, o estado, o país). Nessa perspectiva, além das defesas já mencionadas, outras estratégias surgem para auxiliar a retomada do cotidiano de vida. As viagens, por exemplo, geram possibilidades de abertura de novos horizontes ou perspectivas sobre o mundo e as pessoas, e promovem às vítimas a sensação de poderem novamente se sentir seguras. Lavínia e Gabriela viajaram para outros países e Késia foi para sua cidade natal, no *interior* ficar uma semana. Cláudia passou duas semanas em um hotel fora da cidade de Salvador. Esses afastamentos do ambiente físico que as vitimizou as distancia da sensação de perigo iminente e as permite formular outras noções sobre a violência sofrida, além de

contribuir para vivenciarem outras experiências valorosas que lhes resgatem o auto-valor e a ideia de mundo menos malevolente.

E eu queria ver os monumentos à noite, e eu não consegui um tour que fizesse passear por eles, né?! Eu resolvi ir andando. Sozinha. Eu não tive medo. Isso foi um negócio muito interessante assim para mim.

Lavínia, 48 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Quando eu voltei, tinha cinco semanas, tinha visto muita coisa, conhecido gente [...] era uma realização pessoal, então quando eu voltei, eu voltei muito mais aliviada, quando eu voltei todo mundo falou “*você está com outra cara*”, porque eu estava assustada [...] em muitas reuniões de trabalho eu ficava muito distante, como se eu tivesse perdida, viajando. [...] eu estava com um vazio muito grande, eu tinha um vazio enorme, como se eu tivesse muito ferida, e é como se eu tivesse curado um pouquinho, né. Graças a Deus, eu tive como me dar esse alento.

Gabriela, 43 anos, entrevistada 4 anos após SR.

Depois de alguns dias, semanas ou até meses de extremo medo e relutando (ou não) em fazer as tarefas habituais a que estavam acostumadas, as vítimas voltam a suas atividades porque “precisam” e porque sentem a necessidade de fazer a vida continuar.

É uma coisa que infelizmente a violência, a criminalidade ela tá de forma tamanha que foge ao controle da polícia, das autoridades, então isso tá passível de acontecer, então a pessoa pode ter tranquilidade, isso não ser motivo pra pessoa deixar de viver, fazer as coisas.

Ícaro, 27 anos, entrevistado um mês após SR.

Eu não deixei de ir pra faculdade, eu não deixei de fazer uma prova. Fiz todas as provas porque eu estou me obrigando a voltar a viver a minha vida normal porque eu não posso viver a minha vida inteira em função deles.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

Retomar a vida cotidiana comumente gera mudanças. Entretanto, tais mudanças são diversificadas e variam, em maior ou menor grau, para cada sujeito. Enquanto Murilo, por exemplo, deixa de usar/ter seu carro “*dos sonhos*” – porque isso perde importância, segundo ele (seu sonho agora parece ser o de sentir e prover segurança a sua família), Lavínia, outro exemplo, deixa de realizar atividades que antes lhe davam prazer, indicativo de um estado de anedonia⁷⁶.

⁷⁶ Ausência da sensação de prazer (mais relacionado a hábitos que antes proporcionavam prazer ao indivíduo).

Hoje eu não sou a mesma pessoa. Primeiro, carnaval não é uma coisa... Eu sempre gostei muito de carnaval, não para me acabar, mas ir uns 2-3 dias. Gosto não é de camarote, gosto do negócio do asfalto, sabe?! Então assim, ficou difícil para mim. [...] O que é que o carnaval me assusta é a sensação assim, o aglomerado. A sensação de que eu estou muito vulnerável, sabe?! Mas assim também, como eu morei em Ondina muitos anos, a gente acostumou a ver aquele bando de adolescente, adulto, jovem, assim, correndo atrás daquela confusão. E aquilo... Pensar aquilo ali para mim é um negócio difícil. [...] Eu não saio mais para tomar um vinho. Quer beber um vinho que eu gosto, o vinho, jantar bem, comer bem? É na minha casa. [...] A sensação de que eu preciso estar sempre alerta, porque se eu não estiver alerta eu posso sofrer algum tipo de abordagem.

Lavínia, 48 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Eu mudei meus hábitos, eu mudei meus locais, eu já não vou todo dia [pelo mesmo lugar] [...] caminhos diferentes, não sigo mesmo, eu tinha uma rotina já não tenho mais essa rotina. Quando eu chego no semáforo, que eu olho, já estou olhando desconfiada, se eu vejo um motoqueiro dois em cima de uma moto eu já fico desconfiada, já preparada pro que der e vier e não fico parada dez horas da noite em semáforo. [...] Não faço mais as mesmas coisas e sempre estou atenta.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

O que mudou é que agora eu vou ser uma pessoa muito mais atenta, e não mais tão segura de que nada vai acontecer comigo e o que vai acontecer com as outras pessoas que estão perto de mim também. Então a gente sempre pensa que as coisas nunca vão acontecer com a gente, ou com alguém que esteja muito próximo. E o que mudou principalmente, foi a atenção, a desconfiança, pois eu me tornei uma pessoa muito mais desconfiada do que eu era, e isso tudo que eu te falei de ficar pensando nisso o tempo inteiro, acaba me deixando triste também, porque eu vou lembrando daquele fato e isso não me deixa bem, obviamente. São as coisas assim que mais mudaram mesmo.

Larissa, 22 anos, entrevistada um mês após SR.

A retomada da vida cotidiana é impulsionada por elementos da própria vida, como o cuidar da família, exercer o trabalho, e centrar-se nos estudos. Claudia, por exemplo, se percebe no papel de cuidadora e provedora da sua família, o que a faz “levantar a cada dia”. Tiana, de modo semelhante, reflete que não teve o “luxo de ficar traumatizada”.

Eu tenho muita gente que depende de mim, minha mãe que tá em cima da cama que depende de mim. Se acontecer alguma coisa comigo, quem é que vai cuidar de minha mãe? Quem é que vai pagar as coisas de minha mãe? Minhas filhas crescendo, quem é que vai criar? Ninguém. Então eu ficava pensando nisso.. Isso é o que faz eu levantar a cada dia e dizer que eu vou buscar, que eu vou fazer, que eu não vou deixar.

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Inicialmente, muitos ex-reféns ficam afastados do trabalho por pelo menos alguns dias, uma semana, ou às vezes mais. Claudia, por exemplo, ficou quinze dias em um hotel.

Entretanto, com o passar do tempo, trabalho e estudos se tornam recurso de enfrentamento. Essas atividades se firmam como rotinas que auxiliam as vítimas a não estagnarem nas emoções amedrontadoras ainda em evidência (e que permanecem), como uma forma de “*ocupar a mente*”.

Tem horas que dá aquela desabadinha assim, sabe, que bate aquele (respirou fundo): ‘*eu não vou conseguir*’, aí eu começo do zero e faço tudo de novo. Mas se eu não estiver ocupando minha mente no meu trabalho, aí eu não consigo fazer nada. Eu tenho que estar produzindo, tenho que estar trabalhando, tenho que estar me movimentando. Porque aí esqueço de tudo. Porque minha meta.. só o trabalho que ocupa o meu tempo. Se eu ficar com a mente desocupada, aí...

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Se durante o *sequestro relâmpago* Edvaldo precisava “*entrar na mente*” da vítima e Bento (43 anos), como refém, desejava “*trabalhar a mente*” dos seus algozes para ser liberado, na pós-vitimização, Claudia sente que precisa “*ocupar a mente*”. *Entrar e ocupar* denotam um espaço psicológico a ser dominado – um espaço psicológico nestes termos. Os algozes querem invadir, dominar, tomar posse do espaço e conteúdo psicológicos das vítimas para submetê-las aos seus comandos. *Trabalhar a mente* é preencher a *mente* dos algozes de modo quase imperceptível e indiretamente, *labutando* para guiá-los ao desfecho desejado pela vítima. Por fim, *ocupar a mente* é a tentativa de retomada do controle da própria *mente*, ainda dominada pelo enquadramento coercitivo estabelecido pelos algozes (ou pelas memórias físicas, sensoriais e afetivas desse encontro). Esse apoderar-se da própria *mente* exige a inserção de outros conteúdos que *despejam* os algozes para *fora*. Deriva-se daí, a ideia de *ocupação* da *mente* (como uma reconquista de conteúdos psicológicos mais confortáveis) através da *ocupação* do cotidiano (preenchimento do dia-a-dia através de trabalho, estudos e experiências de lazer).

No outro dia [seguinte ao *sequestro relâmpago*] eu fui trabalhar. Bom, durante o dia foi tudo direitinho. Menina, mas para voltar para casa e agora?! Eu olhei para um lado, olhei para o outro. Eu disse: Mas, meu Deus, e agora? Assim, eu não pude me dar o luxo. Eu digo: Meu Jesus, se eu ficar traumatizada, eu vou trabalhar, eu preciso deste emprego. Eu tenho meus compromissos, o que é que eu vou fazer? Eu disse: Eu botei na minha cabeça, olha, se eu me der o luxo de ficar traumatizada eu não sei o que é que vai acontecer comigo. Eu vou desestruturar minha vida toda, porque eu dependia daquele emprego, eu dependia daquilo ali. E foi dessa forma, minha filha, que eu superei a situação. [...] Eu digo, poxa, meu Deus, eu tenho tanta responsabilidade, tantas pessoas precisam de mim, eu não posso me dar ao luxo de não querer trabalhar, não posso. E foi isso que me deu coragem. Me fortaleceu. [...] talvez seja isso que tenha me dado força, sabe?! Você provar que você é capaz.

Tiana, 64 anos, entrevistada 16 anos após SR.

“*Trabalhando e tentando me esquecer. [...] Trabalhar ajuda muito*” (Dirceu). O trabalho insere mais interações, motivações e *ocupam a mente* dos ex-reféns, fornecendo a eles novos parâmetros de experiências de vida. O trabalho também empresta um sentido de estabilidade às vítimas após a ruptura que as desestabilizou. Além disso, tem o potencial de auxiliar a reconstruir a auto-estima e reafirmar traços indenitários pelos quais as vítimas desejam ser reconhecidas. Tiana, do relato acima, se vê como uma pessoa que sempre batalhou muito para sobreviver. Teve dois casamentos, fez duas graduações, trabalhava em três empregos concomitantemente e sustentava toda a família (inclusive maridos). Ela *precisava* trabalhar. Se reconhecendo como batalhadora e vitoriosa, ela *precisava* enfrentar de qualquer forma, como enfrentou os próprios algozes ao fugir durante o *sequestro relâmpago*: “*Eu digo: Mas meu Deus, eu lutei tanto e morrer dessa maneira estúpida?*” (Tiana, 64 anos).

Dentre nossos informantes, entretanto, o trabalho também se apresentou como espaço ansiogênico quando a vítima temia ser encontrada neste local pelos seus algozes, como ocorrido com Lavínia, por exemplo. Ícaro também viveu algo parecido pela peculiaridade de ser abordado em serviço – ele é representante comercial e dirige durante boa parte do dia. Ele passou a ficar com receio de voltar a trabalhar e estar exposto à nova vitimização. Outro colega seu já tinha sido “assaltado” pouco tempo antes, por isso Ícaro troca o carro com que trabalha por outro que acreditava ser menos visado. Apesar de reconhecer que sua ocupação lhe oferta mais riscos, ele afirma que “*você tem que adequar, se adaptar*”. Ele pensou em deixar de trabalhar com essa atividade logo nos primeiros dias após a vitimização, mas argumenta que não teria como mudar de profissão (o que se configuraria provavelmente como outra ruptura em sua vida) e sua alternativa para sentir-se menos inseguro foi mudar o veículo.

VI.1.3. A violência destilada: Sobre um olhar positivo

Assim como em outros tipos extremos de vitimização, o refém de *sequestro relâmpago* depara-se com a própria mortalidade. “*Eu nem sei o que pensar. Foi uma situação em que eu senti a morte de perto. Eu senti assim, ‘eu não volto para casa hoje’*” (Lorena, 51 anos, delegada de polícia, 10min.). As vítimas se sentem mais mortais quando sobrevivem a uma ameaça severa a sua vida (JANOFF-BULMAN, 1992). A morte se aproxima com a *captura*,

se afasta com o *desfecho*, mas não se despede: a noção de que se é mortal permanece e o medo da inexistência de um futuro também. “Cada evento que conhecemos ou de que ficamos sabendo – *exceto* a morte – tem um passado assim como um futuro. [...] Só a morte significa que nada acontecerá daqui por diante [...]” (BAUMAN, 2008, p.44).

Nesse momento você acha que é o limiar entre a vida e a morte mesmo porque você observa que naquele momento o cara é dono da sua vida... ele faz o que quiser com a sua vida... dono do seu destino... da sua história... em uma hora, ele pode acabar com a sua vida... Eu me senti como se eu estivesse na mão dele, mesmo assim uma metáfora, você olhar uma pessoa com a mão aberta, e uma pessoa em miniatura do tamanho de um playmobil na mão dele. Ele poderia me esmagar ali e acabou... É muito difícil.

Teodoro, 41 anos, arte-educador e músico, 3h20min.

Teodoro reflete sobre sua mortalidade e menciona que o *sequestro relâmpago* “é um diálogo também com a morte, com a capacidade de saber que a morte pode chegar a qualquer momento, que a morte está próxima.” Sua formação acadêmica em filosofia o ajuda a lidar com a ideia de finitude e possibilidade do inesperado.

Após o *sequestro relâmpago*, a vítima – um ser humano, social, moral, político, etc. – se constata também de fato um ser *mortal*. Tendo sobrevivido a esse risco de aniquilamento, a morte torna-se íntima dos “sobreviventes” e, por estar agora tão próxima da experiência do viver, a *morte* gera mudanças na *vida*.

Foi mais um aprendizado e aprendi a valorizar um pouco mais as coisas da minha vida, porque naquele momento eu ia perder tudo na hora que eu senti que ia morrer, apesar de meu espiritual sentir que alguma coisa iria ficar. Mas eu senti que eu não teria mais contato com ninguém, que ninguém iria mais me ver, então eu senti muita saudade, vou valorizar as pessoas que eu tenho próximo, zelar mais pelas coisas... Aprendi a valorizar mais porque depois você fica com esse sentimento: “*Pô!*” Perdi a pessoa e nem pude dar um abraço... não pude dar um beijo, não pude dizer que amava... O pior trauma é você não poder ter dito que amou alguém e a pessoa morrer, apesar de crer no espiritualismo, a pessoa vai ver de alguma forma que você ama, mas para a gente que está preso assim a matéria, a gente acha que nunca mais vai ver.

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Eu passei a valorizar mais a vida, entendeu?! Porque é uma situação embaraçosa, tanto é que eu podia ter morrido realmente naquela noite.

Tiana, 64 anos, entrevistada 16 anos após SR.

Quando eu penso que eu tô viva, eu sempre penso nisso, [...] eu sempre tô feliz, sabe, eu não sei explicar pra você, é tão emocionante como se eu tivesse ganhado na loteria, sabe, assim. Então, eu não tenho nada que eu reclame, eu sou uma que

reclamo muito pouco da vida. Sabe por quê? Eu já ganhei minha chance, eu já ganhei [...] eu sou mais forte hoje, eu sou uma pessoa muito curiosa em relação a esse tipo de coisa que acontece. Eu não me sinto segura mais, coisas boas, coisas ruins, mas eu acho que tem mais coisas boas até do que coisas ruins, sabe, dá uma sacudida na vida da pessoa. [...] Minha relação com minha família também mudou. Eu hoje em dia eu sou muito mais voltada para minha família, porque naquele momento eu percebi que era aquilo que era importante pra mim [...] e tinha que mudar minha postura também e coisas que de repente poderiam ter mudado sem ter muito esforço, coisas bestas do dia-a-dia que eu poderia melhorar, ai eu acho que isso também foi bem positivo pra mim.

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Mudou assim a vontade de viver mais, né? De valorizar um pouco mais a vida, por ter passado por esse momento de risco, né? A minha vida que essa situação representou. E mudou nesse sentido de valorizar um pouco mais, de pensar em coisas boas, né? Tentar viver as coisas boas para que pudesse aproveitar mais.

Jonas, 26 anos, entrevistado 10 meses após SR.

O encontro com a própria mortalidade pode desencadear ressignificação do sentido da vida, das suas prioridades e relação com as pessoas amadas, como se essa experiência descortinasse e revelasse o real valor da vida. Não raro ouvimos relatos de que se passou a “valorizar mais...” a vida, as pessoas, a família, movimentando-se no sentido de repriorizar os elementos que compõem sua existência. A iminência da morte dota a vítima de um propósito que torna todos os momentos vividos preciosos (BAUMAN, 2008). Há também um sentido de “amadurecimento” ou “crescimento” transferido à práxis da vida, como nos relatos de Tiana (“*me amadureceu muito*”) e Lavínia:

Agora eu posso acrescentar então uma coisa muito importante que aí já o viés da questão de ser da área de saúde. Eu completamente entendi o que é estresse pós-trauma. Eu estudei muito sobre isso depois [...] E hoje como eu trato muito paciente oncológico, sabe, é muito interessante que eu tenho, e com essa experiência, uma visão muito mais aprofundada do que é um estresse pós-trauma. E assim hoje eu entendo, por exemplo, quando uma paciente outro dia me agarrou aqui no meio do salão da quimioterapia e me disse: “*Pelo amor de Deus não me abandona.*” Ela não tem nem câncer, mas ela tem uma doença que toda vez que ela se sente ameaçada por essa doença ela desmonta. [...] Então assim, tem umas coisas na minha vida hoje que eu enxergo mais fácil exatamente porque tem a ver com a minha lida de trabalho, não é?! E o fato também de eu ter me dedicado um pouco em entender o processo, porque, para mim, do jeito que eu sou, eu tenho que ter as coisas muito bem explicadas, sabe?! Então isso para mim foi um negócio, talvez o único aspecto positivo, sabe?! [...] E é uma coisa que eu não posso negar, houve um crescimento.

Lavínia, 48 anos, médica, entrevistada 4,5 anos após SR.

Lavínia descreve-se como mais empática ao que seus pacientes oncológicos vivenciam, conseguindo “enxergar” melhor o sofrimento deles depois que ela mesma passou pelos

transtornos emocionais do pós-evento. Também se utilizando do seu trauma, Larissa sente-se mais motivada a estudar e trabalhar como promotora de justiça para processar algozes como aqueles que a afetaram.

É isso que fica pra mim sabe? Dessa situação inteira, é que eu vou viver a minha vida, e eu agradeço até eles porque eu agora estou muito mais obstinada nos meus objetivos como eu te falei, de promotoria, de acusação, porque eu agora tenho um motivo mais forte do que eu tinha antes que era o gostar, agora eu tenho o estímulo de saber o que essas pessoas passam e o que eu passei e o que tantas outras passam por coisas muito piores do que eu. Então até eles me deram muita mais motivação do que eu já tinha. Então graças a eles, eu vou ter muito mais obstinação em estudar e conseguir chegar onde eu quero chegar porque eles me mostraram que é preciso pessoas honestas e que queiram chegar lá [...].

Larissa, 22 anos, estudante de Direito, entrevistada um mês após SR.

Outra forma de interpretar a experiência de vitimização é compreendê-la como *fortalecedora*.

Então eu não admito certas situações em que você tem que se emocionar. Claro, você vê que eu me lembrando do fato lembro é normal, mas eu sempre procuro, sabe aquela pose de mulher forte, eu herdei de minha mãe isso, eu não posso fazer nada.

Melina, 56 anos, entrevistada 9 meses após SR.

Assim, às vezes faz você sentir... Gente, é muita dor, sabe? É muita dor e é um negócio que dói na carne mesmo assim, você vê o sofrimento das pessoas. Então eu acho que, é, me transformou, porque é que nem Nietzsche, não é?! Fala: O que não lhe mata, lhe fortalece. (risos).

Lavínia, 48 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Eu acho assim que na verdade, toda a perda e todo trauma é pra lhe fortalecer. [...] Eu acho que na maioria das vezes na vida da gente quando vem alguma coisa mais séria, é quando a gente tá se achando demais sabe? A gente tá: Terminei meu doutorado! Ah, sou o bambambam do surf... minha banda é a melhor... Você começa a se achar demais aí vem uma coisa e fala: “Calma... é todo mundo igual, você não é melhor do que ninguém, todo mundo é importante na cadeia universal, hierárquica do universo... então, se você está se achando demais, aí acontece isso pra te falar: Fique um ano com o furico ó! Ai você fica ali no miudinho com sua auto estima baixa, aí você vai se construindo... entendeu? A partir daquilo você vai aprender a não cometer aqueles erros que você cometeu né? A respeitar mais as pessoas e se construir de uma forma melhor, mais madura, respeitando mais, sabendo ceder..

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Melina é vista como *forte e absoluta, retada, molequeira* pelos amigos e quer ser reconhecida como tal, mesmo frente a um trauma. De algum modo, ela deseja ser reconhecida por traços identitários essencialistas, como se dissesse “essa sou eu e nada, nem mesmo um

trauma, irá me mudar”. Nesse sentido, embora autores reconheçam que não existe uma identidade única, essencialista e estável do sujeito, senão identidades múltiplas e em constante mutação, ou ainda pluralidade de sub-identidades, que se formam no cenário relacional dos sujeitos (MENDES, 2002; MISHLER, 2002; SOMERS, 1994), os indivíduos parecem buscar a permanência identitária, “mesmo que esta seja mais uma percepção subjetiva ou imaginada do que real” (MENDES, 2002, p.511-512). As pessoas desejam se compreender a partir de traços de “essência”. Enquanto, para Melina, a vitimização não *deve* lhe atingir tanto porque precisa fazer a “*pose de mulher forte*”, para nossos outros dois informantes acima, a *força* é resultante do enfrentamento do trauma, do processo de *se fortalecer*. Traduz-se como um sentido que possibilita aos sujeitos vitimizados se auto-valorarem mediante tanto sofrimento.

A vítima sente, por vezes, que sua experiência de vitimização pode beneficiar terceiros, cabendo a ela orientar outros a não passarem pelo que ela passou:

Já tem muito tempo, eu já contei várias vezes, então não, não me afeta mais contar essas história. Eu, sempre hoje quando eu conto essa história eu estou fazendo assim um bem para alertar também, sabe?! Dizer: “*oh, não fique dentro de carro*”, sabe?! Mas não mexe mais comigo, já tem bastante tempo assim, no começo era mais difícil falar.

Bernarda, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Assim como a morte permite à vítima “enxergar” melhor a vida, a dicotomia mal-bem também pode ser evidenciada, conforme relato de Dirceu.

São momentos que você não sente como é que você faz as coisas. Você não sabe como pisa no chão. Eu pra me levantar, depois que eles me jogaram pra fora do carro, eu não sentia as pernas, eu não sentia braço, eu não sentia nada. Foi ai que o rapaz veio e disse: “*rapaz, o que foi isso ai e tal?*” “*Não, eu fui assaltado*”, ai ele disse: “*eu vi você caiu do carro como se fosse jogado*”, [Dirceu responde] “*na realidade eu fui empurrado*”. “*E ai como é que você tá?*” “*Não, eu tô bem*”, ele me ajudou a levantar, ai eu levantei, porque o Ford Ka só tem duas portas, né? Ele botou o banco pra frente para eu entrar e eu fui atrás até chegar na delegacia. Há seres humanos ruins, mas há seres humanos bons. Numa noite eu participei dos dois tipos, tive participação dos dois tipos de seres humanos... dois ruins e dois ótimos.

Dirceu, 52 anos, entrevistado seis meses após SR.

A polarização que Dirceu constrói dos seus algozes, o levou também a reconhecer o polo dos “seres humanos bons”. O que se agrega, nesse sentido, é o potencial que a presença

do desconhecido solidário⁷⁷ (AZEVEDO, 2011) tem em auxiliar a vítima a renovar suas esperanças a respeito do mundo e das pessoas.

Janoff-Bulman (1992) esclarece que o evento traumático é aquele “fora do comum”, embora esse “fora do comum” varie de acordo com padrões culturais da sociedade da qual se faça parte. Esse argumento se prova interessante, pois em meio à expressiva violência urbana registrada no Brasil, assaltos são quase que rotineiros na vida de tantas pessoas. Um assalto não é tão “fora do comum” quanto o seria no Japão, na Suíça ou na Argentina. Nesse sentido, alguns ex-reféns de *sequestros relâmpagos* declararam não se sentirem “traumatizados”. Acreditar que o contrato – de caráter instrumental – será cumprido pode colaborar para algumas vítimas não reconhecerem aquele evento de vida como “extra-ordinário”, “fora do comum” e ameaçador à vida. O *sequestro relâmpago* gera um estresse inegável, entretanto os sentidos reconstruídos na interação com os algozes e que são continuamente reconstruídos na pós-vitimização, em interação com seu meio social, podem colocar essa experiência como “mais uma” ao invés de “a” experiência de vida.

A vítima é perpassada por fatores “individuales, sociales e culturales” que modulam o modo de viver a experiência traumática (DOMINGUEZ, 2010, p.3). Embora possamos entender que há semelhanças e diferenças nas narrativas dos nossos informantes, reafirmamos que a experiência de cada sujeito é bastante singular. Não há experiências iguais, ainda que haja discursos e modos de saber e sentir confluentes. Enquanto alguns nem mencionam a palavra “trauma” e dizem lidar bem com o evento sofrido, outros podem declarar sentirem-se muito traumatizados. Ainda nesse sentido, há eventos claramente diferentes em gravidade percebida, intensidade e expressividade, conforme vimos no capítulo I comparando os casos de Milena e Bruna. Enquanto Milena, ao ser entrevistada, relatava ainda extremo sofrimento, Bruna acreditava não haver qualquer sequela, a não ser os comportamentos preventivos que permaneciam.

Deste modo, o enfrentamento pode ser sentido como mais difícil para uns do que para outros. No comparativo de Milena e Bruna fica clara a diferença na continuidade das repercussões por conta da diferença qualitativa das violências sofridas. Entretanto, os sujeitos também são singulares na forma como percebem, sentem, vivenciam e reelaboram sua

⁷⁷ “Por serem liberadas em locais ermos, distantes e desconhecidos, sem dinheiro e sem telefone celular, muitas vítimas recorrem a pedidos de ajuda a desconhecidos que aparecem em seu caminho. Em geral, são motoristas, seguranças ou moradores da localidade. [...] Esses ‘heróis desconhecidos’ possibilitam que as vítimas façam contato telefônico com os familiares e com a polícia; fornecem água e/ou alimentos; e prestam um conforto emocional às pessoas vitimizadas.” (AZEVEDO, 2011, p.95-96).

vitimização, conforme vemos nos relatos de Eleonora e Bernarda, co-vítimas do mesmo evento vitimógeno.

Porque ela [Bernarda] é bem mais fria, é bem mais, não é que ela é fria, ela é bem mais objetiva, eu sou muito emotiva sentimental. [...] Pra você ver como muda de uma pessoa [para outra]. Eu sou uma pessoa muito mais sensível. Ela também demonstrou medo na hora. Ela foi bem sincera com a reação dela. Então isso ajudou ela a entender a experiência de uma maneira assim mais.. e viver numa boa. Acho que ela é menos traumatizada, porque ela acha assim tranquilo. Ela continua tendo comportamentos que eu acho completamente inadequados. Já conversei sério com ela sobre isso. Ela para. Fica parada dentro de carro, entendeu. De noite, assim, para pra pegar uma amiga, fica com a namorada dela parada. [...] ela é uma pessoa muito desligada. Será que ela mudou o comportamento? Provavelmente ela mudou, mas não tanto quanto eu. Ela ainda dá mole, não tá nem aí, ela anda de noite assim na rua às vezes. Eu fico muito cabreira depois de tudo.

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Hoje em dia eu tenho mais receio mesmo de ficar dentro de carro eu não fico mais. Sigo mesmo a dica que ele me deu, de *“não espere ninguém dentro do carro, saia do carro e espere”*. Qualquer coisa, se é para esperar num posto de gasolina, para esperar em qualquer lugar dois minutos, um minuto eu saio, não fico mais dentro do carro. E eu tinha menos receio de andar na rua antes, hoje em dia eu presto mais atenção depois disso, mas assim, não me atrapalhou na minha vida cotidiana não. Mas me deu mais medo sim. Hoje em dia eu tenho mais medo do que eu tinha antes. [...] Eu me sinto mais insegura.

Bernarda, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Eleonora fala de como ela acredita que a amiga Bernarda ficou *“menos traumatizada”*, ainda que tenha vivido o mesmo evento que ela. E procura fazer sentido disso a partir das características de cada uma (*“sou mais sensível”* ou *“dramática”*, já a amiga Bernarda seria mais *“objetiva”*, *“muito desligada”*). De fato o relato de Bernarda é menos enfático com a categoria *“trauma”*, um conceito que não foi mencionado por ela (diferentemente de Eleonora), mas ela ratifica se sentir diferente após essa experiência.

Conforme já defendemos, embora sejamos uma trama de sub-identidades, as pessoas parecem buscar em si características essencialistas que as reafirmem como pessoas que, por exemplo, enfrentam as suas dores. Nesse tocante, Claudia nos diz que *“Eu quero ser aquele porto seguro, entendeu? Que segura tudo, agarra tudo, fazer tudo pra todo mundo [...] Eu não tô conseguindo dar conta, meu pai me chama de Ângela Merkel⁷⁸ [...] Eu já não tô mais suportando..”*

⁷⁸ Mulher, política alemã, chanceler do seu país desde 2005, reconhecida como *“linha dura”*, a *“dama de ferro”* contemporânea.

Ela deseja manter a identidade de “durona”, mas confessa se perceber não dando conta de manter essa face. Bento (43 anos) não conversa com as pessoas sobre o que lhe aconteceu e explica que isso “*é da minha natureza*”. As pessoas se amparam em concepções que têm a respeito da própria identidade para enfrentar a vitimização (embora isto também possa gerar sofrimento).

Minha cabeça é muito boa, eu digo a você. Se eu não tivesse essa cabeça que eu tenho.. [...] graças a Deus eu tenho isso de bom, porque se eu te contar minha vida, você faz um livro.

Claudia, 38 anos, entrevistada 4 meses após SR.

Na sua narrativa, Claudia primeiro diz que “*o psicológico também não ficou totalmente bom porque eu não tinha medo disso, não tinha medo daquilo, agora eu tenho medo disso e tenho medo daquilo*”. Depois diz que tem “*aquela sensação*”, que não é medo: “*eu não sou uma pessoa de ter medo, medo não existe no meu dicionário*”. Ela vive a contradição de sentir medo e não legitimar essa emoção porque necessita se firmar como “*cabeça boa*”.

A esse respeito, do olhar sobre si mesmo, o evento traumático pode desencadear uma série de reflexões e angústias interligadas com a história de vida que cada um já trilhou e a forma como se vêm diante de si mesmos e dos outros. Há, portanto, a ruptura com a estabilidade ontológica desses sujeitos, através da redescoberta emocional de sofrimentos vividos anteriormente. Abre-se possibilidades de reinterpretação não somente da vitimização pelo *sequestro relâmpago*, como também de outros eventos de vida correlacionados a essa experiência.

Trouxe... na minha vida, todos os momentos de perdas, momentos de baixa auto-estima e não aceitação de mim... Toda dor, na verdade, ela é uma situação que vem de você, de algo que existe em você, mesmo que seja algo exterior que você perdeu em você, você não se aceita como você é.

Teodoro, 41 anos, entrevistado 9 anos após SR.

Com essa ruptura, há várias dimensões da pós-vitimização – citadas no decorrer deste capítulo – que auxiliam, impulsionam, amparam e confortam as vítimas ao longo do seu processo (às vezes bastante árduo) de enfrentamento. Entretanto, um elemento imprescindível é a força de vontade, algo que requer fundamentalmente um esforço do indivíduo em cuidar de si.

Só que esse ódio começou a me adoecer, entendeu?! Eu comecei a ter problemas. Aí ele [amigo psicanalista] falou para mim: “*Cara, você tem que fazer uma opção, ou você abandona isso ou você vai adoecer, isso vai te fazer mal e só vai prejudicar a*

sua vida.” Aí chegou uma hora que os bandidos, de fato, já não existiam mais, entendeu?! Certamente eles já tinham roubado o carro, já tinham vendido, já tinham desovado, já estavam em outros assaltos, em outras praças, mas eu que era a vítima continuava com eles vivos dentro de mim, entendeu?! Então chegou uma hora que eu tinha que fazer uma opção, ou eu ou eles, entendeu?! Ou eles permaneceriam vivos na minha memória, nesse meu estilo de vingança, de raiva, de ira ou eu lavava as minhas mãos, seguia a vida, esquecia isso, entendeu?! Só que não é tão fácil assim... cria um trauma..

Murilo, 41 anos, entrevistado 4,5 anos após SR.

Há um processo de enfrentamento complexo da vitimização, que requer idas e vindas e reviravoltas de sentidos continuamente construídos na interação com outros e consigo mesmo. Deparar-se com a mortalidade e se perceber sobrevivente pode, por vezes, exigir um esforço exaustivo e perpétuo de enfrentamento da vitimização:

Eu acho que talvez podia ter sido muito pior, foi uma coisa até menos pior que alguém pode imaginar quando eu falo do que aconteceu, mas a possibilidade de ter sua vida interrompida por uma pessoa que você nem conhece, que não faz parte da sua história de vida, é uma coisa.. descobrir que você é mortal, né, naquele momento eu descobri que isso tudo aqui pode sumir a qualquer momento [...] Isso pode acontecer é hoje, amanhã, depois de amanhã e isso mudou a minha maneira de encarar a vida, pro bem, sabe? Para poder ser uma pessoa mais positiva, mais atitude nas coisas, fazer minhas coisas enquanto eu tenho tempo, enquanto eu tenho vida, valorizar minha família, mas me deixou coisas ruins também que é o medo, eu não posso ficar em engarrafamento que minha mão sua, entendeu? Eu não gosto de falar disso que aconteceu comigo. Durante muito tempo eu falei muito disso com as pessoas, eu às vezes tomava uma [bebida], falava, bebendo eu não tinha receio de falar, mas depois de ter comentado bastante, hoje eu prefiro evitar, falar com os amigos mesmo, na minha terapia. Eu não precisei tomar remédio, não tive nenhum transtorno grave de não poder sair, sabe. Mas eu evito bastante hoje ficar parada na frente de um carro, no engarrafamento eu fico muito tensa, só algumas coisas eu não consegui resolver e eu acho que talvez eu nem consiga porque é uma coisa real, a possibilidade de acontecer de novo é real.

Eleonora, 28 anos, entrevistada seis anos após SR.

Embora pareça haver uma permanência de efeitos da vitimização, especialmente o medo, a experiência traumática (ou não) é constantemente revisitada, reelaborada e reintegrada à práxis da vida e ao sistema conceitual desses sujeitos, dando-lhes possibilidades de ressignificar a própria existência. Ainda que o relato de Eleonora exale a exaustão emocional gerada pelo incessante enfrentamento da sua vitimização e pelo medo remanescente, nele também constatamos seu contínuo esforço em viver “*enquanto eu tenho tempo, enquanto eu tenho vida.*” Em outros termos, “o fato de sobreviventes serem capazes de confrontar sua experiência e reestabelecer parte dos seus pressupostos iniciais em face da

sua experiência trágica sugere a grande capacidade dos homens em sobreviver e enfrentar grandes adversidades” (JANOFF-BULMAN, 1992, p.140).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *sequestro relâmpago* é um crime instrumental, uma vez que se sequestra vítimas por um tempo limitado (o meio) para roubo de pertences pessoais, saques em caixas eletrônicos, subtração do veículo ou estupro. Deste modo, a tomada da vítima como refém, uma característica essencial do *sequestro relâmpago*, é um ato instrumental. Em outros termos, o *sequestro relâmpago* é um método de atuação; ele é misto, heterogêneo e se aproxima de diferentes delitos clássicos, como o sequestro, o roubo, o *carjacking* e a extorsão. As violências vivenciadas pelas vítimas, por outro lado, podem variar de acordo com o *continuum* proposto por Block e Block (1999), uma vez que toda ação humana envolve aspectos instrumentais e expressivos, variando apenas a ênfase conferida a eles (COSTA, 2011).

O *sequestro relâmpago*, na sua versão mais instrumental, pode ser compreendido como um delito criminoso cujos ofensores desejam realizar uma transação (BEST, 1982; WRIGHT, 2009; JACOBS, 2013). Para tanto, privam a liberdade das vítimas e as coagem a realizar a transação através da ameaça do uso da força. A arma de fogo ostentada pelo algoz em todos os 33 casos relatados pelas vítimas deste estudo infla seu poder e expande a sua força assegurando fortemente seu domínio, ainda que temporário, sobre os corpos e vontades dos reféns. Os ofensores avaliam custos e benefícios do delito que intentam executar através de uma “racionalidade limitada” (KUBRIN, STUCKY, KROHN, 2009, p.34; KENNEDY & SACCO, 1998) e tomam decisões, que eles acreditam lhes favorecerem, como a escolha de locais para abordagem, triagem da vítima, evitação de lugares onde se possa chamar atenção, etc. Tais escolhas promovem cursos de ação instrumentais, ainda que isto não impeça as ações violentas mais expressivas contra as vítimas.

A maioria dos episódios de *sequestro relâmpago* do nosso estudo contava com uma (64%) ou duas (24%) vítimas e dois (67%) ou três (27%) ofensores, confirmando tendências de outros estudos (SILVA JR, 2002; MIETHE, SOUSA, 2010). Em 93% dos casos a captura foi realizada quando as vítimas estavam paradas dentro do veículo ou entrando ou saindo dele. E as vítimas permaneceram até duas horas com os algozes em 60% dos casos.

O contrato coercitivo-cooperativo que se estabelece no *sequestro relâmpago* rege as expectativas e atitudes dos protagonistas deste drama delituoso, propondo a garantia de

integridade física das vítimas em troca dos seus bens. Ou seja, para a vítima, há uma conversão de bens materiais em sua sobrevivência. A vida do refém-negociador é a moeda de troca que garante sua adesão e viabiliza a transação (BEST, 1982; GIEBELS, NOELANDERS, VERVAEKE, 2005; WRIGHT, 2009). De modo correlato ao ritual cíclico do comprar-consumir-descartar, uma lógica dominante da nossa conjuntura política-econômica-cultural, o *sequestro relâmpago* representa o uso dos sujeitos (objetificados) com o intuito de transmutá-los em valores monetários: sequestrar-usar o refém-descartar.

O contato face-a-face contínuo entre sequestrador e refém permite a comunicação entre eles e viabiliza a interação estratégica (GOFFMAN, 1969). De um lado, os ofensores *apertam a mente* da sua vítima, ao passo que esta procura *trabalhar a mente* dos algozes. A negociação assumida pelo refém não se dá pela barganha de um valor pré-fixado pelos algozes, pois raramente eles exigem um valor fixo, entretanto os bens a serem obtidos devem estar ao alcance quase imediato ou ser de fácil acesso. Durante o face-a-face, as vítimas tentam se “personalizar” para os ofensores através de mecanismos de sensibilização para gerar empatia (WRIGHT, 2009; ALVAREZ, 2007) e, conseqüentemente, reduzir danos. A cooperação negociada impera no conteúdo dos relatos de vítimas diretas, embora também tenhamos nos deparado com relatos de reféns que fugiram. Tal conduta pode ser minimamente explicada pela conjunção de três elementos: avaliação pessimista do desfecho, a ocorrência de uma oportunidade e a quebra do contrato ou inexistência de contrato por parte dos ofensores.

Em comparação aos sequestros e sequestros express, o elemento mais peculiar ao *sequestro relâmpago* é seu caráter diádico: a negociação é realizada diretamente entre algozes e vítimas, sem o envolvimento de outras pessoas. Esta condição viabiliza a celeridade da transação e soltura dos reféns, e, com isso, diminui os riscos – para ambas as partes da díade – de interferências de outros na resolução da troca. Ao contrastar o *sequestro relâmpago* com o roubo (inclusive o *carjacking*), verifica-se a óbvia privação de liberdade da vítima que, como vimos no capítulo I, tem a função de viabilizar e garantir a transação, além de proteger os algozes.

Para além da compreensão interacional do *sequestro relâmpago*, há processos sociais estruturantes deste tipo de vitimização (WALKLATE, 2007; PAES-MACHADO, NASCIMENTO, 2014). A mobilidade urbana contemporânea, dominada pelo uso individualizado do veículo particular; as tecnologias anti-furto de veículos (SILVA JR, 2002; JACOBS, 2012), a bancarização do recursos financeiros, o acesso a armas de fogo

(CONKLIN, 1972; GARTNER, 1997), as profundas desigualdades sociais favorecem a continuidade e crescimento dos *cárceres móveis*.

A vítima do *sequestro relâmpago* sente-se, afinal, invadida e durante o evento perde o domínio sobre tudo aquilo que era seu: seu carro, vontades, corpo, destino, vida, certezas, esperanças; ela se sente descartável e mortal. Diferentemente do processo natural e gradual de confronto com perdas, “o processo de desilusão que segue eventos de vida traumáticos é poderosamente acelerado. O confronto da vítima de trauma com a fragilidade humana e mortalidade é direta e repentina.” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 72).

A vítima vivencia sentimentos e expectativas ambíguas em relação à polícia. Enquanto ainda é refém, teme-se o risco associado à capacidade destrutiva da polícia e sua interferência no evento delituoso. Quando chega ao fim o *sequestro relâmpago*, é na polícia que se deposita as primeiras esperanças de acolhimento, respeito e ajuda. Nesse ponto, sofrer nova vitimização tem efeitos perversos nesses sujeitos. Se do “*bandido*” se espera a violência e da polícia se espera a segurança, a conduta policial pouco acolhedora, ineficiente e desinteressada reafirma o sentido de mundo perverso da selva de pedra, no qual sentem que o Estado representado pelos agentes policiais, abandona seu dever de proteger e resguardar seus cidadãos e garantir o princípio fundamental da dignidade humana. Ou seja, ao recorrer aos órgãos públicos, as vítimas querem ser vistas e reassuradas do valor que têm, desejam se sentir novamente dignas perante os outros, o que muitas vezes não ocorre. Como consequência, prestar a queixa policial toma outros significados, transforma-se apenas em uma “*questão burocrática*” para obter o BO, com o objetivo de resguardar-se de mais danos. Em suma, no itinerário percorrido pelas vítimas logo após o *sequestro relâmpago*, muitas instituições (e as pessoas ali inseridas) às quais os ex-reféns recorrem, ao invés de auxiliá-los na reconstrução mais positiva da noção que passam a ter do mundo, reafirmam as “percepções de um mundo hostil e duvidoso” (JANOFF-BULMAN, 1992, p. 79) fomentadas pela sua vitimização.

Um dos resultados mais duradouros da vitimização pelo *sequestro relâmpago* é o medo contínuo no dia-a-dia, pois foi nesse contexto que a possibilidade da morte se apresentou para essas pessoas. A ameaça está em toda parte. O medo se propaga da vítima direta para as vítimas indiretas, as atingindo de modo que tal sentimento se reflete na experiência urbana: as rotinas mudam, há evasão de espaços temidos da cidade e o crescimento da desconfiança, o que estimula a segregação que afrouxa laços sociais (BAUMAN, 2008; BAIERL, 2004). Teme-se o jovem, negro, bem ou mal vestido e teme-se todos ao redor. Os ex-reféns

apresentam comportamentos instrumentais, evitando pessoas, lugares e objetos ou situações diversas que estejam associadas com o evento vitimógeno (LURIGIO, 1987; JANOFF-BULMAN, 1992; KENNEDY, SACCO, 1998; ECHEBURÚA, CORAL, AMOR, 2003; FELSON, 2006). No *sequestro relâmpago* as vítimas aprendem *lições* que se transformam em “manuais de segurança”, cujo conteúdo recorrente são defesas relacionadas ao uso do veículo e à circulação urbana.

Bauman diria que a cidade é onde os estranhos se encontram e saem do encontro ainda como estranhos: “encontro de estranhos é um evento sem passado. Frequentemente, é também um evento sem futuro (o esperado é que não tenha futuro), uma história para ‘não ser continuada’” (BAUMAN, 2001, p.111). No *sequestro relâmpago*, a história é continuada, os estranhos algozes passaram a fazer parte do futuro amedrontador das vítimas. Por isso, os inevitáveis “encontros com estranhos” tornam-se permeados por emoções tensionais e comportamentos evitativos. Novos estranhos podem causar novas violências e, por isso, não são bem-vindos.

Muitos dos sujeitos do nosso estudo passaram a crer em um mundo social mais perverso do que se gostaria, afetando sua segurança ontológica, pois a vitimização atingiu a noção de estabilidade e o sentido de ordem que eles tinham a respeito do seu ambiente social e material. O enfrentamento que se segue à vitimização se torna um processo no qual os sujeitos tentam reequilibrar o senso de impotência, retomando a noção de algum controle sobre a própria vida.

Embora as experiências sejam sempre singulares, todas as vítimas passam por adaptações, que geram algum nível de sofrimento (em menor ou maior grau), para integrar a experiência traumática às novas concepções sobre o mundo e à práxis da vida. Vivenciar as emoções decorrentes do trauma e dar novos significados à experiência possibilitam a construção de uma noção de mundo mais estável e otimista (JANOFF-BULMAN, 1992). As interpretações que os sujeitos promovem das suas experiências, que lhes permitem construir e rearticular sentidos e significados vinculados à vitimização, ocorrem dinamicamente e no processo interacional da vida, pois “é um processo formativo, e não uma aplicação sistêmica de sentidos já estabelecidos” (HAGUETTE, 2005, p.36).

Com a família e amigos, o enfrentamento da vitimização torna-se menos solitário, são eles quem doam às vítimas novos parâmetros e perspectivas sobre a violência sofrida, sobre o mundo e sobre si mesmas, o que lhes habilita a desenvolver interpretações alternativas para sua experiência. Eles têm o potencial de garantir em primeira mão à vítima de *sequestro*

relâmpago que ela não é descartável como outrora o foi. Nesta composição social, a vítima volta a se sentir valorada e indispensável.

O medo e a possibilidade de perda *marcam* também o familiar, sobretudo aqueles mais íntimos à pessoa vitimizada, pois a violência se torna próxima e real. Além de atingir os familiares adultos, os adolescentes e as crianças, geralmente filhos de vítimas diretas, podem ser severamente vitimizados indiretamente, pois o medo e sensação de insegurança a que os pais ficam submetidos atinge o senso de segurança dessas pessoas ainda em “condição peculiar de [...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social” (BRASIL, 1990).

Destaquemos, entretanto, que existem eventos vitimógenos mais difíceis de serem reinterpretados como positivos e há pessoas que avaliam e dão sentido aos eventos de modo mais positivo que outras (JANOFF-BULMAN, 1992). Umas são mais promissoras que outras, chegando a estágios em que a vida (e a noção de segurança ontológica) se torna mais confortável. Esses “sobreviventes” sabem que não estão totalmente seguros e protegidos, mas não percebem o mundo mais como integralmente perigoso (JANOFF-BULMAN, 1992). Reconhece-se o tempo como promotor de sentimentos mais promissores em relação à vida que segue após o *sequestro relâmpago*, através da incorporação de novas experiências e de ressignificações, pois “o passado não está gravado em pedra, e o significado dos eventos das experiências está constantemente sendo reenquadrado dentro dos contextos de nossas vidas correntes e em curso” (MISHLER, 2002, p.105).

Enfim, as vítimas passam do medo do *morrer* ao medo no *viver*. Sua experiência no *cativeiro móvel* é visceral e apresenta as vítimas à morte, ou ao menos ao risco real e íntimo da morte. Ao sobreviverem a essa experiência, os medos da arma de fogo, da maldade do outro e do morrer se infiltram na vida e torna-se o medo *no viver*. É o medo agora penetrando todas as dimensões da vida desses sujeitos, transformando seus cotidianos, suas relações afetivas e sociais (com os íntimos e os desconhecidos) e visão de mundo. Torna-se um ponto de virada (MISHLER, 2002) na história de vida dessas pessoas que promove a modificação da compreensão que têm acerca das suas experiências passadas, o que os levam a re-historiações do passado e a novas interpretações sobre o presente e o futuro da vida que segue. O medo é um resíduo robusto e vigoroso da experiência no cárcere móvel nunca plenamente superado, já que o perigo está sempre à espreita. Contudo, ele não tiraniza as almas humanas, tampouco as domina de forma homogênea. Passar por um *sequestro relâmpago* pode apresentar a muitas vítimas as qualidades positivas da vida que têm e a relevância de se viver: a partir do *sequestro relâmpago* vive-se restrições e medos, mas também se vive a reconexão com

peças amadas, redescobertas dos próprios sonhos e desejos a serem alcançados. As vítimas, enfim, protagonizam o enfrentamento do trauma e se consolidam como agentes da própria transformação. A experiência marca a alma, mas dificilmente se transforma em resignação. Os ex-reféns, alguns mais pessimistas, outros mais otimistas, mais ou menos raivosos, mais ou menos medrosos, carregam a esperança de se viver melhor *apesar* de tudo.

Por fim, reconhecemos que a noção de vítima na sociedade contemporânea é uma resposta aos “anseios de democracia” e surge como “forma de legitimação moral das demandas sociais” (SARTI, 2011, p.51). Esse construto (“ser vítima”) se fortalece em uma nova conjuntura social, resultante dos avanços sócio-históricos no campo dos direitos humanos e ganha força política, legitimando a experiência de vitimização. Entretanto, essa mudança é lenta e permite que muitos traumas permaneçam invisíveis (JANOFF-BULMAN, 1992). Ou seja, embora as vítimas tenham ganhado mais visibilidade nas últimas décadas, seja de acadêmicos, seja do Poder Público, a expectativa e a realidade vivida pelas pessoas após sua vitimização estão ainda muito distanciadas. Há direitos legalmente constituídos que, na prática, não são garantidos. Assim, verificamos a necessidade de assegurar os direitos por meio dos mecanismos já implantados, através da melhoria na articulação entre os diversos setores e serviços que prestam apoio ao cidadão, possibilitando à pessoa vitimizada percorrer um itinerário menos demorado, com menos entraves burocráticos, mais eficiente e acolhedor, no qual a vítima não seja negligenciada ou se sinta maltratada. Além disso, o Poder Público deve investir em programas e serviços que atendam à grande demanda atual por assistência biopsicossocial a vítimas de violência, tendo em vista que abordagens precoces podem prevenir agravos mais severos na saúde mental desses sujeitos (SÁ, ERLANG, PARANHOS, 2008).

REFERÊNCIAS

- ADVOGADO sofre sequestro relâmpago. **Folha de São Paulo**, 13 maio 1999. Cotidiano, p. 3-6.
- ALEGRÍA, C. A. G. Aproximación Psicológica de la Victimología. **Revista Derecho y Criminología**, Anales, 2011. Disponível em: < <http://repositorio.ucam.edu/jspui/bitstream/10952/573/1/Aproximaci%C3%B3n%20psicol%C3%B3gica%20%20a%20la%20victimolog%C3%ADa.%20C%C3%A9sar%20Augusto%20G%C3%ADner%20Aleg%C3%ADa.pdf> >. Acesso em: 29 jun. 2013.
- ALEXANDER, D. A.; KLEIN, S. Kidnapping and hostage-taking: a review of effects, coping and resilience. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 102, p.16-21, 2009.
- _____. Hostage-taking: motives, resolution, coping, effects. **Advances in Psychiatric treatment**, v. 16, p.176-183, 2010.
- ALIX, E.K. **Ransom kidnapping in America, 1874-1974: The creation of a capital crime**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1978.
- ALVAREZ, J. R. The Psychological Impact of Kidnap. Em: E. K. CARLL (Org.). **Trauma Psychology: Issues in violence, disaster, health, and illness**. Westport: Praeger Perspectives, 2007, p.61-96.
- ANBREU, M. J. C. & Silva, G. A. V. Contratos Psicológicos nas Organizações: bases de sua construção. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 93-104, 2006.
- ANTONIAZZI, A. S; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R. O conceito de *coping*: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n.2, p. 273-294, 1998.
- ARAÚJO, A. C.; LOTUFO NETO, F. A nova classificação americana para os transtornos mentais – O DSM-5. **Jornal de Psicanálise**, v. 46, n. 85, p. 99-116, 2013. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v46n85/v46n85a11.pdf>>. Acesso em 27 Jan. 2014.
- ATÉ mais pobres têm medo de sequestro. **Folha de São Paulo**, 17 fev. 2002, Caderno Cotidiano, p.C1.
- AZEVEDO, L. R. A viagem em cárcere móvel: um estudo de vitimização por sequestro relâmpago. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2011.
- AZEVEDO, L. R. Relatório de Pesquisa não publicado, 2012.
- AZEVEDO, S. O Crime Mais Perverso. **Revista Época**, v. 12, p. 8, 2002. Disponível em < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG50280-5990,00-O+CRIME+MAIS+PERVERSO.html> >. Acesso em: 12 Out. 2014
- BAIERL, L. F. **Medo Social**: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BARREIRA, C. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 1, p.219-242, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

- _____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- BENNETT, T.; BROOKMAN, F. The Role of Violence in Street Crime: A Qualitative Study of Violent Offenders. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v.53, n.6, p. 617-633, 2009.
- BEST, J. Crime as Strategic Interaction: The Social Organization of Extortion. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.11, n.1, p. 107-128, 1982.
- BICCA, M. P.; OLIVEIRA, L. R. F. O estresse pós-traumático em vítimas de sequestro relâmpago. **Rev. Psicologia em Foco**, v. 5, n. 6, p. 107-119, 2013.
- BLOCK, C. R.; BLOCK, R. Street Gang Crime in Chicago, **National Institute of Justice. Research in Brief**, Washington, DC. 1993. Disponível em: <http://www.popcenter.org/problems/drive_by_shooting/PDFs/Block_and_Block_1993.pdf>. Acesso em: 23 abr 2013.
- BOMBEIRO sofre sequestro-relâmpago e tem carro roubado em Salvador. **Correio 24 horas online**, 9 mar. 2015. Disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/bombeiro-sofre-sequestro-relampago-e-tem-carro-roubado-em-salvador/?cHash=b29f22a3bbe4403ffcf9be2034f0a60d>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro. 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.
- BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei Nº 4025 de 2004**. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 2007a.
- BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei Nº 4025 de 2004**. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, 2007b.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm >. Acesso em: 25 mar. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília, 2007c. Disponível em < <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/01/MS-Norma-Prevencao-Tratamento-Agravos-Violencia-Sexual.pdf>>. Acesso em 9 out. 2014.
- BRAZ, M. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem: reflexão bioética sobre justiça distributiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 97-104, 2005.
- BRICEÑO-LEÓN, R. La nueva violencia urbana de América Latina. **Sociologias**, v. 4, n. 8, p. 34-51, 2002.
- _____. Violencia, Ciudadania y miedo em Caracas. **Foro Internacional**, v. 3, p. 551-576, 2007.
- BRIGGS, R. **The Kidnapping Business**. The Foreign Policy Center, 2001. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/articles/115>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- BRODEUR, J.P. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 481-489, 2004.

- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1., p.163-177, 2000.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 17, v. 1, p.77-93, 2007.
- CALDEIRA, C. Política anti-sequestros no Rio de Janeiro. Em: Briceño-León, R. (Org). **Violência, Sociedad y Justicia en America Latina**, 2002.
- CALDEIRA, T. São Paulo: Três padrões de segregação espacial. Em:_____. **A cidade dos muros: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: EDUSP, Editora 34, 2000, p. 211-255.
- CAPOTORTO, G. Avoiding capture and surviving captivity. Em B. M. Jenkins (Ed). **Terrorism and personal protection**. Stoneham: Butterworth Publishers, 1985, p. 395-406.
- CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 249-265, 1997.
- _____. Os impactos da exposição à violência: aceitação da violência ou horror continuado? O caso de São Paulo. Trabalho apresentado no Culture, Citizenship and Urban Violence Seminary, Cuernavaca, México, 1999. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down195.pdf>>. Acesso em: 18 set 2013.
- _____. Raça, Vitimização e Direitos Humanos. **Relatório de Pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP)**, 2004, 34p. Disponível em <<http://www.nevusp.org/downloads/down065.pdf>>. Acesso em 15 out. 2013.
- CARVALHO, V. D.; BORGES, L. O.; RÊGO, D. P. Interacionismo Simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.30, n.1, p.146-161, 2010.
- CHAMBLISS, W. J. Types of deviance and the effectiveness of legal sanctions. **Wisconsin Law Review**, p. 703-719, 1967.
- CLARKE, R. V.; FELSON, M. **Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory**. New Jersey: The State University, 1993. 418p.
- COHEN, L. E.; FELSON, M. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach**. American Sociological Review, 1979, 44, p. 588-605.
- COHN, E. G.; ROTTON, J. Even criminals take a holiday: Instrumental and expressive crimes on major and minor holidays. **Journal of Criminal Justice**, v. 31, p. 351-360, 2003.
- CONKLIN, J. E. **Robbery and the criminal justice system**. Philadelphia; New York; Toronto: J. B. Lippincott Company, 1972.
- COPEL, H.; HOCHSTETLER, A.; CHERBONNEAU, M. Getting the upper hand: Scripts for managing victim resistance in carjackings. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 49, n. 2, p.249-268, 2012.
- COSTA, A. T. M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. **Cad. CRH**, v. 24, n. 62, p. 353-365, 2011.
- COWIE, L. El Secuestro en la Frontera Colombo-Venezuelana. Em: T. Lesser; B. Fernández-Alfaro; L. Cowie; N. Bruni, (Eds.) **Intra-Regional Migration and the Conflict Nexus**. Ottawa, Canada: Human Right Internet, 2006, p.277-287.

- CUAREZMA TERÁM, S. J. La Victimología. **Estudios básicos de derechos humanos**, tomo V. Instituto Interamericano de Derechos Humanos, San José, Costa Rica, 1996. Disponível em: < <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1839/19.pdf>>. Acesso em 02 set 2014.
- DANIEL, M. F. C. Contrato Psicológico: análise de expectativas na relação de trabalho em uma empresa de assistência domiciliária, situada no município de Recife. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Boa Viagem, Recife, 2011.
- DANTAS, C. C.; LEITE, J. L.; LIMA, S. B. S. & STIPP, M. A. C. Teoria Fundamentada nos dados – Aspectos conceituais e operacionais: Metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v.17, n.4, p.573-579, 2009.
- DOMINGUEZ, A.C. **Conceptos fundamentales de victimología**. Fundación Instituto de Victimologia. Madrid, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacionfive.com/wp-content/uploads/Formacion20b.pdf>>. Acesso em: 18 set 2013.
- ECHEBURÚA, E.; CORRAL, P. & AMOR, P.J. Evaluation of psychological harm in the victims of violent crime. **Psychology in Spain**, v. 7., n. 1, p.10-18, 2003.
- ELIAS, R. **The Politics of Victimization: Victims, Victimology and Human Rights**. New York: Oxford University Press, 1986.
- EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Processing Fieldnotes: Coding and Memoing. In: _____. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1983, p. 142-168.
- EXPRESS kidnapping a way of life. **The Sydney Morning Herald**, 2002. Disponível em < <http://www.smh.com.au/articles/2002/08/19/1029114079734.html>>. Acesso em 13 jun. 2014.
- FELSON, M. **Crime and Nature**. Thousand Oaks, CA: Sage: 2006. Disponível em <<http://books.google.com.br>>. Acesso em 24 jun. 2014.
- FELSON, R. B. & TEDESCHI, J. T. A social interactionist approach to violence: cross-cultural applications. **Violence and Victims**, v. 8, n. 3, p. 295-310, 1993.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIPE. **Preço médio de veículos**: Tabela FIPE. Disponível em < <http://www2.fipe.org.br/pt-br/indices/veiculos/>>. Acesso em 27 fev. 2014.
- FISHER, B.S.; LAB, S. P. **Encyclopedia of Victimology and crime prevention**. Califórnia: Sage Publications, 2010.
- FOLKMAN, S.; LAZARUS, R. S.; DUNKEL-SCHETTER, C.; DELONGIS, A.; GRUEN, R. J. Dynamics of a stressful encounter: Cognitive appraisal, coping and encounter. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 5, p.992-1003, 1986a.
- FOLKMAN, S.; LAZARUS, R. S.; GRUEN, R. J.; DELONGIS, A. Appraisal, Coping, Health Status and Psychological Symptoms. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 3, p.571-579, 1986b.
- FRIDMAN, L. C. Émile Durkheim e o socialismo como grito de dor. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, nov. 1994. Disponível em < <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/viewFile/2293/1234>>. Acesso em 05 fev. 2015.

- GALE, J. A.; COUPE, T. The behavioural, emotional and psychological effects of street robbery on victims. **International Review of Victimology**, v. 12, p. 1-22, 2005.
- GARRO, L. C.; MATTINGLY, C. Narrative as construct and construction. In: MATTINGLY, C; GARRO, L. C. (Org.). **Narrative and the Cultural Construction of Illness and Healing**. Berkeley: University of California Press, 2000, p. 1-49.
- GARTNER, R. **Cross-cultural aspects of violence**. Em: J.S. Grisolia et al. *Violence: from biology to society*. Amsterdam: Elsevier, 1997, p. 171-180.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. Em: Bauer, M. W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes. 2002, p. 64-89.
- GIEBELS, E., NOELANDERS, S. & VERVAEKE, G. The Hostage Experience: Implications for negotiation strategies. **Clinical Psychology and Psychotherapy**, 12, 241-253, 2005.
- GOFFMAN, E. **Strategic Interaction: An analysis of doubt and calculation in face-to-face, day-to-day dealings with one another**. New York: Ballantine Books, 1969.
- _____. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009. (Original 1959).
- GOMES, L. F.; SANCHES, R. G. **Seqüestro relâmpago deixou de ser crime hediondo: lei 11.923/2009 é mais favorável ao réu**. Disponível em: <http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20090420144538510>. Acesso em: 14 de set. de 2009.
- GRUHIER, F. **Lês temps dès otages**. Paris: Alain Moreau, 1979.
- GUIMARÃES, N. V.; MARTINELLI, L. Teoria da Comunicação. Instituto Humanitas, s/d.
- HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- JACOBS, B. A. Carjacking and Copresence. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 49, n. 4, p. 471-488, 2012.
- JACOBS, B. A. The Manipulation of Fear in Carjacking. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 42, n. 5, p. 523-544, 2013.
- JANOFF-BULMAN, R. **Shattered Assumptions: Towards a New Psychology of Trauma**. New York: Free Press, 1992.
- JEON, Y. The application of grounded theory and symbolic interactionism. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v.18, p.249-256, 2004.
- JESUS, D. **Seqüestro relâmpago**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2000. Disponível em: <www.damasio.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2010.
- JOHNSON, T. Kidnappings soar in Mexico, with police often among the perpetrators. **McClatchy DC**, 2013. Disponível em: <<http://www.mcclatchydc.com/2013/10/31/207103/kidnappings-soar-in-mexico-with.html>>. Acesso em 13 jun. 2014.

- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. Em: Bauer, M. W.; Gaskell, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.
- JUÍZA e promotora sofrem sequestro relâmpago na Pituba, em Salvador. **G1 Bahia**, 19 nov. 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/11/juiza-e-promotora-sofrem-sequestro-relampago-na-pituba-em-salvador.html>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- KENNEDY, L. W.; SACCO, V. F. *Crime victims in context*. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 1998.
- KOSOVSKI, E. **Fundamentos da vitimologia**: âmbito jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1813>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- KRUM, F. M. B.; BANDEIRA, D. R. Enfrentamento de desastres naturais: o uso de um coping coletivo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 73-84, 2008.
- KUBRIN, C. E.; STUCKY, T. D.; KROHN, M. D. **Researching Theories of Crime and Deviance**. New York; Oxford: Oxford University Press. 2009.
- LEMGRUBER, J. Controle da criminalidade: mitos e fatos. In: OLIVEIRA, N. V. (Org.). **Insegurança Pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 155-185.
- LIRA, G. V.; CATRIB, A. M.; NATIONS, M. K. A narrativa na pesquisa social em saúde: perspectiva e método. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 16, n.1/2, p.59-66, 2003.
- LUCKENBILL, D. F. Generating Compliance: The Case of Robbery. **Urban Life**, Sage Publications, v. 10, n. 1, p. 25-46, 1981.
- LURIGIO, A. J. Are all victims alike? The adverse, generalized and diferencial impact of crime. **Crime & Delinquency**, v. 33, n.4, p. 452-467, 1987.
- MALLAN, C. **Wrong time, wrong place? How two Canadians ended up in a Brazilian jail**. Toronto: Key Porter Books, 1995.
- MARONGIU, P. & CLARKE, R. V. Ransom Kidnapping n Sardinia, Subcultural Theory and Rational Choice. Em: Clarke, R. V.; Felson, M. (Orgs.) **Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory**. New Jersey: The State University, 1993, p. 179-200.
- MÉDICA sequestrada e morta por ter resistido a estuprador. **Tribuna da Bahia**, 30 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2009/12/30/medica-sequestrada-e-morta-por-ter-resistido-a-estuprador>>. Acesso em 14 nov. 2013.
- MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. Em: SANTOS, B.S. (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 503-540.
- MENDONÇA, H. J. L. Juízo de tipicidade do Sequestro relâmpago. **Revista Jus et Fides**, v. 2, N. 1, 2002.
- MENEGON, L. F.; CASADO, T. Contratos psicológicos: uma revisão da literatura. **Rev. Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 4, 2012.
- MIETHE, T. D & DRASS, K. A. Exploring the social context of instrumental and expressive homicides: an application of quantitative analysis. **Journal of Quantative Criminology**, v. 5, n.1, 1999.

- MIETHE, T. D.; SOUSA, W. H. Carjacking and its consequences: A situational analysis of risk factors for differential outcomes. **Security Journal**, v. 23, 4, p.241-258, 2010.
- MINAYO, M. C. S. A violência dramatiza causas. Em: M. C. S. Minayo; E. R. Souza (Orgs.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 23-47.
- _____. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 2007.
- _____. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.4, n.1, p.7-23, 1999.
- MISHLER, E. G. Narrativa e Identidade: A mão dupla do tempo. Em: LOPES, L.P.M.; BASTOS, L.C. (Org.) **Identidades. Recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras (CNPq), 2002, p. 97-119.
- MURPHY, K. The role of Trust in nurturing compliance: a study of accused tax avoiders. **Law and Human Behavior**, v. 28, n. 2, p. 187-209, 2004.
- NIJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004.
- NORONHA, C. V.; TAPPARELLI, G.; CORDEIRO, T.; ALMEIDA, A. O.; CERQUEIRA, R. T. Vitimização e insegurança: das disposições pessoais às coletivas no cotidiano da cidade. Em: G. Tapparelli; C. V. Noronha. (Org.). **Vidas em risco: quando a violência e o crime ameaçam o mundo público e o privado**. Salvador: Arcadia, 2008, p. 45-66.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaration of Basic Principles of Justice for Victims of Crime and Abuse of Power**, General Assembly, Resolution 40/34, 1985. Disponível em <<http://www.un.org/documents/ga/res/40/a40r034.htm>>. Acesso em 02 set. 2014.
- PAES-MACHADO, E.; NASCIMENTO, A. M. D. N. Conduzindo o perigo: governança, redes de inteligência securitárias entre taxistas. Em: C. BARREIRA; J. P. AQUINO; L. D. de SÁ. (Org.) **Violência, ilegalismos e lugares morais**. 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2014, p.101-133.
- PAES-MACHADO, E.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n.7, p.188-221, 2002.
- PAES-MACHADO, E.; RICCIO-OLIVEIRA, M. A. O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n.70, p.91-106, 2009.
- PAIXÃO, A. L.; BEATO, C. C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p.233-248, 1997.
- PARKES, C. M. **Luto**: estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus, 1998.
- PEIXOTO, B.; SOUZA, L. G.; LIMA, R. S. Uma análise sistêmica: vitimização e políticas de segurança em São Paulo. 2011. Disponível em: http://www.insper.edu.br/sites/default/files/Peixoto_Godinho_Lima_2011.pdf. Acesso em 08 jun 2012.

- PERLOFF, L. Perceptions of vulnerability to victimization. **Journal of Social Issues**, v. 39, n. 2, p.41-61, 1983.
- PM se confunde e mata vítima de sequestro em SP. **Band/Uol**, 23 Abr. 2014. Disponível em <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000678352/gerente-de-loja-e-confundido-com-bandido-e-morto-por-pms-em-sp.html>>. Acesso em 24 Abr. 2014.
- PORTO, M. S. G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 152-171, 2002.
- RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 127-142, fev. 2005.
- RAY, L. What is Violence. In: Ray, L. **Violence and Society**. London: Sage Publications, 2011. p. 6-23.
- REINER, R. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- RICHARDSON, L. D. Surviving I: A hundred days. Em: B. M. Jenkins (Ed). **Terrorism and personal protection**. Boston; London: Butterworth Publishers, 1985, p. 407-425.
- RIGGS, D. S. & KILPATRICK, D. G. Families and Friends: Indirect victimization by crime. Em: A. J. Lurigio; W. G. Skogan & R. C. Davis (Orgs.). **From Victims of Crime: Problems, Policies and Programs**. CA: Sage Publications. v 25, 1990, p. 120-138. Resumo disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=128577>>. Acesso em: 17 set. 2013.
- ROCHA, J. S. A incidência de danos psíquicos em vítimas de sequestro e cárcere privado à luz do Código Penal. Brasília: **Boletim Científico**, n. 28 e 29, 2008. Disponível em <<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/bc-28-e-29/a-incidencia-dos-danos-psiquicos-em-vitimas-de-sequestro-e-carcere-privado-a-luz-do-codigo-penal>>. Acesso em 27 Jan. 2015.
- RONDELLI, E. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 145-157, 1998.
- RUA calma nas zonas sul e oeste concentra sequestro relâmpago. **Folha de São Paulo**, 4 mai. 2010, Cotidiano, p.4.
- SÁ, S. D.; WERLANG, B. S. G.; PARANHOS, M. E.. Intervenção em crise. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2008.
- SANTOS, E. F. **Transtorno de Estresse Pos-traumático em vítimas de sequestro**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- SANTOS, G. Ex-PM é líder da quadrilha de envolvidos em sequestro e estupro em shopping. **Correio 24 horas** (online), Salvador, 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/ex-pm-e-lider-da-quadrilha-de-envolvidos-em-sequestro-e-estupro-em-shopping/?cHash=b3dc75002d809f58c3d716f4767e3ce4>>. Acesso em: 13 nov. 2014.
- SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador: v.24, n. 61, p. 51-61, 2011.
- SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005.

- SEQUESTROS aterrorizam a cidade. **Folha de São Paulo**, 30 abr. 2000, Caderno Especial, p.15.
- SILVA, F. L. E. Tempo: experiência e pensamento. **Revista USP**, São Paulo, n. 81, p.6-17, 2009.
- SILVA JR, A. P. **Seqüestro relâmpago: Análise do Fenômeno no Distrito Federal**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito: Especialização em Política Criminal e Penitenciária e Segurança Pública, Escola de Governo do Distrito Federal/UNIRIO, 2002.
- SOMERS, M. R. The narrative constitution of identity: A relational and network approach. **Theory and Society**, v. 23, p.605-649, 1994.
- SOUZA, D. B. Homicídios em Goiás. **Segurança, Justiça e Cidadania**, v.3, n. 6, p. 169-181, 2011.
- SOUZA, C. M.; ADESSE, L. **Violências sexuais no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005.
- SPECKHARD, A.; TARABRINA, N.; KRASNOV, V.; MUFEL, N. Stockholm Effects and Psychological Responses to Captivity in hostages held by suicide terrorists. **Traumatology**, v. 11, n. 2, p.120-140, 2005.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SUSPEITO de ataques em shopping é preso. **Folha de São Paulo**, 3 jul. 2003, Cotidiano, p. 6.
- SYKES, G. M.; MATZA, D. Techniques of neutralization: A theory of delinquency. **American Sociological Review**, v.22, n. 6, p. 664-670, 1957.
- TAPPARELLI, G.; CORDEIRO, T.; ALMEIDA, A. O. Instituições e normas: a cultura da ambiguidade. In: TAPPARELLI, G; NORONHA, C. V. (Org.). **Vidas em Risco: quando a violência e o crime ameaçam o mundo público e o privado**. 1a ed. Salvador: Arcadia, v. 1, 2008, p. 19-44.
- TOBAR, F.; YALOUR, R. M. R. **Como fazer teses em Saúde Pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa**, 2001.
- VILLELA, W. V.; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2007.
- WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2014a. Disponível em: <
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf
>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014b. Disponível em: <
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf
>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- WALLACE, H. **Victimology: legal, psychological and social perspectives**. Pearson: Boston, 2007.
- WALKLATE, S. **Understanding criminology: Current theoretical debates**. Berkshire: Open University Press, 2007.

- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.
- WRIGHT, R. P. **Kidnap for ransom: Resolving the unthinkable**. New York: CRC Press, 2009.
- XIE, M. & MCDOWALL, D. Escaping Crime: The effects of direct and indirect victimization on moving. **Criminology**, v. 46, n. 4, p.809-840, 2008.
- YOSHIMURA, R. G. Manda quem pode, obedece quem tem juízo: Um estudo sobre interações, dinâmicas e vitimização no *sequestro relâmpago*. 2011. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2011.